

Às Urnas

**A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica
(1821-1934)**

(versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Maria de Fátima da Silva Mariano

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

(Outubro de 2017)

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação
científica do Professor Doutor António Reis e da Professora Doutora

Angeles Egido de León

*Aos meus pais,
os pilares da minha vida,
sempre presentes,
nos bons e nos maus momentos.*

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma tese de doutoramento nunca é individual, mesmo quando o trabalho final é assinado apenas por um/a autor/a, como é este o caso. É sempre um processo levado a cabo por várias mãos, por várias vozes e por vários silêncios. As mãos, as vozes e os silêncios de todos/as aqueles/as que nos acompanharam durante este percurso longo, com curvas e contracurvas, obstáculos e surpresas felizes. Mãos, vozes e silêncios que se tornam mais importantes quando se cai no desemprego a meio do caminho e se fica sem saber se terá condições (financeiras, emocionais...) para continuar ou se seremos simplesmente obrigadas a interromper abruptamente a marcha.

Foram várias as mãos, as vozes e os silêncios que me acompanharam até aqui. Nomeá-las a todas seria exaustivo e correria o risco de me esquecer de algumas. Contudo, não poderia deixar de agradecer publicamente a algumas pessoas e instituições que estiveram presentes em todo ou em parte do caminho e sem cujo apoio esta viagem seria ainda muito mais difícil de realizar.

Desde logo aos professores doutores António Reis e Angeles Egido León, que desde a primeira hora aceitaram orientar esta tese de doutoramento, que nunca deixaram de me incentivar a continuar nos momentos em que me faltava a força anímica e que sempre acreditaram que eu iria conseguir concluir este projecto. Obrigada pelas sugestões, pelo apoio e pela compreensão.

À Margarida Portela, amiga desde a primeira hora, pelos momentos de partilha mútua de angústias, dúvidas e frustrações próprias de quem está em processo de elaboração de uma tese de doutoramento. À Isabel Lousada, pela disponibilidade permanente para ajudar no que fosse necessário e pelos incentivos constantes. Ao João Paulo Lourenço, amigo de há muitos anos, por me obrigar a acreditar em mim própria e pelo exemplo de nunca baixar os braços perante as adversidades da vida e pela ajuda na tradução do Castelhana para o Português. Ao Paulo Guerrinha e à Mónica Silveiras por me terem salvado quando o meu único computador decidiu avariar a meio do processo da escrita da tese. Ao Carlos, à Rita e às meninas, por compreenderem os meus longos

períodos de ausência e de silêncio. Prometo compensar-vos. À Alice Cunha, Ana Carina Azevedo, Ângela Salgueiro, Cláudia Ninhos, Yvette Santos e Marta Silva pelos nossos almoços, momentos de companheirismo, de entreajuda, de troca de experiências e de conhecimentos e de descompressão.

Em termos institucionais, não poderia deixar de agradecer ao Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH, e em especial ao grupo Economia, Sociedade, Património e Inovação, coordenado por Ana Paula Pires, a bolsa de investigação que me foi atribuída em Agosto de 2016 e que me permitiu concluir esta investigação.

Também um grande «obrigada» à doutora Olga Oliveira Cunha, dos Serviços de Psicologia e Orientação da NOVA FCSH, e aos/às colegas que comigo participaram na sessões do programa que lançou em Março de 2017 - «PhD – Os últimos km de uma maratona» -, por ouvirem os meus desabafos e queixas, por me aconselharem e incentivarem e pela partilha de experiências. Espero que este programa continue por muitos e longos anos e chegue ainda a mais doutorandos/as.

Por fim, mas não por último, aos meus pais, sempre presentes nos bons e nos maus momentos, sempre compreensíveis e cooperantes, sempre alertas e sempre disponíveis para me obrigarem a sair de casa e apanhar sol e ar fresco, principalmente nos períodos em que quase me esquecia de que é importante continuarmos a respirar e a viver mesmo quando se tem um prazo tão apertado para terminar uma tese de doutoramento e quando estamos prestes a cair novamente no desemprego.

Às Urnas

A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica

(1821-1934)

Maria de Fátima da Silva Mariano

RESUMO: O movimento sufragista português e espanhol só começa a formar-se no início do século XX, quando nos Estados Unidos da América e na Europa ocidental o debate em torno do voto feminino se travava há várias décadas. As razões deste atraso prendem-se sobretudo com a elevada taxa de analfabetismo feminino, a ideia de que a Igreja Católica tinha uma forte influência sobre as mulheres e a entrada tardia das mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho. Com esta tese de doutoramento pretendemos analisar o contexto sócio-político em que o debate sobre o voto feminino surgiu na Península Ibérica no início dos regimes constitucionais, no século XIX, e aquele que as mulheres portuguesas e espanholas obtiveram o direito de poder participar em eleições legislativas, quer como votantes, quer como candidatas, já na década de 30 do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: sufrágio feminino; cidadania política; feminismo; Portugal; Espanha.

ABSTRACT: The Portuguese and Spanish feminist movement only began to take form in the early twentieth century, when in the United States of America and in Western Europe the debate over the women's vote was already going on for several decades. The reasons for this delay are mainly the high rate of female illiteracy, the strong influence of the Catholic Church on women and the late entry of women of the middle and upper classes into the labor market. With this doctoral thesis we want to analyze the social-political context in which the discussion on female suffrage arose in the Iberian Peninsula at the beginning of the constitutional regimes, in the nineteenth century, and the in which Portuguese and Spanish women gained the right to participate in national parliamentary elections, either as voters or as candidates, in the 1930s.

KEYWORDS: women's suffrage; political citizenship; feminism; Portugal; Spain.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	vi
INTRODUÇÃO	1
1 – As origens da questão	1
2 - Definição do objecto e dos objectivos do estudo	4
3 - Revisão da literatura	8
4 - Conceitos analíticos e metodologia	11
5 – Plano expositivo	14
6 – Breves notas finais	16
PARTE I - NÃO SOMOS NÓS, MULHERES, TAMBÉM CIDADÃOS?	18
CAPÍTULO I – MULHERES, CIDADANIA E DIREITO DE VOTO NA ÉPOCA LIBERAL	19
I.1. – Cidadãos activos vs cidadãos passivos	19
I. 2. – Sociedade humana vs mundo natural	20
I. 3. – Liberalismo moderado vs liberalismo radical	24
CAPÍTULO II – O MOVIMENTO SUFRAGISTA	29
II. 1. - França: «A escravidão das mulheres entrava a liberdade do homem»	31
II. 2. – Inglaterra: «Acções não palavras»	36
II.3. – EUA: «A verdadeira república: aos homens, os seus direitos e nada mais; às mulheres, os seus direitos e nada menos»	42

II.4. – A internacionalização do movimento sufragista	47
CAPÍTULO III – ELAS OUSARAM. MULHERES QUE DESAFIARAM AS LEIS E AS NORMAS SOCIAIS	49
III.1. – Victoria C. Woodhull: a primeira mulher candidata à presidência dos EUA	50
III.2. – Susan B. Anthony: condenada por um tribunal federal pelo crime de voto	53
III.3. – A Lei Eleitoral de 1874 e as primeiras eleitoras do Chile	56
III.4. – Hubertine Auclert e a greve aos impostos	58
III.5. – Diva Nolf Nazário e a sua tentativa de alistamento eleitoral	61
III.6. - Matilde Hidalgo de Procel e o reconhecimento da cidadania política feminina no Equador	64
CAPÍTULO IV – DIREITO DE VOTO: UMA CONQUISTA DAS MULHERES OU UMA CONCESSÃO ÀS MULHERES?	65
PARTE II – O MOVIMENTO SUFRAGISTA EM PORTUGAL E ESPANHA	69
CAPÍTULO I – RAZÕES PARA A DEMORA DA ENTRADA DAS MULHERES NA VIDA POLÍTICA	70
I.1. – A misoginia do ordenamento jurídico	72
I.2. – O analfabetismo feminino	75
I.3. – A lenta inserção no mercado de trabalho	82
I.4. – A influência da Igreja Católica	85
CAPÍTULO II – INCLUSÃO E SEGREGAÇÃO DAS MULHERES DOS ESPAÇOS DE DEBATE POLÍTICO	89

II.1. – As galerias dos parlamentos	89
II.2. – Filiação nos partidos políticos e sindicatos	93
II.3. – A iniciação na maçonaria	100
CAPÍTULO III – PARA QUE QUEREM AS MULHERES O VOTO? OS PRÓS E OS CONTRAS NO DISCURSO PÚBLICO	108
III.1. – O voto feminino nos debates parlamentares	109
III.1.1. – Portugal	110
III.1.2. – Espanha	117
III.2. – Imprensa feminina e feminista	120
III.2.1. - Século XIX: o desbravar do terreno nos periódicos femininos	121
III.2.2. – Século XX: a época da imprensa militante	126
III.3. – As associações sufragistas	128
III.3.1. – A década de 10: os anos de ouro do sufragismo português	130
III.3.2. – Anos 20: o despertar do sufragismo em Espanha	135
III.3.3. – Contactos entre os dois lados da fronteira	140
III.4. – Os partidos políticos	142
PARTE III – MULHERES COM VOZ E COM VOTO	148
CAPÍTULO I – CAROLINA BEATRIZ ÂNGELO: A PRIMEIRA MULHER ELEITORA DE UM PAÍS DA EUROPA DO SUL	150
CAPÍTULO II – PRIMO DE RIVERA, O VOTO FEMININO E AS PRIMEIRAS MULHERES DEPUTADAS	154

CAPÍTULO III – ANOS 30: FINALMENTE, AS MULHERES FORAM ÀS URNAS	160
I.1. – O pecado mortal de Clara Campoamor: a aprovação do voto feminino na II República	161
II.2. – «Assim o entendeu o Chefe – assim o decretou!»: Salazar e a entrada das mulheres na política	169
CONCLUSÕES	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
Lista de Imagens	210
Anexos	213
Anexo I: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	213
Anexo II: Declaração de Independências dos Estados Unidos da América	216
Anexo III: Cronologia da aprovação dos direitos políticos femininos	222
Anexo IV: Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã	233
Anexo V: Texto do panfleto distribuído pela Cruzada das Mulheres Espanholas à porta das Cortes no dia 31 de Maio de 1921	237
Anexo VI: Cronologia comparada	239
Anexo VII: Recurso apresentado por Carolina Beatriz Ângelo em Abril de 1911	252
Anexo VIII: Decisão do juiz João Baptista de Castro sobre o recurso apresentado por Carolina Beatriz Ângelo	253

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ACDPR – Actas da Câmara dos Dignos Pares do Reino

ACM – Acción Católica de la Mujer (Acção Católica da Mulher)

AFP – Associação de Propaganda Feminista

AFPD – Associação Feminina de Propaganda Democrática

AFR – Agrupación Femenista Republicana (Agrupamento Feminista Republicano)

AFSM – Agrupación Femenina Socialista de Madrid (Agrupamento Feminino Socialista de Madrid)

AFPD – Associação Feminista de Propaganda Democrática

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANME – Asociación Nacional de Mujeres Españolas (Associação Nacional de Mulheres Espanholas)

CEDA – Confederación Española de Derechas Autónomas (Confederação Espanhola de Direitas Autónomas)

CMP – Cruzada das Mulheres Portuguesas

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

DCGECNP – Diário das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa

DCGENP – Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa

DCSD – Diário da Câmara dos Senhores Deputados

DS – Diário do Senado

DSAN – Diário das Sessões da Assembleia Nacional

DSCD – Diario de Sesiones del Congreso de los Diputados

GPEF - Grupo Português de Estudos Feministas

LRMP – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

PRP – Partido Republicano Português

PSOE – Partido Socialista Obrero Español

UGT – Unión General de Trabajadores

UNSSF – União Nacional de Sociedade de Sufrágio Feminino

URF – Unión Republicana Femenina (União Republicana Feminina)

USPM – União Social e Política das Mulheres

INTRODUÇÃO

1 – As origens da questão

Com os primeiros regimes democráticos, que surgem com a independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789-1795), e a institucionalização das eleições como um dos pilares fundadores dos estados-nação, tornou-se necessário definir quem deveria ter o direito de eleger os membros dos novos órgãos do poder político (sufrágio activo) e quem poderia desempenhar funções públicas (sufrágio passivo). Surgem, assim, os conceitos modernos de «cidadania» e de «cidadão» por oposição aos de «vassalagem» e de «súbdito» (Aguado, 2005: 12), o de «igualdade» por oposição ao de «privilégio» (Cruz Seoane, 1997: 81) e o de «inclusão» por oposição ao de «exclusão», próprios do Antigo Regime.

Em teoria, o liberalismo clássico defendia que o voto político era um direito de todos os cidadãos, ou seja, dos indivíduos que estivessem submetidos às leis do Estado. Na prática, a capacidade eleitoral foi atribuída a um grupo restrito de indivíduos (inicialmente, apenas aos homens brancos, burgueses e letrados), deixando de parte a maioria da população. Foi neste contexto político que surgiu na era moderna o debate sobre os direitos políticos das mulheres. Estando elas obrigadas ao cumprimento da lei, eram cidadãos. Sendo cidadãos, não teriam direito a votar e a serem eleitas?

Por princípio, os liberais não aceitavam que o modelo de democracia representativa excluísse uma parte da população. No entanto, a adopção do sufrágio universal não foi imediata nem pacífica. O liberalismo encerrava em si esta contradição: ao mesmo tempo que defendia os direitos humanos e os valores universais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, negava-os a determinados grupos populacionais, como as mulheres e os negros, dando origem a movimentos sociais e políticos de contestação, de que são exemplo o sufragismo e o abolicionismo. A reivindicação do voto feminino inscreveu-se, assim, no movimento de defesa do sufrágio universal, ou seja, de atribuição da capacidade censitária a todos os cidadãos independentemente do sexo, grau de instrução, rendimentos ou cor da pele.

A discussão em torno do sufrágio feminino inscreveu-se também num movimento mais alargado de questionamento do papel das mulheres na sociedade e na

família e na exigência da igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres nas suas múltiplas dimensões, tendo em conta a *Declaração de Independência dos Estados Unidos*, ratificada em 4 de Agosto de 1776, e a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, aprovada em Agosto de 1789 durante a Revolução Francesa. Como sublinha Karen Offen (2000: 13), ao contrário de outros movimentos sociais, o sufragismo nunca teve como propósito a tomada do poder ou a supremacia das mulheres em relação aos homens, mas apenas a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No fundo, a tradução na prática da teoria liberal: o fim de qualquer forma de privilégio e de exclusão, tão necessário para o progresso da humanidade.

Celina de Jesús Timiño Velásquez (2010: 35) atribui este paradoxo que o liberalismo encerrava à forte influência do pensamento dos filósofos Immanuel Kant (1724-1804) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para quem as mulheres deveriam resignar-se aos papéis de mães e de esposas e submeterem-se à vontade dos homens (pais, irmãos, tutores, maridos, filhos). A sua missão principal, segundo estes pensadores, deveria ser o governo do lar e a educação dos filhos, os futuros cidadãos do país, pois era isso que determinavam as leis da natureza. Ou seja, a ruptura com o quadro mental do Antigo Regime não aconteceu no que diz respeito à condição feminina, apesar de outros autores, como o marquês de Condorcet (1743-1794) ou John Stuart Mill (1806-1873), considerarem que o não reconhecimento de direitos cívicos e políticos às mulheres era uma violação dos princípios fundadores da filosofia liberal.

Afastadas do processo de tomada de decisão, as mulheres começam a reivindicar publicamente um lugar no sistema político nas mesmas condições que os homens. As primeiras acções de protesto surgiram no século XVIII, durante o período revolucionário em França, por parte de activistas isoladas e de grupos informais de mulheres que exigiam a sua emancipação da autoridade masculina e a igualdade de direitos (político, sociais, económicos). Rapidamente, estas ideias revolucionárias propagaram-se por vários países europeus dando origem a um debate alargado sobre os direitos das mulheres em diversos contextos sócio-económicos, políticos e religiosos.

Com a entrada no século XIX, surge a necessidade de organizar este movimento de mulheres, que começava a ganhar uma expressão verdadeiramente internacional, surgindo as primeiras associações feministas. Embora o objectivo destas agremiações fosse a eliminação de todas as expressões formais e informais de discriminação e de

opressão das mulheres, os direitos políticos surgiram no topo da sua lista de reivindicações, originando o que mais tarde se designou por feminismo sufragista (ou primeira vaga do feminismo).

As sufragistas encaravam o direito de voto como um poderosíssimo instrumento para romper com esta mentalidade que as remetia para um estado de perpétua infância, uma vez que permitiria às mulheres não só escolherem os seus representantes nos órgãos do poder político, mas também facultar-lhes-ia um lugar de maior visibilidade no espaço público, até então quase exclusivamente reservado aos homens. Era igualmente um modo de desafiar o discurso da domesticidade e a ordem patriarcal estabelecida. O voto era uma forma de as mulheres melhorarem o seu estatuto social, jurídico, político e económico e de discutirem os assuntos que as afectavam particularmente enquanto mulheres. Representava, por isso, uma ameaça ao sistema de valores culturais vigente e aos privilégios masculinos, sendo este um dos motivos pelos quais esta luta se prolongou tanto no tempo.

Assistimos, assim, desde o século XVIII até ao início do século XX, a uma tensão clara entre o discurso ético-político defendido pelos liberais (para quem os direitos de cidadania política, apesar de universais, não deveriam ser estendidos às mulheres) e as aspirações das sufragistas (que reclamavam serem reconhecidas como cidadãs em igualdade de circunstâncias com os homens, sem com isso terem que abdicar do seu papel de mães, esposas e donas de casa, se assim o desejassem). Ao longo de mais de 150 anos, as ideias sufragistas foram penetrando num número crescente de países dando origem a vários movimentos nacionais, cada um com as suas especificidades, mas com um objectivo comum: que as mulheres assumissem definitivamente a sua quota-parte de responsabilidade no governo dos seus países. Cada conquista alcançada individualmente era celebrada por toda a comunidade sufragista.

Embora no período entre os dois conflitos mundiais e, principalmente, após a II Guerra, o voto feminino tenha sido adoptado pela generalidade dos países com governo representativo, a verdade é que este direito (tal como outros) pode a qualquer momento ser revogado. Basta recordarmo-nos que entre 1996 e 2001, durante a vigência do

regime talibã, as mulheres do Afeganistão deixaram de ser eleitoras¹. Na Arábia Saudita, as mulheres votaram pela primeira vez em 2015, já em pleno século XXI².

Quanto ao direito de se apresentarem como candidatas, nos Emirados Árabes Unidos só o podem fazer desde 2006 (ano em que foi também aprovado o sufrágio feminino). Há ainda países nos quais não se realizam eleições, como é o caso do Brunei (33 membros do Conselho Legislativo são escolhidos pelo sultão e os restantes três são *ex officio*, todos homens)³. No Estado da Cidade do Vaticano, as mulheres não têm direito nem ao voto activo nem ao passivo. O chefe do Estado – o Papa -, que detém os poderes legislativo, executivo e judicial, é eleito pelo colégio cardinalício, constituído apenas por homens uma vez que a Igreja Católica não permite a nomeação de mulheres como cardeais.⁴

2 – Definição do objecto e dos objectivos do estudo

Esta investigação tem como objecto de estudo o processo que culminou na aprovação do sufrágio feminino na Península Ibérica na década de 30 do século XX, tendo presente que a acção colectiva das mulheres surgiu aqui um pouco mais tarde do que em França, Inglaterra e Estados Unidos da América, países onde o movimento sufragista primeiro ganhou forma. Portugal e Espanha inserem-se no grupo de países onde as ideias sufragistas tiveram maiores dificuldades em ganhar raízes e nos quais a resistência à aprovação do direito de voto das mulheres mais se fez notar. A questão aflorou no espaço público ainda nos primórdios do constitucionalismo, embora apenas a partir dos anos 10 do século XX (no caso português) ou no pós-Grande Guerra (no caso espanhol) se possa falar de uma corrente sufragista nestes dois países.

¹ As mulheres afegãs obtiveram o direito de voto em 1964 durante o reinado de Mohammad Zahir Shah.

² A Arábia Saudita é uma monarquia absoluta, não existindo constituição nem partidos políticos. Contudo, com alguma irregularidade, realizam-se eleições municipais. Em 2011, em plena Primavera Árabe, o rei Abdullah autorizou as mulheres a votarem nas eleições municipais e a apresentarem-se como candidatas a vereadoras. As eleições de 2015 foram as primeiras que se realizaram após essa decisão.

³ Cf. <http://www.electionguide.org/countries/id/33/> - consultado em 23 de Setembro de 2017.

⁴ Cf. <http://www.vaticanstate.va/content/vaticanstate/en/stato-e-governo/organi-dello-stato.html> - consultado em 17 de Abril de 2018.

Só a partir de então um número cada vez maior de mulheres, sobretudo das classes sociais mais altas, urbanas, esclarecidas e progressistas, começou a tomar consciência do quanto as leis e os costumes do país as discriminavam e iniciaram uma campanha de denúncia pública, exigindo que lhes fossem concedidas as mesmas oportunidades e os mesmos direitos que aos homens. Fizeram-no sobretudo através de artigos em jornais, livros, conferências, saraus culturais e com interpelações aos membros dos governos e dos parlamentos, tendo-se registado muito poucas manifestações de rua (apenas uma em Portugal, em 1911; em Espanha, só ocorreram em 1931), greves ou actos violentos como os protagonizados pelas sufragetes em Inglaterra ou por alguns grupos sufragistas americanos. A estratégia de combate adoptada pelas sufragistas portuguesas e espanholas foi sempre de natureza pacífica, nunca colocando em causa a ordem pública ou o regular funcionamento das instituições políticas e jurídicas. Elas acreditavam que a força da razão dos seus argumentos seria suficiente para que, mais cedo ou mais tarde, a sua cidadania política fosse oficialmente reconhecida.

Importa sublinhar que o nosso estudo se focará no direito de as mulheres poderem votar em eleições para membros de órgãos do poder político nacional, nomeadamente o Parlamento («Cortes», na designação adoptada na Monarquia; «Congresso», no regime republicano)⁵, embora nos possamos referir, lateralmente, ao direito de voto em eleições regionais e locais. A nossa escolha sustenta-se em três ordens de razão: 1) só o voto em eleições nacionais permitiria influenciar a tomada de decisões políticas que interferissem com o estatuto jurídico das mulheres na família e na sociedade; 2) os discursos feministas referiam-se quase sempre ao direito de voto em eleições gerais; 3) a maioria das propostas apresentadas nos parlamentos português e espanhol centrou-se no sufrágio para a eleição de deputados e senadores.

No entanto, e apesar destes três motivos, no caso espanhol, não poderíamos deixar de abordar de forma um pouco mais detalhada o Estatuto Municipal (Real Decreto de 8 de Abril de 1924) aprovado por Primo de Rivera (1870-1930), que autorizou as mulheres maiores de 25 anos de idade e chefes de família a votarem e a apresentarem-se como candidatas em eleições municipais, e o Real-Decreto de 12 de

⁵ Por uma questão de facilitação da leitura, utilizaremos sempre o termo Parlamento independentemente de nos referirmos ao regime monárquico ou republicano.

Setembro de 1927, que permitiu a nomeação das primeiras deputadas. Foi a primeira vez que na história de Espanha se reconheceu oficialmente a cidadania política das mulheres, embora apenas a um grupo muito restrito e nunca se tenham realizado eleições durante o regime primorriverista.

Historicamente, foram três os grandes obstáculos à entrada das mulheres dos países do Sul da Europa no mundo da política: a misoginia da religião cristã; os códigos legislativos que as subordinavam à autoridade masculina; e as teorias médico-científicas que identificavam os homens com a razão e as mulheres com a emoção (Álvarez-Uría, 2013: 634). No caso da Península Ibérica, acrescentamos nós a elevada taxa de analfabetismo feminino e uma entrada tardia no mercado de trabalho das mulheres das classes médias e altas, aquelas que mais se bateram pelos seus direitos políticos.

Como refere Juan Sisino Pérez Garzón, nos países onde a Igreja Católica era a religião maioritária, houve uma maior resistência à adopção dos princípios liberais. «[...] os valores de obediência e de sacrifício foram a norma inculcada às meninas na sua educação, sempre com a Virgem Maria e as santas como exemplo a seguir, e com as monjas como educadoras frente ao Estado e à escola pública⁶» (2011: 58). Mesmo a educação laica formava as meninas para serem boas mães e esposas e preparava os rapazes para tomarem conta dos assuntos da família ou da nação, perpetuando, desta forma, os estereótipos de género.

Já em 1902, Carolina Michäelis de Vasconcelos (1851-1925) identificava o catolicismo enraizado e a elevada taxa de analfabetismo como as principais causas para as mulheres portuguesas e espanholas estarem alheadas do emergente movimento feminista internacional. Defendia, por isso, a fundação de escolas para «libertar as futuras gerações femininas da ignorância e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmáticamente inculcadas» e «pregar-lhes o evangelho do trabalho» (2002: 25). Para a autora, «a questão feminista, na península ibérica» mais não era do que «uma simples questão de instrução» (Idem: 25-26). Em 1910, 65,8% das mulheres espanholas eram analfabetas contra 40,8% dos homens (Pérez-Garzón, 2011: 163). Em Portugal, em 1911, a taxa de analfabetismo feminina situava-se nos 81,2% (Esteves,

⁶ No original: «[...] los valores de obediencia y sacrificio fueron la norma inculcada a las niñas en su educación, siempre con la Virgen María e las santas como ejemplo a seguir y con las monjas como educadoras frente al estado y a la escuela pública».

2001: 87). O aumento do nível de escolaridade era importante não só para o reposicionamento sócio-profissional das mulheres, mas também para o incremento da sua capacidade reivindicativa.

Tendo em conta o nível de iliteracia feminina e a influência da Igreja Católica na vida do Estado e dos cidadãos (maior no caso das mulheres do que nos homens, segundo muitos pensadores da época), havia o receio de que as mulheres funcionassem como uma «correia de transmissão da vontade clerical do seu confessor» (Salomón Chéliz, 2005: 163). Além do mais, acreditava-se que a intervenção das mulheres na política, mesmo que apenas para eleger os representantes dos órgãos do poder político de quatro em quatro anos, iria criar instabilidade no seio do casal e colocar em causa o modelo tradicional de família. Modelo que subordinava as mulheres à vontade dos homens (pai, tutor, irmão, marido, filho) e que mais não era do que o perpetuar de uma relação de vassalagem própria do Antigo Regime.

O desenvolvimento industrial tardio e o consequente atraso na entrada das mulheres das classes média e alta, instruídas, no mercado do trabalho são outros dois factores que contribuíram para a dificuldade de penetração das ideias sufragistas na sociedade portuguesa e espanhola. Mais em Portugal do que em Espanha, a transferência da mão-de-obra feminina dos sectores primário (agricultura) e secundário (indústria) para o terciário (comércio e serviços) foi mais lenta do que noutros países ocidentais.

As balizas cronológicas deste trabalho situam-se entre a emergência do estado liberal e a década de 30 do século XX, altura em que pela primeira vez as mulheres de ambos os países conquistaram o direito de voto em eleições nacionais (restrito, em Portugal; universal, em Espanha). Embora não seja estanque, o período em estudo medeia entre os anos de 1821, quando durante o debate sobre o Projecto das Bases da Constituição nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa a questão do sufrágio feminino é colocada pela primeira vez, e o de 1934, altura em que se realizaram em Portugal as primeiras eleições com a participação de mulheres, nas quais foram eleitas três deputadas e designadas duas procuradoras à Câmara Corporativa.

A fixação deste período temporal justifica-se, por um lado, com o facto de após a consolidação do Estado Novo e do Franquismo, as feministas concentrarem a sua luta

na oposição aos regimes ditatoriais, acabando por a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres se diluir no movimento anti-fascista (algumas foram mesmo obrigadas pelas circunstâncias políticas a exilarem-se); e, por outro, tratando-se de uma investigação individual para uma tese de doutoramento, tornava-se impraticável alargar este estudo até ao período de restauração da democracia em Portugal (1974) e em Espanha (1978).

Com este trabalho pretendemos trazer para a historiografia uma nova visão sobre os primórdios do movimento sufragista na Península Ibérica e o seu desenvolvimento até aos anos 30 do século XX, explorando fontes e acontecimentos que do nosso ponto de vista têm sido pouco valorizados pelos estudos que se debruçam sobre a cidadania política das mulheres neste período histórico. Exemplos do que acabámos de referir são o contributo do movimento pacifista de finais do século XIX na preparação das mulheres para se movimentarem em espaços tradicionalmente dominados pelos homens, permitindo-lhes reflectir e debater publicamente assuntos sobre os quais até então não havia o hábito de se envolverem (como a existência ou não de exércitos regulares, o arsenal bélico que o país deveria possuir ou a tomada de decisão sobre a guerra e a paz) ou a inclusão/exclusão das mulheres dos fóruns de discussão política (parlamentos, partidos políticos, sindicatos e maçonaria).

Colocámo-nos, por isso, desde o início, dois desafios principais: por um lado, aprofundar o conhecimento historiográfico sobre o debate em torno do voto das mulheres recuando ao período de consolidação do estado liberal em ambos os países recorrendo a fontes primárias inéditas ou pouco exploradas; e por outro, encontrar semelhanças e dissemelhanças entre os discursos e as práticas dos diversos actores políticos em Portugal e em Espanha e as estratégias adoptadas pelas associações sufragistas para alcançarem os seus fins, tendo sempre presente os movimento internacional de luta pela legalização do sufrágio feminino.

3 - Revisão da literatura

Delimitado o objecto e os objectivos do nosso estudo, partimos à procura das fontes e da bibliografia que nos permitissem reforçar ou desmontar teorias pré-concebidas e/ou elaborar novas teses. Tratando-se de um trabalho que cruza diversas

disciplinas científicas – nomeadamente a História, a Ciência Política e a Filosofia -, recorremos a textos jurídicos normativos, ensaios de teoria política e feminista, à imprensa coeva, a obras memorialísticas e artigos científicos e monografias na área das ciências sociais.

Realizámos uma extensa pesquisa bibliográfica e documental em arquivos e bibliotecas em Portugal e em Espanha e em diversos arquivos e bibliotecas digitais de vários países, o que nos permitiu, com menos tempo e dinheiro investidos, aceder a um conjunto importante de obras de referência e a muita da imprensa publicada durante o período a que reporta este estudo. Embora o ideal seja que o/a investigador/a consulte o exemplar original das fontes e da bibliografia a que faz referência no seu trabalho, a verdade é que a digitalização das obras permite poupar tempo e dinheiro, dois recursos cada vez mais escassos. Por outro lado, em algumas situações, esta é a única forma de acesso a fontes primárias cuja versão em papel se encontra em mau estado de conservação e, por isso, não podem ser já consultadas.

Fonte obrigatória para o estudo do debate sobre o voto das mulheres é, sem dúvida, a imprensa feminina e feminista. Contudo, tendo em conta a abrangência temporal (mais de 100 anos) e espacial (dois países) deste trabalho, optámos por consultar os periódicos das principais associações de pendor claramente sufragista nos períodos em que o voto feminino se encontrava em discussão. Pelas mesmas razões, e também pelo elevado número de títulos envolvidos, decidimos não fazer uma consulta exaustiva da imprensa partidária, sindical e católica. Embora tenhamos consciência de que estas opções comportam riscos, tentámos contorná-los apostando em bibliografia que se sustenta fortemente na consulta dessas publicações.

Em Portugal, apesar de a investigação sobre a cidadania política das mulheres no período abrangido pelo nosso estudo não seja tão diversificada (quer em termos de autores/as, quer de abordagens), não poderíamos deixar de destacar algumas obras individuais e colectivas que são um importante contributo para o debate historiográfico.

Em primeiro lugar, a investigação desenvolvida há vários anos por João Esteves, um dos maiores estudiosos das lutas feministas durante o período de propaganda republicana e da I República, autor de, entre outros, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Uma Organização Política (1909-1919)* e *As Origens do Sufragismo*

Português. Não poderíamos também deixar de destacar a obra de Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, por abrangerem o período da Ditadura Militar instaurada em 1926 e do Estado Novo (1933-1974).

No caso espanhol, destacamos os trabalhos de Concha Fagoaga Bartolomé, nomeadamente *O sufragismo em Espanha: análise das fontes hemerográficas* (*El sufragismo en España: analisis de las fuentes hemerográficas*, no original), *A voz e o voto das mulheres. O sufragismo em Espanha 1877-1931* (*La voz y el voto de las mujeres. El sufragismo en España 1877-1931*, no original), *Clara Campoamor: a sufragista espanhola* (*Clara Campoamor: a sufragista española*, no original) e *As espanholas perante as urnas* (*Las españolas ante las urnas*, no original), este último em co-autoria com Paloma Saavedra); de Rosa María Capel, especialmente as obras *Mulher e sociedade em Espanha (1700-1975)* (*Mujer y sociedade en España (1700-1975)*, no original), *O sufrágio feminino na Segunda República Espanhola* (*El sufragio femenino en la Segunda Republica española*, no original) e *Mulheres para a história: figuras destacadas do primeiro feminismo* (*Mujeres para la historia: figuras destacadas del primer feminismo*, no original); e de Mary Nash, historiadora irlandesa que dedica grande parte da sua obra ao estudo da história das mulheres em Espanha e, mais recentemente, de Marta del Moral Vargas, com destaque para o seu livro *Acção colectiva feminina em Madrid, 1909-1931* (*Acción colectiva femenina en Madrid, 1909-1931*, no original).

Embora, como vimos, o processo de luta pelo sufrágio feminino na Península Ibérica tenha já sido abordado pela historiografia (de uma forma mais profunda e sistemática em Espanha do que em Portugal), identificámos algumas lacunas no que diz respeito aos debates que tiveram lugar ainda durante o século XIX, detectámos hipóteses explicativas que merecem ser melhor exploradas e verificámos que não existe qualquer estudo que compare estas duas unidades geográficas. Trata-se, em nosso entender, de uma temática que merecia há muito ser aprofundada desta forma. Além do mais, como desenvolveremos nas *Conclusões*, a nossa investigação contradiz algumas teses que têm vindo a ser difundidas pela historiografia, sobretudo espanhola.

Como nota Ann Taylor Allen, «ao apoiar-se num considerável conjunto de obras sobre a História de cada país para obter uma visão geral do contexto, principais

acontecimentos e questões interpretativas relevantes, assim como uma orientação bibliográfica, o(a) historiador(a) pode concentrar a sua investigação nas fontes primárias, num conjunto restrito de questões, que podem ser aquelas que despontam mais tarde, ou sobre as quais existe pouco material secundário» (Allen em Cova, 2008: 64-65).

4 - Conceitos analíticos e metodologia

Para uma melhor compreensão do nosso estudo, importa clarificar alguns conceitos analíticos. Desde logo, os termos «Ibéria» e «ibérico/a», que têm significados diferentes consoantes os/as investigadores/as. Para vários/as autores/as hispano-americanos/as, a palavra «Ibéria» refere-se exclusivamente a Espanha e é muitas vezes utilizada para diferenciar o território continental do insular. A título ilustrativo, apresentamos o caso do livro *O feminismo ibérico* (*El feminismo ibérico*, no original), de Maria Aurèlia Campmany, que se reporta apenas à Espanha continental. Para nós, os conceitos «Ibéria» e «ibérico/a» referem-se à unidade territorial composta por Portugal e Espanha.

Um outro conceito operativo que importa esclarecer é o de «sufrágio universal». Como sublinhámos no início desta *Introdução*, a universalidade de direitos anunciada pelos teóricos do Liberalismo nunca chegou, de facto, a sê-la, muito menos quando se tratavam de direitos políticos. Durante largas décadas (em alguns casos, como em França, durante quase dois séculos), as mulheres estiveram excluídas do governo do Estado-nação, não lhes sendo permitido fazer parte do corpo eleitoral nem se apresentarem como candidatas a um lugar nos órgãos do poder político.

Embora em termos semânticos o conceito «universal» possa referir-se à totalidade dos indivíduos de uma espécie ou de um género, partilhamos da opinião de Ana Aguado (2005: 23-24) de que é incorrecto o uso do conceito «universal» por parte de historiadores/as e politólogos/as quando se referem a um sistema político que excluía as mulheres meramente por razões de sexo e principalmente quando estão em causa regimes políticos que se apresentam como democracias liberais. No caso da historiografia espanhola, não são raras as obras que utilizam a expressão «sufrágio universal» quando se referem à extensão, em 1890, do direito de voto a todos os homens

maiores de idade, promovendo uma visão androcentrista da política plasmada na lei que alargou o corpo eleitoral masculino. Um dos casos mais emblemáticos que encontramos foi o de Javiel Tusell, que começa o artigo intitulado *O sufrágio universal em Espanha (1891-1936): um balanço historiográfico* (*El sufragio universal en España (1891-1936): un balance historiográfico*, no original) com a seguinte frase: «É 1991 a data comemorativa do centenário da aplicação do sufrágio universal em Espanha⁷.» (1991: 13).

A mesma crítica foi feita no início do século XX por Henrique Baptista no livro *Eleições e Parlamentos na Europa*: «Nos países do sufrágio universal a lei diz que todo o cidadão tem direito ao voto, menos os que exceptua; nos países do sufrágio restrito declara os que têm direito a votar com exclusão dos restantes. Na essência é uma e a mesma coisa. Sufrágio universal não existe. O que existe é o sufrágio mais ou menos restrito. A frase – sufrágio universal – é eufónica, mas não vale nada.» (1903: 10).

Utilizaremos, por isso, a expressão «sufrágio universal» apenas quando o voto é permitido a todos os cidadãos e a todas as cidadãs maiores de idade de um determinado país nas diversas eleições para membros de órgãos do poder político. Como nota Joan Wallach Scott, «a história política – ainda a forma predominantemente de investigação histórica – tem sido o bastião da resistência à inclusão ou mesmo ao questionamento de mulheres e género» (Scott em Crespo, 2008: 68), e a utilização do conceito «sufrágio universal» nos estudos historiográficos quando aplicado apenas a uma parte da população (neste caso, a masculina) contribuir para a perpetuação dessa resistência.

Procurámos, com este trabalho, também contribuir para o enriquecimento dos estudos de género, categoria analítica entendida por nós não como sinónimo de estudos sobre as mulheres ou estudos feministas, mas como o estudo das relações sociais entre os sexos, construídas cultural e socialmente. «A noção de género alude ao conjunto de estereótipos, papéis sociais e atributos que cada sociedade atribui desde o nascimento a homens e mulheres» (Caballé, 2013: 25). Afinal, como refere Gisela Böck, «os estudos sobre as mulheres também não dizem respeito apenas a metade do género humano, mas a toda ela, uma vez que não só as mulheres são sujeitos de género, também os homens o são [...]» (Böck em Crespo, 2008: 85).

⁷ No original: «Es 1991 la fecha conmemorativa del centenario de la aplicación del sufragio universal en

Tendo em conta o objecto da nossa investigação e a inexistência de um trabalho que ponha em contraponto Portugal e Espanha no que se prende à luta pelo voto das mulheres, optámos por fazer um estudo comparado de uma unidade geográfica regional – a Península Ibérica – de uma forma sincrónica, ou seja, num período específico da história dos dois países e sobre uma problemática concreta.

Pretendemos compreender, por um lado, como é se chegou a uma mesma realidade – a aprovação do sufrágio feminino em eleições parlamentares – em regimes políticos tão distintos (a República, no caso espanhol; a Ditadura Militar, no caso português) e, por outro, contrapor os caminhos percorridos por Portugal e Espanha com o percurso trilhado noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental. No fundo, identificar semelhanças e diferenças e encontrar respostas cientificamente sustentadas para as questões por nós levantadas.

Consideramos, por isso, que o método comparativo é aquele que melhor se adequa aos nossos objectivos. Como referem James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, «os investigadores da história comparada colocam questões e formulam respostas sobre um conjunto específico de casos que apresentam suficiente similitude para serem significativamente comparados entre si»⁸ (2003: 14). «O conhecimento daqui resultante providenciará as chaves para compreender, explicar e interpretar diversos resultados e processos históricos»⁹ (Ragin, 1989: 6).

Depois de um certo abandono, desde há cerca de 20 anos que o método da história comparada tem sido aplicado pelos cientistas sociais no estudo de um conjunto cada vez mais alargado de temáticas. Notamos, contudo, existirem poucos trabalhos deste âmbito sobre a história contemporânea da Península Ibérica e, em particular, sobre os movimentos feministas e o estatuto das mulheres na família e na sociedade.

Como assinalam Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Luzón, «Portugal e Espanha têm um longo passado em comum, feito de afastamentos e aproximações, e partilham importantes características estruturais e culturais. Há também contrastes e

España.».

⁸ No original: «[...] comparative historical researchers ask questions and formulate puzzles about specific sets of cases that exhibit sufficient similarity to be meaningfully compared with one another».

⁹ No original: «This knowledge provides the keys to understanding, explaining, and interpreting diverse historical outcomes and processes».

peculiaridades nacionais, a par de diversidades regionais, mais relevantes no caso espanhol. A comparação entre ambos os países – identificando e documentando influências, semelhanças e diferenças – é, por isso, um valioso instrumento heurístico e de compreensão, não só daquilo que os une ou separa, mas também do sentido das suas próprias trajectórias históricas» (2012: 9).

5 – Plano expositivo

Esta tese de doutoramento está dividida em três partes. A primeira, intitulada *Não somos nós, mulheres, também cidadãos*, é dedicada ao contexto sócio-económico e político-cultural em que surgiu e se desenvolveu o movimento sufragista no mundo ocidental. Começaremos por dissecar o pensamento liberal no que diz respeito ao estatuto das mulheres na família e na sociedade (recorrendo à obra de alguns dos teóricos mais influentes, como Jean-Jacques Rousseau e o Marquês de Condorcet), por revisitar os argumentos a favor e contra o voto feminino e de que forma o liberalismo influenciou, inclusive, o discurso médico-científico do século XIX. Consideramos importante recuar ao berço do liberalismo para melhor compreendermos o surgimento do movimento sufragista internacional e podermos contextualizar o sufragismo português e espanhol, que são objecto deste estudo e serão analisados de forma mais detalhada na segunda parte.

Partimos, depois, à descoberta dos movimentos sufragistas que se desenvolveram nos países industrializados e democráticos ao longo do século XIX e no início do século XX, especialmente em França, Inglaterra e Estados Unidos da América, embora não de forma exaustiva. Focar-nos-emos não só no seu modelo de funcionamento interno, mas também na inter-relação com os outros actores, nomeadamente, os partidos políticos e os representantes dos órgãos do poder político, e o aparecimento do feminismo internacional. Daremos igualmente atenção ao contexto político em que o voto feminino foi sendo aprovado nestes países e apresentaremos alguns exemplos de mulheres que ousaram exercer os seus direitos políticos, desafiando a lei e as normas sociais.

Terminamos esta primeira parte com uma análise crítica à tese de Adam Przeworski¹⁰, segundo o qual na maioria dos países ocidentais, a legalização do sufrágio feminino não resultou tanto de uma ameaça que as sufragistas representavam para a estabilidade política, mas sim dos interesses político-partidários que estavam em jogo naquele momento. Ou seja, de acordo com este autor, o voto feminino não foi uma conquista das sufragistas, mas uma concessão da parte de quem detinha o poder legislativo por considerar que poderia retirar proveitos políticos do sufrágio feminino.

Iniciaremos a segunda parte, intitulada *O movimento sufragista em Portugal e Espanha*, com uma contextualização sócio-política do Portugal e Espanha do século XIX e primeiro terço do século XX e os motivos que atrasaram a entrada das mulheres portuguesas e espanholas na política formal, analisaremos o surgimento das primeiras discussões sobre o voto feminino, a inclusão/exclusão das mulheres dos espaços tradicionalmente dedicados à actividade política, a fundação das associações feministas e quais as suas principais líderes e os contactos estabelecidos entre ambos os lados da fronteira e com o movimento internacional.

Em seguida, ocupar-nos-emos dos espaços onde a cidadania política feminina esteve em discussão. Desde logo, os parlamentos, o órgão legislativo por excelência, onde se decidia quem podia ou não fazer parte do corpo eleitoral; a imprensa dirigida exclusiva ou maioritariamente a um público feminino, a qual desde meados do século XIX dedicou espaço à questão do voto das mulheres; o debate travado no seio das próprias organizações sufragistas e a posição dos diversos partidos políticos.

Por fim, na Parte III, analisaremos quatro momentos-chave no processo de reivindicação do sufrágio feminino na Península Ibérica: o voto da médica portuguesa Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911) em Maio de 1911; a concessão do direito de voto em eleições municipais a um conjunto restrito de mulheres pelo regime de Primo de Rivera; e a aprovação do sufrágio universal na II República espanhola e do sufrágio feminino restrito (em eleições municipais e legislativas) pela Ditadura Militar portuguesa no início dos anos 30 do século XX e a realização das primeiras eleições nas quais as mulheres participaram, em 1934, já durante o Estado Novo. Optámos por isolar estes quatro acontecimentos pela relevância que têm para a história do movimento

¹⁰ Adam Przeworski, «Conquered or Granted? A History of Suffrage Extensions», in *British Journal of Political Science*, n.º 39 (2008), p. 292-321.

sufragista nacional e internacional, ao apresentarem-se como momentos de ruptura naquilo que era a normalidade vivida até então.

Relativamente ao voto de Carolina Beatriz Ângelo, e após uma revisão da bibliografia e das fontes primárias, apresentaremos uma nova interpretação sobre os acontecimentos decorridos entre a decisão da médica em requerer o registo do seu nome nos cadernos eleitorais e a decisão judicial que lhe deu razão. A releitura dessas fontes, por nós consultadas no âmbito da dissertação de mestrado (intitulada *Génese e desenvolvimento do movimento feminista português, 1890-1930* e defendida na FCSH/NOVA em 2005), e a consulta de outras até agora menos valorizadas pela historiografia portuguesa conduziu-nos a uma nova visão sobre este episódio. Além disso, como veremos na Parte I, outras mulheres noutros países tinham já tentado exercer o direito de voto recorrendo a argumentos semelhantes aos de Carolina Beatriz Ângelo, facto que não tem sido muito mencionado pela historiografia portuguesa.

Gostaríamos ainda de destacar dois dos documentos apresentados em anexo: uma cronologia referente à aprovação dos direitos políticos das mulheres em todo mundo, incluindo uma menção aos países onde o sufrágio universal ainda não existe (Anexo III); e uma cronologia comparada com os principais acontecimentos registados em Portugal e em Espanha, no período abrangido pelo nosso estudo, relacionados com o voto feminino (Anexo VI). O primeiro permite-nos perceber o quão longa e lenta tem sido a luta pelos direitos políticos das mulheres no mundo; o segundo, ajuda-nos a ter uma visão mais imediata e geral dos mais destacados protagonistas e dos principais momentos do processo de reivindicação do direito de voto para as mulheres na Península Ibérica.

6 – Breves notas finais

O caminho que percorremos até à conclusão desta tese de doutoramento foi sinuoso e com obstáculos difíceis de transpor, principalmente depois de termos ficado desempregadas, em Outubro de 2014. Desde logo, por razões financeiras, foi-nos mais difícil conseguir deslocarmo-nos a Espanha para prosseguir a pesquisa. A necessidade urgente de encontrarmos um novo emprego também nos roubou tempo e ânimo – dois factores tão importantes – para continuar este projecto.

Mas também, o acesso a algumas fontes coevas. Não nos foi possível consultar documentação importante para melhor compreendermos o processo que culminou no voto de Carolina Beatriz Ângelo em 28 de Maio de 1911. Nomeadamente, as actas do Conselho de Ministros e o parecer pedido por este órgão à Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a decisão judicial que confirmou o direito de aquela médica participar nas referidas eleições. Em relação às primeiras, contactámos o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Presidência do Conselho de Ministros e a biblioteca da Assembleia da República, mas nenhuma das instituições conhece o paradeiro das actas ou sequer se estas existem. Quanto ao parecer da PGR, também não há referências ao mesmo na biblioteca deste órgão constitucional.

Resta-nos a esperança de que no futuro apareçam estes ou outros documentos que nos permitam (re)escrever não só este, mas também outros acontecimentos da história da primeira vaga do feminismo português.

Por fim, referir que esta tese de doutoramento não segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado em Lisboa em 16 de Dezembro de 1990, ao qual a autora se opõe desde a primeira hora. O documento subscrito por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (após a independência, em 2004), «sofre de inúmeras imprecisões, erros e ambiguidades» e é pródigo em casos de carácter facultativo ou em que é aceite a dupla grafia¹¹.

A ortografia foi actualizada tanto nas transcrições, como nas referências aos nomes próprios e títulos de obras, jornais e artigos. As transcrições escritas à luz do novo acordo ortográfico foram mantidas na sua redacção original. As citações originalmente escritas em língua estrangeira foram traduzidas para o Português pela autora da tese, de modo a que a leitura seja mais fluída, sendo o texto original reproduzido em nota de rodapé.

¹¹ Petição N.º 495/X (3.ª) apresentada à Assembleia da República por Vasco Graça Moura e outros em defesa da língua portuguesa (contra o novo acordo ortográfico) - <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2b/10/03/120/2008-06-28/9?pgs=9-10&org=PLC&plcdf=true>

PARTE I

NÃO SOMOS NÓS, MULHERES, TAMBÉM CIDADÃOS?

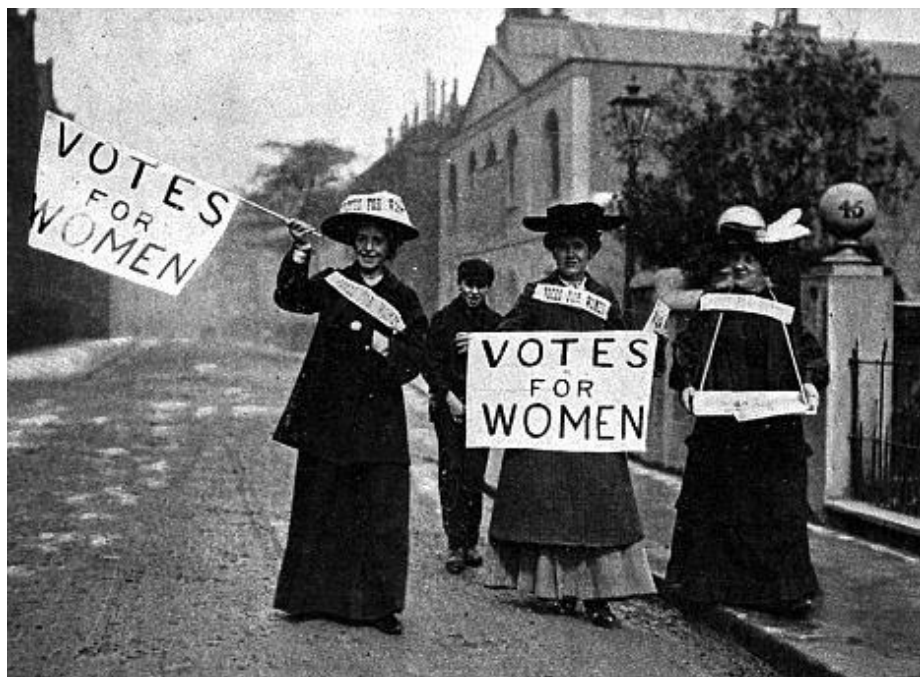


Imagem 1 - Manifestação sufragista em Londres em Abril de 1906



Imagem 2 - Mulheres francesas exigindo o direito de voto em Paris em 1937

CAPÍTULO I – MULHERES, CIDADANIA E DIREITO DE VOTO NA ÉPOCA LIBERAL

Neste primeiro capítulo, centrar-nos-emos na exclusão das mulheres da cidadania política por parte do ordenamento jurídico liberal oitocentista, analisando os argumentos que justificavam essa segregação (nomeadamente, os que se baseavam nas representações culturais de ambos os sexos) e revisitando três dos teóricos liberais que reflectiram sobre esta temática e que mais influenciaram o pensamento ocidental: Jean-Jacques Rousseau, o marquês de Condorcet e John Stuart Mill. Essa exclusão das mulheres da cidade verificou-se não só ao nível do discurso, mas também das práticas das novas instituições políticas e do próprio quadro legal. Antes, porém, detenhamo-nos um pouco na definição do moderno conceito de cidadania política.

I.1. – Cidadãos activos vs cidadãos passivos

Comecemos por tomar emprestadas as palavras de Françoise Thébaud: «A cidadania pode ser definida de duas maneiras. Como relação estabelecida entre o Estado e os indivíduos, é aquilo através do qual o Estado reconhece seus membros e lhes concede direitos, negados aos não-cidadãos. Como relação entre os indivíduos e o Estado, ela evoca sua participação nas atividades da cidade.» (2000: 1). No caso da cidadania política, significa que o Estado atribui a um conjunto de indivíduos autoridade para intervirem na gestão da coisa pública (seja elegendo os seus representantes nos órgãos do poder político ou apresentando-se eles próprios como candidatos). A questão da cidadania política das mulheres colocou-se precisamente porque esta prerrogativa não foi contemplada nos primeiros regimes constitucionais, uma vez que o Estado não reconheceu os indivíduos do sexo feminino como sendo seus membros.

Este ponto é tanto mais relevante se tivermos em conta que a igualdade de todos os cidadãos perante a mesma lei é «um princípio axiomático da cultura jurídica liberal de Oitocentos» (Silva, 2009: 534). Contudo, como nota Cristina Nogueira da Silva, a «igualdade na submissão à lei não implicava, no pensamento político de Oitocentos, que todos participassem na sua elaboração» (op. cit.: 548). Este era um privilégio apenas dos «cidadãos activos», ou seja, dos indivíduos independentes e autónomos que pudessem participar no debate público de forma racional e justa e que, por isso, eram os

mais capazes de governar a cidade. A capacidade censitária foi definida, nesta primeira fase do Liberalismo, pelo grau de instrução e de riqueza. Os restantes, os «cidadãos passivos» (nos quais se incluíam todas as mulheres), não poderiam votar nem ser eleitos, mas tinham direito à protecção dos seus direitos naturais-cívicos por parte do Estado e a obrigação de cumprirem todas as suas leis, sob pena de serem condenados pela justiça.

Para alguns autores liberais, esta exclusão de uma parte significativa dos indivíduos do governo da cidade era uma etapa transitória rumo à plena igualdade e à verdadeira universalidade dos direitos, que chegaria no futuro, à medida que a humanidade se fosse aperfeiçoando. A evolução civilizacional conduziria necessariamente à eliminação de todas as desigualdades e formas de exclusão. «As diferenças face à cidadania que separavam o menor do maior de idade como as que separavam o criado de servir do seu senhor ou o operário pobre do proprietário» eram temporárias uma vez que «a liberdade civil, o progresso económico e o avanço educacional viriam esbater as diferenças, promover a independência económica/psicológica e, com ela, a expansão da participação política» (Idem: 551).

Mas por que razão todos os indivíduos do sexo feminino foram considerados cidadãos passivos pelos quadros jurídicos dos primeiros regimes liberais?

I.2. – Sociedade humana vs mundo natural

A Revolução Francesa (1789-1795) marca o fim do Antigo Regime e o início da era das democracias modernas. Uma das primeiras decisões tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte, formada em 17 de Junho de 1789, foi a abolição dos direitos feudais, dos privilégios individuais e das justiças senhoriais e a instituição de uma nova ordem política e constitucional. Essa nova ordem ficou plasmada na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (Anexo I), adoptada pela Assembleia Nacional em Agosto desse ano e cujos princípios seriam transpostos para a Constituição de 1791.

Os membros da Assembleia Nacional inspiraram-se na *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América* (Anexo II), ratificada em 4 de Julho de 1776 pelo Segundo Congresso Continental, em cujo preâmbulo é defendido que todos

os homens nascem iguais e são detentores de «direitos inalienáveis» conferidos pelo Criador, como sejam a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade. Estes dois textos seriam os grandes inspiradores das constituições de países cujo modelo de governo assentava no Direito.

No preâmbulo da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* é explicado que «o esquecimento e o desprezo dos direitos naturais do homem são as únicas causas dos problemas do mundo», sendo por isso imperativo inscrever numa declaração os «direitos sagrados e inalienáveis» dos cidadãos para que estes não mais se deixassem «oprimir e aviltar pela tirania». Ao governo cabia garantir ao homem o gozo dos seus «direitos naturais e imprescritíveis» (Artigo 1.º), que eram a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade (Artigo 2.º). Se o governo violasse os «direitos do povo», a insurreição era a mais sagrada das obrigações dos membros desse povo (Artigo 35.º).

Contudo, os princípios registados nesta *Declaração* acabaram por ser um exclusivo de uma parte da população – a parte masculina, maior de idade, ilustrada e com riqueza –, perpetuando-se, assim, um sistema de privilégios característico do Antigo Regime e tão criticado pelos liberais. Dos direitos políticos próprios do novo modelo de governo – como o de poder eleger ou candidatar-se a funções públicas –, foi privada a totalidade da população feminina. Esta exclusão encontrou pouca ou nenhuma resistência da parte dos membros da elite política da época, mas foi o bastante para que um número crescente de mulheres se manifestasse contra esta exclusão do seu sexo. Ou seja, que se insurreccionasse contra a violação desse direito, tal como determinava a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

Este paradoxo do Liberalismo clássico resulta da crença de que as mulheres eram moral, intelectual e fisicamente dependentes dos homens. Em todas as culturas, desde o início da humanidade, havia uma clara diferença entre a sociedade humana e o mundo natural, com a primeira a colocar-se num plano superior à segunda, tentando dominá-la. As mulheres foram desde sempre associadas à natureza e os homens à cultura, o que justificava a subordinação das primeiras à autoridade masculina. Apesar da ruptura com o modelo sócio-político do Antigo Regime, os liberais mantiveram o mesmo sistema de valores culturais associados às mulheres.

O conceito de natureza estava presente na teoria liberal «não apenas para

executar a atribuição de funções às mulheres as quais serão reduzidas a uma área particular – o doméstico ou privado -, mas também como conceito justificador da sua própria essência¹²» (Marrades Puig, 2001: 197). As mulheres deveriam conservar-se no espaço doméstico (cuidando da casa e da educação dos/as filhos/as) e os homens na esfera pública (gerindo os assuntos políticos e económicos). Em teoria, cada um tinha o seu espaço e o seu papel bem definidos na família e na sociedade e este é o ponto que espoleta as primeiras mobilizações em defesa dos direitos das mulheres.

Da mesma forma que os homens não se ocupavam das tarefas domésticas nem cuidavam dos/as filhos/as, as mulheres não deveriam intrometer-se nos assuntos políticos. Cabia aos homens a responsabilidade de salvaguardar os interesses das mulheres na esfera pública, obrigação essa institucionalizada através da figura do «cabeça de casal», que ainda hoje vigora em alguns códigos jurídicos. A representação e salvaguarda dos interesses das mulheres era feita, entre outras formas, através do voto dos elementos masculinos da família (voto familiar). Esta separação entre as funções atribuídas a cada um dos sexos era reconhecida pela sociedade nos seus costumes, instituições e leis.

Os limites de cada um dos espaços não deveriam ser ultrapassados, sob pena de colocarem em causa a ordem e o progresso da sociedade. Não é, pois, de estranhar que quando na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* se inscreveu a expressão «todos os homens», esta se referisse apenas aos cidadãos do sexo masculino (mais especificamente, aos homens brancos, maiores de idade e pertencentes à burguesia). A assunção de que as mulheres não eram naturalmente sujeitos de direitos políticos tornou desnecessário inscrever essa exclusão nos textos constitucionais.

Contudo, na prática, as fronteiras destas duas esferas não eram estanques. Da mesma forma que os homens viviam no espaço doméstico e interferiam no seu funcionamento (gerindo os rendimentos da família, determinando o domicílio do casal, decidindo sobre a educação dos/as filhos/as, etc.), as mulheres circulavam no espaço público (quando trabalhavam fora de casa, participavam em manifestações, escreviam em jornais, promoviam acções de caridade, realizavam saraus e tertúlias, etc.). No

¹² No original: «no sólo para realizar la atribución de funciones a las mujeres por las que quedará reducida a un concreto ámbito – el doméstico o privado -, sino también como concepto justificador de su propia esencia.».

século XVIII, o capitalismo veio reforçar essa presença das mulheres no espaço público ao recorrer massivamente à mão-de-obra feminina para o trabalho industrial.

O liberalismo clássico ficou também marcado pela substituição da explicação religiosa do mundo por uma interpretação racional e científica e esta mudança irá também ter repercussões no estatuto das mulheres. Enquanto no Antigo Regime a hierarquia entre ambos os sexos era determinada pelo discurso teológico das grandes religiões (em particular, o cristianismo), na época liberal, essa relação social entre os dois sexos é sancionada pela neutralidade da razão e da ciência.

Os avanços verificados na ciência nos séculos XVIII e XIX vieram reforçar a tese de que mulheres e homens eram física e intelectualmente diferentes do ponto de vista biológico, contrariando a ideia de que essa diferenciação era socialmente construída. A compleição física das mulheres era mais frágil e o seu cérebro mais pequeno do que o dos homens, o que as tornava, a elas, serem emocionais e sensíveis e a eles, serem racionais e objectivos. Essa fragilidade física e, sobretudo, emocional impedia as mulheres de recorrerem aos princípios racionais na aplicação da justiça, da lei, na base da qual assentava o novo modelo político.

A Revolução Francesa marcou o início de um movimento de defesa dos direitos das mulheres que atingiria o seu ponto de não retorno na segunda metade do século XIX. Com a instauração do novo modelo político, passamos de um feminismo teórico para um feminismo de acção (Albistur e Armogathe, 1977a: 306-307). As mulheres adoptam novas formas de expressão e de pressão. Além da tradicional escrita de panfletos, ensaios e livros, dirigem petições ao parlamento, fundam clubes políticos, organizam manifestações de rua ou recorrem às novas autoridades políticas e judiciais para verem confirmada (ou não) a tese de que semanticamente, as expressões «cidadão» ou «todos os homens» se referiam a indivíduos de ambos os sexos e não apenas do sexo masculino (ler capítulos II e III desta primeira parte).

O feminismo é um dos maiores movimentos sócio-políticos e culturais (se não o maior) de toda a história da humanidade, uma vez que se ocupa da defesa dos direitos de metade da população mundial, combatendo séculos de estereótipos e de preconceitos.

I.3. – Liberalismo moderado vs liberalismo radical

O debate sobre a definição de quem eram os cidadãos activos e passivos marcou esta primeira etapa do liberalismo. Os primeiros eram os homens brancos, maiores de idade, detentores de riqueza ou que desempenhavam determinadas profissões; os segundos, todos/as aqueles/as que eram economicamente dependentes (como as mulheres, os menores de idade, os indigentes ou os empregados domésticos) e, por causa dessa condição, não tinham direito ao voto (Pérez Garzón, op. cit.: 44).

Um dos pensadores que se opôs veementemente à atribuição de cidadania política às mulheres foi Jean-Jacques Rousseau. Para Fernanda Henriques, as reflexões do filósofo genebrino foram determinantes para a exclusão das mulheres da cidadania numa altura em que «toda a sociedade ocidental se redefinía e procurava novos alicerces de funcionamento e liberdade», sendo, por isso, «um dos responsáveis mais determinantes pelas dificuldades que as mulheres tiveram – e ainda têm – para chegarem a ser reconhecidas como uma individualidade com entidade ontológica capaz de protagonizar um modo de ser humano autónomo e livre e, conseqüentemente, capaz de assumir a cidadania na plenitude das suas dimensões» (1998: 171-172).

Principalmente, nos seus livros *O discurso sobre a origem e o fundamento das desigualdades entre os homens* (*Discours sur l'origine et des fondements de l'inégalité parmi les hommes*, no original) (1755), *Julie; ou, A Nova Heloísa* (*Julie, ou la Nouvelle Héloïse*, no original) (1761) e *Emílio ou a Educação* (*Émile, ou l'Éducation*, no original) (1762), Rousseau rejeita claramente a ideia da igualdade de direitos entre homens e mulheres com o argumento de que está na natureza delas serem obedientes e, por isso, nunca poderão ser autónomas. As mulheres deveriam aceitar incontestavelmente as ordens dos homens, mesmo quando estas fossem injustas, pois as «as mulheres, tanto por si como pelos seus filhos, esta[vam] à mercê do juízo dos homens» (Rousseau, *Émile, ou de l'éducation* citado em Henriques, 1998: 187). Para o filósofo genebrino, esta diferença entre os sexos não foi construída pela sociedade, mas sim determinada pela natureza.

As mulheres não existiam por si só, enquanto ser individual, mas apenas na sua relação com os homens: «A mulher e o homem são feitos um para o outro, mas a sua dependência mútua não é igual: os homens dependem das mulheres pelos seus desejos;

as mulheres dependem dos homens quer pelos seus desejos quer pelas suas necessidades; nós subsistiríamos melhor sem elas do que elas sem nós» (citado em Henriques, op. cit.: 186).

Elas deveriam ser educadas desde a infância para agradarem e serem úteis aos homens, para os fazerem «amá-las e estimá-las», para os educar enquanto fossem jovens e para cuidar deles quando adultos. Tinham ainda a obrigação de os aconselhar, consolar e tornar as suas vidas «fáceis e agradáveis». (Pérez Garzón, 2011: 55). A sua educação formal deveria ser básica e resumir-se às questões relativas à gestão das tarefas domésticas. Os homens, pelo contrário, deveriam ser instruídos para assumirem responsabilidades na vida pública. As mulheres existiam para servir; os homens para (co)mandarem. Elas eram seres passivos e fracos; eles, activos e fortes. O modelo pedagógico rousseauiano legitimava, desta forma, preconceitos ancestrais contribuindo para a sua manutenção na nova ordem social e política que nasceu com o liberalismo.

Este contrato social que define o lugar de homens e mulheres na família e na sociedade (e que várias teóricas do feminismo, como Carole Pateman, denominam de contrato sexual) é, para Rousseau, imprescindível para o progresso da humanidade. Se as mulheres abandonassem as tarefas domésticas para se ocuparem dos assuntos públicos, haveria um desequilíbrio na relação entre os dois sexos, o que colocaria em causa o avanço da sociedade. Além disso, sendo as mulheres seres frágeis e emocionais, não seriam capazes de empregar princípios racionais na aplicação da justiça, a base do novo modelo político.

Posição diferente tinha o Marquês de Condorcet. Num artigo intitulado *Sobre a admissão das mulheres aos direitos de cidadania* (*Sur le droit de cité des femmes*, no original), publicado em 3 de Julho de 1790, Condorcet questionava os princípios nos quais se apoiava o estado republicano para excluir as mulheres do direito público. Defendendo que homens e mulheres eram dotados de razão e de moral, e, por isso, merecedores dos mesmos direitos, concluía que a violação da igualdade de direitos só podia dever-se ao «hábito»: «O hábito pode familiarizar os homens com a violação dos seus direitos naturais, ao ponto de, entre aqueles que os perderam, ninguém pensar em reclamá-los, ninguém acreditar ter sido vítima de uma injustiça»¹³ (Condorcet, 1847: 5).

¹³ No original: «L’habitude peut familiariser les hommes avec la violation de leurs droits naturels, au

A exclusão das mulheres dos direitos de cidadania não foi «um acto de tirania», mas uma forma de provar que os seus direitos naturais não eram os mesmos dos homens ou de demonstrar que elas não eram capazes de os exercer, o que era «difícil de provar». «Elizabeth de Inglaterra»¹⁴, «Maria Teresa»¹⁵ e as duas «Catarinas da Rússia»¹⁶ eram o exemplo de como não faltavam às mulheres «força anímica» e «coragem de espírito». O que lhes faltava era uma educação para a cidadania, uma oportunidade para aprenderem a moverem-se num espaço que raramente fora o delas, para decidirem em função da razão e não do coração. Afastadas dos assuntos públicos, da gestão do bem comum, da aplicação da justiça baseada em leis positivistas, as mulheres acostumaram-se a viver segundo os princípios da «honestidade natural» e do «sentimento».

Excluir as mulheres da república com base neste argumento implicava privar dos direitos de cidadania todas aquelas que por força do seu «trabalho incansável» não tivessem a oportunidade de «exercitar a razão». O que significaria que, a pouco e pouco, apenas os homens que frequentassem um «curso de Direito Público» pudessem ser considerados cidadãos. Um privilégio próprio do Antigo Regime e não de um regime que defendia direitos iguais para todos «os indivíduos da espécie humana».

No mesmo artigo, Condorcet desmonta ainda um outro motivo muitas vezes apresentado como justificação para excluir as mulheres do direito de cidadania: o da utilidade pública. Havia a crença de que todos os cidadãos tinham como objectivo último o governo da coisa pública, o que afastaria as mulheres da gestão da casa e da educação dos filhos. Mas Condorcet acreditava que não era pelo facto de as mulheres serem membros da Assembleia Nacional que elas descuidariam os seus afazeres domésticos, da mesma forma que os artistas não se afastavam dos seus ateliês.

Por todos estes motivos, Condorcet defendia: «Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de outro, independentemente da sua religião, da sua cor ou do seu sexo, desde

point que, parmi ceux qui les ont perdus, personne ne songe à les réclamer, ne croie avoir éprouvé une injustice».

¹⁴ Isabel I (1533-1603), rainha de Inglaterra e da Irlanda desde 1558 até à sua morte.

¹⁵ Maria Teresa da Áustria (1717-1780), imperatriz consorte do sacro império romano-germânico entre 13 de Setembro de 1745 e 18 de Agosto de 1765.

¹⁶ Catarina I (1684-1727) e Catarina II (1729-1796), imperatrizes da Rússia.

logo renunciou os seus»¹⁷ (Idem: 6).

Condorcet era considerado um dos precursores do feminismo em França. Todo o seu discurso assentava na defesa de uma república que respeitasse o princípio da representação nacional, ou seja, que não excluísse da sua governação uma parte dos seus membros, neste caso, as mulheres. Contudo, o *Projecto de Declaração de Direitos e de Constituição* que apresentou na Convenção Nacional¹⁸ no dia 15 de Fevereiro de 1793 não fazia qualquer referência às mulheres.

Cerca de 80 anos depois, surge do outro lado do Canal da Mancha, aquele que à época foi considerado a bíblia das sufragistas e que terá sido o primeiro ensaio verdadeiramente feminista escrito por um homem. Referimo-nos ao livro *A Sujeição da Mulher* (*The Subjection of Women*, no original), escrito em 1869 por John Stuart Mill, um acérrimo defensor da emancipação social, económica e política das mulheres (dois anos antes, tinha apresentado uma petição a favor do sufrágio feminino – ler Capítulo II desta primeira parte). Nesta obra, o filósofo inglês mostra-se preocupado com a forma desigual como o quadro jurídico e os costumes arraigados tratam homens e mulheres e sustenta que apenas uma relação social entre ambos os sexos baseada no princípio da «perfeita igualdade» permitirá o desenvolvimento moral e intelectual da humanidade. Para ele, o que então se designava por «natureza feminina» mais não era do que «algo eminentemente artificial – o resultado de repressão forçada em algumas direcções, estimulação não natural noutras¹⁹» (Mill, 1869: 38-39), utilizado para justificar essa sujeição das mulheres ao sexo masculino.

À semelhança de Condorcet, também John Stuart Mill considera que a ignorância das mulheres, fruto de uma instrução deficiente, deve ser combatida a bem do progresso da civilização. Só um investimento na sua educação formal as poderia preparar para assumirem novas responsabilidades na família e, sobretudo, na sociedade, abrindo-lhes as portas a profissões e funções políticas que até então lhes estavam

¹⁷ No original: «Ou aucun individu de l'espèce humaine n'a de véritables droits, ou tous ont les mêmes; et celui qui vote contre le droit d'une autre, quels que soient sa religion, sa couleur ou son sexe, a dès lors abjuré les siens».

¹⁸ Convenção Nacional é a denominação dada ao regime político que vigorou em França entre 20 de Setembro de 1792 e 26 de Outubro de 1795.

¹⁹ No original: «What is now called the nature of women is an eminently artificial thing – the result of forced repression in some directions, unnatural stimulation in others».

interditas e tornando-as verdadeiras companheiras dos homens e não suas escravas. Numa palavra, só assim as mulheres seriam verdadeiramente livres económica, social e politicamente.

Excluir à partida as mulheres da esfera política mais não era do que um acto de egoísmo e de injustiça perpetrado por metade da humanidade sobre a outra metade. Muitas mulheres tinham já provado serem capazes de se encarregarem dos assuntos de governo de forma tão ou mais responsável do que os homens. Por toda o mundo, havia vários exemplos de monarquias e impérios liderados com grande mérito por mulheres, por vezes, em períodos de grande instabilidade política e social, já para não falar das sociedades mais antigas, como a da cidade grega de Esparta, onde havia um equilíbrio de poderes entre homens e mulheres. Não permitir que as mulheres votassem ou se candidatassem a funções públicas representava, no seu entender, um retrocesso civilizacional: «as únicas coisas que a lei existente exclui as mulheres de fazerem, são aquelas que elas já provaram serem capazes de fazer²⁰» (Idem: 99).

Por outro lado, a atribuição do direito de voto às mulheres significaria não só um tratamento justo e igualitário entre ambos os sexos, mas também uma maior garantia de que a política se regeria por elevados padrões de ética. Muitos opositores ao sufrágio feminino argumentavam que as mulheres já participavam indirectamente nas eleições, pois influenciavam, em muitos casos, o sentido de voto dos elementos masculinos da família (em especial, os maridos). Contudo, John Stuart Mill defende que permitindo às mulheres participarem nas eleições – como votantes e/ou candidatas a cargos políticos -, estas seriam co-responsáveis pelo governo da coisa pública.

Além do mais, acrescenta o autor, «é provável que a opinião política da maioria das mulheres de uma determinada classe não seja muito diferente da dos homens da mesma classe, excepto quando estão em causa interesses nos quais as mulheres, enquanto tal, estão de alguma forma envolvidas²¹» (Idem: 96-97). Nestes casos, o voto é a sua garantia de que esses interesses são tratados de forma justa e igualitária.

²⁰ No original: «the only things which the existing law excludes women from doing, are the things which they have proved that they are able to do».

²¹ No original: «The majority of the women of any class are not likely to differ in political opinion from the majority of the men of the same class, unless the question be one in which the interests of women, as such, are in some way involved».

John Stuart Mill rejeita liminarmente que as mulheres tenham menos faculdades intelectuais do que os homens para desempenharem funções políticas, concluindo que a sua discriminação assenta apenas na dificuldade que a generalidade do sexo masculino tem em tolerar «a ideia de viver em igualdade» (Idem: 92).

O que os defensores da emancipação feminina defendiam, no fundo, era que o papel desempenhado por cada um dos sexos na esfera pública e na esfera privada não era determinado pela natureza nem resultava de um qualquer desígnio divino, mas sim de uma construção social (Offen, 2000: 32). Não eram as condições biológicas que definiam as relações sociais entre homens e mulheres e a sua identidade enquanto tal, mas as concepções culturais. A masculinidade e a feminilidade, como tudo o que encerram, são socialmente construídas. Esta teoria seria recuperada na década de 60 do século XX por filósofos como Judith Butler e Michel Foucault, dando origem a uma nova disciplina: os estudos de género.

CAPÍTULO II – O MOVIMENTO SUFRAGISTA

A luta pelos direitos políticos das mulheres constitui um dos pilares fundadores dos movimentos feministas que surgiram na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América no século XIX, fruto de um ideário político democrático que reivindicava a reestruturação do Estado e a construção de uma sociedade onde todos os cidadãos tivessem as mesmas oportunidades e os mesmos direitos, independentemente do seu sexo, da cor da sua pele, da sua riqueza, estado civil ou grau de literacia.

O sufragismo surgiu em resposta à exclusão das mulheres do processo de tomada de decisão política que nasceu com a *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América* e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, textos fundadores do sistema democrático de governo e que influenciaram o quadro jurídico dos países que adoptaram o Direito como base do seu regime político. Ao reivindicarem o reconhecimento de que também elas, mulheres, eram cidadãos, e, por isso, tinham direito a intervir na esfera política, as sufragistas (tal como os abolicionistas) contribuíram fortemente para a adopção plena dos princípios demo-liberais, apesar de

essa luta se ter prolongado até ao século XXI em alguns países (Anexo III).

A propalada universalidade dos direitos humanos nunca o foi, de facto, até bem entrados no século XX e não chegou ao mesmo tempo a todos os países. Para se atingir esse estágio, houve necessidade de redefinir por completo as relações entre homens e mulheres e questionar os papéis que ambos desempenhavam nas esferas pública e privada, um processo complexo e lento que obrigou a romper com séculos de hábitos profundamente enraizados. Como refere Catherine Larrère, «a análise dos costumes é tão indispensável para compreender a condição das mulheres como para completar o estudo dos governos: na sua constituição, captar-se-á o que querem ser; nos seus costumes, o que são²²» (Larrère em Fauré, 2010: 167).

Para o filósofo espanhol Adolfo Posada (1860-1944), era o hábito que explicava que se aceitasse sem contestação que uma mulher ocupasse o trono, mas houvesse forte resistência à possibilidade de elas poderem ser eleitas deputadas ou chefes do governo ou do Estado. Isso devia-se precisamente ao facto de «não ser habitual» as mulheres apresentarem-se como candidatas a lugares nos órgãos do poder político (1994: 225). Ou seja, não estava em causa apenas a sua alegada falta de capacidade intelectual para assumirem esses lugares, mas também a estranheza que isso causaria aos/às cidadãos/ãs por não estarem familiarizados/as com essa realidade.

Embora, como afirma Karen Offen, o feminismo se apresente como um movimento sócio-político pró-mulher, isso não significa que seja anti-homem (2000: 21). Até porque, como veremos ao longo deste trabalho, em nenhum país e em nenhum período histórico se verificou a adesão da totalidade das mulheres ao movimento feminista. Da mesma forma que nem todos os homens estiveram contra a proclamação de direitos iguais para ambos os sexos. Tendo em conta que durante muito tempo eles tiveram o exclusivo dos poderes político e jurídico, coube-lhes abrir as portas destes dois mundos (e de outros) às mulheres. Se essa abertura de portas ocorreu por uma questão de justiça, de defesa dos seus próprios interesses ou se resultou de uma cedência perante ameaças reais por parte das sufragistas, é o que discutiremos no Capítulo III desta primeira parte.

²² No original: «El análisis de las costumbres es tan indispensable para comprender la condición de las mujeres, como para completar el estudio de los gobiernos: en su constitución, se captará lo que quieren ser; en sus costumbres, lo que son».

Neste capítulo, revisitaremos brevemente a luta das mulheres francesas, inglesas e americanas pelos seus direitos políticos desde a declaração de independência dos EUA até aos anos 20 do século XX, que historicamente corresponde à primeira onda do movimento feminista, de pendor claramente sufragista. A escolha destes três países deve-se a terem sido aqueles nos quais o sufragismo organizado surgiu mais cedo e à importância que as suas líderes tiveram na formação de um movimento sufragista internacional a partir dos finais do século XIX. Por outro lado, representam dois tipos de sufragismo: um moderado, no caso francês; outro com um pendor mais radical, como são os casos dos movimentos americano e inglês.

II.1. – França: «A escravidão da mulher entrava a liberdade do homem»²³

Apesar de terem participado activamente no movimento revolucionário de 1789-1795, contribuindo para a instauração de um regime político que prometia acabar com os privilégios de determinadas classes sociais e atribuir a todos os cidadãos os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, as mulheres francesas viram-se novamente relegadas para um papel secundário e muitos dos novos direitos consagrados na Constituição de 1791 - como os direitos políticos - foram-lhes negados.

Na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, aprovada pela Assembleia Nacional francesa na noite de 26 para 27 de Agosto de 1789, não havia qualquer referência às mulheres, o que gerou de imediato uma forte reacção. Várias mulheres francesas dirigiram petições à Assembleia Nacional para lembrar que elas eram também cidadãos e tinham um papel importante a desempenhar na nova ordem política. Uma das mais emblemáticas intitulava-se *Petição das Damas à Assembleia Nacional* (*Requête des Dames à l'Assemblée Nationale*, no original) e exigia, entre outras medidas, a abolição irrevogável de todos os privilégios do sexo masculino, o direito do sexo feminino à mesma liberdade, vantagens, direitos e honras que os homens possuíam e a admissão de mulheres nas assembleias de distrito, departamentais e na Assembleia Nacional (Offen, op. cit.: 55), desde que reunissem os requisitos

²³ Lema do Programa Eleitoral das Mulheres, aprovado em 1889 no Congresso Francês e Internacional do Direito das Mulheres, que foi afixado em Paris durante os períodos eleitorais. (cf. Auclert, 1908: 112). No original: «L'esclavage de la femme entrave la liberté de l'homme».

consagrados na lei eleitoral. A não atribuição de direitos políticos às mulheres por parte da Assembleia Nacional representava um retrocesso: antes da Revolução, as mulheres celibatárias ou que possuísssem feudos tinham sido autorizadas a votar nos Estados Gerais.

Muitas destas mulheres que agora exigiam ser tratadas como cidadãs acabariam por ser perseguidas e ostracizadas apenas porque se atreviam a desafiar a autoridade e a exclusividade masculinas, reclamando igualdade de direitos no espaço público e interpelando directamente os órgãos do poder político. Um dos casos mais ilustrativos é o de Olympe de Gouges (pseudónimo de Marie de Gouze, filha de um açougueiro e de uma criada do sul de França) (1748-1793), que pagou essa ousadia com a vida. Em 1791, dedicou à rainha Maria Antonieta (1755-1793) uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (Anexo IV), na qual defendia que todas as mulheres nasciam livres e com os mesmos direitos que os homens e exortava-as a libertarem-se do jugo masculino. O documento surgiu depois de a Assembleia Constituinte ter aprovado, em Setembro desse ano, uma Constituição que não reconhecia os direitos de cidadania das mulheres. Para os constituintes, eram cidadãos apenas os homens com 25 ou mais anos de idade e só estes tinham direito a voto, negando, desta forma, um dos princípios fundadores da república: o da igualdade.

O título do documento, que mais não é do que a versão feminina da declaração aprovada pela Assembleia Nacional, coloca em causa a suposta neutralidade dos conceitos, muitas vezes invocada pelos homens do Estado. No primeiro artigo, Olympe de Gouges escreve: «A mulher nasceu livre e é igual ao homem nos seus direitos. As distinções sociais só podem ter por base o bem comum» (Gouges em Barradas, 2002: 15) e não a «tirania masculina», como então acontecia. Para ela, as leis deveriam ser a «expressão da vontade geral» de «todos os cidadãos e cidadãs»; estes eram «iguais aos olhos da lei» e, por isso, deveriam «ser admitidos igualmente a todas as honras, posições e cargos públicos de acordo com a sua capacidade e sem distinções além das suas virtudes e talentos» (Artigo 6) (Idem: 16). No artigo 10, defende que «Ninguém deve se incomodado pelas suas opiniões elementares» e que, se «a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve também ter o direito de subir à tribuna, desde que as suas demonstrações não perturbem a ordem pública legalmente estabelecida» (Idem: 17). Esta última frase acabaria por ser adoptada como lema do movimento feminista que

mais tarde se formará. No *post-scriptum*, pede às mulheres que descubram os seus direitos, garantindo-lhes que «O poderoso império da natureza já não está rodeado de preconceito, fanatismo, superstição e mentiras» (Idem, 19).

Durante vários anos, Olympe de Gouges escreveu panfletos, folhetos e peças e teatro de pendor abolicionista e feminista (cujos custos de impressão eram suportados por si) para provar o quão capazes eram as mulheres de desenvolverem outras actividades além daquelas que tradicionalmente lhes estavam destinadas. Acabou por ser acusada de traição à pátria e condenada à morte aos 45 anos de idade. Foi decapitada em 8 de Novembro de 1793. Dois anos mais tarde, as mulheres francesas seriam proibidas de se envolverem em actividades políticas e de assistirem aos debates da Convenção Nacional.

Com a proclamação da Segunda República, em Fevereiro de 1848, renasce a esperança de que sejam abolidas as desigualdades políticas e cívicas e que as mulheres sejam, finalmente, chamadas a intervir no governo da cidade. Tal como tinha acontecido durante a Revolução Francesa, também agora elas tinham dado um contributo importante para a instauração de um regime democrático. O reconhecimento do seu estatuto de cidadã seria, também por isso, uma questão de justiça.

Em 5 de Março, é restabelecido o sufrágio universal, embora a redacção do artigo 6 levante algumas dúvidas quanto à universalidade do voto: «São eleitores todos os franceses com a idade de 21 anos²⁴» (Albistur e Armogathe, 1977b: 449-450). Estarão as francesas incluídas? Várias mulheres dirigem petições ao governo provisório reclamando o reconhecimento da igualdade de direitos eleitorais argumentando que o «povo» é composto por indivíduos dos dois sexos. A questão é esclarecida por Armand Marrast (1801-1852), membro do governo provisório, que, num encontro em 22 de Março com militantes do Comité dos Direitos das Mulheres, afirma que não podem ser restabelecidos direitos dos quais as mulheres nunca foram detentoras. As eleições para a Assembleia Constituinte, que tiveram lugar cerca de um mês depois, acabariam por realizar-se sem a participação das mulheres. Em 28 de Setembro, a legislação passa a definir como eleitores os homens maiores de idade.

Excluídas, uma vez mais, dos assuntos públicos, as mulheres multiplicam os

²⁴ No original: «Sont électeurs tous les français âgés de vingt et un ans».

seus espaços de participação na sociedade fundando novos clubes políticos, dos quais são exemplo a Sociedade da Voz das Mulheres (*Société de la Voix des Femmes*, no original), o Comité dos Direitos da Mulher (*Comité des Droits de la Femme*, no original) ou a União das Mulheres (*Union des Femmes*, no original) (Idem: 453).

Em 1871, a Comuna de Paris (18 de Março a 28 de Maio) aprova, finalmente, o sufrágio feminino. Contudo, a curta duração deste governo marcadamente proletário não permitiu que as mulheres pudessem exercer esse direito, pelo que o sonho das



Imagem 3 – Manifestação sufragista em Paris em 1913

sufragistas continuou adiado. Com o regresso dos republicanos ao poder, as mulheres voltaram a ser excluídas da cidadania política. Em 1872, Julie-Victorie Daubié (1824-1874) promove uma petição exigindo o direito de voto para as mulheres solteiras e viúvas, mas a Assembleia Nacional, durante o debate sobre a reforma eleitoral que teve lugar dois anos mais tarde, nem sequer abordou o assunto.

Desde os primeiros os primeiros congressos feministas internacionais, no final do século XIX, até Agosto de 1914, quando eclode a Grande Guerra, o movimento sufragista francês ganha outra dinâmica. Surgem novas associações feministas, multiplicam-se as petições ao congresso exigindo o voto para as mulheres, realizam-se conferências um pouco por todo o país e dinamizam-se campanhas de propaganda durante os períodos eleitorais. Em 1909, é fundada em Paris a União Francesa para o

Sufrágio das Mulheres (*Union Française pour le Suffrage des Femmes*, no original), liderada por Jeanne Schmahl (1846-1915) e que se destacará até ao início da II Guerra Mundial na defesa dos direitos políticos das mulheres. Cinco anos após a sua criação conta já com cerca de 12 mil afiliadas distribuídas por 75 núcleos regionais e, em 1928, chega às 100 mil associadas.

Com o início da Grande Guerra, no Verão de 1914, e o empenho de toda a sociedade no esforço de guerra, as campanhas feministas abrandaram, acabando por ser suspensas quando se percebe que a beligerância está para durar. As mulheres substituem a mão-de-obra masculina em muitas actividades económicas (cerca de dois milhões trabalharam na indústria pesada), promovem acções de solidariedade para com as famílias dos combatentes, cuidam dos feridos na frente de batalha, apoiam os prisioneiros de guerra, são vítimas da violência directa do inimigo nas zonas ocupadas.

Mais ainda antes do fim da guerra, voltou a discutir-se o voto das mulheres. Em Janeiro de 1918, o deputado Émile Magniez (1876-1919) lembra a colaboração preciosa das mulheres durante o conflito e pede que elas deixem de ser tratadas como escravas. Em Agosto, o senador Louis Martin (1859-1944) propõe que seja concedido o voto às viúvas de guerra (cerca de 650 mil). «O voto não era mais um direito mas uma recompensa²⁵» (Albistur e Armogathe, 1977b: 563).

Em Maio do ano seguinte, a Câmara dos Deputados aprova o sufrágio universal com 344 votos a favor e 97 contra, numa sessão acompanhada por várias sufragistas nas galerias. Contudo, o projecto de lei acaba chumbado no Senado, com 156 votos contra 134 (o mesmo se passou nos anos de 1925, 1932 e 1935). Os senadores temiam que o eleitorado feminino votasse à direita, colocando em perigo o regime republicano. A verdade é que nas eleições parlamentares de 1919, nas quais as mulheres não participaram, venceram os nacionalistas (Offen, 2000: 264).

A partir dos anos 30, o sufragismo francês começa a perder fôlego, numa altura em que o movimento feminista internacional dava já atenção a outras questões relacionadas com os direitos das mulheres pelo facto de o voto feminino ser já uma realidade em vários países ocidentais. O eclodir da II Guerra Mundial redireccionou os esforços das mulheres para outras lutas, à semelhança do que tinha acontecido em 1914-

²⁵ No original: «Le vote n'était plus un droit mais une recompense».

1918. As mulheres francesas só veriam os seus direitos políticos reconhecidos em 21 de Abril de 1944 através de um decreto do governo provisório chefiado pelo general Charles de Gaulle (1890-1970), que desta forma pretendeu recompensá-las por todo o trabalho que desenvolveram na Resistência Francesa. Em Abril do ano seguinte, as mulheres participam nas eleições municipais, e, em Outubro, nas eleições nacionais.

França é um verdadeiro caso de estudo no que respeita ao sufrágio feminino. Precursora das democracias modernas e um dos primeiros países do mundo a atribuir o voto a toda a população masculina (1848), foram necessários cerca de 150 anos para que as mulheres pudessem votar. François Thébaud apresenta duas justificações para este desfasamento: 1) apesar de algumas exceções, até à fundação da União Francesa para o Sufrágio das Mulheres, em 1909, as feministas fazem sobretudo campanha pelos direitos cívicos e económicos; 2) o sufrágismo francês foi bastante moderado, reivindicando direitos políticos por etapas (começando pelo direito de voto em eleições municipais) e recusando a adopção de métodos violentos, preferindo a persuasão (2000: 7).

II.2. – Inglaterra: «Acções não palavras»²⁶

Os ventos de mudança que se sentiam em França rapidamente chegaram a outras partes da Europa, internacionalizando o debate sobre a emancipação das mulheres e contribuindo para o despertar da questão em países onde até então parecia estar adormecida. Um dos países onde as ideias revolucionárias rapidamente chegaram e foram de imediato acolhidas foi a Inglaterra, do outro lado do Canal da Mancha.

Em 1792, Mary Wollstonecraft (1759-1797) publica *Em defesa dos direitos da mulher (Vindication of the Rights of Woman: with Structures on Political and Moral Subjects*, no original), dedicado a Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838), político francês que no ano anterior apresentara na Assembleia Nacional francesa um relatório sobre a instrução pública. No relatório, Talleyrand rejeita liminarmente a concessão de direitos políticos às mulheres, argumentando que, no seu próprio interesse,

²⁶ No origina: *Deeds not words*. Lema adoptado pela União Social e Política das Mulheres, fundada em 1903.

era importante não aspirarem ao exercício de qualquer direito ou função política: «Quanto menos participarem na formação da lei, mais protecção e força receberão dela²⁷» (cit. em Offen, 2000: 59).

No livro, considerado um dos textos fundadores do pensamento feminista moderno, Wollstonecraft critica a exclusão de metade da população do mundo do debate político, defende uma aposta na instrução das mulheres, maior igualdade de direitos no casamento e na família e o fim da subjugação feminina à autoridade dos homens. Só o acesso à cultura e à educação formal permitiriam a verdadeira emancipação das mulheres, argumenta.

As feministas aceitavam a tese de que a maioria das mulheres não estava intelectualmente preparada para assumir estas responsabilidades, muito por causa do tipo de educação e de instrução que lhes eram ministradas, das dificuldades de acesso ao sistema de ensino e do perpetuar de um conjunto de convenções sociais segundo as quais as mulheres deviam obediência aos homens e não deviam imiscuir-se nos negócios da família nem no governo da coisa pública. Defendiam, por isso, um sistema de ensino laico, universal e misto, que permitisse às mulheres tornarem-se seres intelectualmente mais desenvolvidos e lhes facultasse as ferramentas necessárias para alcançarem a sua independência económica e política. As sufragistas acreditavam que ao poderem escolher os seus representantes nos órgãos do poder político mais facilmente as suas pretensões seriam atendidas.

Wollstonecraft não nega que, em geral, as mulheres são fisicamente inferiores aos homens («é a lei da natureza» e uma «nobre prerrogativa», aceita), mas são igualmente «criaturas racionais». A invocada superioridade intelectual dos homens deve-se apenas, a seu ver, à oportunidade que eles têm de adquirir conhecimentos através de uma educação formal que os prepara, desde a infância, para se movimentarem na esfera política e ocuparem-se de cargos públicos. «Fortaleçam a inteligência feminina aumentando-a, e a obediência cega acabará²⁸» (Wollstonecraft, 1892: 22). Por isso, defendia: «quanto mais igualdade for estabelecida entre os homens,

²⁷ No original: «The less they participate in forming the law, the more they will receive from it protection and strength».

²⁸ No original: «Strengthen female mind by enlarging it, and there will be an end to blind obedience».

mais virtude e felicidade reinarão na sociedade²⁹» (Idem: 9).

Este ensaio de Wollstonecraft é uma sequência de *Reivindicação dos Direitos do Homem* (*Vindication of the Rights of Man*, no original), que publicara em 1790 em resposta ao livro *Reflexões sobre a Revolução em França* (*Reflexions on the Revolution in France*, no original), da autoria de Edmund Burke (1729-1797). Neste livro, editado no mesmo ano, o filósofo irlandês critica o papel desempenhado pelas mulheres durante o período revolucionário, sublinhando que a sua participação foi, acima de tudo, uma ameaça à autoridade masculina na família.

A questão do voto feminino chega pela primeira vez ao Parlamento inglês em 1797, para ser de imediato afastada, uma vez que as leis da natureza determinavam que as mulheres estavam subordinadas, em tudo, aos homens. Por isso, naturalmente, não deveriam ter direito ao voto ou a serem eleitas, argumentou-se.

As primeiras manifestações feministas em Inglaterra datam apenas de 1832, ano em que é aprovada a *Reform Bill*, em cujo texto surge a palavra *person* (pessoa) em vez de *male* (homem) para «criar novas categorias de eleitores no sufrágio censitário» (Arnaud-Duc in Duby e Perrot, 1994: 101). Em teoria, interpretando a lei à letra, o diploma contemplava o voto feminino. Contudo, a legislação que definia o regime eleitoral dos conselheiros municipais, aprovada três anos mais tarde, estabelecia que apenas os homens (*males*) podiam votar.

Em 1866, John Stuart Mill, que tinha sido eleito deputado no ano anterior, entrega no Parlamento uma petição (*Ladies Petition for Women's Suffrage*, no original) com 1499 assinaturas reclamando o sufrágio feminino. Um dos argumentos invocados é o facto de a capacidade censitária ser atribuída aos detentores de propriedade e de a lei inglesa proibir as mulheres de serem proprietárias, existindo, assim, uma «anomalia» no quadro jurídico. No ano seguinte, Mill aproveita um debate sobre a reforma eleitoral para propor a extensão do direito de voto às mulheres. Embora tenha sido rejeitada, a proposta obteve uma votação elevada, animando as sufragistas inglesas.

Em 6 de Dezembro de 1867, Lydia Becker (1827-1890) funda, em Manchester, a

²⁹ No original: «the more equality there is established among men, the more virtue and happiness will reign in society».

primeira associação inglesa exclusivamente dedicada à luta pelo direito ao voto feminino, a Sociedade Nacional pelo Sufrágio das Mulheres (*National Society for Women's Suffrage*, no original). O modelo é replicado noutras cidades, como Edimburgo, Birmingham, Londres e Bristol, onde as mulheres começam a unir esforços em defesa dos seus direitos políticos. Em 1897, as 16 associações sufragistas existentes no país agrupam-se na União Nacional das Sociedades Sufragistas (*National Union of Women Suffrage Societies*, no original), liderada por Millicent Fawcett (1847-1929). Todas estas agremiações representam o que alguns/mas autores/as designam de sufragismo constitucional, por recorrerem apenas a argumentos de ordem jurídica e a métodos de persuasão moderados para alcançar os seus fins. O surgimento da União representa uma nova fase no movimento sufragista inglês. Desde logo, porque outras associações de mulheres (nomeadamente socialistas) começaram também a exigir o voto feminino e pela multiplicação de organizações sufragistas por todo o país.

Com o intensificar da troca de argumentos pró e contra o voto das mulheres, surgem as primeiras manifestações claramente anti-sufragistas. Em 1889, é publicado um *Apelo Contra o Sufrágio Feminino* (*Appeal Against Female Suffrage*, no original), cuja principal tese assenta no argumento de que a cidadania não se exerce apenas depositando o voto na urna, mas em todos os esforços que cada indivíduo desenvolve em prol do bem da comunidade. Por outro lado, a participação das mulheres na vida política colocaria em risco a dignidade do sexo feminino e contribuiria para a degradação moral da sociedade. (Holton, 1980: 28-29).

Este movimento contra a voto feminino teve tal expressão em Inglaterra que deu mesmo origem a associações anti-sufragistas, como a Liga Nacional das Mulheres Anti-Sufrágio (*Women's National Anti-Suffrage League*, no original), fundada em 1907, ou a Liga dos Homens contra o Sufrágio das Mulheres (*Men's League for Opposing Woman Suffrage*, no original), criada em 1910.

No dealbar do século XX, insatisfeitas com os progressos alcançados, um número crescente de mulheres inglesas começou a recorrer a actos violentos como forma de reivindicação, ameaçando a vida de líderes políticos e colocando em causa a ordem pública. A liderá-las estava Emmeline Pankhurst (1858-1928) e as suas filhas, Christabel (1880-1958) e Sylvia (1882-1960), que em 1903 fundaram a União Social e

Política das Mulheres (*Women's Social and Political Union*, no original)³⁰. Nos oito primeiros anos de existência, devido ao reduzido número de militantes e às dificuldades financeiras, a associação limitou-se às tradicionais formas de protestos para forçar os governos e os deputados a aprovarem o voto feminino. Em 1911, vendo que as suas pretensões não eram satisfeitas, extremaram as suas acções.

As sufragetes (como ficaram conhecidas para se distinguirem das sufragistas pacifistas) eram maioritariamente operárias, embora algumas mulheres das classes altas (incluindo familiares de políticos) tenham também contribuído de diversas formas para esta causa. O seu radicalismo obrigou a polícia e o Governo a tomarem medidas igualmente extremas, não só para protecção das próprias mulheres, mas também dos dirigentes políticos, os principais alvos da violência das sufragetes. As suas formas de protesto mais comuns passavam por lançarem bombas incendiárias, partirem vidros de montras de lojas, atirarem pedras aos deputados ou ministros que se opunham ao voto feminino ou cortar a palavra aos oradores nas assembleias. Num só dia, chegavam a ser detidas centenas de mulheres por colocarem em causa a ordem pública, destruírem propriedades e atentarem contra a vida de políticos.

Nas prisões, as sufragetes mantinha o seu protesto entrando em greve de fome. Para evitar que as suas vidas ficassem em perigo e que se transformassem em mártires, o Governo determinou que fossem alimentadas à força, o que aumentou ainda mais os protestos. De acordo com a denominada *Lei do Gato e do Rato* (*Cat and Mouse Act*, no original), as sufragetes só poderiam sair quando o seu estado de saúde melhorasse, mas assim que eram colocadas em liberdade, voltavam à luta. A história repetia-se, num autêntico jogo do gato e do rato.

³⁰ A história de Emmeline Pankhurst e das suas correligionárias da União Social e Política de Mulheres foi recentemente retratada no filme *Suffragettes* (2015), dirigido por Sarah Gavron. Infelizmente, em Portugal, o título do filme foi erradamente traduzido como *Sufragistas*.



Imagem 4 - Emily Davison atirou-se para a frente do cavalo do rei Jorge V durante a corrida de Derby, em Junho de 1913. Morreu poucos dias depois, devido aos graves ferimentos

Em Junho de 1913, registou-se a morte de uma sufragete durante mais uma acção de protesto. Durante a famosa corrida hípica de Derby, na qual participava a família real, Emily Wilding Davison (1872-1913) atirou-se para a frente do cavalo do rei Jorge V (1865-1936). Sofreu graves ferimentos e acabou por morrer poucos dias depois. Antes deste episódio, com um grupo de companheiras, já tentara incendiar uma agência postal na rua onde se situava o Parlamento inglês e agredir o ministro das Finanças Lloyd George (1863-1945). Foi detida e cumpriu uma pena de prisão em Manchester. Emily Wilding Davison foi considerada a primeira mártir sufragista.

No seu livro autobiográfico *A minha história* (*My own story*, no original), publicado em 1914 já depois do eclodir da Grande Guerra, Emmeline Pankhurst justifica a adopção de acções radicais de protesto durante aquilo que apelidou de «A revolução das mulheres»: «Todo o progresso na liberdade política dos homens tem sido marcado pela violência e pela destruição de propriedade. Normalmente o avanço tem sido marcado pela guerra, que é chamada de gloriosa³¹» (1914: 213-214). Assim sendo, porque não poderiam também as mulheres recorrerem a actos de violência para alcançarem a sua liberdade política?

A violência protagonizada pelas sufragetes só cessou no verão de 1914, quando

³¹ No original: «For every advance of men's political freedom has been marked with violence and the destruction of property. Usually the advance has been marked by war, which is called glorious».

teve início a I Guerra Mundial, um período em que os homens pediram às mulheres para se ocuparem da missão «de manterem a civilização viva» (Idem: s.p.). Como que antevendo o que de facto aconteceu no pós-guerra em vários dos países beligerantes, Emmeline Pankhurst perguntava na sua autobiografia: «Quando os remanescentes dos exércitos regressarem, quando o comércio da Europa voltar a ser assumido pelos homens, vão eles esquecer o papel que as mulheres tão nobremente desempenharam? Vão eles esquecer, em Inglaterra, como as mulheres em várias fases da sua vida colocaram de lado os seus próprios interesses e organizaram-se, não só para tratar dos feridos, cuidar dos indigentes, consolar os doentes e os que estavam sós, mas, ao mesmo tempo, mantendo a existência da nação?³²» (Idem: s.p.).

A guerra representou o fim da ala radical do sufragismo inglês e o reforço da ala moderada, embora não no mesmo modelo. As diferentes posições das líderes da União quanto ao conflito acabaram por provocar uma cisão e o surgimento de outras associações e de novas alianças. Contudo, mantiveram-se sempre atentas aos debates políticos sobre o alargamento do direito de voto (nomeadamente, no biénio 1916-1917) de modo a não deixar cair no esquecimento a questão do sufrágio feminino. Os tão desejados direitos políticos chegaram com o pós-guerra. Em 1918, foi aprovado o voto para as mulheres com 30 ou mais anos de idade, podendo estas também candidatarem-se a deputadas. O sufrágio universal só seria legalizado em 1928.

II.3. – EUA: «A verdadeira república: aos homens, os seus direitos e nada mais; às mulheres, os seus direitos e nada menos»³³

A Convenção pelos Direitos das Mulheres, realizada em Seneca Falls (Nova Iorque) entre os dias 18 e 20 de Agosto de 1848, é considerada o momento fundador do movimento feminista americano. Porém, a primeira vez que se reclamou o voto político

³² No original: «When the remnants of the armies return, when the commerce of Europe is resumed by men, will they forget the part the women so nobly played? Will they forget in England how women in all ranks of life put aside their own interests and organised, not only to nurse the wounded, care for the destitute, comfort the sick and lonely, but actually maintain the existence of the nation?

³³ No original: «The true republic: men their rights and nothing more; women their rights and nothing less». Lema do semanário *A Revolução* (*The Revolution*, no original), editado por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony a partir de 8 de Janeiro de 1868.

para as mulheres foi em 1787. Nesse ano, as americanas pediram ao Congresso de Filadélfia que lhes reconhecesse o direito de sufrágio, lembrando o papel importante que desempenharam durante a guerra da independência (1776-1783). O pedido não foi atendido e o direito de voto continuou a ser um privilégio de uma minoria de homens brancos escolhidos com base na riqueza de que eram proprietários. Os escravos, que não eram sujeitos de quaisquer direitos, e a maioria dos homens brancos adultos não tomavam parte do governo da nova nação. Só no século XIX, esta maioria excluída começou a exigir ter também uma voz activa nos assuntos públicos.

Este contexto de protesto masculino juntamente com o movimento abolicionista, no qual muitas mulheres estiveram envolvidas, contribuíram para que muitas americanas tomassem consciência de que também elas não tinham direitos políticos nem muitas das liberdades atribuídas aos homens brancos. Foi nesta altura que as reivindicações sufragistas surgiram de uma forma mais organizada e persistente.

A convenção de Seneca Falls marca esse ponto de viragem. O encontro promovido pelas irmãs Sara (1792-1873) e Angélica Grimké (1805-1879), Lucrécia Mott (1793-1880) e Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) foi uma resposta à proibição da presença de três mulheres militantes anti-esclavagistas como delegadas ao congresso para a abolição da escravatura que teve lugar em Londres em 1840. A maioria dos congressistas considerou que sendo mulheres não estavam aptas a interferirem em assuntos de natureza política, sendo autorizadas apenas a assistirem aos trabalhos nas galerias (Schirmacher, 1898: 7).

Na convenção de Seneca Falls participaram 260 mulheres e 40 homens que aprovaram um manifesto intitulado *Declaração de Sentimentos*, inspirado na *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*. No documento, os/as subscritores/as identificam um conjunto de leis e de práticas que discriminavam as mulheres e exigem igualdade de direitos entre ambos os sexos. Desde logo, igualdade no «direito inalienável» que era o do voto sem o qual as mulheres continuariam «sem representação nas instâncias da legislação» e obrigadas a submeterem-se «a leis para cuja formação não» tinham sido ouvidas. Direito esse concedido «aos homens mais ignorantes e degradados, quer nacionais, quer estrangeiros». (Barradas, 2002: 49), mas que continuava a ser negado a sexo feminino.

Excluídas do debate público, as mulheres americanas formaram o seu próprio fórum onde livremente exprimiam as suas opiniões e reflectiam sobre os problemas que as afectavam directamente enquanto mulheres. Até ao eclodir da Guerra Civil (1861-1965), seguiram-se outros encontros que lhes permitiram não só aprofundar as suas teses, aperfeiçoar os seus dotes de oratória, mas também decidir formas de fazer chegar as suas reivindicações aos detentores do poder político, através da promoção de petições ao Congresso ou persuadindo informalmente os legisladores a alterarem as leis.

A esperança de que a partir desse momento demoraria pouco até que o sufrágio feminino fosse aprovado desvaneceu-se quando em 1868 foi aprovada a 14.^a Emenda constitucional, que determinava serem eleitores os cidadãos do sexo masculino com 21 ou mais anos de idade, e em 1870, no âmbito de nova revisão constitucional, foi atribuído o voto aos homens negros (15.^a Emenda), continuando esse direito a ser negado às mulheres. Em resposta a esta discriminação, surgem as primeiras organizações claramente sufragistas: a Associação Nacional para o Sufrágio da Mulher (*National Woman Suffrage Association*, no original), fundada em 15 Maio de 1869 em Nova Iorque por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony (1820-1906), e a Associação Americana para o Sufrágio da Mulher (*American Woman Suffrage Association*, no original), constituída em Novembro do mesmo ano em Boston por Lucy Stone (1818-1893), Henry Blackwell (1825-1909) e Julia Ward Howe (1819-1910).

Embora perseguindo o mesmo objectivo – a legalização do direito de voto das mulheres -, estas duas organizações representam visões distintas sobre a emancipação feminina. A primeira assentava numa concepção mais liberal da participação política, defendendo que as mulheres eram seres humanos moralmente iguais aos homens, tão valiosos quanto estes e com as mesmas reclamações no que respeitava aos direitos legais. A segunda considerava que o contributo das mulheres para o bem comum se devia ao facto de estas terem «qualidades morais superiores e uma visão altruísta do mundo» (Lind, 1994: 153).

À semelhança das feministas francesas, também as americanas se viram na contingência de proclamarem a sua *Declaração de Direitos*, precisamente no dia em que o país cumpria um século de independência: 4 de Julho de 1876. Na «nota de culpa» dirigida a quem detinha os poderes político e judicial, elencam várias situações em que as mulheres continuavam a ser, 100 anos depois, «sacrificadas à vontade

masculina» e terminam pedindo «justiça», «igualdade» e «que todos os direitos civis e políticos» que pertencessem aos cidadãos dos Estados Unidos também lhes fossem «garantidos», bem como às suas filhas, «para sempre» (Barradas, 2002: 73).

A aprovação das 14.^a e 15.^a emendas constitucionais obrigou as sufragistas a mudarem de tática, optando por reivindicar os seus direitos políticos junto das instâncias jurídicas. As suas reclamações baseavam-se nas seguintes premissas: 1) as mulheres tinham uma relação política com o governo e, como tal, eram cidadãos; 2) sendo o voto um direito intrinsecamente associado à cidadania, as mulheres deveriam poder votar e ser eleitas; 3) a 14.^a Emenda conferia poderes ao governo federal para proteger os direitos básicos dos cidadãos (Lind, op. cit.: 171). Uma das primeiras activistas a recorrer aos tribunais para reclamar o seu direito a participar em eleições foi Virginia Minor (1824-1894) em 1872. O Supremo Tribunal, porém, não considerou o voto um direito inalienável dos cidadãos e rejeitou o pedido. JoEllen Lind aponta as sucessivas decisões do Supremo Tribunal rejeitando as pretensões das sufragistas como a principal razão pela qual a luta pelo sufrágio feminino nos EUA prolongou até ao pós-Grande Guerra (Idem: 107).

Como aconteceu em outros países federalistas (como o Suíça), nos EUA, as mulheres ganharam primeiro o direito ao voto político em termos regionais e só muito mais tarde a nível nacional. O primeiro território a aprovar o sufrágio feminino nas mesmas circunstâncias que o masculino foi o Wyoming em 1869³⁴. Seguiram-se o Colorado em 1893 e os estados do Utah e do Idaho em 1896. Estas vitórias a nível estadual fortificaram o movimento sufragista a nível nacional, insuflando-lhe novas esperanças e aumentando o número simpatizantes da causa.

³⁴ A legislação manteve-se inalterada neste ponto quando o Wyoming se tornou um Estado da União em 1890.



Imagem 5 - Em 1917, as sufragetes americanas realizaram vários piquetes em frente à Casa Branca

No início do século XX, assiste-se a uma nova mudança na estratégia seguida pelas sufragistas. Tal como em Inglaterra, também nos EUA começam a ser adoptados métodos violentos, sobretudo depois de Carrie Chapman Catt (1859-1947) ter assumido a presidência da Associação Nacional Americana para o Sufrágio da Mulher (*National American Woman Suffrage Alliance*, no original) em 1916. Fundada em 1890, esta nova organização resulta da fusão da Associação Nacional para o Sufrágio da Mulher com a Associação Americana para o Sufrágio da Mulher. Carrie Chapman Catt fazia parte de uma nova geração de activistas que beneficiou da aposta na instrução das mulheres e da feminização da mão-de-obra. Entre as acções de protesto protagonizadas por estas novas sufragistas estão os piquetes montados 24 horas por dia junto à Casa Branca durante o mandato de Woodrow Wilson (1856-1924), desafiando a polícia a detê-las. Quando eram presas, iniciavam greves de fome, à semelhança das sufragetes inglesas. Nos estados onde o voto feminino era já uma realidade, as mulheres eram persuadidas a não elegerem os candidatos que se opunham ao sufrágio feminino. Em várias cidades, organizaram-se manifestações nas quais marcavam presença milhares de mulheres. As reivindicações sufragistas estavam cada vez mais na agenda pública e política.

A tão esperada 19.^a Emenda da Constituição Federal, que finalmente legalizou o voto feminino, seria aprovada em Junho de 1919 e ratificada por 36 Estados até 18 de Agosto de 1920, ainda na presidência de Woodrow Wilson.

II.4. – A internacionalização do movimento sufragista

Conscientes de que a sua luta não era apenas nacional, mas global, várias líderes feministas promovem a fundação de organizações transnacionais e internacionais, naquele que foi, até aos dias de hoje, o único movimento em defesa dos direitos de metade da população do mundo. Entre 1870 e 1900, surgem várias agremiações, como a Solidariedade: Associação para a Defesa dos Direitos das Mulheres, o Conselho Internacional das Mulheres e a Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres (mais tarde, Aliança Internacional das Mulheres). Realizam-se os primeiros congressos internacionais com a presença de feministas de várias partes do mundo, embora o movimento fosse liderado predominantemente por mulheres europeias e americanas e as reuniões magnas se realizassem maioritariamente na Europa.

Surgem também livros com uma perspectiva comparada do feminismo, como *A questão feminina na Europa* (*The woman question in Europe*, no original), editado pelo jornalista americano Theodore Stanton (1851-1925) em 1884, *O feminismo nos Estados Unidos, em França, na Grã-Bretanha, na Suécia e na Rússia* (*Le féminisme aux États-Unis, en France, dans la Grande-Bretagne, en Suède, et en Russie*, no original), da escritora e jornalista alemã Käthe Schirmacher (1865-1930), publicado em 1898, ou *A questão do sufrágio feminino* (*The case for women's suffrage*, no original), de 1907, coordenado pelo escritor inglês Brougham Villiers (1863-1939) e que reflecte sobre a luta pelo voto das mulheres ao longo do século XIX em vários contextos regionais.

A evolução dos serviços postais e das redes de comunicação, nomeadamente do caminho-de-ferro e do transporte marítimo e fluvial, permitiu uma mais rápida divulgação da imprensa feminista e das obras que se debruçavam sobre a emancipação feminina e facilitou a difusão dos ideais sufragistas e as deslocações entre países e continentes. Estes contactos pessoais e regulares entre feministas oriundas de várias áreas geográficas e de diversas culturas contribuíram para a construção de uma identidade feminina, uma verdadeira irmandade (*sisterhood*).

Em 3 de Junho de 1904, é fundada em Berlim a Aliança Internacional para o Sufrágio da Mulher (*International Woman Suffrage Alliance*, no original), cuja primeira presidente foi a americana Carrie Chapman Catt. Esta associação foi determinante para a internacionalização da questão do sufrágio feminino. A ideia da sua constituição

surgiu em 1902 num encontro que teve lugar em Washington e deveu-se à relutância do Conselho Internacional de Mulheres³⁵ (*International Council of Women*, no original) em colocar o problema do voto das mulheres na sua agenda. Até à I Guerra Mundial, realizaram-se congressos em Copenhaga (1906), Amesterdão (1908), Londres (1909), Estocolmo (1911) e Budapeste (1913). As reuniões magnas seriam retomadas em 1920 (Genebra) e a partir de então, realizam-se a cada três anos. No pós-Grande Guerra, quando se verificou a aprovação do voto feminino em vários dos antigos países beligerantes, a organização alargou o âmbito da sua missão e o nome foi alterado para Aliança Internacional das Mulheres pelo Sufrágio e pela Cidadania Igualitária³⁶ (*International Alliance of Women for Suffrage and Equal Citizenship*, no original).

A guerra de 1914-1918 é tida como um marco na história do movimento feminista internacional desta primeira vaga. Durante o conflito, as associações de mulheres suspenderam as acções de protesto, concentrando o seu esforço no apoio aos militares mobilizados e às suas famílias. A mão-de-obra feminina foi utilizada em massa nas indústrias ligadas à economia de guerra, principalmente a partir do momento em que se percebeu que o conflito estava para durar, e as mulheres ocuparam profissões que até então lhes tinham sido negadas, rompendo com a divisão sexual do trabalho.

Após o fim do conflito, vários países acabariam por legalizar o sufrágio feminino, como foram o caso de Inglaterra (embora restrito), Áustria, Alemanha, Hungria e Estónia (entre outros) logo em 1918. Alguns autores, como Artur Marwick, defendem a tese de que a concessão do direito de voto às mulheres nesta altura foi uma recompensa pelo seu envolvimento no esforço de guerra; outros, como Richard Evans, consideram que se tratou de uma forma de evitar que os ventos revolucionários que sopravam de várias partes do mundo (com a Rússia à cabeça) contaminassem esses países.

A conquista do voto foi o primeiro passo para a entrada das mulheres no processo de decisão política. O segundo foi o reconhecimento das suas capacidades para ocuparem lugares nos órgãos do poder político, o que em alguns países aconteceu antes

³⁵ Fundado em Washington em 1888, o Conselho Internacional de Mulheres continua, ainda nos dias de hoje, a trabalhar para a promoção dos direitos das mulheres. Website oficial: <http://www.icw-cif.com/>

³⁶ A sua designação actual, adoptada em 1946, é Aliança Internacional de Mulheres. Website oficial: <http://womenalliance.org/>

da aprovação do sufrágio feminino (Espanha, por exemplo) ou ao mesmo tempo (Austrália, 1902; Noruega, 1907 ou Islândia, 1915). As mulheres começaram por ocupar assentos nos parlamentos nacionais ou em órgãos do poder local até chegarem à chefia do governo ou do Estado e a cargos de confiança política.

À medida que a discriminação legal foi sendo eliminada, as atenções foram-se concentrando nas formas informais de segregação, como a não escolha de mulheres como candidatas por parte dos partidos políticos (o que em muitos países, nos quais se incluem actualmente Portugal e Espanha, levou à instauração do sistema de quotas mínimas) ou a sua não eleição.

CAPÍTULO III – ELAS OUSARAM: MULHERES QUE DESAFIARAM AS LEIS E AS NORMAS SOCIAIS

Ao longo dos séculos XIX e XX, algumas mulheres – individualmente ou em grupo - desafiaram as normas sociais e jurídicas e exigiram participar em eleições como votantes ou como candidatas. Em alguns casos, conseguiram-no apenas depois de recorrerem aos tribunais; noutros, o seu acto não teve o final pretendido, embora tenha servido para agitar as consciências e alimentar o debate sobre a cidadania política feminina. Todas o fizeram por acreditarem que era tempo de as mulheres serem finalmente reconhecidas como cidadãs de plenos direitos e numa altura em que os textos constitucionais e os códigos eleitorais dos seus países não as proibiam explicitamente de votarem e de se apresentarem como candidatas a um lugar nos órgãos do poder político. Tratou-se de mais uma estratégia na sua luta pela obtenção da igualdade de direitos, sustentada em argumentos de natureza jurídica, filosófica e semântica, que colocavam em confronto o espírito e a letra das leis.

Em vários casos, quando um juiz ratificava a tese de que as expressões «cidadão» ou «todos os homens» não configuravam qualquer restrição em função do sexo, o legislador apressava-se a corrigir os textos da Constituição ou da Lei Eleitoral, de modo a que estes inequivocamente excluíssem as mulheres do voto activo e passivo e, assim, se preservasse a separação de funções atribuídas a cada um dos sexos.

Noutros, a alteração serviu para clarificar que as mulheres eram também sujeitos de direitos políticos e que as expressões «cidadão» e «todos os homens» se referiam aos indivíduos de ambos os sexos.

Não se pretende aqui fazer um levantamento exaustivo de todos estes casos, mas apenas apresentar brevemente alguns dos que se registaram até à década de 20 do século XX, em vários países e em diferentes momentos da história do movimento sufragista internacional. Ao incluirmos exemplos de países da América Latina (Chile, Brasil e Equador), pretendemos chamar a atenção para uma área geográfica muitas vezes esquecida pela historiografia que se dedica ao estudo do feminismo (muito centrada na Europa ocidental e nos EUA), apesar de ter tido uma importância relevante não só para a conquista de direitos das mulheres, mas também para a história político-social e económica da região.

Focar-nos-emos nos seguintes episódios, apresentados cronologicamente: Victoria C. Woodhull (1838-1927), que em 1872 se apresentou como candidata à presidência dos EUA; Susan B. Anthony, que no mesmo ano foi julgada num tribunal federal por ter votado; as primeiras mulheres eleitoras no Chile, em 1876, por a nova Lei Eleitoral não lhes proibir explicitamente o direito de voto; Hubertine Auclert e as suas correligionárias do sociedade «O Direito das Mulheres» que recusaram continuar a pagar impostos depois de terem sido impedidas de se registarem como eleitoras em 1880; Diva Nolf Nazário (1897-1966) e a sua tentativa de alistamento eleitoral em 1922; e a médica equatoriana Matilde Hidalgo de Procel (1889-1974), que em 1924 conseguiu ser conhecida como eleitora. O caso da médica portuguesa Carolina Beatriz Ângelo será abordado de forma mais pormenorizada na terceira parte deste trabalho.



Imagem 6 – Victoria C. Woodhull

III.1. – Victoria C. Woodhull: a primeira mulher candidata à presidência dos EUA

No dia 10 de Maio de 1872, uma jovem defensora dos direitos das mulheres, Victoria Claflin Woodhull, apresentou-se como candidata do Partido pela Igualdade de Direitos (*Equal Rights Party*, no original) à presidência dos

Estados Unidos da América. Nessa época, as mulheres americanas ainda não tinham visto a sua cidadania política plenamente reconhecida (alguns Estados tinham já aprovado o voto feminino, mas a nível federal, este ainda não estava consagrado).

Há muito que Victoria C. Woodhull se movia em palcos até então dominados pelos homens. Ela e a irmã Tennessee, sete anos mais nova, fizeram fortuna na bolsa de Nova Iorque e abriram uma agência de corretagem (foram as primeiras mulheres no mundo a gerirem um negócio deste tipo). Com o apoio do magnata Cornelius Vanderbilt (1794-1877), em 1870, utilizaram parte da riqueza para lançarem o jornal *Woodhull and Claflin's Weekly* (foram as primeiras americanas a lançarem o seu próprio periódico), famoso pelos artigos sobre sufrágio feminino, casamento e divórcio, espiritualismo e amor livre (Hull, 2012: 39) e por ter publicado a primeira tradução inglesa do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Foi nas páginas deste periódico que Victoria C. Woodhull anunciou publicamente a sua candidatura à presidência dos EUA.

O reconhecimento oficial da cidadania política das mulheres foi uma das lutas em que se envolveu. Em 19 de Dezembro de 1870, enviou ao Congresso uma petição reclamando o seu direito de voto, invocando o facto de ser cidadã dos EUA à luz das 14.^a e 15.^a emendas constitucionais. Acabaria por ser ouvida pelo Comité Jurídico (*House Judiciary Committee*, no original), tendo sido a primeira americana a sê-lo por causa do sufrágio feminino. No final da audição, deixou um aviso: se os homens continuassem a manter as mulheres afastadas da governação, estas não teriam outra opção que não a de se revoltarem e assumirem elas próprias o governo. A sua petição não foi acolhida, mas este episódio atraiu a atenção do país e teve ampla cobertura na imprensa.

Dois anos mais tarde, em 9 de Maio de 1872, durante a convenção anual da Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino, foi criado o Partido pela Igualdade de Direitos, que representava uma nova estratégia na luta pelo voto das mulheres. Victoria C. Woodhull seria nomeada por aclamação, por 1500 homens e mulheres, candidata às eleições para a escolha do 19.º presidente americano (apesar de ter apenas 34 anos de idade quando a idade mínima legal para concorrer era de 35); o seu candidato a vice-presidente foi Frederick Douglass (1818-1895), um escravo foragido que liderada o movimento abolicionista (que não estava presente na convenção, nem terá participado

em qualquer acção de campanha). Durante a campanha eleitoral, publicou um conjunto de artigos sobre política e finanças no jornal *Herald*, que foram mais tarde reunidos num livro intitulado *Os Princípios do Governo* (*The Principles of Government*, no original).

Nesta altura, Victoria C. Woodhull tinha já um considerável número de detractores, devido ao teor dos seus artigos e dos seus discursos e à sua própria vida pessoal. Casada pela segunda vez (divorciou-se do primeiro marido e casaria uma terceira vez, depois de um segundo divórcio), defendia o amor livre, a legalização da prostituição, o socialismo e praticava o espiritismo (chegou a ser apelidada de *Mrs. Satan*).

A três dias das eleições, ela e a irmã publicaram no jornal do qual eram proprietárias pormenores do alegado adultério cometido pelo reverendo Henry Ward Beecher (1813-1887), de Brooklin, com a mulher do poeta e abolicionista Theodore Tilton (1835-1907), Elizabeth³⁷. Beecher, que nunca negou a notícia, era um dos seus mais acérrimos críticos, devido às suas ideias sobre a sexualidade e o casamento. Victoria C. Woodhull argumentou que o artigo tinha como finalidade denunciar a hipocrisia do reverendo: «Não estou a acusá-lo de imoralidade – aplaudo as suas ideias iluminadas. Estou a acusá-lo de hipocrisia»³⁸.

Na mesma edição, foi publicado um outro artigo acusando Luther Challis, um reputado comerciante, de seduzir duas raparigas de 15 e 16 anos de idade, levando-as, na companhia de um amigo, para uma casa «de má reputação», onde lhes roubaram a «inocência».

Na sequência da publicação destes dois artigos, Victoria C. Woodhull e a irmã foram detidas sob a acusação de publicarem um «jornal obsceno» e de o enviarem pelo correio, o que lhes poderia valer até um ano de prisão e uma coima de 500 dólares. Foram libertadas um mês depois das eleições, sob fiança. Acabariam por ser declaradas inocentes do caso do reverendo Beecher em Junho de 1873 e do caso Challis, no ano

³⁷ Cf. <https://www.theguardian.com/us-news/2016/jul/20/notorious-victoria-first-woman-run-for-us-president> consultado em 10 de Junho de 2017.

³⁸ Cf. <http://www.politico.com/magazine/story/2015/04/victoria-woodhull-first-woman-presidential-candidate-116828?o=2> consultado em 10 de Junho de 2017. No original: «I am not charging him with immorality – I applaud his enlightened ideas. I am charging him with hypocrisy».

seguinte.

Não é conhecido o número de votos que Victoria C. Woodhull terá obtido na corrida à presidência do país. Em 1876, divorciou-se pela segunda vez e fechou o jornal (que há muito tempo enfrentava sérios problemas financeiros). No ano seguinte, mudou-se para Londres, onde contraiu casamento com o filho de um banqueiro inglês.

III.2. – Susan B. Anthony: condenada por um tribunal federal pelo crime de voto

Susan B. Anthony não foi a primeira mulher americana do seu tempo a votar (alguns estados tinham já legalizado o sufrágio feminino), mas foi a única julgada e condenada por um tribunal federal pelo crime de voto. O processo judicial no qual esteve envolvida atraiu a atenção da imprensa, gerou debates apaixonados e foi utilizado pelas sufragistas nas suas campanhas em prol dos direitos políticos das mulheres.

No cerne do processo *United States v. Susan B. Anthony* estava a interpretação das 14.^a e 15.^a emendas

constitucionais: a Secção 1 da primeira considerava cidadãos dos EUA todas as pessoas nascidas ou naturalizadas no país e proibia qualquer estado de reduzir os privilégios ou as imunidades dessas pessoas; a segunda, atribuía a todos os cidadãos dos EUA o direito de voto. Segundo o advogado Francis Minor, à luz da Constituição Federal, os estados que proibissem as mulheres de votarem estavam a violar o espírito e a letra dessas duas emendas constitucionais.

O parecer do causídico foi publicado no jornal *Revolução* (*Revolution*, no original), propriedade da Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino – da qual Susan B. Anthony era presidente –, juntamente com um apelo às mulheres para se recensearem e votarem nas eleições que se realizassem entretanto. Nos anos de 1871 e 1872, em pelo menos 10 estados, várias mulheres exigiram votar, tendo algumas delas conseguido fazê-lo.

Em 1 de Novembro de 1872, Susan B. Anthony, as suas três irmãs (Guelma,



Imagem 7 - Susan B. Anthony

Mary e Lottie) e 11 outras sufragistas (Sarah Truesdell, Mary Pulver, Ellen Baker, Margaret Leyden, Ann Mosher, Nancy Champman, Susan Hough, Hannah Chatfield, Mary Hibbard, Rhoda DeGarmo e Jane Cogsell) dirigiram-se ao local onde decorria o recenseamento eleitoral e pediram para serem inscritas como votantes. Os três funcionários explicaram-lhes que não o poderiam fazer visto a Constituição do Estado de Nova Iorque apenas conceder o direito de voto aos homens. Susan B. Anthony, que levava consigo um parecer do advogado Henry R. Selden (antigo juiz do Tribunal de Apelo) e do irmão - no qual os dois atestavam que o voto das mulheres estava constitucionalmente consagrado -, ameaçou processar judicialmente os três jovens inspectores, acabando estes por ceder ao seu pedido (Hull, 2012: 60-61). Quatro dias depois, as 15 mulheres votaram nos candidatos aos órgãos do poder local, estatal e federal.

Contudo, o que à primeira vista parecia ser uma vitória da Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino, e por consequência, de todas as mulheres americanas, rapidamente se transformou numa batalha jurídica e política. Nove dias depois das eleições, foram emitidos mandados de detenção contra as 15 mulheres por terem votado para os membros da Câmara dos Representantes violando, segundo a acusação, a secção 19 da Lei dos Direitos Cíveis (*Enforcement Act*) de 1870. Em 28 de Novembro, as 15 mulheres e os inspectores envolvidos no seu processo de recenseamento foram detidos. Cerca de um mês depois, em 30 de Dezembro, todas as mulheres, à excepção de Susan B. Anthony, foram libertadas sob caução. Anthony continuou debaixo de custódia policial, embora nunca tenha sido conduzida à prisão.

Antes de ser presente a tribunal, Susan B. Anthony discursou em 29 vilas e cidades do estado de Nova Iorque e em 21 cidades do condado de Ontário para explicar porque estava a ser acusada e defender o direito de voto das mulheres. Todo o seu discurso assentava na tese de que homens e mulheres formavam a União e, por isso, deveriam ter os mesmos direitos. Porém, lembrava, metade da população do país – as mulheres - não tinha a possibilidade de eliminar uma lei injusta ou de escrever uma nova pelo simples facto de lhes quererem negar o direito de poderem votar ou de serem eleitas. As mesmas mulheres a quem o Estado obrigava a obedecer a leis sobre as quais elas não se tinham pronunciado ou a darem aos maridos os seus bens pessoais e o dinheiro ganho com o seu trabalho (Gordon, 2005: 66).

O julgamento, que decorreu na cidade de Canandaigua (Nova Iorque), começou em 17 de Junho de 1873. Susan B. Anthony estava acusada de ter votado nas eleições para o Congresso consciente de que não o poderia fazer porque a Constituição daquele estado proibia o sufrágio feminino. Em sua defesa, o advogado argumentou que o voto das mulheres estava previsto na Constituição Federal e deixou no ar uma pergunta: poderia o voto constituir um crime à luz da Lei dos Direitos Civis se o/a eleitor/a estivesse convencido/a de que podia votar? (Idem: 6). Susan B. Anthony acabou condenada, dois dias mais tarde, ao pagamento de uma multa de 100 dólares e das custas do processo, o que ela recusou cumprir. O juiz, contudo, não ordenou a sua prisão, nem mesmo quando o tribunal verificou que Susan B. Anthony não tinha em seu nome bens que pudessem ser arrestados.

Em termos judiciais, o processo tinha terminado. Naquela época, os processos por crime federal não poderiam seguir para o Supremo Tribunal. Susan B. Anthony, porém, não desistiu. Em Janeiro de 1874, pediu ao Congresso que a multa lhe fosse perdoada porque o julgamento tinha sido «injusto» por não se ter realizado num tribunal de júri, mas não teve sucesso.

Quanto às restantes 14 mulheres, o procurador Richard Crowley decidiu, dois dias depois do fim do julgamento de Susan B. Anthony, retirar as acusações que recaíam sobre elas. N. E. H. Hull considera que a decisão do magistrado se deveu ao facto de este ter conseguido fazer vingar a sua posição e ter concluído que levar as outras mulheres a julgamento seria continuar a atrair a atenção pública para as campanhas sufragistas e correr o risco de um qualquer juiz lhes dar razão (2012: 178). Os inspectores foram condenados ao pagamento de uma multa de 25 dólares cada um.

As mulheres americanas só veriam a sua cidadania política reconhecida quase meio século depois. Em 1918, o presidente Woodrow Wilson pediu ao Congresso que aprovasse uma emenda que rejeitasse a exclusão do direito de voto por razões de sexo, mas esta não obteve os dois terços dos votos necessários para passar. Só no ano seguinte seria finalmente aprovada a 19.^a Emenda Constitucional, cujo texto reza assim: «O direito dos cidadãos dos Estados Unidos de votarem não deve ser negado ou restringido pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado por causa do sexo. O Congresso tem o

poder de reforçar este artigo através de legislação apropriada³⁹» (Idem: 210).

III.3. – A Lei Eleitoral de 1874 e as primeiras eleitoras do Chile

A Lei Eleitoral de 12 de Novembro de 1874, aprovada com base numa proposta apresentada pelo deputado conservador Zorobabel Rodríguez (1839-1901), passou a considerar eleitores todos os chilenos «naturais ou legais», com uma idade mínima de 25 anos se fossem solteiros ou 23, no caso dos casados, que soubessem ler e escrever e possuíssem alguma propriedade ou riqueza, deixando de excluir os membros das ordens religiosas (como até então) e não fazendo qualquer referência às mulheres. (Villars, 2006: p. 305).

Na sequência da sua aprovação, em Novembro do ano seguinte – quando se iniciou o período de recenseamento para as eleições presidenciais, legislativas e municipais que se realizariam em 1876 -, dois padres Mercedários de Santiago inscreveram-se e foram aceites como votantes, o que gerou fortes críticas por parte dos senadores liberais Vicente Reyes (1835-1918) e Melchor de Santiago Concha (1799-1883). O primeiro chegou a sugerir, na sessão do dia 8, uma nova emenda à lei que proibisse expressamente o voto dos sacerdotes regulares e das mulheres, contudo, ambos os senadores acabaram por concluir que não era expectável que alguma mulher quisesse exercer o direito de voto, pelo que esta parte da proposta foi abandonada. Os acontecimentos que se seguiram mostraram o quão errados estavam.

No dia 13 de Novembro de 1875, a Câmara dos Deputados é informada pelo Ministro do Interior que uma mulher tinha sido registada como eleitora em San Felipe. Tratava-se de Domitila Silva y Lepe, viúva de um antigo governador da província. A Comissão Recenseadora justificou a sua inscrição argumentando que ela era chilena, sabia ler e escrever e não se encaixava em nenhuma das categorias de não eleitores discriminadas na Lei Eleitoral (Maza Valenzuela 1995: 18-19).

Domitila Silva y Lepe não foi a única mulher a recensear-se nesse ano. Na

³⁹ No original: «The right of citizens of the United States to vote shall not be denied or abridged by the United States or by any State on account of sex. Congress shall have power to enforce this article by appropriate legislation».

cidade de La Serena, há notícia de que pelo menos outras 17 fizeram o mesmo, com as casadas a apresentarem um documento assinado pelos maridos autorizando-as a inscreverem-se como eleitoras. Em Casablanca, registou-se Clotilde Garretón de Soffía. Todas invocaram o facto de a Lei Eleitoral não lhes negar expressamente o voto e, embora não unanimemente, as comissões eleitorais acabaram por acolher os seus argumentos e aceitar as suas inscrições. Uma vez mais, estava em causa a interpretação semântico-jurídica do conceito «cidadão».

A historiadora Erika Maza Valenzuela defende que a iniciativa destas mulheres se inseriu numa estratégia do Partido Conservador para alargar a sua base eleitoral (Idem: 20), uma vez que grande parte da população feminina era contra as medidas anticlericais defendidas pelos partidos Liberal e Radical. Pelo menos desde a década de 1850, os conservadores e a hierarquia da Igreja Católica chilena manifestavam-se publicamente a favor do sufrágio feminino, esperando que o voto das mulheres, uma vez aprovado, favorecesse os seus projectos políticos.

Embora estas mulheres tenham votado nas eleições que se realizaram em 1876, o seu acto teve como consequência, a médio prazo, uma nova alteração à Lei Eleitoral (uma situação semelhante à que se passará em Portugal na sequência do voto de Carolina Beatriz Ângelo em Maio de 1911). O artigo 26 da Lei Eleitoral de 1884 incluía na categoria de não eleitores as mulheres, os membros do Exército, os eclesiásticos regulares, os empregados domésticos, os criminosos e aqueles que estivessem física, moral e mentalmente incapacitados (Villars, idem: 307).

A relevância destes acontecimentos advém não só do facto de estas mulheres terem tido a iniciativa de se recensearem, mas também por tê-lo feito numa altura em que a maioria da população feminina do país mostrava pouco ou nenhum interesse em assuntos de natureza política, incluindo aqueles que lhes diziam directamente respeito. As associações feministas concentravam-se principalmente na defesa dos direitos cívicos, nomeadamente, o acesso a todos os graus de ensino.

Por outro lado, mesmo tendo muitas destas mulheres vínculos familiares com dirigentes do Partido Conservador, isto mostra que, ao contrário de uma ideia muito vinculada por alguma historiografia, no Chile, os partidos conservadores e a hierarquia da Igreja Católica estavam disponíveis para defenderem o sufrágio feminino, embora o

motivo principal não fosse por considerarem que esta era uma questão de justiça.

O sufrágio feminino a nível nacional só seria aprovado em 1949 durante a presidência de Gabriel González Videla (1898-1980) do Partido Radical, embora desde a década de 30 existisse um consenso à volta do facto de as mulheres estarem já preparadas para assumirem a plena cidadania política. Javier Tagle defende que esta demora na concessão do direito de voto às mulheres se deveu ao receio de que estas votassem maioritariamente no Partido Conservador. Segundo este autor, a aprovação do voto feminino em eleições municipais em 1934 funcionou como uma «experiência» para testar o sentido de voto das mulheres (2006: 4). A verdade é que nas eleições municipais de 7 de Abril de 1935, os conservadores saíram vitoriosos. Quanto às 98 mulheres que se apresentaram como candidatas, 25 foram eleitas, sendo que 16 pertenciam ao Partido Conservador, cinco ao Partido Liberal, duas ao Partido Radical, uma era democrata e a última independente (Gaviol Artigas *et al.*, 1986: 61).

III.4. – Hubertine Auclert e a greve aos impostos



Imagem 8 – Hubertine Auclert

Hubertine Auclert terá sido a primeira mulher no mundo a assumir-se claramente como feminista e foi uma das mais acérrimas defensoras do voto feminino em França. Despertou para a causa em 1873, quando se mudou para Paris e começou a trabalhar como secretária no jornal *O Futuro das Mulheres* (*L'Avenir de Femmes*, no original), financiado pela feminista Marie Deraismes (1828-1894) e no qual escrevia o poeta Victor Hugo (1802-1885).

Em 1876, fundou a associação O Direito das Mulheres (*Le Droit des Femmes*, no original), que seis anos mais tarde assumiu o nome de Sociedade do Sufrágio Feminino (*Société du Suffrage des Femmes*, no original). Em Fevereiro de 1881, lançou o jornal *A Cidadã* (*La Citoyenne*, no original), hebdomadário que dirigirá até à sua extinção, em 1890.

No início de Fevereiro de 1880, Hubertine Auclert e cerca de 20 militantes da sociedade O Direito das Mulheres tentam inscrever-se como votantes em diversos bairros de Paris, com base na lei de 5 de Maio de 1848, que atribuía a todos os franceses o estatuto de eleitores. A Segunda República tinha acabado de ser proclamada em França e as mulheres tinham esperança de finalmente verem os seus direitos políticos reconhecidos. No entanto, nenhum dos pedidos entregues foi aceite.

O presidente do 10.º bairro de Paris indeferiu o pedido de Hubertine Auclert, em 7 de Fevereiro, escudando-se no espírito da lei. Invocou que desde 1789, todas as leis eleitorais foram interpretadas e aplicadas como conferindo apenas aos homens o direito de voto. Quanto à interpretação que Auclert fazia da legislação eleitoral, e na qual sustentou o seu requerimento, o autarca classificou-a como uma «inovação política» para a qual não tinha competência para «determinar nem o mérito, nem o valor legal» (Auclert, 1908: 126).

Conhecidas as diversas decisões, todas no mesmo sentido, o grupo publicou na imprensa um comunicado denunciando a «injustiça» praticada pela República ao recusar-lhes o direito de voto. Explicavam que tinham nascido em França, de pai e mãe franceses, que eram maiores de idade e cumpriam todos os «deveres e obrigações» exigidos aos franceses, tendo o voto lhes sido negado apenas por serem mulheres (*Ibidem*). Inconformadas, apresentaram recurso, cujo desfecho só foi conhecido em 1885, cinco anos depois na sua tentativa de alistamento eleitoral. A comissão encarregada de analisar as reclamações também não lhes deu razão, lembrando que as sucessivas constituições e leis eleitorais francesas só reconheciam aos homens a qualidade de cidadãos e que só estes podiam votar.

Várias mulheres continuaram a tentar registar-se como votantes. Nesse ano de 1885, o presidente do departamento parisiense de Landes autorizou o recenseamento eleitoral de duas mulheres, mas acabou condenado ao pagamento de uma multa de 200 francos e as inscrições foram anuladas.

As sufragistas adoptaram, então, uma nova estratégia: a recusa do pagamento de impostos. Cada uma pediu ao prefeito da sua área de residência para eliminar o seu nome da lista de contribuintes, uma vez que não pretendiam continuar a contribuir para as despesas de um Estado que as anulava: «Não aceito esta exclusão em massa das

mulheres, que não foram privadas dos seus direitos cívicos por um julgamento. Por consequência, deixo aos homens que se arrogam o privilégio de governar, de mandar, de definir orçamentos, o privilégio de pagar os impostos que eles votam e que repartem à sua vontade.

Uma vez que não tenho o direito de controlar o uso do meu dinheiro, não o quero dar mais. Não vou ser, pela minha complacência, cúmplice da vasta exploração que a autocracia masculina acredita ter o direito de exercer no que diz respeito às mulheres. Se não tenho direitos, logo não tenho responsabilidades; se não voto, não pago»⁴⁰ (Idem: 136-137).

Os autarcas recordaram-nas que o artigo 12 da lei de 21 de Abril de 1832 obrigava todos os habitantes franceses e estrangeiros de ambos os sexos, que não tivessem sido declarados indigentes, a pagar impostos. Na resposta ao prefeito de Senne, Hubertine Auclert escreveu que «se Francês não significa Francesa perante a lei; Francês não pode significar Francesa perante o imposto»⁴¹ (Idem: 143). Auclert recorreu para o Conselho da Prefeitura e para o Conselho do Estado, mas os apelos foram indeferidos. Foi condenada a pagar os impostos ao abrigo da lei de 31 de Março de 1881, cuja palavra «cidadãos», nela inscrita, foi interpretada como fazendo referências a indivíduos de ambos os sexos.

Em 1910, Hubertine Auclert tenta participar nas eleições legislativas (tal como Marguerite Durand), mas a sua candidatura é recusada. Recorre novamente ao Conselho do Estado, que também indefere o seu pedido.

As mulheres francesas só obteriam o direito de voto em Abril de 1944, tendo participado pela primeira vez em eleições no ano seguinte (ler Capítulo II desta primeira

⁴⁰ No original: «Je n'admets pas cette exclusion en masse des femmes, qui n'ont été privées de leurs droits civiques par aucun jugement. En conséquence, je laisse aux hommes qui s'arrogent le privilège de gouverner, d'ordonner, de s'attribuer les budgets, le privilège de payer les impôts qu'ils votent et répartissent à leur gré.

Puisque je n'ai pas le droit de contrôler l'emploi de mon argent, je ne veux plus en donner. Je ne veux pas être, par ma complaisance, complice de la vaste exploitation que l'autocratie masculine se croit le droit de d'exercer à l'égard des femmes. Je n'ai pas le droit d'exercer à l'égard des femmes. Je n'ai pas de droits, donc je n'ai pas de charges; je ne vote pas, je ne paye pas.»

⁴¹ No original: «Si Français ne signifie pas Française devant le droit; Français ne peut signifier Française devant l'impôt».

parte).

III.5. – Diva Nolf Nazário e a sua tentativa de alistamento eleitoral

Em Junho de 1922, Diva Nolf Nazário, uma estudante de Direito de 26 anos de idade, convenceu-se que à luz da Constituição brasileira e tendo em conta o que aprendera nos bancos da faculdade, podia votar nas eleições presidenciais marcadas para 22 de Agosto (Nazário, 1923: 21)⁴².



Imagem 9 - Diva Nolf Nazário

O artigo 70.º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, aprovada em 24 de Fevereiro de 1891, considerava eleitores os cidadãos maiores de 21 anos de idade que se registassem conforme a lei. Não podiam votar nas eleições federais ou estaduais os mendigos, os analfabetos, as praças de pré (excepto os alunos das escolas militares de ensino superior) e os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação que estivessem obrigados ao voto de obediência e a renunciar à liberdade individual. (Silva, 2014: 58). Ou seja, a Constituição não excluía expressamente as mulheres da categoria de eleitoras e é com este convencimento que Diva Nolf Nazário se tenta inscrever no alistamento eleitoral.

O primeiro passo foi dado pelo pai, que perguntou ao secretário de um chefe político se era possível registar um novo eleitor. Tendo este respondido afirmativamente e facultado os impressos que deveriam ser preenchidos, no dia combinado, Diva Nolf Nazário e o pai apresentaram-se no seu gabinete para iniciar o processo de alistamento. Contudo, ao ver «com grande espanto» que o candidato era uma mulher, o secretário

⁴² Antes de Diva Nolf Nazário, outras duas mulheres tinham tentado votar em eleições gerais no Brasil: a médica dentista Isabel de Souza Matos, em 1885, e Isabel Dillon, cinco anos mais tarde (esta última, tentou também candidatar-se a deputada à Assembleia Constituinte em 1891). Ambas viram as suas intenções frustradas por a legislação não referir que as mulheres podiam ser eleitoras, embora também não as excluísse. Contudo, optámos por destacar o caso de Diva Nolf Nazário por dois motivos: 1.º Há muito pouca informação em acesso livre e de fontes fidedignas sobre as tentativas de recenseamento de Isabel de Souza Matos e de Isabel Dillon; 2.º O processo de Diva Nolf Nazário teve uma ampla cobertura jornalística e suscitou várias reacções públicas pró e contra o sufrágio feminino, o que não aconteceu com as duas situações anteriores.

negou-se a encaminhar os documentos, apesar das «consultas da lei» e de estar convencido «da faculdade que a lei» conferia à requerente (Nazário, 1923: 21).

A partir daqui, Diva Nolf Nazário decide travar esta luta sozinha, recorrendo a várias instâncias jurídicas para ver reconhecida a sua cidadania política. Em todas encontrou reacções de surpresa e de resistência. Para que o Gabinete de Identificação emitisse a sua carteira de identidade eleitoral, teve que solicitar uma ordem na Polícia Central. Mesmo assim, o escrivão encaminhou o processo para o juiz, pois não estava seguro de que uma mulher pudesse ser legalmente registada como eleitora.

A resposta do magistrado Afonso José de Carvalho chegou no dia 7 de Junho. Embora reconhecendo que na legislação não existia «uma exclusão expressa» da «capacidade social da mulher para o exercício do voto», defendia que na tradição jurídica do país, «as palavras “cidadão brasileiro”, empregada nas leis eleitorais designam sempre o cidadão do sexo masculino, elegível para os cargos públicos, na plenitude da sua capacidade, idóneo para o trabalho, apto principalmente para defender a pátria, pegar em armas, bater-se com ela contra o inimigo exterior e pugnar pelos seus direitos na imprensa, na tribuna, na praça pública, com as energias e veemências próprias da organização viril». Mais acrescentou que era imperativo «conservar o que até aqui se tem conservado no tocante à capacidade feminina». Ou seja, «ela na tranquilidade do lar, cuidando da ordem doméstica, ele no trabalho quotidiano auferindo os meios de prover à subsistência da família» (Idem: 22).

A jovem universitária recorreu da decisão judicial, 20 dias depois, rebatendo todos os argumentos. Começando por criticar a utilização de «concepções filosóficas ou sentimentais» para justificar a recusa da inscrição do seu nome no alistamento eleitoral, nota que se o Congresso Constituinte quisesse de verdade negar o direito de voto às mulheres, tê-lo-ia feito, «transformando essa negação em artigo expresso de lei, como, aliás, fez para os demais, sempre no empenho de elucidar todos os assuntos». Quanto à interpretação que o juiz faz da expressão «cidadão brasileiro», defende que «gramaticalmente e legalmente, os termos empregados no masculino, o são em sentido geral». Por isso, a seu ver, «na lei eleitoral, as palavras “cidadão brasileiro” não *“designam o cidadão do sexo masculino”* [itálico no original] somente, mas sim o *natural do país* [itálico no original], maior de 21 anos, salvo as excepções especialmente determinadas pela Constituição, e dentre as quais não se acha

mencionada a mulher». E pergunta: «Diz-se sempre: “Todo o cidadão está sujeito às leis do seu país. A mulher brasileira não estará, por acaso, sujeita às leis do Brasil? Ser-lhe-á porventura permitido *matar e roubar* sem incorrer nas penas estabelecidas para os *homens*?» [itálicos no original]. (Idem: 25)

O magistrado enviou o recurso para a Junta de Recursos Eleitorais, cuja decisão, de 3 de Julho, confirmou a decisão do despacho da primeira instância: «Acordam em Junta de Recursos, negar provimento ao recurso e confirmar o despacho recorrido pelos seus fundamentos» (Idem: 30).

Esta experiência inspirou Diva Nolf Nazário a escrever o livro *Voto Feminino e Feminismo. Um ano de feminismo entre nós*, publicado no ano seguinte, no qual, além de narrar factualmente todos os passos que deu para ver reconhecida a sua cidadania política, traça um retrato das mulheres do Brasil e reúne um conjunto de artigos publicados na imprensa nacional e local em 1922 e 1923 sobre a mesma temática. O acompanhamento que a imprensa fez do caso e a publicação do livro deram visibilidade à luta das mulheres brasileiras pelos seus direitos políticos e gerou uma onda de reacções pró e contra o sufrágio feminino.

Nos anos subsequentes, as associações sufragistas, especialmente a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, reforçam as campanhas em prol do reconhecimento do sufrágio feminino. Publicam artigos na imprensa, realizam palestras sobre os direitos políticos das mulheres, participam em encontros organizados por outras entidades, pressionam deputados e senadores. Mônica Karawejczyk (2010) defende que o pedido de alistamento eleitoral de Diva Nolf Nazário fez parte de uma estratégia delineada pela Federação, à qual pertencia a jovem como membro da Liga Paulista de Senhoras. A verdade é que ao longo da década de 20, várias mulheres brasileiras seguiram-lhe o exemplo, todas sem sucesso.

A primeira vitória seria alcançada em 1927, mas apenas para as mulheres residentes no Estado do Rio Grande do Norte. A Lei Estadual n.º 660, de 25 de Outubro, autorizava todos os cidadãos, sem distinção de sexo, a votarem e a serem votados. O sufrágio feminino só chegaria ao resto do país em 1932, com o primeiro Código Eleitoral (Decreto n.º 21.076) aprovado após a Revolução de 1930, embora com algumas condicionantes. As mulheres casadas só poderiam votar com a autorização dos

maridos; as solteiras e as viúvas apenas no caso de terem rendimentos próprios. Estas limitações foram eliminadas na Constituição de 1934, cujo artigo 108.º considerava eleitores os brasileiros de um e de outro sexo maiores de 18 anos.

III.6. – Matilde Hidalgo de Procel e o reconhecimento da cidadania política feminina no Equador



Imagem 10 - Matilde Hidalgo de Procel

Dois anos depois de Diva Nolf Nazário, verificava-se um caso semelhante no Equador, mas com um desfecho diferente. Em Maio de 1924, Matilde Hidalgo de Procel – a primeira doutorada em Medicina na América Latina - apresentou-se na companhia do marido, o advogado Fernando Procel Lafebre, na Junta Eleitoral de Machala para se recensear, pois a Constituição em vigor, datada de 1906, não incluía as mulheres na categoria de não eleitores.

Embora inicialmente renitente, o presidente da Junta Eleitoral aceitou o seu registo, mas sob condição, justificando que teria que rever a lei. A Constituição referia que para ser cidadão e poder exercer o direito de voto, apenas era exigido que o eleitor tivesse pelo menos 21 anos de idade e soubesse ler e escrever, como era o caso de Matilde Hidalgo de Procel. O processo foi encaminhado para o ministro do Interior, Francisco Ochoa Ortíz, que concluiu não haver nada na lei que impedisse as mulheres de votarem. No entanto, solicitou o parecer do Conselho de Estado.

A decisão, favorável, foi tomada por unanimidade na sessão de 9 de Junho e sustentava-se em argumentos de ordem legal, social e moral: 1) a Constituição referia-se a «cidadãos», não especificando que se tratavam apenas de pessoas do sexo masculino; 2) as mulheres estavam já plenamente integradas na sociedade e exerciam várias profissões de reconhecido mérito (professoras, médicas, etc.); 3) a sua entrada na arena política podia ajudar a elevar a qualidade do espírito cívico, pois os homens «tinham-se esquecido do sagrado dever do sufrágio» (Prieto e Goetschel, 2008: 306).

Matilde Hidalgo de Procel acabaria por votar nas eleições para deputados e senadores que se realizaram em Maio do ano seguinte, sendo a primeira mulher a exercer esse direito num país latino-americano (em 1941, seria também a primeira mulher a ser eleita para o Congresso do Equador. Cf. Clark, 2005: 100). Ao contrário dos casos descritos anteriormente, o seu voto contribuiu para a clarificação da lei a favor do sufrágio feminino.

Em 9 de Julho de 1925, na sequência da chamada Revolução Juliana, o Congresso foi suspenso. Em 1929, foi formada uma Assembleia Constitucional, de maioria liberal, que introduziu definitivamente o direito de voto das mulheres na lei. O artigo 13 da Constituição de 1929 passou a considerar cidadão «todo o equatoriano, homem ou mulher, maior de vinte e um anos, que saiba ler e escrever⁴³» (Villars, 2006: 303). O Equador tornou-se, assim, no primeiro país da América Latina a reconhecer as mulheres como eleitoras e como elegíveis.

CAPÍTULO IV – DIREITO DE VOTO: UMA CONQUISTA DAS MULHERES OU UMA CONCESSÃO ÀS MULHERES?

Nos dois capítulos anteriores, apresentámos sumariamente a forma como o sufrágio feminino foi reivindicado em vários países ocidentais e em que contexto sócio-político as mulheres foram sendo incorporadas no processo de decisão política ao longo dos séculos XIX e XX. Neste capítulo, tentaremos perceber se na maioria dos casos a legalização do voto feminino foi uma conquista das mulheres ou uma concessão das elites políticas por considerarem que poderiam retirar alguma vantagem da sua aceitação no corpo eleitoral. Despertámos para esta questão após a leitura do artigo de Adam Przeworski intitulado *Conquistado ou Concedido? Uma História das Extensões do Sufrágio* (*Conquer or Granted? A History of Suffrage Extensions*, no original), que será o ponto de partida para esta nossa reflexão.

Partindo de uma análise das estatísticas de 187 países e territórios coloniais desde o momento em que estabeleceram o modelo de governo representativo até ao ano 2000 e das declarações dos/as principais protagonistas, Adam Przeworski concluiu que

⁴³ No original: «todo ecuatoriano, hombre o mujer, mayor de veintiún años, que sepa leer y escribir».

a extensão do direito de voto a novas classes sociais se deveu ao facto de estas representarem uma ameaça real ao normal funcionamento das instituições políticas e aos interesses das elites dominantes, enquanto no caso das mulheres resultou de uma ponderação entre os benefícios e os prejuízos que o voto feminino (ou a sua não aprovação) poderia representar para essas mesmas elites.

De uma forma genérica, o corpo eleitoral dos primeiros regimes constitucionais era composto por homens maiores de idade que fossem proprietários, possuíssem riqueza ou pagassem um determinado valor anual em impostos. Ao longo do tempo, esse corpo eleitoral foi sendo alargado, depois restringido, para voltar a ser aumentado até à aprovação do sufrágio universal. A pergunta que se coloca desde logo é: por que razão as elites políticas decidem arriscar os seus interesses e os seus valores permitindo que outros/as tenham também a capacidade legal de intervir no governo da nação elegendo os membros dos órgãos do poder político ou de eles/as próprios/as se apresentarem como candidatos/as? Focaremos a resposta apenas na questão do sufrágio feminino, o objecto de estudo da nossa tese.

Segundo Przeworski, embora em alguns países a luta pelo direito de voto das mulheres tenha sido travada num contexto de grande militância sufragista e, em alguns casos, implicado enormes sacrifícios pessoais, esta premissa não é suficiente para justificar a aprovação do sufrágio feminino. Assim como também não o é o facto de o movimento sufragista se ter tornado mais visível a partir do momento em que as mulheres das classes média e alta, instruídas, começaram a procurar trabalho fora do espaço doméstico. Se assim fosse, mais países teriam aprovado o voto feminino após a Grande Guerra, uma vez que durante este período milhares de mulheres se ocuparam de actividades profissionais até então exclusivas dos homens. Aliás, os estudos historiográficos mais recentes defendem que o fim da guerra representou, em muitos países, um retrocesso no que diz respeito aos direitos das mulheres.

A verdade é que, com excepção da Nova Zelândia, que aprova o sufrágio universal em 1893, a maioria dos países com governo representativo permite o voto feminino apenas após o fim da II Guerra Mundial. Um dos exemplos mais paradigmáticos é o de França, berço do liberalismo, onde as mulheres só são autorizadas a votar em 1944. Mesmo em Inglaterra, onde as sufragetes optaram por métodos violentos de contestação, e nos Estados Unidos da América, onde houve também

sufragistas radicais, o voto universal só se torna realidade em 1928⁴⁴ e 1919⁴⁵, respectivamente.

Uma primeira conclusão a retirar é que nos países onde o movimento sufragista era mais forte e mobilizava uma parte significativa da sociedade, as mulheres tiveram que esperar mais tempo para serem reconhecidas a sua cidadania política. Como Irma Sulkunen nota, em vários países, o voto feminino foi aprovado após acontecimentos importantes para o país, como o fim de um conflito armado ou a declaração de independência (2007: 30), sem que necessariamente aí tenha existido um movimento sufragista verdadeiramente activo ou com grande expressão. Do primeiro grupo fazem parte países como a Finlândia (1906) e a Rússia (1918), entre outros; do segundo, Noruega (1905), a Áustria (1918) e a Polónia (1919), para citar apenas os primeiros.

A segunda é a de que o momento de aprovação do voto feminino não foi tanto determinado por períodos de maior convulsão social protagonizados pelas organizações sufragistas (o que significaria que estas teriam conquistado o seu objectivo), mas pela necessidade de os partidos políticos alargarem a sua base eleitoral de apoio (e, por isso, se trata de uma concessão) para se manterem no poder ou conquistarem o poder.

Por fim, Przeworski acrescenta um outro factor: a influência do direito internacional nos quadros jurídicos nacionais, principalmente a partir da proclamação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas, em 1948, que condena todas as formas de discriminação e defende a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Como defende Meyer *et al.*, «os modelos mundiais definem e legitimam agendas para a acção local, moldando as estruturas e políticas dos Estados-nação»⁴⁶ (1997: 145 citado em Paxton, Hughes Green, 2006: 901). Mas é importante lembrar que a inclusão de uma cláusula proclamando a igualdade de direitos para as mulheres na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* se deveu à pressão das delegadas do Brasil, República Dominicana e México (Idem: 900).

⁴⁴ Em 1918, tinha já sido aprovado o voto para mulheres com mais de 30 anos de idade.

⁴⁵ Embora o voto universal tenha sido aprovado em 1919, o Tennessee (36.º estado da União) só ratificou a emenda federal em Agosto de 1920.

⁴⁶ No original: «worldwide models define and legitimate agendas for local action, shaping the structures and policies of nation-states».

Embora concordemos com Adam Przeworski que o contexto sócio-político em que o voto feminino foi aprovado indique que se tratou de uma concessão das elites dominantes e não uma conquista das mulheres, não podemos deixar de relevar o papel dos movimentos sufragistas. Mesmo nos casos em que o sufrágio das mulheres foi legalizado porque os partidos políticos viram aqui uma oportunidade para alargar a sua base eleitoral de apoio, não devemos esquecer os anos (por vezes, largas décadas) de luta pelo reconhecimento da cidadania política feminina, todas as redes de contactos que foram estabelecidas entre sufragistas de várias nacionalidades e a pressão que foram fazendo junto da sociedade civil e dos órgãos dos poderes político e jurídico.

Como sublinham Paxton, Hughes e Green, «ao longo do século XX, os argumentos sobre o voto feminino [...] mudaram do “aceitável” num estado-nação, para “encorajável”, para “univocamente exigível”⁴⁷» (Idem: 916).

Em última instância, devemos pensar que caso as mulheres não tivessem tomado consciência de que eram discriminadas e não tivessem exigido participar activamente no governo do país, talvez só mais tarde (quão mais tarde?) os homens olhassem para elas como suas iguais e as autorizassem a votar. A necessidade de alargar o número de eleitores poderia ser suprimida, por exemplo, reduzindo a idade mínima que os homens deveriam ter para votarem. Uma discussão, aliás, que surge com alguma regularidade nos dias que correm, incluindo em Portugal, embora aplicada a homens e a mulheres.

⁴⁷ No original: «Throughout the 20th century, arguments about female suffrage [...] moved from “acceptable” in a nation-state, to “encouraged”, to “unequivocally required”».

PARTE II

O MOVIMENTO SUFRAGISTA

EM PORTUGAL E ESPANHA



Imagem 13 - Mulheres de Saragoça votam nas eleições gerais de Novembro de 1933, as primeiras realizadas em Espanha após a aprovação do sufrágio universal



Imagem 12 - As mulheres portuguesas votaram pela primeira vez no dia 19 de Março de 1933, dia em que se realizou o plesbicio sobre a primeira Constituição do Estado Novo

CAPÍTULO I – RAZÕES PARA A DEMORA DA ENTRADA DAS MULHERES NA VIDA POLÍTICA

Embora desde o início de Oitocentos se discutisse publicamente o voto das mulheres, tanto em Portugal como em Espanha, não havia ainda um terreno verdadeiramente fértil para que as ideias sufragistas ganhassem raízes e crescessem. As sementes tinham já sido lançadas, principalmente na imprensa destinada às mulheres, no Parlamento e no interior da Maçonaria, mas seria necessário esperar pelo virar do século para que o feminismo político ganhasse alguma expressão na Península Ibérica. Até então, foram poucas as mulheres que em conferências ou através da escrita de livros ou de artigos se pronunciaram sobre o assunto, ocupando-se mais com a denúncia da baixa taxa de escolarização feminina, das condições de trabalho das operárias nas fábricas ou em combater a prostituição e a mendicidade.

As sementes do feminismo estavam lançadas, mas poucas/os eram ainda aquelas/es que as regavam. Em 1899, o jurista espanhol Adolfo Posada lamentava não existir em Espanha um «feminismo arriscado, de iniciativas valentes e com uma organização nacional⁴⁸», nem «numerosas associações feministas», como nos Estados Unidos da América, em Inglaterra ou em França, que se ocupassem da elevação social das mulheres (1994: 198). Mais de 60 anos depois, María Laffitte (1902-1986), condessa de Campo Alange, partilhava idêntica opinião: «[...] nunca houve em Espanha nada que possa comparar-se ao impulso agressivo e heróico das sufragistas britânicas [...]. O nosso feminismo nunca chegou a formar o que se chama um movimento e teve sempre um carácter envergonhado [...]. A resignação foi o traço dominante das nossas mulheres e se no início dos anos vinte chegou a ter uma certa importância foi seguramente por consequência das repercussões da guerra europeia.»⁴⁹ (1963: 200).

Num artigo de opinião publicado no jornal *A Capital* em 1912 sobre as reivindicações femininas, Maria Veleda (1871-1955) traçava em breves linhas um

⁴⁸ No original: «No hay en España un feminismo arriesgado, de iniciativas valientes y con organización nacional».

⁴⁹ No original: «[...] nunca hubo en España nada que pueda compararse al impulso agresivo e heroico de las sufragistas británicas [...]. Nuestro feminismo no llegó nunca a formar lo que se llama un movimiento y tuvo siempre un carácter vergonzante [...]. La resignación fue el rasgo dominante de nuestras mujeres y si a comienzos de los años veinte llegó a tener cierta importancia fue seguramente a consecuencia de las repercusiones de la guerra europea».

retrato pouco abonatório das mulheres portuguesas: «A mulher portuguesa é muito tímida, muito agarrada ao preconceito, preocupa-se muito com “o que se dirá”. Poucas se dispõem a afrontar críticas acerbas, a troça implacável do “mais forte”; poucas sabem couraçar-se para a luta, cobrindo-se com o arnês do desprezo ou da indiferença. (*A Capital*, 20 de Março de 1912: 1)».

Em 1902, nas páginas do jornal *O Primeiro de Janeiro*, Carolina Michäelis de Vasconcelos escrevia sobre as mulheres ibéricas: «O combate das massas femininas em vista de melhores condições sociais está inteiramente por organizar no mundo peninsular. Elas não têm reclamado, por ora, a equiparação nos direitos civis dos dois sexos, e não pensam sequer em direitos de ordem mais elevada, como seja o do sufrágio.

É perfeitamente nula a sua influência no campo político, onde a aparição ostensiva de uma personalidade feminina seria tomada à conta de monstruosidade. As mulheres submetem-se, sem protesto sensível, à tradição secular de inferioridade a cultura, na preparação para as lutas da vida, e até no tratamento de assalariadas, em confronto com os seus companheiros masculinos.» (Vasconcelos, 2002: 21).

A comparação com os movimentos feministas dos países anglo-saxões era frequente, tanto da parte de quem criticava como de quem apoiava as novas ideias sobre a emancipação feminina. Através da imprensa, chegavam ecos das vitórias alcançadas pelas mulheres de outros países (nomeadamente, a conquista de direitos políticos) e as formas agressivas de reivindicação que muitas adoptavam (em especial, as sufragetes em Inglaterra). Em Portugal e em Espanha, as feministas optaram por estratégias mais moderadas e pacíficas, preferindo alcançar as suas aspirações pela força da razão e não pela força da violência.

Apesar de várias opiniões contrárias à aprovação do voto feminino, na Península Ibérica não se verificaram reacções violentas contra os/as seus/suas defensores/as nem a fundação de associações anti-sufragistas, como aconteceu em Inglaterra e nos Estados Unidos da América. O anti-sufragismo, à semelhança do sufragismo, assumiu um carácter pacífico, resumindo-se à escrita de artigos de jornal ou de livros, de palestras ou de discursos mais ou menos inflamados no Parlamento, onde o voto contra a legalização dos direitos políticos das mulheres constituiu a arma mais poderosa nesta

guerra. A entrada das mulheres na esfera política representava o derrubar do último bastião masculino, havendo quem, embora não se opusesse ao investimento na educação feminina ou à equiparação de direitos na sociedade conjugal, por exemplo, estava terminantemente contra o sufrágio feminino activo e passivo.

São vários os factores que entravaram a entrada das mulheres portuguesas e espanholas na vida política formal, ou seja, a sua inclusão nos espaços de debate político (partidos, sindicatos, maçonaria, etc.) e o seu reconhecimento como eleitoras e elegíveis a cargos públicos. Embora alguns sejam comuns a outros países (como a interferência da Igreja Católica na vida das famílias e do Estado e os códigos legislativos - civis, penais e comerciais - que submetiam as mulheres à autoridade masculina), outros são muito característicos da realidade portuguesa e espanhola (como a baixa taxa de escolaridade feminina e o desenvolvimento industrial tardio). Em seguida, abordaremos em traços gerais cada um desses quatro factores principais.

I.1. – A misoginia do ordenamento jurídico

O primeiro código civil de Portugal (1867) e de Espanha (1889) - inspirados no Código Napoleónico de 1804 - davam força de lei aos valores culturais e às práticas enraizadas na sociedade no que se referia ao estatuto das mulheres. Em termos jurídicos, elas eram equiparadas aos menores de idade e aos incapazes, seres sem autonomia para gerirem as suas próprias vidas, sempre submetidas às decisões dos pais, dos tutores legais ou dos maridos. Este quadro era sobretudo penalizador para as mulheres casadas, uma vez que as solteiras, quando atingissem a maioridade, poderiam decidir livremente a sua vida à luz da lei. Também as viúvas tinham mais direitos do que as mulheres casadas. O que não significa que na vida diária, umas e outras não encontrassem os mais diversos obstáculos (de ordem social, familiar ou económica) nesse seu processo de emancipação.

Com algumas nuances, à luz dos códigos civis de ambos os países, as mulheres casadas não podiam ser proprietárias, administrar os seus próprios bens (incluindo os salários) ou os do casal, firmar um contrato sem autorização dos maridos (mesmo que

para exercer um acto profissional), apresentar-se a juízo (excepto quando fosse ré ou estivesse em conflito com o marido) ou fazer parte do conselho de família. O marido podia exigir que o salário da esposa lhe fosse entregue e dispor livremente dele e ler a sua correspondência. Mesmo que autorizasse a mulher a trabalhar, a ter o seu próprio negócio ou a estudar, podia a qualquer altura revogar a decisão sem ter que a justificar. Era ele quem exercia a pátria potestade sobre os/as filhos/as e o local de residência da família (caso quisessem viver no estrangeiro, as mulheres poderiam opor-se recorrendo ao tribunal). Se casassem com um estrangeiro, as mulheres passavam a ter a nacionalidade do marido. Como notava o advogado e historiador espanhol Miguel Romera-Navarro (1885-1954), «nas realidades jurídicas, a lei considera o homem como o elemento principal, e à mulher como o complemento que, embora indispensável, é acessório»⁵⁰ (Romera-Navarro, 1910: 22-23).

Esta dupla moral estava igualmente patente nos códigos penais (o espanhol, datado de 1870; o português, de 1886), que condenavam de forma diferentes o adultério e os crimes de sangue. Em Portugal, a mulher que traísse o marido era punida com dois a oito anos de prisão ou com o degredo temporário, enquanto o homem estava sujeito apenas a uma multa de três meses a três anos; se o marido matasse a mulher ao surpreendê-la em flagrante adultério, era condenado a um desterro de seis meses fora da comarca de residência, enquanto a mulher era encarcerada. Com a instauração da República, tanto as mulheres como os homens que cometessem adultério (assim como os/as amantes) poderiam ser condenados até dois anos de prisão efectiva. Em Espanha, caso o marido surpreendesse a mulher com o amante e os agredisse ou os matasse, era condenado ao desterro. A mulher infiel era condenada a prisão perpétua.

Embora em alguns casos a lei permitisse às mulheres recorrerem de determinadas decisões dos maridos em defesa dos seus direitos ou dos/as seus/suas filhos/as, muito poucas usaram esse recurso. Como afirma Fátima Mariano, «A elevada taxa de analfabetismo, o elevado número de casamentos acordados entre as famílias dos noivos, a pressão social que obrigava as mulheres a não questionarem as decisões dos homens [...] e o medo de desafiar a autoridade pública eram algumas das causas dessa realidade, cuja mudança ocorreu muito lentamente.» (Mariano, 2011: 81).

⁵⁰ No original: «en las realidades jurídicas, la ley considera al hombre como elemento principal, y a la mujer como el complemento que, aunque indispensable, es accesorio».

Em ambos os países, só com a instauração de regimes políticos republicanos (I República em Portugal, em Outubro de 1910, e II República em Espanha, em Abril de 1931) há alterações legislativas que acabam com a maioria destas discriminações, embora tenham sido mais um sinal de anticlericalismo do que propriamente uma resposta às reivindicações feministas.

Em Portugal, as principais mudanças legislativas registaram-se com a publicação das chamadas Lei da Família no dia 25 de Dezembro de 1910 pela recém proclamada República: o casamento passou a ser considerado um contrato civil entre duas pessoas de sexo diferente, podendo qualquer uma delas denunciá-lo caso se verificasse algum dos motivos previstos na legislação; foram revogados os artigos que obrigavam as mulheres a obedecerem aos maridos e que os autorizavam a ler a correspondência dirigida às esposas; e reconhecido o direito de as mulheres publicarem sem prévia autorização dos maridos.

Os homens, porém, continuavam a ser os chefes da família. Manteve-se também o artigo que obrigava as mulheres a adoptarem o local de residência escolhido pelo marido (excepto se este quisesse mudar-se para as colónias ou para o estrangeiro) e a adoptarem a nacionalidade do marido quando casavam com um cidadão natural de outro país. A pátria potestade permanecia igualmente um privilégio do homem casado, embora, em caso de divórcio litigioso, os/as filhos/as menores ficassem a cargo do cônjuge em favor do qual o divórcio tivesse sido decidido.

Embora o Código Civil de 1867 contemplasse duas formas de casamento – civil e religioso –, apenas permitia a separação de pessoas e bens e somente em casos muito excepcionais, o que desde logo gerou um forte debate na imprensa e no Parlamento, com várias vozes (de homens e de mulheres) a defenderem a imediata aprovação do divórcio. Esta, porém, só veio a acontecer em 3 de Novembro de 1910.

Em Espanha, a reforma do Código Civil ocorre apenas após a aprovação da primeira Constituição⁵¹ da II República, em Dezembro de 1931, que introduz a igualdade de direitos entre ambos os sexos. Entre as alterações introduzidas constam o direito de as mulheres casadas com cidadãos estrangeiros manterem a sua nacionalidade

⁵¹ A Constituição espanhola de 1931 foi inspirada nos textos constitucionais do México (1917), da Rússia (1918) e da Alemanha (1919).

(o que lhes permitiria, por exemplo, eleger ou serem eleitas) ou de representarem os seus maridos por procuração. É também estabelecido o casamento civil, o direito de investigação da paternidade, a equiparação de direitos entre filhos/as legítimos/as e ilegítimos/as.

Em 25 de Março de 1932, é aprovada a Lei do Divórcio pelo Parlamento. Apesar de o Código Civil de 1889 prever a dissolução do matrimónio em algumas situações⁵², as mulheres separadas judicialmente continuavam a precisar da autorização dos maridos para exercerem uma actividade profissional e receberem o salário (Martínez Noriega, 2016: 60). A Lei do Divórcio, juntamente com a reforma do Código Civil, acaba com estas discriminações. Passam a ser causa para o fim do casamento, entre outras, o adultério não consentido, a bigamia, o desamparo injustificado da família por qualquer um dos cônjuges e a existência de doenças venéreas contagiosas contraídas fora da relação conjugal (*Ibidem*).

Estas duas reformas transformaram a família «numa entidade puramente humana, sujeita às leis e aos humores dos homens e não dos deuses» (Mariano, op. cit.: 87). A sua execução foi importante não apenas para que o estatuto das mulheres na família e na sociedade fosse melhorado e os seus direitos estivessem mais equiparados aos dos homens, mas também para darem mais força às reclamações pelo reconhecimento da sua cidadania política.

I.2 – O analfabetismo feminino

O baixo índice de escolaridade das mulheres foi um dos factores que atrasou a difusão e acolhimento das ideias feministas na Península Ibérica. Em Espanha, a taxa de analfabetismo feminina situava-se nos 86% em 1860, baixando para os 71% em 1900 até chegar aos 38,4% em 1930 (Nash, 1994: 164-165). Em Portugal, as percentagens são um pouco mais elevadas: 85,4% em 1890, 85% em 1900 e 69,9% em 1930. Tanto no

⁵² Algumas das causas previstas na lei são o adultério da mulher ou do homem (neste último caso, apenas quando se regista escândalo público ou o desprezo da esposa), os maus tratos ou injúrias graves, a violência exercida pelo homem para obrigar a mulher a mudar de religião ou obrigá-la a prostituir-se ou quando um dos cônjuges é condenado a prisão perpétua. Cf. Martínez Noriega, 2016: 59-60.

caso dos homens como no das mulheres, e em ambos os países, a taxa de iliteracia era mais elevada nas zonas rurais do que nas urbanas e entre as camadas populares mais do que nas classes sociais altas.

Como assinala Marta Postigo Asenjo, desde o início que as feministas perceberam que o reconhecimento dos seus direitos políticos dependia em muito, e mais do que no caso dos homens, do seu acesso ao sistema formal de ensino. «[...] quem aspirava a adquirir plena independência e autonomia não podia renunciar à sua formação nem ao acesso ao conhecimento que as capacitaria para exercer os seus deveres e direitos cívicos. Assim, para serem livres e auto-suficientes as mulheres precisavam pensar por elas próprias e, para isso, deviam aceder aos espaços onde se preparavam os indivíduos para serem autónomos, ou seja, governantes; as escolas e as universidades.⁵³» (Postigo Asenjo, 2006: 97).

Mas não bastava poderem entrar nestes espaços de transmissão de saber. Era igualmente imprescindível que as matérias ministradas a rapazes e raparigas fossem as mesmas, de modo a que as desigualdades entre os sexos ao nível do conhecimento fossem esbatidas e todos pudessem entrar na vida adulta munidos das mesmas ferramentas. Para as feministas, a coeducação era «o único modelo de educação capaz de formar homens e mulheres preparados em iguais circunstâncias para as lutas da vida» (Mariano, op. cit.: 119). Contudo, durante muito tempo, mesmo após o estabelecimento da escolaridade obrigatória para meninos e meninas, as disciplinas mais não fizeram do que acentuar e perpetuar os estereótipos de género e as aulas eram ministradas em salas ou mesmo escolas separadas.

Em ambos os países, a incorporação das raparigas no sistema escolar ocorreu em quatro etapas: 1.^a) a escola pública era reservada para os rapazes; a instrução das raparigas era feita em casa ou nos conventos; 2.^a) abertura de estabelecimentos de ensino primário público exclusivos para a população feminina; 3.^a) investimento na coeducação, tanto no ensino primário como no secundário; 4.^a) entrada das mulheres nas universidades.

⁵³ No original: «[...] quienes aspiraban a adquirir plena independencia y autonomia no podían renunciar a su formación ni al acceso al conocimiento que les capacitaría para ejercer sus deberes y derechos cívicos. Así, para ser libres y auto-suficientes las mujeres necesitaban pensar por sí mismas y, para ello, debían acceder a los espacios donde se preparaban los individuos para ser autónomos, es decir, gobernantes; las escuelas y las universidades.».

Até a escolaridade ser obrigatória, a educação das raparigas era feita em casa (pelas mães, avós, tias ou perceptoras, no caso das famílias das classes altas) ou nos conventos ou colégios, ambos espaços privados, e a dos rapazes nas escolas, um espaço público. As matérias ministradas eram também diferentes: as meninas eram ensinadas a desempenharem as funções próprias do seu sexo, como o cuidar da casa, do marido, dos filhos ou dos membros mais velhos da família; os meninos eram preparados desde muito cedo para assumirem responsabilidades nos negócios da família e/ou na administração da coisa pública.



Imagem 13 – Turma de raparigas (esq.) e de rapazes (dir.) nas Escolas Aguirre em Madrid, em 1910

Em Espanha, a Lei Moyano⁵⁴, de 1857, foi a primeira a determinar a obrigatoriedade da instrução primária para os rapazes e as raparigas entre os 6 e os 9 anos de idade e a construção de escolas para um e outro sexo em todas as localidades com 500 ou mais habitantes. O projecto, porém, foi de difícil execução por dificuldades financeiras. Além de existirem turmas separadas para rapazes e raparigas, os currículos eram também diferenciados. Em 1901, o novo projecto de ensino primário, aprovado pelo ministro Romanones (1863-1950) uniformiza a instrução de rapazes e de raparigas. Oito anos depois, a Lei de 23 de Junho ampliou o ensino obrigatório até aos 12 anos de idade e em 1911, o Real Decreto de 25 de Fevereiro estabeleceu o ensino misto.

Em Portugal, o ensino primário torna-se obrigatório para as crianças de ambos os sexos, com idades entre os 7 e os 15 anos e que residissem a uma distância de 2,5

⁵⁴ A Lei de Instrução Pública, de 9 de Setembro de 1857, ficou conhecida com Lei Moyano por ser da autoria de Claudio Moyano y Samaniego (1809-1890), então ministro do Fomento.

quilómetros da escola (com algumas excepções), com o Decreto de 20 de Setembro de 1870, da autoria de António da Costa (1824-1892), o primeiro ministro da Instrução Publica. As famílias que não enviassem as suas crianças à escola eram multadas pelas autoridades municipais, mas apesar de o ensino ser gratuito e obrigatório, a lei não teve a eficácia desejada. A taxa de frequência foi muito reduzida quer porque as famílias não compreendiam as vantagens de os/as filhos/as se escolarizarem, quer por motivos financeiros das entidades responsáveis pela construção e funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Em 1901, o Decreto n.º 8, de 24 de Dezembro, determina que só quem possua o exame do 1.º grau (1.ª, 2.ª e 3.ª classes) pode concorrer a lugares públicos (na altura, vedados às mulheres), num esforço de convencer as famílias a enviarem as crianças à escola. A mudança de regime político, em Outubro de 1910, é acompanhada também de uma reforma da instrução primária. Em 29 de Março de 1911, é publicado um decreto que divide o ensino primário em três escalões (elementar, complementar e superior), sendo que só o primeiro é obrigatório para as crianças de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos. Oito anos mais tarde, o ministro da Instrução Leonardo Coimbra (1883-1936) aprova uma nova reforma do ensino primário, que torna obrigatória a frequência da escola para todas as crianças entre os 7 e os 12 anos de idade.

Tanto num como noutro país, a obrigatoriedade do ensino para as raparigas foi aceite com alguma relutância pelas famílias mais carenciadas, que não viam quaisquer vantagens na alfabetização das suas filhas. O seu futuro, tal como tinha sido o das suas mães e o das suas avós, passava por casar, formar a sua própria família e continuar a exercer o mesmo tipo de trabalhos pouco qualificados e mal remunerados, perpetuando um modelo de feminilidade ancestral. Além disso, enquanto estivessem ocupadas com os estudos, não poderiam ajudar as mães com as tarefas domésticas ou desempenharem determinados trabalhos remunerados que ajudariam a compor o parco rendimento familiar, no caso dos agregados mais pobres. Quanto às famílias mais abastadas, havia o receio de que o convívio entre raparigas e rapazes, mesmo que com supervisão de um adulto e num espaço controlado, pudesse colocar em causa a moral e os bons costumes. Por outro lado, defendia-se que as mães e outras mulheres da família transmitiriam às meninas todos os conhecimentos de que elas iriam precisar durante a sua vida adulta.

A preocupação com a instrução das mulheres surge sobretudo devido a dois factores: o papel que desempenhavam na educação dos filhos, os futuros cidadãos e líderes do país, e o aumento da procura de mão-de-obra qualificada decorrente da industrialização do país, ambos ligados ao progresso da nação. Procurava-se, desta forma, regenerar a sociedade.

A par das reformas educativas levadas a cabo pelo Estado, surgiram projectos ligados a instituições privadas ou desenvolvidos por associações femininas de promoção do ensino junto das mulheres. Foram o caso, em Espanha, da Associação para o Ensino da Mulher (*Asociación para la Enseñanza de la Mujer*, no original), que iniciou a actividade em 1870; da Instituição de Ensino Livre (*Institución Libre de Enseñanza*, no original), criada em 1876, ou do Instituto de Cultura e Biblioteca Popular da Mulher (*Institut de Cultura i Biblioteca Popular per la Dona*, no original), fundada em 1909, em Barcelona, por Francesca Bonnemaison (1872-1949). Esta última chegou a organizar cursos gratuitos de comércio, mecanografia, confecção e trabalhos doméstico (Franco Rubio, 2004: 475). A Associação para o Ensino da Mulher impulsionou a fundação de escolas de Comércio (1878), dos Correios e Telégrafos (1883), de Mecanografia (1884) e um curso de Arquivistas e Bibliotecárias já no final do século XIX (Franco Rubio em Capel Martínez, 1986: 245). Em Portugal, destacamos a 1.^a Escola Menagère, fundada em 1913 pela Associação de Propaganda Feminista destinada exclusivamente às classes operárias, ou a Escola de Solidariedade Feminina, criada em 1915 pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (Osório, Esteves e Monteiro, 2011: 98-99).

Embora o investimento na instrução das raparigas tenha sido uma preocupação dos diversos governos e aumentado significativamente no período abrangido pela nossa investigação, o projecto pedagógico implementado reproduzia as relações de género existentes na sociedade e perpetuava a ideia de que as mulheres deveriam ocupar-se dos afazeres domésticos e nunca questionar as decisões dos membros masculinos da família. Os currículos das escolas femininas incluíam disciplinas como costura, bordado, higiene e economia doméstica. Mesmo projectos educativos como o da Instituição de Ensino Livre em Espanha, que introduziram inovações pedagógicas e defendiam a coeducação, pouco contribuíram para a alteração deste modelo.

No âmbito da reflexão feita em torno da educação feminina, de sublinhar

também a importância que os Congressos Pedagógicos, organizados em Madrid em 1882 e 1892, tiveram no aprofundamento do debate sobre o estado do ensino em geral e o das mulheres em particular. Especialmente o segundo, o Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, realizado em 13 de Outubro e que contou com a presença da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), um dos membros da mesa de honra. Enquanto o primeiro se centrou na instrução primária, o segundo alargou o debate aos restantes graus de ensino (com uma das secções a focar-se exclusivamente na instrução das mulheres). Personalidades como Emília Pardo Bazán (1851-1921) aproveitaram este fórum para se pronunciarem a favor da participação das mulheres no mundo social e profissional e defenderem um maior investimento na sua educação formal. Pardo Bazán foi a primeira professora catedrática em Espanha. Nomeada em 12 de Maio de 1916 responsável pela disciplina de Línguas e Literaturas Neolatinas na Universidade Central de Madrid, viu as suas aulas boicotadas por muitos alunos simplesmente por ser mulher.

Apesar do intenso debate sobre a necessidade de melhorar a instrução das mulheres e dos diversos projectos e reformas educativas que se foram concretizando sobretudo a partir do último quartel do século XIX, houve uma forte resistência em abrir as portas das universidades ao sexo feminino. Se a utilidade de as mulheres frequentarem o ensino primário foi amplamente questionada, o seu acesso ao ensino secundário e, principalmente, ao universitário, foi-o ainda mais.

Em Espanha, data de 1888 a primeira lei que autoriza a inscrição de mulheres nos cursos universitários públicos, embora as candidatas tivessem que pedir autorização à Direcção Geral de Instrução Pública⁵⁵. Até ao final do século XIX, terão sido cerca de 30 as jovens que solicitaram ao rei Amadeu de Sabóia (1845-1890) permissão para se matricularem em universidades (Postigo Asenjo, op. cit.: 105). Entre estas destacam-se Maria Elena Maseras (1853-1905), a primeira mulher a pedir autorização para frequentar uma licenciatura, no seu caso, de Medicina, na Universidade de Barcelona (tinha finalizado o bacharelato no ano lectivo de 1872-1873), e Dolors Aleu (1857-1913), a primeira mulher doutorada, também em Medicina, pela Universidade Central de Madrid.

⁵⁵ Concepción Arenal foi a primeira mulher a frequentar uma universidade espanhola, em 1841. No entanto, teve que cursar Direito na Universidade Central de Madrid disfarçada de homem. Entre 1882 e

A conclusão de uma licenciatura não era, porém, sinónimo de que as mulheres pudessem exercer as profissões para as quais estudaram. Apenas em Setembro de 1910 foi autorizado o acesso das mulheres às profissões relacionadas com o Ministério da Instrução Públicas e Belas Artes, embora tivesse sido preciso esperar até 1918 para que as mulheres fossem consideradas funcionárias públicas na categoria de auxiliares (Idem: 109).

Em Portugal, a primeira mulher a frequentar um curso universitário⁵⁶ foi Domitila Hormizinda de Carvalho⁵⁷ (1871-1966), que no ano lectivo de 1891/1892 se inscreveu na licenciatura de Matemática na Universidade de Coimbra. No ano lectivo de 1896/1897, juntaram-se-lhe Maria do Carmo Teixeira e Sofia Júlia Dias. No ano lectivo de 1910/1911, assiste-se à primeira matrícula de uma mulher na Faculdade de Direito da mesma universidade - Regina Quintanilha (1892-1967)⁵⁸ -, que concluiu o curso em apenas três anos. Apesar de o número de mulheres a frequentarem o ensino universitário ter crescido sustentadamente ao longo de toda a I República, nunca foram além de 0,6% do total de alunos.

Este investimento na educação formal das mulheres terá como consequência, entre outras, a sua melhor preparação para abraçar novas profissões (rompendo, assim, com estereótipos de género) e deixar para trás a tradicional imagem da mulher que se dedica exclusivamente aos deveres domésticos e às obrigações familiares, como veremos em seguida. Dar-lhes-á também novas ferramentas para reivindicarem mais direitos e oportunidades e aumentar a pressão sobre os poderes político, judicial e económico. São estas jovens licenciadas que irão impulsionar os movimentos feministas português e espanhol na década de 20 do século XX.

1883, foi expressamente proibida a inscrição de mulheres nos cursos universitários.

⁵⁶ Há que referir, no entanto, que antes já várias mulheres tinham frequentado as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, a Escola Politécnica de Lisboa, a Academia Politécnica do Porto, entre outros estabelecimentos de ensino similares.

⁵⁷ Além de Matemática, Domitila Hormizinda de Carvalho licenciou-se também em Filosofia e em Medicina. Em 1934, foi eleita uma das três primeiras deputadas portuguesas.

⁵⁸ Em 14 de Novembro de 1913, com apenas 20 anos de idade, Regina Quintanilha consegue autorização do presidente do Supremo Tribunal de Justiça para exercer advocacia (profissão vedada às mulheres pelo Código Civil). Foi também a primeira mulher portuguesa com funções de conservadora do Registo Predial e Notarial.

Como vários/as autores/as defendem, a incorporação em massa das raparigas e mulheres no sistema escolar e em igualdade de circunstâncias com os rapazes e os homens foi uma das mais importantes revoluções sociais a que o mundo assistiu desde o século XIX e é uma luta que ainda hoje é travada em vários países. A escolarização da população feminina permite capacitá-la para assumir outras responsabilidades não só na família, mas também nas instituições (públicas ou privadas) e nos diversos órgãos do poder político, jurídico e económico.

I.3 – A lenta inserção no mercado de trabalho

O aumento do número de mulheres instruídas permitiu-lhes entrar em força num mercado de trabalho cada vez mais exigente e complexo e ocupar actividades profissionais recém-criadas ou que habitualmente eram desempenhadas por trabalhadores do sexo masculino (adultos ou crianças). Paulatinamente, a tradicional imagem de «mãe de família» (*«ángel del hogar»* na expressão castelhana), começava a ser posta em causa pelas próprias mulheres, sobretudo através das suas práticas quotidianas. Cada vez mais mulheres das camadas populares procuravam uma actividade remunerada fora de casa, fosse nas fábricas, na agricultura, no comércio ou como criadas de servir, não só devido à necessidade de aumentar o rendimento mensal da família, mas também por quererem conquistar uma certa autonomia.

As das classes média e alta, quando ainda solteiras, investiam na sua formação, esperando assim conseguir um emprego que lhes garantisse um rendimento e não as tornasse tão dependentes financeiramente do pai, do irmão mais velho, do tutor legal ou do marido. Estas mulheres mais escolarizadas vão dedicar-se sobretudo às actividades ligadas ao sector dos serviços (como dactilógrafas ou nas estações de correios e telégrafos, por exemplo), mas também ao ensino (como professoras), à saúde (como médicas ou enfermeiras) e às profissões liberais (como a advocacia).

As estatísticas disponíveis permitem-nos ver essa mudança, mas também perceber que a entrada em força das mulheres ibéricas no mercado de trabalho ocorre depois do virar da centúria. Em 1910, apenas 15% da população feminina espanhola trabalhava (Tusell, 2007: 43), enquanto em Portugal a percentagem era de 30% (Nunes, 1991:720), um número que sofreu poucas alterações até a final dos anos 30.

Embora os dados estatísticos disponíveis em ambos os países sejam de características diferentes, os números que se seguem pretendem apenas ilustrar as mudanças operadas no mercado de trabalho em termos de população feminina. Em Espanha, em 1910, a maioria da população feminina activa trabalhava no sector agrícola: 57,81% contra 13,41% na indústria. Em 1930, o cenário era completamente diferente: a indústria passa a ocupar a maioria da mão-de-obra feminina (31,6%), seguido do serviço doméstico (30,7%) e só depois da agricultura (23,6%) (Capel Martínez, 1986: 215). Em Portugal, a mão-de-obra feminina representava, em 1910, 25% e 37% da população activa geral na agricultura e na indústria, respectivamente. Em 1930, a agricultura emprega cerca de 693 mil mulheres (13% da população activa do sector), a indústria perto de 100 mil (25%), o comércio 19 600 (14%) e os serviços mais de 400 mil (96%) (Nunes, op. cit.: 720-721).

Apesar de se ter mantido neutral durante a Grande Guerra, Espanha assistiu a mudanças económicas e sociais significativas durante esses quatro anos, consequência directa do conflito. Mudanças essas que afectaram profundamente a população feminina, principalmente a das classes média e baixa. O aumento do preço dos bens de primeira necessidade obrigou muitas dessas mulheres a incorporarem-se no mundo do trabalho. Por outro lado, o aumento da produção em determinados sectores de actividades para responder à procura por parte dos países beligerantes criou novos postos de trabalho, muitos dos quais foram ocupados por mulheres. (Maria Teresa González Colbert in Folguera, 2007: 82).

Além de uma certa independência económica, esta entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho permitiu-lhes ocupar um lugar de cada vez maior destaque no espaço público, tomar consciência da sua verdadeira condição social, económica e jurídica, ganhar uma consciência de grupo que até então não possuíam e fortalecer a sua capacidade reivindicativa. Apesar de esta autonomia financeira (que em alguns casos o era apenas aparentemente, como vimos em I.1.) representasse uma certa libertação das mulheres, a verdade é que esta tinha um custo pessoal elevado. Após uma longa jornada de trabalho (que podia chegar às 10, 12 ou mais horas diárias, dependendo da actividade), muitas vezes vivida em condições precárias e a ganharem metade (ou um terço) do salário que os homens que desempenhavam as mesmas funções (ou inferiores) auferiam, as mulheres tinham ainda de se ocupar dos afazeres



domésticos. Cuidar dos/as filhos/as, muitas vezes também de parentes mais velhos (pais e/ou sogros e/ou tios), tratar das roupas, arrumar a casa, cozinhar, ir às compras, continuavam a ser tarefas da responsabilidade das mulheres, que desta forma enfrentavam diariamente uma dupla jornada laboral. «Uma existência atribulada, semeada de injustiças e de crueldade» que muitas vezes as conduzia ao suicídio, à prostituição, ao infanticídio e ao aborto⁵⁹. Esta era uma realidade bem presente nas classes sociais média e

baixa. As mulheres das classes mais altas, mesmo que tivessem uma actividade profissional ou se dedicassem à beneficência, delegavam muitas destas responsabilidades nas empregadas domésticas.

Num artigo publicado em *A Capital* intitulado «É justo que as mulheres trabalhem?»⁶⁰, o articulista classificava este fenómeno como «feminismo silencioso e obscuro» e vaticinava que a manter-se o crescimento do número de mulheres trabalhadoras, «dentro em breve os homens ficar[iam] em casa a tratar dos filhos e do *ménage* [itálico no original], enquanto as mulheres [iriam] para a rua». Cem anos depois, e apesar de todos os progressos já alcançados no que se refere à igualdade de direitos, os receios deste articulista ainda não se concretizaram. Apesar de as mulheres terem já conquistado o seu lugar no espaço público, ainda é sobre elas que recaem, grosso modo, as responsabilidades pela gestão dos assuntos domésticos, incluindo, em

⁵⁹ «A “Alma Feminina” nas classes operárias», in *Alma Feminina*, nº 8, 27 de Junho de 1907, p. 58.

⁶⁰ «É justo que as mulheres trabalhem?», in *A Capital*, nº 714, 24 de Julho de 1912, p. 2.

muitas situações, a da educação dos/as filhos/as⁶¹.

Numa conferência realizada na Universidade de Coimbra em Abril de 1910, o professor de Direito Público da Universidade de Bordeaux (França) León Duguit (1858-1928) afirmou acreditar que «o acesso da mulher à vida económica nacional ter[ia] como consequência forçosa o seu acesso à vida política», tanto mais que ela era tão capaz de escolher os deputados como os homens: «Estou convencido de que em todos os países da Europa, em épocas diferentes e difíceis de determinar, as mulheres receberão a plenitude dos seus direitos políticos» (Duguit, 1910: 26).

I.4 – A influência da Igreja Católica

Em ambos os países, a Igreja Católica teve sempre uma forte interferência nos assuntos políticos, económicos e sociais, o que funcionou como um travão à difusão das ideias feministas, principalmente as que defendiam uma total emancipação das mulheres. A organização hierárquica e patriarcal da sociedade católica replicava-se na sociedade civil colocando, assim, «um freio às paixões femininas» e garantindo a «submissão da mulher ao homem» no mundo laico e no mundo eclesiástico» (Cantizano Márquez, 2004: 295).

Na encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, o papa Leão XIII (1878-1904), defende o papel das mulheres como mães e educadoras, condenando a nova sociedade que pretende atingir a família enquanto instituição ao obrigá-las a trabalharem longas horas fora de casa: «Há determinados trabalhos que não estão conformes com a condição da mulher, mais inclinada aos trabalhos de casa, que se coadunam melhor e mais eficazmente com o decoro próprio da mulher e correspondem mais naturalmente às exigências, à boa educação dos filhos e à prosperidade da família» (citado em Dias, 1999: 357).

⁶¹ Segundo o primeiro Inquérito aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres (INUT), divulgado em 2016 pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, as mulheres dedicam 4,23 horas diárias às tarefas domésticas e a cuidar de menores e pessoas dependentes e os homens 2,38 horas por dia. Cf. http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/INUT_brochura.pdf

Durante o pontificado de Pio X (1903-1914), o Vaticano foi expressamente contra o direito de as mulheres serem eleitoras e elegíveis, com o argumento de que «os homens perturba[va]m demasiado o parlamento e as mulheres só de[viam] limitar-se a despertar nos seus filhos a consciência dos deveres cívicos.» (citado em Fagoaga, 1985: 112). Só em 1919, durante o papado de Bento XV (1914-1922), é levantada a interdição de os católicos participarem na vida política, o que foi interpretado como sendo um aval (não assumido) ao sufrágio feminino. Porém, o papa seguinte, Pio XI (1929-1939), volta a centrar o seu discurso na importância de as mulheres permanecerem limitadas à esfera privada e ocuparem-se apenas das tarefas domésticas. Para a Igreja Católica, a presença das mulheres no espaço público, fosse para trabalhar ou participar em actividades políticas, colocava em causa não só a sua dignidade, mas também ameaçava a estabilidade da vida familiar.

É neste quadro que surge o preconceito de que as mulheres são maioritariamente anti-feministas e muito influenciadas pelas concepções católicas do mundo. Este será o principal argumento dos partidos de esquerda para se manifestarem maioritariamente contra o voto feminino, por recearem que este daria a vitória aos conservadores. Quanto aos partidos de direita, embora em Espanha também tenham sido desfavoráveis durante muito tempo, com o surgimento de várias associações feministas a partir dos anos 20 do século XX e principalmente durante o debate na Assembleia Constituinte em 1931, acabaram por aceitar o voto das mulheres. Em Portugal, carecemos de estudos sobre a posição da Igreja Católica relativamente à participação das mulheres na política, mas tendo em conta a posição do Vaticano sobre a matéria, seriam raras as vozes a favor.

A propósito da influência da Igreja Católica sobre as mulheres, uma das personagens do livro *San Manuel Bueno, mártir*, publicado em 1930 pelo filósofo espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936), dizia: «Nesta Espanha de gente fraca os padres manipulam as mulheres e as mulheres os homens⁶².» (citado em Tusell, 2007: 113).

Com o avanço do liberalismo ao longo do século XIX (e a consequente secularização e laicização da sociedade e do Estado) e a ameaça que este representava para os valores católicos (em especial, para o modelo tradicional de família e a condição

⁶² No original: «En esta España de calzonazos los curas manejan a las mujeres y las mujeres a los hombres.».

feminina), os católicos reforçam a sua presença junto da população feminina na sequência da doutrina social da Igreja defendida pelo papa Leão XIII.

Em Espanha, foram mesmo fundados sindicatos católicos femininos para travar a influência dos movimentos socialistas e anarquistas junto das mulheres. Surgem algumas vozes, como a do padre Graciano Martínez (1869-1925), argumentando que «o feminismo é algo pelo qual sempre trabalhou e trabalhará a Igreja» (Martinez, 1921: 62) porque homens e mulheres são iguais aos olhos de Deus. Mas não por um feminismo que exigisse a «igualdade absoluta» de direitos e de deveres entre os dois sexos (pois isso seria contrariar a «desigualdade fisiológica» que existe entre ambos) e que defendesse o fim do matrimónio canónico e a sua substituição pelo amor livre (o que seria «muitíssimo pior» do que a poligamia muçulmana) (Idem: 78). Em suma, um feminismo anti-católico e anti-cristão.

Graciano Martínez assume que «o feminismo contemporâneo não foi, no início, entendido pelos homens da Igreja, antes pelo contrário, foi visto com receio e com dolente apreensão⁶³» (Idem: 77). A razão, explica, prende-se com o facto de as mulheres que lideravam esse movimento se apresentarem como livres-pensadoras e ateias. «Como iriam os homens da Igreja promover semelhantes delírios?⁶⁴» pergunta (Idem: 80).

No artigo intitulado *O papel da mulher na família, na sociedade e na Igreja nos documentos pontifícios de Leão XIII a João Paulo II*, Maria Olívia Dias conclui que a «evolução da sociedade influencia directamente algumas posições da Igreja. Todavia, estas mudanças não se referem aos elementos fundamentais das suas concepções. A sua dignidade encontra espaço no interior da família, na realização de esposa e mãe. A família é, de facto, a sua sede natural. Aqui, existem regras hierárquicas, onde o homem é o chefe e a mulher a sujeita.» (op. cit.: 372).

As próprias mulheres dividiram-se quanto ao papel que elas deveriam desempenhar na família e na sociedade. Ainda no século XIX, surgem associações femininas de cariz conservador e católico - que embora defendessem um investimento

⁶³ No original: «El feminismo contemporáneo no fué, en un principio, atendido por los hombres de la Iglesia, antes por el contrario, se le miró con vivo recelo y con doliente aprensión.».

⁶⁴ No original: «Cómo iban a propugnar semejantes delirios los hombres de la Iglesia?».

na educação das mulheres e uma melhoria das suas condições de trabalho, não se assumiam como feministas - e outras de natureza republicana e socialista – igualmente reivindicadoras de direitos políticos (ver capítulo III.3). Mas ao combaterem as altas taxas de analfabetismo feminino e a exploração sócio-laboral das mulheres, não estavam as associações femininas católicas a lutarem em prol da dignificação das mulheres e contra a sua discriminação?

Sendo verdade que as mulheres católicas tendencialmente não questionavam o modelo tradicional de família, a autoridade masculina e os princípios do catolicismo, partilhamos a tese de Immaculada Blanco de que é redutora e, de alguma forma, deturpadora da realidade social feminina da época, a ideia de que a religiosidade das mulheres era maior do que a dos homens e que elas eram mais manipuláveis pelo clero do que eles. Os exemplos que referimos anteriormente mostram que muitas mulheres católicas reivindicaram mais direitos sociais e económicos para a população feminina, sobretudo trabalhadora. Da mesma forma que nem todas as mulheres laicas – republicanas, socialistas, anarquistas -, defendiam a completa emancipação feminina (algumas foram contra o reconhecimento de direitos políticos) ou que a mesma chegasse a todas as mulheres em simultâneo (a questão do voto é apenas um exemplo).

Como refere Inmaculada Blasco, essa ideia «reproduz de maneira inconsciente ou inquestionada os juízos expostos por anticlericais e clericais, sem ao menos tentar discernir entre o que nestes argumentos havia de realidade e o que fazia parte das construções mentais de género e da dinâmica do conflito anticlericalismo-clericalismo da época⁶⁵» (Blasco, 2003: 49). Por outro lado, reforça o preconceito de que as mulheres católicas eram «incapazes de pensarem por si próprias» e desvaloriza a projecção social, profissional e política que muitas alcançaram (Idem: 50).

Na origem desta visão está o facto de os primeiros estudos historiográficos se terem centrado no feminismo igualitário e sufragista, ou seja, nos movimentos que exigiam a total igualdade de direitos, incluindo o de as mulheres poderem eleger e serem eleitas. Só mais recentemente começaram a surgir linhas de investigação sobre a

⁶⁵ No original: «reproduce de manera inconsciente o inquestionada los juicios expuestos por anticlericales y clericales, sin al menos intentar discernir entre lo que en sus argumentos había de realidad y lo que formaba parte de las construcciones mentales de género y de la dinamica del conflicto anticlericalismo-clericalismo de la época».

militância das mulheres católica, embora em Portugal esse trabalho esteja ainda por realizar no que se refere ao seu posicionamento quanto à participação feminina no período cronológico abrangido pelo nosso estudo.

CAPÍTULO II – INCLUSÃO E SEGREGAÇÃO DAS MULHERES DOS ESPAÇOS DE DEBATE POLITICO

Partindo do exposto no capítulo anterior, uma pergunta se nos coloca desde logo: tendo em conta os normativos legais e morais relacionados com a condição feminina, encontraremos sinais da presença das mulheres nos espaços tradicionalmente consagrados à vida política, nomeadamente, nos parlamentos, partidos políticos, sindicatos e sociedades secretas como a maçonaria? Se sim, de que forma se traduzia essa presença? A inclusão das mulheres nestes espaços foi pacífica ou objecto de intensa discussão? Foram as mulheres quem forçaram a abertura das portas ou os homens quem as convidaram a entrar? Estas são algumas das questões às quais tentaremos responder neste capítulo.

II.1. – As galerias do parlamento

A instauração de regimes de base parlamentar dá origem a um novo espaço de debate político. O Parlamento torna-se na casa da democracia por excelência, ou seja, na casa de todos os/as cidadãos/ãs, onde os seus representantes discutem e decidem o futuro da nação. Assistir aos debates parlamentares tornou-se, por isso, uma forma de os populares controlarem o trabalho dos deputados, não apenas pela sua simples presença, mas também pela forma ruidosa como muitas vezes se manifestavam.

Como nota Fernanda Paula Sousa Maia, «a presença de espectadores nas galerias funcionou, muitas vezes, como um real constrangimento ao normal desenrolar dos debates, condicionando as intervenções dos oradores, excitando-os, exaltando-os ou, pelo contrário, retraindo-os os discursos» (Maia, 2004: 666). «[...] enquanto espaço privilegiado de intervenção política [o Parlamento] rivalizava com o teatro,

partilhando com ele a dimensão de sociabilidade mundana. Ia-se assistir às sessões não só para ver como para ser visto, com isso partilhando-se o convívio com a elite política e intelectual e acrescentando-se uma mais valia ao capital social e político de que dispunha» (Idem: 666-667).

Era também assistindo aos debates parlamentares que o povo (eleitor ou não) se formava politicamente, passando de súbdito a cidadão. Sendo espaço de debate político por excelência, a questão de género esteve presente desde sempre, não só em relação aos direitos de eleger e de ser eleito, mas inclusive relativamente ao direito de poder entrar nas galerias destinadas ao público.

Em Espanha, desde as Cortes de Cádiz (1810-1814) até ao início da regência de Isabel II (1833-1840), a exclusão das mulheres da vida política fazia-se, inclusive, proibindo-as de entrarem nas galerias do parlamento que eram reservadas ao público. Esta interdição vigorou entre 1810 e 1834 (Fagoaga, 1985: 29-30) e deveu-se ao facto de se considerar que as mulheres eram motivo de distúrbio, o que perturbaria o regular funcionamento dos trabalhos parlamentares. Os regulamentos de 1810, 1813 e 1821 das Cortes espanholas proibiam terminantemente a entrada de mulheres nas galerias das salas das Sessões, enquanto os homens, independentemente da classe social a que pertencessem, poderiam assistir aos debates. O regulamento de 1821 apenas os proibia de entrarem com armas. Só em 1834, o regulamento deixa de fazer menção a homens e mulheres, referindo-se apenas ao público.

Muitas espanholas não aceitaram esta segregação e reagiram da mesma forma que o faziam as mulheres inglesas, também elas proibidas de assistirem aos debates parlamentares durante muito tempo. Algumas usavam vestes eclesiásticas ou roupas masculinas para disfarçarem as formas do seu corpo e, assim poderem entrar nas Cortes, como o próprio deputado Antonio Alcalá Galiano (1789-1865) recorda nas suas memórias (Garrido-González, 1997: 483). Algumas chegaram a subscrever uma petição enviada ao Congresso pedindo o levantamento da proibição, mas sem sucesso (Fagoaga, idem: 30). Num artigo sobre o comportamento do povo espanhol, o jornalista José Joaquín de Mora (1783-1864) conta que as sentinelas deixavam passar essas mulheres em trajes masculinos com «um sorriso», revelando que conheciam a sua verdadeira condição (Cruz Seoane, 1977: 138).

Após o levantamento da proibição, as mulheres tornaram-se presença assídua nas galerias, como atestam vários relatos na imprensa.

Em Portugal, nunca houve esta proibição. Nos regimentos internos do Parlamento de 1827, 1838, 1843, 1857, 1876, 1893, 1898 e 1911, são utilizados conceitos como «pessoas», «indivíduos», «cidadãos» e «espectadores» nas referências ao público que assistia aos debates nas galerias. Nos regimentos de 1827 e de 1838, é mencionado que os pares do reino, os conselheiros de Estado e o corpo diplomático tinham à sua disposição uma galeria particular, cujos lugares podiam ser cedidos a «pessoas conspícuas de um ou de outro sexo, munindo-as com os seus bilhetes» (Regimento interno, 1827: 33). Além de não discriminarem as mulheres, de alguma forma, os regimentos convidavam-nas a assistirem aos trabalhos parlamentares.

No *Diário da Câmara dos Senhores Deputados* encontram-se algumas referências à presença de mulheres entre o público. Na sessão de 4 de Agosto de 1869, o deputado Araújo Queiroz lamentava que o edifício do parlamento tivesse aberto as suas portas mais de duas horas depois do previsto, o que obrigou as senhoras a estarem durante todo esse tempo «constantemente nas escadas cercadas de esbirros fardados e não fardados», o que considerava ser um espectáculo «muito censurável» (DCSD, 1869: 1014). Na sessão de 17 de Maio de 1893, o deputado Francisco Machado escusou-se a partilhar com a câmara determinados pormenores sobre um caso que envolvia o administrador do concelho de Óbidos por estarem senhoras na galeria (DCSD, 1893: 12). A presença de mulheres no Parlamento funcionava, de certa forma, como um regulador do comportamento e dos discursos dos deputados.



Imagem 15 – Convite endereçado pelo Congresso das República português às senhoras para assistirem à homenagem aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922

Durante a I República, pelo menos nas sessões de tomada de posse dos presidentes da República Manuel de Arriaga (1915)⁶⁶ e António José de Almeida (1919)⁶⁷, a distribuição de lugares nas galerias foi feita de acordo com o sexo das pessoas queriam assistir às cerimónias. Segundo as instruções dadas à Direcção Geral da Secretaria do Congresso da República, as senhoras deveriam ocupar as galerias do 1.º pavimento e os homens, as do 2.º. Na sessão solene de homenagem aos aviadores Almirante Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924), que se realizou no Parlamento em 7 de Novembro de 1922, os convites endereçados às mulheres eram diferentes do dos homens (ver Imagens 16 e 17).

⁶⁶<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cr/01/02/01/007/1915-10-05/11?q=galerias%2Bsenhoras&pOffset=0&pPeriodo=r1> – consultado em 19 de Julho de 2017.

⁶⁷<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cr/01/04/01/008/1919-10-05/13?q=galerias%2Bsenhoras&pPeriodo=r1> – consultado em 19 de Julho de 2017.

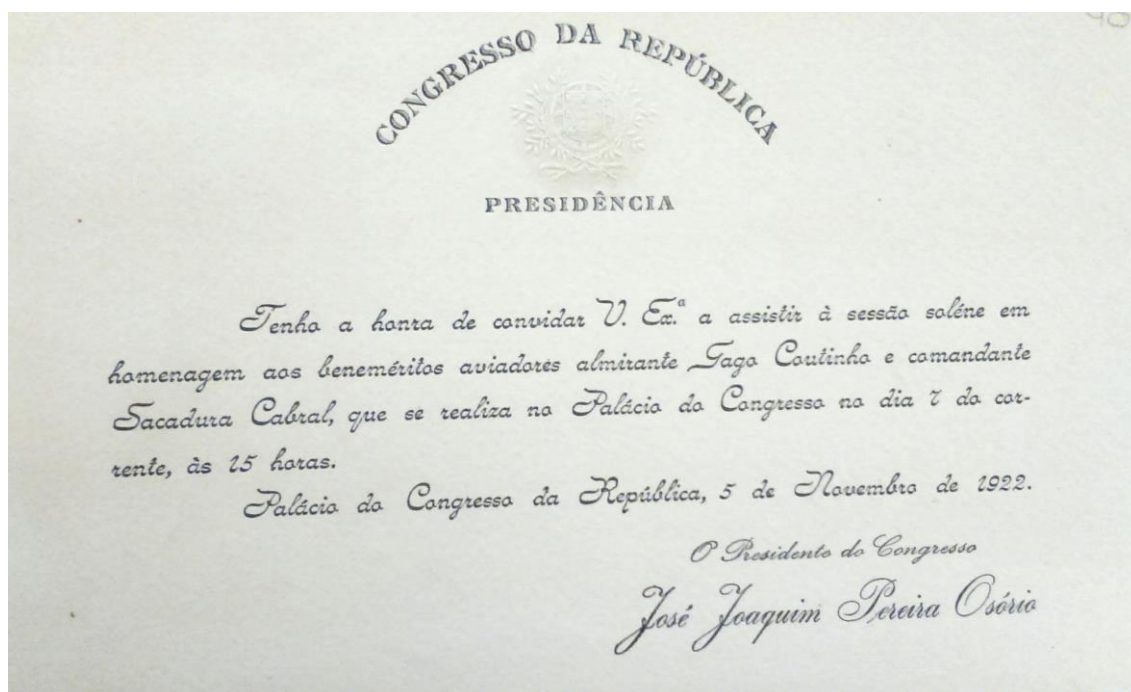


Imagem 16 – Convite do Congresso da República para a homenagem dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, sem menção de sexo

II.2. – Filiação nos partidos políticos e sindicatos

Em Espanha, a maioria dos partidos políticos cedo percebeu que as mulheres poderiam ser importantes na difusão da sua ideologia e no combate aos princípios defendidos pelos adversários, funcionando como um veículo de propaganda tendo em conta o seu papel como primeira educadora dos filhos e a influência que poderiam ter nas opções políticas dos maridos e de outros familiares mais próximos. Motivo pelo qual as aceitaram nas suas fileiras - convidando-as a assistirem e, inclusive, a discursarem em comícios ou a secretariar reuniões - e incentivando a fundação de associações de beneficência. Esta abertura, contudo, não significava necessariamente que estes partidos políticos estivessem disponíveis para aprovarem o voto feminino, como veremos nos capítulos referentes aos debates parlamentares, aos programas partidários e à aprovação do sufrágio universal em 1931.

O mesmo sucedeu em Portugal, pelo menos no que se refere ao Partido Republicano Português (PRP), o único sobre o qual existem trabalhos académicos que abordam a participação das mulheres nas suas actividades. Continua por fazer um estudo completo da integração e participação das mulheres nos partidos políticos e nos

sindicatos portugueses no século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. A dificuldade em aprofundar esta questão prende-se com a ausência de fontes e o facto de muitas daquelas que estão disponíveis terem informações parciais ou, simplesmente, não fazerem referência ao sexo feminino, contribuindo para a invisibilidade das mulheres nos estudos historiográficos que se focam nestas temáticas.

A militância partidária e sindical, apesar de muitas vezes ter sido condicionada e instrumentalizada, permitiu às mulheres entrarem em espaços de debate político que até então lhes estavam interditos, deu-lhes a oportunidade de desenvolverem novas competências (nomeadamente, o à-vontade para discursar em público e argumentar a favor das suas causas) e contribuiu para a redefinição das relações de género, pelo menos no espaço público, embora não com a profundidade e a celeridade muitas vezes por elas desejadas.

Entre os partidos espanhóis que sempre consideraram importante o acolhimento de mulheres nas suas fileiras encontra-se o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), mas a sua incorporação foi lenta e limitada. María Rosa Capel Martínez refere que em 1910, o Agrupamento Socialista Madrileño contava apenas 36 mulheres entre os seus 2900 militantes; em 1927, dos 1182 filiados da Federação Nacional de Juventudes Socialistas de Espanha, só 24 eram mulheres; entre 1929 e 1936, apenas 358 espanholas aderiram ao PSOE contra 5376 homens (2008: 108-109).

Uma das formas de atrair mais mulheres para as suas fileiras e dos seus sindicatos foi através da criação de grupos femininos. Em 14 de Julho de 1904, é fundado o Grupo Feminino Socialista de Bilbao⁶⁸ por Virgínia González (1873-1923), uma destacada militante socialista. No biénio 1915-1916, pertenceu ao Comité Nacional do PSOE e, em 1916, tornou-se a primeira mulher membro da Comissão Executiva da UGT. Dois anos depois, em 25 de Março, foi criado o Grupo Feminino Socialista de Madrid, que em 1908 se integrou nas estruturas do PSOE. Até ao início da Guerra Civil, em 1936, surgiram grupos semelhantes em diversas cidades espanholas, que reuniram centenas de mulheres.

Em Portugal, o Partido Socialista também acolheu algumas mulheres nas suas

⁶⁸ Em 1910, passaria a designar-se Agrupamento Feminino Socialista (*Agrupación Femenina Socialista*, n original).

fileiras, tendo sido fundada, em 1912, por Matilde Simes e Alexandrina Soares Homem, a União das Mulheres Socialistas. Do pouco que se conhece da sua história, sabe-se que esta organização tinha como objectivo primeiro a libertação cívica, política e económica das mulheres e que no ano da sua fundação contava com 91 filiadas. Ao contrário de outras associações femininas, estavam dispostas a protagonizar actos de violência caso o Parlamento não atendesse às suas pretensões em matéria de sufrágio, mas não há indícios que alguma vez tenham cumprido essas ameaças.

Terá sido o PRP o primeiro partido que em Portugal olhou para as mulheres como possíveis aliadas e as tentou seduzir para se juntarem às campanhas de derrube do regime monárquico, convidando-as a discursarem nas sessões realizadas nos Centros Republicanos, a secretariarem comícios e, inclusive, a costurarem a bandeira republicana hasteada no edifício da Câmara de Lisboa em 5 de Outubro de 1910.

Em 1908, três destacadas figuras do PRP (Bernardino Machado, Sebastião Magalhães Lima e António José Almeida) lançaram o repto a um grupo de mulheres republicanas para que se juntassem «numa liga democrática» que trabalhasse pela República e «pela melhoria da sorte do povo português» (*A Mulher e a Criança*, Abril de 1909: 1). Contudo, como nota João Esteves, importa perceber se a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) «se estrutura como uma associação dotada de efectiva autonomia, ou se, pelo contrário, não passa de um grupo, mais um, de pressão, conjunturalmente subsidiário do Partido Republicano» (Esteves, 1991: 15). Embora a Liga tenha participado nos congressos republicanos de 1909, 1910 e 1911, esteve como convidada e não enquanto estrutura do partido. Consideramos, por isso, que funcionava como um grupo autónomo de pressão e de disseminação das ideias republicanas.

Apesar desta circunstância e de as mulheres não serem formalmente militantes do PRP, afigura-se-nos importante sublinhar neste subcapítulo essa presença das mulheres nas actividades do partido e, em alguns casos, a sua participação activa em congressos, nos quais discursavam sobre os problemas que afectavam a população feminina. Embora essa aproximação do PRP tivesse acontecido mais pelo interesse que havia em disseminar as ideias republicanas e laicistas do que pela defesa dos direitos das mulheres, não deixou de ser uma oportunidade que estas agarraram para fazerem ouvir as suas vozes e ganharem experiência no plano político-partidário.

Em Espanha, no campo republicano, destaque ainda para as Damas Vermelhas; o Agrupamento Feminista Republicano (ou Secção Feminina da Juventude Republicana); ou as Damas Radicais. A primeira foi fundada em Madrid em 6 de Setembro de 1909, integrava quase exclusivamente operárias analfabetas das fábricas de tecido e teve uma existência efémera (o rasto perde-se em 1911). Mesmo assim, conseguiu implantar-se também em Barcelona e Bilbao. Resultou de um apelo feito pelo Partido Republicano Radical para que as mulheres formassem uma nova associação republicana feminina, à semelhança do que tinha acontecido em Portugal com o PRP e a LRMP em 1908.

O Agrupamento Feminista Republicano (à semelhança do Agrupamento Feminista Socialista) resulta do facto de as jovens mulheres que quisessem militar no partido terem que integrar uma estrutura tutelada pelos homens. Ou seja, embora lhes fosse permitida a entrada no partido, não eram integradas em igualdade de circunstâncias. Por fim, as Damas Radicais, que surgem em Janeiro de 1909 na sequência de uma cisão nas Damas Vermelhas. Igualmente ligada ao Partido Radical de Lerroux, reunia sobretudo mulheres instruídas da classe média.

Também o Partido Republicano Democrático Federal aceitou mulheres nas suas fileiras ainda no século XIX. Uma das mais destacadas foi Belén de Sárraga (1874-1951), que se inscreveu em 1893. Mais tarde, em 1903, mudar-se-ia para a União Republicana, fundada nesse ano em Madrid com o propósito de unificar as diversas forças republicanas.

Esta estratégia dos partidos republicanos e socialistas de integrar as mulheres nas suas fileiras resulta de um movimento interno de modernização em consonância com o que se passava a nível internacional. Além disso, como refere Marta del Moral Vargas, «o republicanismo acumulava na bagagem histórica o incentivo da militância familiar. A necessidade de envolver toda a família nos postulados ideológicos do partido respondia a uma dupla urgência de evitar a oposição dentro dos próprios lares dos filiados à formação de futuros defensores da causa e de resistir à influência da Igreja⁶⁹.»

⁶⁹ No original: «el republicanismo acumulaba en bagaje histórico de fomento de la militancia familiar. La necesidad de implicar a toda la familia en los postulados ideológicos del partido respondía a la doble urgencia de evitar la oposición dentro de los propios hogares de los afiliados a formar futuros defensores de la causa y a contrarrestar la influencia de la Iglesia.».

(Moral Vargas, 2012: 93).

Há que não esquece também os partidos políticos ligados à causa independentista. Em 1906, a Liga Regionalista (partido conservador catalão) funda a Liga Patriótica das Mulheres com o objectivo de atrair a população feminina catalã para o movimento nacionalista (Durán y Lalaguna, op. cit.: 2007).

Foi sobretudo a partir dos anos 20 do século XX, quando se verifica o surgimento de várias associações feministas, que os partidos políticos espanhóis começaram a dar mais atenção às mulheres. Em 11 de Abril de 1924, é fundada a União Patriótica, o partido de Primo de Rivera. Três anos mais tarde, em consonância com a sua política de aproximação às mulheres, é criada a Secção Feminina, à qual podiam pertencer mulheres com mais de 24 anos de idade, independentemente do seu estado civil, e as quais tinham os mesmos direitos e os mesmos deveres que os homens. Podiam exercer cargos na Organização Nacional, Provincial ou Local do partido em igualdade de condições que os homens, mas não poderiam ser em maior número que estes (Martí i Berbois, 2015: 36). Com a aprovação do direito de voto das mulheres em 1931, as formações políticas que ainda não tinham secções femininas decidiram criá-las numa tentativa de colher os seus votos nas futuras eleições.

Quanto aos sindicatos, assiste-se às primeiras filiações de mulheres a partir das duas últimas décadas do século XIX, quando a mão-de-obra feminina entra em força no mercado de trabalho, principalmente no sector fabril. Porém, durante muito tempo, houve uma certa resistência à entrada das mulheres no movimento sindical pelo facto de os homens as considerarem uma ameaça aos seus postos de trabalho. Sendo a mão-de-obra feminina consideravelmente mais barata e preferida para actividades que exigiam alguma minúcia manual, era a primeira opção de muitos empresários. Situações existiram em que durante greves e protestos de mulheres operárias pelo aumento salarial e a melhoria das suas condições de trabalho, os homens se mantiveram à parte, não apoiando a sua luta. O inverso não acontecia. As mulheres trabalhadoras estiveram muitas vezes na linha da frente nas greves gerais e nas manifestações. A única excepção ocorria quando as mulheres reivindicavam menos horas de trabalho, pois isso significaria a contratação de mais mão-de-obra masculina.

Há também que não esquecer que as mulheres não emancipadas (a maioria da

população feminina) não podiam filiar-se num sindicato (nem num partido político ou num outro tipo de associação) sem a autorização do pai, tutor legal ou do marido, como determinava o Código Civil. Muitos homens preferiam que elas permanecessem em casa, ocupadas com as suas tarefas tradicionais, entravando-lhes a entrada no mercado laboral e sindical. Acrescem a estas razões as dificuldades em pagar as quotas sindicais (porque os seus rendimentos eram baixos ou eram geridos pelos maridos, no caso das mulheres casadas) e a quase inexistência de campanhas de esclarecimento e de angariação de novas associadas junto da população trabalhadora feminina.

Em Portugal, a discriminação era feita igualmente nas regras de funcionamento interno das próprias associações sindicais. Embora aceites como sócias, as mulheres viam muitas vezes a sua palavra cortada nas reuniões de trabalhadores/as ou dificultado o acesso a cargos de direcção. As suas opiniões e tomadas de posição praticamente não surgem na imprensa sindical ou na documentação interna, como se as mulheres não fossem uma voz activa ou simplesmente não existissem nos sindicatos. Na imprensa feminina e feminista, é possível encontrar alguma informação sobre as mulheres operárias e a sua situação laboral, mas são dados muitos dispersos e incompletos. Esta escassez de fontes tem dificultado o estudo da militância feminina nos primórdios do sindicalismo português.

Suportando-se na documentação relativa à constituição de associações de classe, Paulo Marques Alves e Olinda Gama identificaram a participação, nesse momento fundacional, de mais de cinco centenas de mulheres entre os finais de Oitocentos e a década de 30 do século XX (s.d.: 194). No *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*, João Freire identifica 65 mulheres num total de 2929 militantes. Embora em minoria no cômputo geral, os dados apresentados por estes autores confirmam a presença de mulheres nas associações sindicais e em momentos importantes, como o da fundação das associações de classe.

Anne Martins Emonts refere a existência de «núcleos femininos de cariz sindicalista» em Portugal, lamentando não existirem «fontes suficientes que nos poderiam informar das suas formas de trabalho, das suas estratégias políticas em relação ao trabalho feminino, da sua eventual intervenção em greves e da sua atitude perante o fenómeno do “feminismo”» (Emonts, 2001: 44).

No seu estudo, Paulo Marques Alves e Olinda Gama concluem: «Analisando a composição do pessoal dirigente, primeiro da CECS – Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (1909-1914), depois da UON – União Operária Nacional (1914-1919) e, por fim, da CGT – Confederação Geral do Trabalho, somos levados a pensar que as mulheres terão ficado completamente à margem do movimento sindical português durante este período. Os cerca de 50 dirigentes da cúpula sindical entre 1919 e 1925 eram todos homens. [...] E se lermos os estatutos de algumas AC [Associações de Classe], vemos que eles vedavam expressamente a filiação às mulheres.» (Idem: 188).

No caso espanhol, Rosa María Capel Martínez refere que até aos anos 1920 não é possível falar-se de sindicalismo entre as operárias (op. cit.: 231). Só a partir desta data se verificam intensas campanhas de propaganda e de recrutamento de novas associadas na sequência do aumento da mão-de-obra feminina (no sector privado, mas também no público) durante os anos da Grande Guerra (ver Parte II.I.3).

Embora não tenham sido muito expressivos, houve casos de sindicatos que ainda no século XIX constituíram secções femininas, como a União Operária Balear, que em 1881 criou uma Secção de Senhoras, ou a Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola (FTRE) que em 1882 contava com várias secções femininas na região andaluza. Segundo as actas do congresso de 1883, a FTRE contava entre 1500 e 2333 mulheres como suas associadas (Capel Martínez, 1986: 230).

Com a instauração da II República e as alterações à Constituição e ao Código Civil, que equiparam juridicamente as mulheres aos homens, assiste-se a uma intensificação do sindicalismo feminino. Em 1932, a UGT contaria já com 231 sindicatos de operárias e 41 948 associadas.

Até então, enfrentaram as mesmas dificuldades das trabalhadoras portuguesas em terem um papel e uma voz activas nas associações sindicais. Angeles González (citada em Dolores Ramos, 2000: 537-538) refere que em Sevilha, entre 1900-1923, não houve qualquer mulher na liderança das organizações socialistas. Mesmo depois da implantação da República, a mudança neste ponto foi muito lenta. Em 1932, houve apenas duas mulheres candidatas à Comissão Executiva da UGT – Margarita Nelken e Claudina García -, que receberam um apoio minoritário (Dolores Ramos, idem: 538).

No campo católico, surgem diversos sindicatos exclusivamente femininos, como o Patronato das Trabalhadoras da Agulhas, constituído em 1911 por Dolors Monserdà Vidal (1845-1919) ou a Federação Sindical de Trabalhadoras e o Sindicato da Imaculada, ambos fundados em 1912, respectivamente, por Maria Domènech de Cañellas (1877-1952) e María de Echarri (1878-1955).

As operárias eram duplamente discriminadas: por serem trabalhadoras (discriminação social) e por serem mulheres (discriminação sexual). Embora partilhassem reivindicações com os homens – mais horas de descanso, salários mais altos, melhoria das condições de segurança e de higiene nos locais de trabalho –, algumas questões eram exclusivas do seu sexo, como o acompanhamento médico e a redução do horário de trabalho durante a gravidez e no pós-parto, o período de aleitamento e os locais onde pudessem deixar os/as filhos/as em segurança enquanto trabalhavam. Durante muito tempo, a actividade dos sindicatos centrou-se na defesa dos interesses da classe trabalhadora, menosprezando os direitos específicos das operárias e calando-lhes a voz mesmo nas estruturas internas de debate. Ou seja, os adversários das mulheres trabalhadoras não eram apenas os patrões e a legislação laboral que não as protegia, mas os seus próprios camaradas.

II.3. – A iniciação na Maçonaria

Embora a generalidade dos maçons advogasse a necessidade de afastar as mulheres da esfera de influência da Igreja Católica e de lhes ministrar uma educação laica e mais completa, alguns mostraram-se renitentes quanto à sua iniciação na maçonaria. Argumentavam que as mulheres não eram capazes de guardar um segredo (factor biológico), que tinham uma cultura geral reduzida (factor cultural) e que não eram seres livres, uma vez que as leis as submetiam à autoridade masculina (factor jurídico). Os que defendiam a sua entrada lembravam o princípio maçónico de não discriminação e a responsabilidade que os homens tinham em conduzir as mulheres no caminho que estas tinham que percorrer até à sua libertação. Estas duas posições estarão sempre em confronto, mesmo depois de as primeiras mulheres terem sido incorporadas nas várias Obediências maçónicas.

Embora a escassez, a fragmentação e a dificuldade de acesso às fontes maçónicas sejam um entrave ao estudo da participação das mulheres na maçonaria, os/as autores/as que mais se têm dedicado a esta temática são unânimes em afirmar que, genericamente, a sua incorporação foi bem aceite pelos maçons, tanto em Espanha como em Portugal. O ponto mais polémico prendeu-se com as condições em que elas deveriam ser aceites: em plena igualdade com os homens ou na dependência destes? Esta foi uma questão essencial, tanto mais que no mundo profano se debatia também, embora timidamente no século XIX, o papel das mulheres na família e na sociedade e algumas vozes começavam a exigir a plena igualdade de direitos entre ambos os sexos.

Ainda no século XIX, algumas Lojas regulares iniciam mulheres no Rito Escocês Antigo e Aceito, incorporando-as nas mesmas condições que os homens, o que gera alguma contestação, uma vez que o texto fundador da Maçonaria contemporânea não permite a incorporação de mulheres. As Lojas de Adopção⁷⁰ apresentam-se como o compromisso possível entre o respeito pelas regras da Maçonaria e a urgência em conquistar as mulheres para a causa laicista, permitindo-lhes aceder aos ensinamentos que as irão libertar do jugo do catolicismo e purificá-las moralmente.

Em Espanha, o despertar da Maçonaria feminina ocorre em pleno Sexénio Democrático, com as primeiras Lojas de Adopção a serem fundadas em 1872. Nesse ano, foram criadas as Lojas Filhas de Minerva e Filhas do Sol, dependentes do Grande Oriente de Espanha. A partir da Restauração, cresce o número de mulheres iniciadas na Maçonaria (embora nunca tenha sido muito significativo), graças ao aparecimento de Lojas de Adopção um pouco por todo o país: Filhas do Progresso (Madrid), Criação (Maó, ilhas Baleares), Filhas de Acácia e Filhas da União (ambas em Valência), etc.

Apesar de proibido pelas Constituições de Andersen, várias Obediências maçónicas continuavam a permitir a existência de Lojas mistas, de que são exemplo a Loja Capitular de Cádiz, fundada em 1889 e pertencente ao Grande Oriente Nacional de Espanha (Visconde de Ros); a Nova Cádiz, constituída em 1890 e dependente do Rito Menfis e Misraim; e a Progresso, do Grande Oriente Espanhol (Lacalzada de Mateo, 2003: 131). Em algumas destas Lojas, as mulheres desempenharam cargos relevantes,

⁷⁰ As Lojas de Adopção são Lojas femininas que funcionam na dependência das Lojas masculinas. As primeiras foram reconhecidas pelo Grande Oriente de França na assembleia geral realizada em 10 de Junho de 1774. Cf. Ventura, 2016: 19.

como foram o caso de Dolores Arniche (1866-1943), que assumiu a função de 2.^a Vigilante na Loja Electricista n.º 85, de Múrcia, em 1893; de Amalia Carvia (1861-?), secretária da Loja Regeneração, de Cádiz, ou de Matilde Fuentes, que em 1892 desempenhou o cargo de Oradora na Loja Amor e Ciência, de Múrcia (Ortiz Albear, 2012/2013: 83). Tratou-se, porém, de uma minoria e de uma experiência de curta duração.

Em 15 de Agosto de 1892, é publicada no *Boletim Oficial do Grande Oriente Espanhol* a Lei da Adopção, o primeiro conjunto de normas que em Espanha visou regular a entrada das mulheres naquela Obediência maçónica. No ano seguinte, são publicados os primeiros estatutos, que determinam que as Lojas de Adopção são totalmente dependentes das Lojas Regulares (masculinas), não têm voz nem voto na Assembleia Geral, os seus trabalhos devem ser supervisionados por maçons que tenham, no mínimo, o grau de Mestre e as maçonas só podem aspirar aos graus simbólicos (Ortiz Albear, 2012/2013: 82). Ou seja, apesar de defensores da igualdade e da fraternidade, de trabalharem em prol de um mundo mais igualitário e perfeito, os maçons mantinham as mulheres numa situação de inferioridade e de subserviência, à semelhança do que acontecia no mundo profano.

Ainda de acordo com os estatutos, as candidatas deveriam ter 18 ou mais anos de idade, ter uma conduta moral irrepreensível, meios económicos suficientes para prover ao seu sustento e o seu nome teria que ser proposto por um maçom ou uma Oficina pelo menos 15 dias antes do pedido de ingresso (Vera Gimeno, 2013: 12). As regras, já de si limitadoras, eram-no ainda mais para as mulheres casadas, uma vez que estavam juridicamente obrigadas a solicitar aos maridos autorização para entrarem na Maçonaria e eram eles quem faziam a gestão da sua fortuna pessoal e do seu salário.

Embora as fontes sobre a presença das mulheres na Maçonaria espanhola sejam fragmentadas, M^a José Lacalzada de Mateo traça um retrato de como a sua incorporação foi sendo feita nas várias regiões do país: em Barcelona, a maçonaria mista surge como uma «evidência natural»; as Lojas de Adopção são mais comuns na Andaluzia, devido ao peso da estrutura patriarcal; na zona Galaico-Asturiana, as primeiras mulheres maçonas só aparecem nos anos 90 do século XIX e maioritariamente nas cidades onde os/as intelectuais liberais têm uma forte presença (Lacalzada de Mateo, 2003: 138).

A partir dos anos 20 do século XX, quando o movimento feminista espanhol começa a formar-se, a corrente defensora da plena incorporação das mulheres na Maçonaria ganha força. Com o reconhecimento da igualdade de direitos cívicos e políticos entre homens e mulheres na Constituição de 1931, o debate sobre o estatuto das mulheres na Maçonaria reacende. A Grande Loja Espanhola apresenta uma proposta à Associação Maçónica Internacional com vista à equiparação de direitos entre homens e mulheres, mas apesar da questão ter sido abordada em diversas assembleias, nunca foi tomada uma decisão. Também no Grande Oriente Espanhol se coloca a questão de conferir uma maior autonomia às lojas femininas, acompanhando, desta forma as mudanças ocorridas no mundo profano no que dizia respeito à condição feminina.

Num artigo publicado no *Boletim Oficial da Grande Loja Espanhola* em 1932, Consuelo Berges (1899-1988), membro da Loja Amor, considera lamentável que só a maçonaria mantivesse «o erro anacrónico de confinar a mulher a uma situação subordinada», o que era não só injusto, mas também desequilibrado tendo em conta a nova condição jurídica que a mulher gozava no mundo profano. Manter o estatuto que as mulheres tinham na maçonaria era um «erro de fundo» e de «táctica», pois não era «verosímil que mulheres normais, conscientes e zelosas da sua dignidade colectiva de sexo» se dispusessem a colaborar durante largo tempo e em grande número com a Maçonaria se esta não reconhecesse a «plenitude dos seus direitos», tão importantes como a «plenitude de obrigações e de responsabilidade» (citado em Ortiz Alberar, 2005:147). Mas apesar do número crescente de vozes – femininas e masculinas – a reivindicarem igualdade de direitos entre homens e mulheres também na Maçonaria, durante a II República, as Lojas de Adopção continuaram a ser a regra.

Em Portugal, o terreno para a incorporação das mulheres na Maçonaria começa a ser preparado lentamente a partir da década de 20 do século XIX. Em 1822, são publicados em Lisboa o opúsculo *Vénus Maçona* e o volume *Maçonaria das Senhoras ou a Verdadeira Maçonaria de Adopção*. O primeiro é um poema da autoria do cirurgião militar francês Jean-Louis Brad que fala da admissão de Vénus na Maçonaria; o segundo, escrito por Louis Guillemain de Saint-Victor, discorre sobre o funcionamento das Lojas de Adopção. Em 1834, Miguel António Dias (1805-1878), publica a *Biblioteca Maçónica*, cujo quarto volume é dedicado ao Rito de Adopção e que, segundo António Ventura, «influenciou as raras tentativas de implantação deste

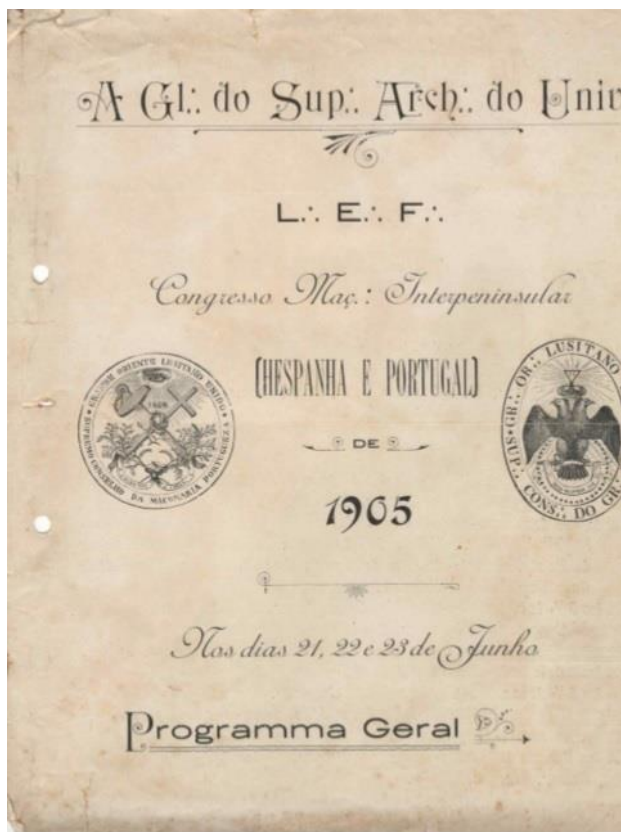


Imagem 17- Capa do programa do Congresso Maçónico Interpeninsular realizado em Junho de 1905 em Lisboa

rito em Portugal (2016: 49).

Ainda de acordo com Ventura, a primeira Loja de Adopção foi fundada no primeiro trimestre de 1864 na dependência da Loja Direito e Razão, ligada à Confederação Maçónica Portuguesa, e terá sido liderada por Antónia Pusich (1805-1883), a primeira mulher a ter o seu nome no cabeçalho de um jornal em Portugal (op. cit.: 53-55). Fernando Marques da Costa, por seu turno, identifica a Loja Filipa de Vilhena, filial n.º 1 da Loja Restauração de Portugal n.º 22, como tendo sido a primeira. Fundada em 29 de

Dezembro de 1881, pelo decreto n.º 18 do Grande Oriente Lusitano Unido (G.O.L.U.)⁷¹, teve uma curta duração. Dois anos mais tarde, pelo decreto n.º 8 de 10 de Junho de 1883, alguns membros da Loja Restauração de Portugal são expulsos por não cumprirem os seus «deveres legais» e se terem associado «a trabalhos irregulares», faltando «ao juramento que haviam prestado» (Marques s/f: 48). Na mesma data, o decreto n.º 9 afasta as mulheres por não terem «correspondido ao fim da instituição e terem acompanhado ao contrário, os irmãos dissidentes» (*Ibidem*).

Uns e outras acabam por integrar uma nova Obediência maçónica, a Grande Loja dos Maçons Antigos Livres e Aceitos de Portugal. Contudo, por motivos desconhecidos, em 29 de Outubro de 1884, a Loja Filipa de Vilhena filia-se na Grande Loja Departamental Fortaleza, que funcionava na dependência do Grande Oriente de Espanha. Em 27 de Junho do ano seguinte, a venerável da Loja Filipa de Vilhena, Maria Salomé da Conceição e Sousa, é expulsa, extinguindo-se a primeira Loja de Adopção portuguesa.

⁷¹ Título que resulta da fusão das várias maçonarias portuguesas em Outubro de 1869. Nesta data, integram-se no G.O.L.U. a Confederação Maçónica Portuguesa, a Federação Maçónica Portuguesa, o

Apenas em 1904, numa altura em que se intensificam as campanhas anti-monárquicas por parte do movimento republicano, as mulheres regressam à maçonaria. Muitas destas mulheres irão pertencer mais tarde às organizações feministas. A relação entre Maçonaria, republicanismo e feminismo começa a estreitar-se a partir deste momento. Em 5 de Dezembro de 1904, surgem duas novas Lojas de Adopção: a Humanidade (Lisboa), que funcionava na dependência da Comércio e Indústria n.º 194, e a 8 de Dezembro (Figueira da Foz), filial da Fernandes Tomás n.º 212.

Estas duas Lojas participaram no Congresso Maçónico Interpeninsular, que teve lugar em Lisboa entre os dias 21 e 23 de Junho de 1905. A Humanidade fez-se representar por Isaura Figueiredo Neto («Filipa de Lencastre»), Georgina Amélia Pinheiro de Sousa Larcher («Filipa de Vilhena») e Ana Sequeira («Mariana de Lencastre»); a 8 de Dezembro por Trindade de Penha Soares («Filipa de Vilhena») (Ventura, op. cit.: 105-106). Foi a primeira vez que uma conferência maçónica portuguesa contou com a participação de mulheres.

Em 8 de Abril 1907, foi publicado um decreto maçónico que autorizava a autonomia das lojas femininas e determinava a igualdade de direitos e de representação entre homens e mulheres em todas as instâncias do poder maçónico. Consequentemente, a Loja Humanidade, presidida por Ana de Castro Osório (1872-1935), torna-se independente, evoluindo normalmente dentro da hierarquia maçónica. A 8 de Dezembro optou por continuar como Loja de Adopção, tendo sido extinta por decreto de 26 de Setembro de 1911, quando a Loja Fernandes Tomás se afastou do G.O.L.U.

O decreto de 8 de Abril de 1907 configurou mais do que uma simples alteração estatutária. Representou o reconhecimento oficial, por parte dos Irmãos, de que as mulheres eram capazes de gerir uma loja independente, sem necessidade de orientação ou supervisão dos homens. Foi também a declaração da absoluta igualdade de direitos e de deveres entre todos os membros da maçonaria, independentemente do seu sexo.

Mais do que tudo isto, fortaleceu nas mulheres a esperança de que uma vez instaurado um regime republicano em Portugal, seria reconhecida a sua cidadania plena, nomeadamente no campo político. Ou seja, que os valores e a lógica de funcionamento da sociedade maçónica fossem transpostos para a sociedade profana. Esperança essa

alimentada também pelo facto de um número significativo de obreiros estar envolvido no movimento que visava o derrube da Monarquia e pertencer à elite que após a revolução de 5 de Outubro de 1910 ocupou os lugares de todos os órgãos onde o poder estava sediado. Aliás, a esta alteração estatutária não é alheia a participação de diversas feministas nas campanhas de propaganda anti-monárquicas e de disseminação dos ideais republicanos.

Contudo, essa esperança revelou-se vã. Apesar das demais promessas, como veremos de forma mais pormenorizada noutro capítulo, os homens da República nunca aprovaram o direito de voto feminino. Bem pelo contrário. Na Lei Eleitoral de 1913, ficou explícito que apenas os cidadãos de sexo masculino poderiam votar e apresentarem-se como candidatos a eleições. O mundo profano não acompanhou o mundo maçónico; antes pelo contrário, parece tê-lo inspirado.

Por esta altura, a iniciação das mulheres na maçonaria parecia ser um assunto pacífico, atendendo aos resultados de um inquérito que Ana de Castro Osório realizou, em 1914, a 19 figuras proeminentes da vida política e maçónica portuguesa. A saber: Afonso Costa, França Borges, José Nunes da Mata, Borges Grainha, António Teles Palhinha, Lino da Silva, Jerónimo Osório de Castro, Manuela Calvet de Magalhães, João Zea Bermudes, José Cardoso Gonçalves, Francisco Bernardino Cardoso, Severo Portela, António Augusto de Veiga e Sousa, António Joaquim Ribeiro, Gil Eanes, Alfredo Cruz Nascimento e Manuel Ventura de Araújo.

Com este inquérito, constituído por cinco perguntas, Ana de Castro Osório tentava perceber se a entrada das mulheres na Maçonaria contribuía para o sucesso do movimento que instaurara a República em Portugal e se as obreiras deveriam ser aceites em igualdade de direitos com os homens. Todos os inquiridos responderam afirmativamente, embora em alguns casos, o seu discurso colidisse com a sua prática. O caso mais flagrante foi o de Afonso Costa (1871-1937). «Depois de ter apelidado as mulheres de “inconscientes” e de lhes ter recusado o direito de voto, respondeu que o trabalho desenvolvido pelo sexo feminino em prol da República foi “útil” e que elas “deveriam ser chamadas à maçonaria”» (Mariano, op. cit.: 46).

A presença das mulheres na Maçonaria portuguesa sofre um revés em 1922, quando Portugal se tornou um dos co-fundadores da Associação Maçónica

Internacional, uma vez que o artigo 3.º dos seus Estatutos estabelecia que «as potências maçónicas aderentes deve[riam] compor-se exclusivamente de homens» (Marques, op. cit.: 56). Excluídas do G.O.L.U., um grupo de obreiras da Loja Humanidade manifesta o desejo de aderir à Maçonaria Mista «O Direito Humano». Ao contrário de outras obediências maçónicas, «O Direito Humano», ou co-maçonaria, admitia, dentro de uma mesma loja, homens e mulheres em igualdade de circunstância⁷², razão pela qual, nota Fernando Marques da Costa, «esteve profundamente marcada pelas lutas feministas que marcaram a viragem de um século para o outro» (op. cit.: 46).

O pedido de adesão, enviado por Adelaide Cabete (1867-1935), é subscrito por 23 mulheres e um homem, Arnaldo Brazão⁷³ (da Loja Fiat Lux), o que permitia classificar a Oficina como mista. Em carta datada de 24 de Maio de 1924, o Gão-Mestre, Eugène Piron (1875-1928) atribui a Adelaide Cabete poderes para proceder a iniciações e a filiações.

Segundo o mesmo autor, apesar do forte empenho de Adelaide Cabete no recrutamento de militantes, quer na Maçonaria, quer no mundo profano, não só em Lisboa, mas sobretudo na província, a nova Obediência maçónica cedo enfrentou sérias dificuldades. Nomeadamente, decorrentes da falta de instalações próprias onde pudesse funcionar e das divergências entre irmãos e irmãs que eram marido e mulher no mundo profano. Nesta primeira fase, a Ordem Maçónica Mista Internacional «O Direito Humano» terá funcionado em Portugal até 1929, ano em que Adelaide Cabete parte para Angola⁷⁴ (Ventura, op. cit.: 338).

⁷² No artigo 1.º da constituição da co-maçonaria pode ler-se: «A Ordem Maçónica Mista Internacional «O Direito Humano» afirma a igualdade essencial dos dois seres humanos: o homem e a mulher. Proclamando «O Direito Humano», a Ordem quer que eles gozem, na terra, de uma forma igual, a justiça social numa humanidade organizada em sociedades livres e fraternais.». Cf. Fernando Marques da Costa, op. cit., 46.

⁷³ Oficial do Exército, advogado e professor de liceu, Arnaldo Brazão (1890-1968) era sobrinho de Adelaide Cabete, que lhe incutiu as suas ideias republicanas e feministas. Escreveu em alguns periódicos feministas, nomeadamente *A Mulher e a Criança* (órgão oficial da LRMP) e *Alma Feminia* (do CNMP). Foi secretário-geral da Comissão Organizadora do I Congresso Feminista e de Educação, realizado em 1924, e presidente da Liga Portuguesa Abolicionista.

⁷⁴ Adelaide Cabete partiu pela primeira vez para Angola em 1929 como sobrinha Arnaldo Brazão por estar desiludida com o rumo político do país (estava-se em plena Ditadura Militar). Voltaria para Angola nos anos de 1933 e 1934, tendo sido a primeira mulher a votar em Luanda (em 1933, no plebiscito à Constituição do Estado Novo).

Podemos concluir que entre os obreiros das diversas obediências maçónicas praticamente não era questionada a necessidade urgente de instruir as mulheres e que muitos deles, inclusive, promoveram instituições de ensino mistas ou dirigidas exclusivamente ao sexo feminino. Era também consensual a necessidade de afastar as mulheres da esfera de influência da Igreja Católica. A mesma unanimidade não se verificou quanto à iniciação de mulheres na Maçonaria. Ou seja, como sintetiza M^a José Lacalzada de Mateo, os discursos e as práticas dos maçons revelam que é preciso distinguir duas realidades diferentes: as mulheres «para» a Maçonaria e as mulheres «na» Maçonaria (2003: 118). O período em que a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres na Maçonaria se colocou com maior intensidade coincidiu com o desenvolvimento do ideal feminista e o fortalecimento do movimento republicano e das suas campanhas anti-clericais. Republicanismo, Maçonaria e feminismo foram, em muitos casos, uma espécie de Santíssima Trindade.

CAPÍTULO III – PARA QUE QUEREM AS MULHERES O VOTO? OS PRÓS E OS CONTRAS NO DISCURSO PÚBLICO

Tanto em Portugal como em Espanha, a questão do voto feminino colocou-se primeiro ao nível do debate político, depois, na imprensa feminina, e só por fim foi apropriada pelas associações feministas e respectivos periódicos.

Neste capítulo, analisaremos de forma mais detalhada as sessões parlamentares nas quais o voto feminino esteve em discussão, os debates travados na imprensa dirigida a um público exclusiva ou

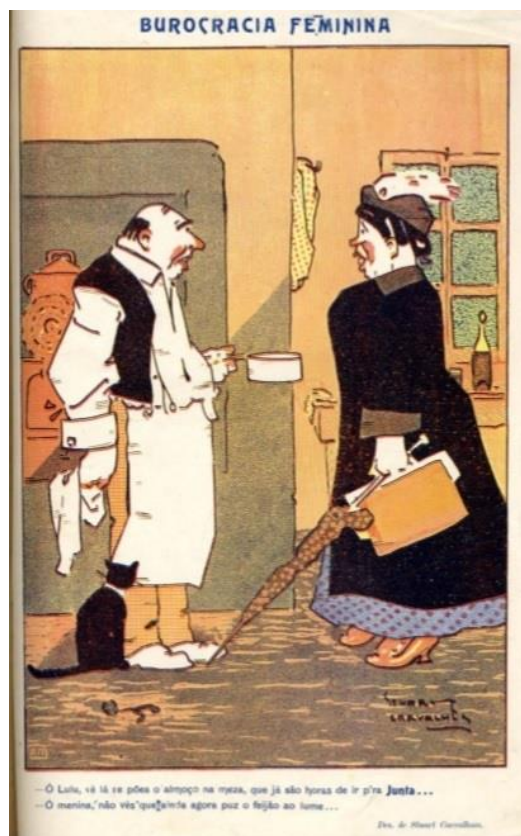


Imagem 18 - Do jornal «A Sátira» de Fevereiro de 1911:

- Ó Lulu, vê lá de pôe o almoço na mesa, que já são horas de ir p'r Junta...
- Ó menina, não vês que ainda agora puz o feijão ao lume...

maioritariamente feminino e a posição dos principais actores políticos: associações sufragistas e partidos.

A pergunta subjacente a todo o esgrimir de argumentos contra e a favor do voto feminino ao longo do século XIX e no primeiro terço do século XX foi, no fundo, apenas uma: para que queriam as mulheres o voto?

III.1. – O voto feminino nos debates parlamentares

O direito de voto das mulheres começou a ser discutido nos parlamentos português e espanhol no século XIX por iniciativa de um ou mais deputados e não porque o assunto fizesse parte dos programas dos respectivos partidos políticos. Nenhuma das propostas apresentadas até aos anos 30 do século XX defendia também o direito de as mulheres poderem ser eleitas deputadas (muito menos, primeiras-ministras ou chefes do Estado, no caso dos regimes republicanos), embora em Espanha, elas tiveram assento parlamentar antes de obterem o direito ao voto.

A recusa da elegibilidade das mulheres significava «que a sua participação política se limitava a votar nos homens que comporiam a assembleia legislativa, restrição que permitira manter o princípio da representação virtual que as feministas de todo o mundo vinham denunciando desde meados do século XIX, e que, ao fim e ao cabo, continuaria a impedir que as mulheres defendessem os seus direitos de género na missão legislativa⁷⁵.» (Ramos Cobano, 2014: 25).

Durante o século XIX, a questão do sufrágio feminino foi aflorada nos debates parlamentares maioritariamente quando estava em causa a revisão da lei eleitoral. As propostas visavam a atribuição do direito de voto a um grupo restrito de mulheres (à excepção da de Burgos e Mazo em 1919) e, em alguns casos, apenas em eleições municipais. Sendo o voto considerado um direito político e não individual, este só poderia ser exercido por aqueles que dessem à sociedade garantias de que conduziriam bem os negócios do Estado. Ou seja, por aqueles que tivessem «condições de o

⁷⁵ No original: «su participación política se habría reducido a votar a los varones que compondrían la asamblea legislativa, restricción que permitiría mantener el principio de la representación virtual que las feministas de todo el mundo llevaban denunciando desde mediados del siglo XIX, y que, al fin y al cabo, seguiría impidiendo que las mujeres defendieron sus intereses de género en la tarea legislativa.».

exercerem com *inteligência, independência e consciência* [itálicos com original]» (DCDPR, 24 de Julho de 1878: 533). Por este motivo, foi durante muito tempo negado o direito de voto aos analfabetos, aos mendigos, aos condenados e aos que tivessem incapacidade física ou moral legalmente comprovada. Só os melhores cidadãos, aqueles que demonstrassem ter capacidade intelectual, qualidades morais irrepreensíveis e riqueza, poderiam gerir da melhor forma os interesses da comunidade à luz do Direito e da Justiça.

Até 1890, no caso espanhol, e 1913, no caso português, a legislação eleitoral considerou sempre eleitores os cidadãos nacionais ou os estrangeiros naturalizados maiores de idade, que usufruíssem de determinados rendimentos anuais e/ou que soubessem ler e escrever e/ou fossem chefes de família (dependendo se estávamos num período de fechamento ou de alargamento do eleitorado), sem qualquer menção ao sexo. Nenhuma das leis incluiu as mulheres na categoria de não eleitores. Estava interiorizado no espírito do legislador que embora elas fossem cidadãos, não eram detentoras de direitos políticos e, por isso, não era necessário considerá-las na lei, mesmo que nos artigos referentes à exclusão do direito de voto.

Na própria redacção de alguns artigos subentende-se essa negação do voto às mulheres, como quando é referido que o rendimento líquido anual do cidadão activo inclui os bens da mulher ou quando se esclarece que é chefe de família «aquele que há mais de um ano viver em comum com qualquer seu ascendente, descendente, tio irmão ou sobrinho, ou com sua mulher, e prover aos encargos da família» (Almeida, 1998: 307). De fora ficam as mulheres solteiras e as viúvas (as «mulheres sem homens», nas palavras de Nicole Arnaud-Duc), desprovidas de «interesse para o direito» (Arnaud-Duc em Duby e Perrot, 1994a: 138).

III.1.1 – Em Portugal

O tema do sufrágio feminino foi abordado pela primeira vez nos alvares do constitucionalismo português, em 1821, durante o debate sobre o Projecto de Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa travado nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. O documento contemplava a eleição dos deputados por todos os cidadãos nacionais, mas alguns parlamentares defenderam que

determinados grupos deveriam ser excluídos. Invocando o exemplo de Espanha, cuja Constituição admitia a existência de cidadãos activos (com direito de voto) e os passivos (sem direito de voto), propuseram a adopção do mesmo modelo em Portugal. «Não há legislação que não tenha excepções. As mulheres são cidadãos, os meninos são cidadãos, os que têm moléstias físicas, ou morais, também o são porém, todos estes devem ser exceptuados» (DCGENP, 27 de Fevereiro de 1821: 169), reclamou Manuel Borges Carneiro, deputado eleito pela Estremadura.

A primeira proposta em defesa do voto feminino foi apresentada em 22 de Abril do ano seguinte por Domingos Borges de Barros (1780-1855), deputado eleito pela Baía (Brasil), que considerava não terem as mulheres «defeito algum» que as pudesse privar desse direito. Embora reconhecendo que a sua instrução era deficitária, devido ao «criminoso desleixo que muito de propósito» havia em educá-las por os homens temerem a sua superioridade, Borges de Barros defendia não haver «talentos, ou virtudes» em que elas não tivessem rivalizado «e muitas vezes excedido aos homens». Aceitava, porém, que o voto fosse atribuído apenas às mulheres que tivessem seis filhos legítimos, uma vez que ninguém mais dava «a uma Nação do que quem lhe da[va] os seus cidadãos» (DCGENP, 22 de Abril de 1822: 907).

Manuel Borges Carneiro (1774-1833) foi o único a pronunciar-se sobre a proposta, para defender que a mesma não deveria ser admitida a discussão, uma vez que as mulheres não eram sujeito de direitos políticos: «Elas não têm voz nas sociedades públicas: *mulier in ecclesia taceat* [itálico no original], diz o Apóstolo» (*Ibidem*). A proposta acabou por não ser debatida. Já durante a discussão do Projecto das Bases da Constituição de 1822, travada no ano anterior, Borges Carneiro se manifestara contra o sufrágio feminino, embora considerasse as mulheres, assim como os meninos, cidadãos.

Durante mais de 60 anos, a possibilidade de as mulheres portuguesas poderem ter direito ao voto esteve praticamente ausente do debate parlamentar. Apenas uma ou outra referência aos países onde o sufrágio feminino começava a ser uma realidade, mas o tema não gerou grande paixões. Voltaria a ser abordado apenas na sessão de 3 de Março de 1884, durante a discussão da reforma eleitoral, quando o deputado Augusto Fuschini (1843-1911), do Partido Regenerador, se pronunciou a favor do voto das mulheres, embora de uma forma gradual e não sem antes de todos os homens maiores de idade terem direito ao voto. Lembrando que esta questão há muito era debatida nos

Estados Unidos da América e em vários países europeus, elencou alguns exemplos de municípios e comunas nos quais as mulheres já podiam eleger e/ou ser eleitas. Fuschini advogava que o eleitorado municipal «servir-lhe[s]-ia de aprendizagem», pelo que não via qualquer «perigo» ou «inconveniente» em ser-lhes concedido esse direito. Contudo, alertava, «antes de o sufrágio político ser universal para os homens», as mulheres não deveriam «pensar em o conseguir?». E concluía: «Por sucessivas graduações conquistaremos o sufrágio universal, depois será chegada a ocasião para admitirmos e alargarmos o voto feminino com prudência e cautela» (ACDPR, 3 de Março de 1884: 507).

Em 3 de Setembro de 1909, João de Menezes (1868-1918) entrega na Câmara dos Deputados uma proposta para a eleição de um grupo de trabalho, formado por representantes de todos os partidos políticos, com vista à elaboração de uma lei eleitoral que instituísse o sufrágio universal (DCSDNP, 3 de Setembro de 1909: 5), não fazendo qualquer referência ao sexo ou à idade dos eleitores. Em defesa da sua proposta, e antecipando-se às vozes que pudessem considerar «exagerado» a aprovação do voto universal num país onde existiam tantos analfabetos, o deputado lembrou que aqueles que pagassem 500 réis anuais de contribuição já tinham direito ao voto. Foi feita uma segunda leitura da proposta no dia seguinte e o documento seguiu para a Comissão de Administração Pública.

Até à implantação da I República, em 5 de Outubro de 1910, e ao início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 19 de Junho de 1911, não houve mais referências à questão do sufrágio feminino no Parlamento. O tema seria retomado no dia 13 de Julho por Eduardo de Almeida, durante o debate sobre o projecto da futura Constituição. Apesar de considerar que não era ainda tempo de atribuir às mulheres «inteira capacidade política», este deputado achava ser da mais elementar justiça dar-lhes as garantias civis a que tinham direito, pois só estas as iriam libertar «da escravidão infamante» em que os seus exploradores a mantinham (ANC, 13 de Julho de 1911: 19).

Na sessão seguinte, Djalme de Azevedo (1864-19?) regressa ao tema para propor que seja atribuído o direito de voto «pelo menos» às mulheres que fossem chefes de família e às que possuíssem o exame de instrução primária, apesar de ser um defensor do sufrágio universal: «Eu fui sempre um propagandista desinteressado do sufrágio universal. Via que ele estava incluído no programa do meu partido e via isso

com muito prazer, porque me parece que desde que não podemos ter o sistema do Governo directo do povo pelo povo, é conveniente que tenhamos o Governo de *todo o povo* [itálico no original] por delegação, e a única maneira de o termos é adoptar o sufrágio universal. Esse princípio não está consignado neste projecto de Constituição. Eu votaria pelo sufrágio universal com relação aos homens e às mulheres, porque não vejo razão alguma de se excluírem da governação do Estado dentro de certos limites» (Idem, 14 de Julho de 1911: 22).

O tema praticamente não gerou discussão, mais por o assunto não configurar uma prioridade para a maioria dos parlamentares do que por estes concordarem com a proposta de Djalme de Azevedo. Apenas uma voz se fez ouvir para afirmar que «lá fora» o voto feminino estava a dar «maus resultados porque as mulheres» eram «quase todas reaccionárias». Não negando este facto, Djalme de Azevedo justifica-o com o facto de as mulheres serem menos instruídas do que os homens. Motivo pelo qual sugere que o voto seja apenas concedido àquelas que tenham completado a instrução primária, pois essas teriam «certamente o desenvolvimento intelectual necessário para poder exercer o direito de voto conscientemente» (*Ibidem*).

O sufrágio feminino é uma vez mais abordado na sessão de 26 de Julho pela voz de Faustino da Fonseca (1871-1918). Lembrando que «quando no tempo da monarquia se fez a propaganda» que permitiu a instauração da República, «os propagandistas encontraram sempre ao seu lado as mulheres», defende que a República vitoriosa não deveria «negar à mulher o direito de voto». Apresentou, por isso, uma emenda ao projecto de Constituição de forma a que fosse reconhecida «a capacidade política e civil às mulheres, com emprego ou profissão liberal», mas a mesma não foi sequer aceite para discussão (Idem, 26 de Julho de 1911: 19).

No entanto, na sessão do dia seguinte, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado (1851-1944), tomou a palavra para explicar que a não discussão da proposta por parte da Assembleia se prendeu apenas com o facto de esta considerar que os direitos civis e políticos das mulheres não eram matéria para constar na Constituição, mas antes «em diploma especial pelas legislaturas ordinárias». Bernardino Machado, que sempre se assumiu feminista, foi ainda mais longe ao sublinhar que «seria mesmo extraordinário» que a República recusasse à mulher, «que tem sido no nosso país muito esquecida e infeliz», os seus direitos. E concluiu, dizendo: «A

República tem já cumprido e continuará a cumprir integralmente os seus deveres para com a mulher» (Idem, 27 de Julho de 1911: 5-6).

Como alguns deputados propuseram, o tipo de sufrágio adoptado pela República ficou consignado na Constituição aprovada em 21 de Agosto de 1911: «A Câmara dos Deputados e o Senado são eleitos pelo sufrágio directo dos cidadãos eleitores» (Artigo 8.º). Não há qualquer referência ao sexo, idade ou grau de literacia, embora no artigo 74.º se especifique que eram «cidadãos portugueses, para o efeito do exercício dos direitos políticos, todos aqueles que a lei civil considere como tais».

Este será um dos argumentos apresentados por alguns deputados – particularmente Jacinto Nunes (1839-1931) – para defenderem o voto feminino aquando do debate sobre o projecto do novo Código Eleitoral (que seria aprovado em 1913 e concederia voto apenas aos cidadãos do sexo masculino). Grande defensor dos direitos políticos das mulheres, Jacinto Nunes bater-se-ia por eles até ao final da I República. As razões por si invocadas foram sempre de ordem jurídica e de lógica: «O artigo 7.º do Código Civil estabelece a igualdade para todos os cidadãos portugueses e a lei de família decretada pelo Governo Provisório diz que ela se baseia na igualdade do homem e da mulher. Na Constituição também se não faz distinção nenhuma entre homens e mulheres. Não se compreende que um homem rude, que não tem a menor noção do que seja uma lista, possa votar e a mulher não o possa fazer» (DCSD, 6 de Janeiro de 1913: 18-19).

Do seu ponto de vista, tratava-se de uma «anomalia» negar às mulheres o direito de intervirem na administração pública através do voto uma vez que lhes era permitido serem «industriais, comerciantes, médicas, professoras, etc.». «Se a mulher não pode votar, nem ser eleita, também não deve contribuir para as despesas públicas» (*Ibidem*), advogava, acrescentando que «só o egoísmo dos homens é que pode obstar a não reconhecer o direito de eleitor às mulheres» (Idem, 2 de Junho de 1913: 10). A seu lado esteve apenas um deputado, Ezequiel de Campos (1874-1965), que na declaração de voto que fez após aprovado na generalidade o projecto da Lei Eleitoral, lembrou que as mulheres estavam a dar «lições de perspicácia, saber e até de tenacidade» (Idem, 6 de Janeiro de 1913: 19).

A Constituição é também invocada pelo senador Artur Costa para defender o

voto feminino restrito. Em resposta a Machado Serpa (1864-1945), que lembrava que a Constituição não consignava o direito de voto às mulheres por elas não estarem «em condições de usufruir[em] dessas regalias», Artur Costa sustentou que «também lho não tira». Da mesma forma, acrescentou, que a Constituição não dizia que as mulheres podiam exercer funções públicas e elas «estão já em algumas repartições trabalhando a contento dos seus superiores» (DS, 17 de Junho de 1912: 10). Por esse motivo, propunha que fosse aprovado o voto para as mulheres que tivessem um curso superior, fossem professoras da instrução primária, secundária e superior e às que dirigissem estabelecimentos fabris e industriais desde que mais ninguém na sua família fosse eleitor.

Feio Terenas (1850-1920) apoia, em parte, a proposta. Para ele, apenas as mulheres com um curso superior, secundário ou especial deveriam poder eleger, apesar de ter uma opinião bastante crítica quanto à população feminina portuguesa: «a mulher é ainda hoje o elemento que, pela sua fraqueza, mais se afeiçoa a manejos do clericalismo. A mulher é, em geral, um espírito fraco, que vai ao confessional, que ouve o seu director espiritual e as missões dos jesuítas e padres reaccionários. Felizmente que nós estamos sendo livres desta praga, mas nem por isso podemos confiar na presente geração das mulheres ignorantes e fanatizadas» (DS, 17 de Junho de 1912: 11).

Entre aqueles que mais veementemente se mostraram contra o voto das mulheres está o deputado Matos Cid (1871-1945). Invocando o seu «espírito retrógrado» e a «influência nefasta» que introduziriam na vida política, a sua oposição sustentava-se em dois receios: que os clericais se servissem das mulheres «como a melhor das suas armas» e que a participação das mulheres na política gerasse «discórdia no lar» quando elas tivessem «ideias opostas» às dos maridos. «Seria mais uma origem de disputas que ofereceria um espectáculo degradante por ocasião de eleições, quando se tratasse de comícios e reuniões eleitorais» (DCSD, 5 de Junho de 1913: 9), sustentou na sessão de 5 de Junho de 1912.

Na sessão de 11 Junho 1913, já durante a discussão na especialidade da Lei Eleitoral, João Brandão recordou que durante o período de propaganda, o PRP prometera o «voto para todos». «O que dirão agora os que isso ouviram, ao ver que lhes é retirado o voto?» (DCSD, 11 de Junho de 1913: 17), questiona. Porém, para João

Brandão o «voto para todos» era sinónimo de voto para todos os homens. No seu entender, não era ainda oportuno aprovar o sufrágio feminino, pois «a política é uma coisa que apaixona e que traria naturalmente consigo a discórdia na família». Além do mais, o modo como as sufragistas se comportavam era, no seu entender, «um indicador de quanto [seria] perigoso seguir por esse caminho». Propunha, por isso, que se esperasse pelo resultado que o voto das mulheres tivesse noutros países para depois o parlamento português decidir sobre esta questão.

Em 13 de Janeiro de 1920, o deputado socialista Amílcar Ramada Curto (1886-1961) apresenta uma moção em defesa do sufrágio feminino. Lembrando que no programa doutrinário do antigo Partido Republicano Português (na altura, Partido Democrático, em maioria no Parlamento) estava consignado «o princípio do sufrágio universal com voto feminino» e sublinhando que nove anos após a instauração da República «nada justifica[va] a sobrevivência na lei do princípio do sufrágio feminino», Ramada Curto defende não só o voto das mulheres como também o dos analfabetos. E explica: «A República tem, mais do que nenhum outro regime, a obrigação de abrir a válvula de segurança à livre expansão da opinião pública; se a fecha, falece-lhe inteiramente a autoridade moral, já de si bastante abalada pelo espectáculo absolutamente estranho e picaresco que têm dado os partidos republicanos na sua técnica política» (DCSD, 13 de Janeiro de 1920: 10-11).

A moção foi aceite para discussão, mas em Setembro de 1921, José de Almeida, também do Partido Socialista Português, queixava-se que tal ainda não tinha acontecido.

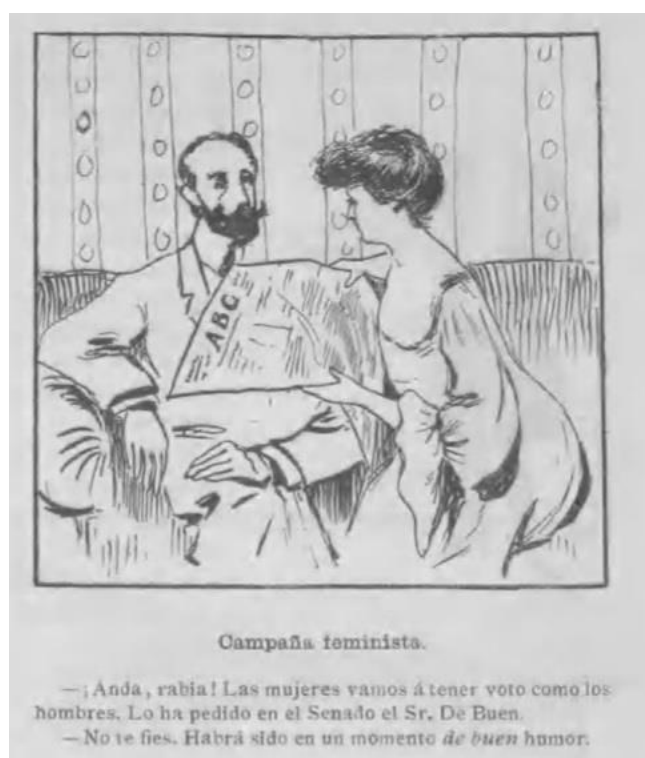


Imagem 19 - Sátira do jornal «Alegria» à proposta do deputado Odón de Buen sobre o voto feminino

III.1.2 – Em Espanha

A questão do voto das mulheres é pela primeira vez introduzida nos debates parlamentares durante as Cortes Constituintes de 1868 pelos defensores do sufrágio universal. Não para fazerem a sua apologia, mas para justificar por que motivo aquele não deveria ser aprovado, com explica o deputado Romero Marín: «Porque vamos privar do sufrágio as mulheres. Porque talvez ou sem talvez, em minha opinião não o querem ou não o podem querer. Não o querem porque não é essa a sua missão; [...] a mulher não pode ter desse ponto de vista o fim político de determinar o organismo do estado e o seu funcionamento; não é essa a função a mulher na vida humana⁷⁶.» (Fagoaga, 1985: 83).

Apenas no período da Restauração foi apresentada a primeira emenda com vista à aprovação do sufrágio feminino. Durante a discussão sobre a reforma da Lei Eleitoral, em 29 de Maio de 1877, um grupo de deputados⁷⁷ encabeçado por Alejandro Pidal y Mon (1846-1913), da União Católica, apresentou uma proposta de emenda ao artigo 15 de modo a que este contemplasse o direito de voto em eleições legislativas e municipais das viúvas, mães de família e das mulheres maiores de idade a quem tivesse sido atribuído o exercício da pátria potestade. A proposta não configurava o reconhecimento do sufrágio feminino *tout court*, mas a defesa da família «como instituição e a estabilidade social» (Villalaín Garcia, 1995: 44), razão pela qual não contemplava as mulheres casadas nem as maiores de idade que não tivessem filhos ou não exercessem a pátria potestade. Apesar disso, a proposta foi rejeitada por a maioria dos deputados considerar que este seria o primeiro passo para que todas as mulheres obtivessem o direito de voto.

A reforma eleitoral que teve lugar em 1890 durante o governo de Práxedes Mateo Sagasta (1825-1903) manteve a exclusão das mulheres como eleitoras e elegíveis. Contudo, concedeu o voto a todos os homens com 25 ou mais anos de idade,

⁷⁶ No original: «Por qué vamos a privar del sufragio universal a las mujeres. Porque quizá y sin quizá, en mi opinión no lo quieren o no lo pueden querer. No lo quieren porque no es su fin ése; [...] la mujer no puede tener bajo este punto de vista el fin político de determinar el organismo del estado y la manera de funcionar; no es esa la función de la mujer en la vida humana.».

⁷⁷ Além de Alejandro Pidal y Mon, subscreveram a proposta de emenda Carlos María Perier, José Manuel Díaz de Herrera, José María Martorell, Manuel de Azcárraga, Eduardo Garido Estrada e o marquês de Villalobar.

que estivessem no pleno gozo dos seus direitos e que vivessem há pelo menos dois anos no município onde estavam recenseados.

Durante quase 20 anos, a questão esteve afastada dos debates parlamentares, regressando apenas 1907. Em Junho e Julho, durante a discussão do projecto de Lei Eleitoral no Senado, foram apresentadas duas emendas: uma subscrita por Odón de Buen y del Cos (1863-1945) que propunha estender o direito de voto às mulheres nas eleições municipais, mas apenas às que tivessem 23 ou mais anos de idade, estivessem no pleno gozo dos seus direitos e vivessem há pelo menos dois anos no município; a outra, apresentada pelo democrata Luís Palomo Ruiz (1860-1932), defendia o sufrágio feminino para as viúvas que «pagassem uma taxa territorial mínima de 100 pesetas⁷⁸». Ambas foram chumbadas.

No ano seguinte, em 7 de Março, o conde de Casas-Valencia, Emilio Alcalá Galiano (1831-1914), apresentou no Senado uma petição pedindo que o novo Projecto Eleitoral contemplasse o sufrágio feminino. Por uma questão de justiça, uma vez que as mulheres eram «tão inteligentes como os homens», (Villalaín Garcia, op. cit.: 47), o senador defendia o voto para todas as mulheres com 25 ou mais anos de idade, solteiras, casadas ou viúvas, tanto em eleições municipais como legislativas. A proposta foi chumbada com 54 votos contra e apenas nove a favor.

Ainda em 1908, em 17 de Março, um grupo de deputados republicanos encabeçado por Francisco Pi y Arsuaga (1866-1912) propõe que as mulheres emancipadas e cabeças de família possam votar em eleições municipais, mas não ser eleitas. «A mim parece-me mais respeitável o voto de uma mulher, que representa quem sabe um grande património, que é cabeça de família, que talvez seja a primeira contribuinte, [...] do que o de um jovem de vinte e cinco anos, filho de família, talvez sem património e sem grandes interesses a defender. E se o Município é uma extensão do lar, creio que em nenhuma parte é tão necessário conceder o voto à mulher como no Município⁷⁹ [...]» (DSCD, 17 de Março de 1908: 5257), sublinhou o deputado.

⁷⁸ No original: «abonaran una cuota territorial mínima de 100 pesetas.».

⁷⁹ No original: «A mí me parece más respetable el voto de una mujer, que representa quizá un grande patrimonio, que es cabeza de familia, que es acaso primera contribuyente, [...] que el de un joven de veinticinco años, hijo de familia, acaso sin patrimonio y sin grandes intereses que defender. Y si el Municipio es una extensión del hogar, creo que en ninguna parte es tan necesario conceder el voto á la mujer como en el Municipio [...]».

Marín de la Barcena (1858-1930), presidente da comissão encarregue de elaborar o projecto de lei eleitoral, concorda que «há muitos fundados motivos para simpatizar com a concessão do voto administrativo à mulher⁸⁰», contudo, trata-se de uma questão que não «tem a seu favor a corrente de opinião, a atmosfera social [...] necessária para que uma reforma de tanta transcendência tome corpo num projecto lei⁸¹» como aquele que estava a ser discutido (Idem: 5258). A proposta foi recusada com 64 votos contra e 35 a favor, sendo que do grupo de subscritores da emenda, apenas Pi y Arsuaga votou a favor.

Em 13 de Novembro de 1919, o ministro Burgos e Mazo (1862-1946), com o prévio acordo do Conselho de Ministros, apresentou nas Cortes uma reforma da Lei Eleitoral que contemplava a extensão do direito de voto às mulheres, embora com algumas limitações. O documento propunha que os cidadãos espanhóis de ambos os sexos com 23 ou mais anos de idade que estivessem no pleno gozo dos seus direitos civis pudessem ser eleitores, embora as mulheres não pudessem ser eleitas. Podia, no entanto, integrar as juntas responsáveis pelo processo eleitoral. Mulheres e homens exerceriam o direito de voto em dias diferentes: elas, no sábado; eles, no domingo. A proposta não foi discutida, devido à queda do Governo, embora tenha sido publicada no *Diário das Sessões das Cortes*.

Em nenhum dos momentos em que estiveram em debate propostas de alteração à Lei Eleitoral, as feministas espanholas – individual ou colectivamente – pressionaram os deputados e os senadores a aprovarem o direito de voto das mulheres, ao contrário do que aconteceu em Portugal. Como referimos, a discussão ao nível dos representantes dos órgãos do poder político decorreu num período anterior ao nascimento do movimento feminista em Espanha. Só na II República, com a eleição das primeiras deputadas e a discussão da futura Constituição - que viria a consagrar o voto universal -, assistimos às primeiras manifestações de rua e à distribuição de panfletos em defesa do sufrágio feminino.

No caso de Espanha, há que ter em conta a sua divisão administrativa. Em

⁸⁰ No original: «hay muy fundados motivos para simpatizar con la concesión del voto administrativo à la mujer».

⁸¹ No original: «tenga á su favor la corriente de opinión, la atmosfera social [...] necesaria para que una reforma de tanta transcendência tome cuerpo en un proyecto de ley».

metade das regiões autonómicas que desenharam os primeiros projectos de constituição em 1880 – Catalunha, Galiza, Andaluzia e Estremadura -, colocou-se em simultâneo a hipótese de as mulheres poderem eleger e ser eleitas. Com algumas variantes, as quatro propostas tinham um ponto em comum: esses direitos só seriam atribuídos às mulheres que tivessem frequentado um determinado grau de instrução. Acreditavam os legisladores que só estas estariam fora da esfera de influência da Igreja Católica (Sánchez Collantes, 2014: 451).

III.2. – Imprensa feminina e feminista

Neste subcapítulo, começaremos por falar da importância da imprensa destinada ao público exclusivamente feminino como veículo de doutrinação e de promoção do debate de ideias (mesmo das que eram consideradas impróprias do «belo sexo», como as relacionadas com os assuntos político-partidários) e de como esta permitiu que as mulheres se auto-consciencializassem do seu estatuto e ganhassem visibilidade, mas, sobretudo, voz no espaço público. Os periódicos femininos e feministas permitiram às mulheres exercerem uma cidadania activa e as suas mensagens chegavam mesmo àquelas que não sabiam ler nem escrever. Não podendo participar na elaboração das leis, às mulheres restava-lhes convencer os legisladores da justiça das suas aspirações. A escrita de artigos nos jornais foi um dos expedientes mais utilizados pelas mulheres portuguesas e espanholas (a par com a participação em conferências e, embora com menos regularidade, com a subscrição de petições).

Iremos analisar a imprensa feminina e feminista publicado durante o período cronológico abrangido pelo nosso estudo e os debates travados nas páginas destes jornais sobre o voto das mulheres. Deixaremos de fora os jornais generalistas e partidários que incluíam várias mulheres entre os seus colaboradores, algumas das quais com colunas de opinião regulares, que aproveitavam para falar sobre a questão feminina, como foram o caso de *El Heraldo de Madrid* ou *A Vanguarda* (Lisboa).

Os periódicos dirigidos ao público feminino aparecem no século XIX com diversos fins. De acordo com Perinat e Marrades (1980), estes jornais poderão ser classificados em duas categorias:

1.^a – Aqueles que tinham como fim reforçar os estereótipos femininos vigentes na sociedade de Oitocentos, através da publicação de artigos que insistiam na importância das mulheres enquanto esposas, mães e donas de casa, afastando-as, assim, do espaço público, tradicionalmente masculino. Nestes, predominam os conselhos sobre como manter a harmonia no lar, a educação dos/das filhos/as, economia doméstica, cuidados de beleza ou as últimas tendências da moda e da decoração da casa;

2.^a – Os que tentavam doutrinar as mulheres nas novas ideias feministas e emancipadoras, reclamando um papel mais presente e activo do chamado sexo fraco não só na família, mas também no mercado de trabalho e na vida política do país. Os textos versavam sobre a necessidade de alterar a legislação que mantinha as mulheres subordinadas à autoridade masculina, de uma maior aposta na educação feminina, na igualdade de direitos no mundo do trabalho e na política.

Para o nosso estudo, focámo-nos principalmente nesta segunda categoria de periódicos, nos quais encontramos diversos artigos escritos por homens e por mulheres não só sobre o sufrágio feminino, mas também sobre o direito de as mulheres poderem candidatar-se a lugares nos órgãos do poder central e regional/local. No entanto, tendo em conta o período cronológico abrangido pelo nosso trabalho e a diversidade de títulos, a nossa análise incidirá na imprensa que assumia tratar de assuntos políticos e na qual a questão do sufrágio feminino foi abordado, socorrendo-nos dos diversos estudos que existem já sobre a imprensa feminina e feminista.

III.2.1. – Século XIX: o desbravar do terreno nos periódicos femininos

Vários dos periódicos fundados na Península Ibérica no século XIX exclusivamente dedicados ao público feminino abordam a relação das mulheres com política nos seus artigos, embora de uma forma muito moderada. Invocam por vezes o exemplo de mulheres (rainhas, imperatrizes, etc.) que no passado tiveram o destino dos países nas suas mãos e conduziram os assuntos de governo com sucesso, mas não se referem a questões como o direito de voto feminino ou a justiça de as mulheres assumirem também cargos políticos nos novos regimes constitucionais. A relação das mulheres com a política não passava pela sua participação directa (isso afastá-las-ia das suas obrigações enquanto mães, esposas e donas de casa), mas indirecta, ou seja, pela

influência que exerciam sobre os membros masculinos da família, esses sim, os verdadeiros detentores dos cargos públicos.

Embora não sendo deputadas, ministras ou juízas, nem por isso as mulheres deixavam de interferir na forma como esses cargos eram exercidos pelos homens. Sendo suas esposas, eram suas influentes conselheiras, motivo pelo qual a sua educação deveria ser uma prioridade. Como se perguntava na *Gaceta de las Mugeres*, «que influência vai exercer uma mulher desprovida de uma educação regular sobre o seu esposo que desempenha um alto cargo no Estado? Será uma influência caprichosa, temerária, imprudente.⁸²» (21 de Setembro de 1845: 2).

Em 2 de Abril de 1871, é lançado em Madrid *La Margarita – Album de las señoras católico-monárquicas*, assim intitulado em homenagem à princesa Margarida de Bourbón. No texto de apresentação publicado no primeiro número, assinado pela redacção, transparece a ideia de que o novo periódico é favorável à participação das mulheres na política: «Neste ÁLBUM, que, de seguro, não rejeitarão nem os nossos adversários – que saberão respeitar porque se fará apreciar – aprenderão a fazer-nos justiça, e convencer-se-ão de que o que quereis ao ser políticas, é cumprir a missão que Deus deu à mulher; isto é, curar as chagas que destroem a sociedade, enxugar as lágrimas que custam as lutas intestinas, cultivar o formoso ramo de oliveira, e construir o reino da paz, para que ao seu calor frutifiquem os grandes heroísmos, as santas virtudes, as honrosas acções⁸³.» (*La Margarita*, 2 de Abril de 1871: 2).

Os assuntos de natureza política serão presença assídua nas páginas do semanário. Seja através de crónicas sobre as sessões parlamentares, biografias de deputados e senadores ou artigos sobre a instabilidade governativa, só para citar alguns. No entanto, e apesar de vários textos defenderem a participação das mulheres na vida política, nunca é mencionado o direito de eleger ou de serem eleitas e muito menos há

⁸² No original: «qué influencia vá á ejercer una muger desprovista de regular educacion sobre su esposo que desempeña un alto cargo del Estado? Será una influencia caprichosa, temeraria, imprudente.».

⁸³ No original: «En este ÁLBUM, que, de seguro, no rechazarán ni aun nuestros adversarios – que sabrán respetarle porque se hará apreciar – aprenderán á hacernos justicia, y se convencerán de que lo que quereis al ser políticas, es cumplir la mision que Dios ha dado á la mujer; esto es, curar las llagas que destruyen la sociedad, enjugar las lágrimas que cuesta las luchas intestinas, cultivar el hermoso ramo de oliva, y assentar el reinado de la paz, para que á su calor fructifiquen los grandes heroísmos, las santas virtudes, las honrosas acciones.».

referências ao feminismo. O que perspassa em todos os números de *La Margarita*, que não esconde a sua ligação ao partido carlista, é a apologia da mulher enquanto guardiã da moral católica na família e na sociedade e defensora da pátria e da monarquia através da educação dos/as filhos/as e da influência que tem sobre o marido.

É defendido não que as mulheres *façam* política, mas que *sejam* políticas. Ou seja, não que votem ou que ocupem cargos no Parlamento ou no governo, mas que interfiram nos assuntos públicos convencendo os homens – os verdadeiros políticos – a tomarem as melhores decisões: «Não pretendemos que a mulher *faça* política; seria, além de inútil, ridículo, porque nada pode por si própria; mas temos a convicção de que deve compreendê-la para insuflar no ânimo dos homens que a rodeiam, o que segundo o seu coração e a razão seja melhor⁸⁴.» (Idem, 20 de Agosto de 1871: 162).

Esta será a opinião geral das mulheres católicas e monárquicas e da Igreja espanhola até ao pós-Grande Guerra, momento a partir do qual haverá uma mudança de posição quanto à participação activa das mulheres na política do país. Mesmo entre as mulheres republicanas e socialistas, até aos anos 20 do século XX, a maioria defenderá que as mulheres deveriam interessar-se e reflectir sobre os assuntos de natureza política, mas deixar a sua execução para os homens.

Um desses exemplos é a revista feminina *Or i Grana*, cujo subtítulo era *Semanário autonomista para a mulher. Impulsionador de uma Liga Patriótica das Mulheres* (*Setmanari autonomista per a la dona. Propulsor d'una Lliga Patriòtica de Dames*, no original). Fundada em 6 de Outubro de 1906 em Barcelona, tinha entre as suas colaboradoras nomes como Dolors Monserdà, Carmen Karr (1865-1943) e Maria Domènech de Cañellas. Embora assumisse claramente que tinha uma intenção política, a revista referia-se às mulheres como sendo «o descanso do guerreiro» (Marrades, 1978: 125). A mulher devia ser, antes de tudo o mais, «o anjo da família catalã». Votar «era próprio e exclusivo dos homens» (*Or i Grana*, 10 de Novembro de 1906).

A par dos periódicos que embora focando a relação das mulheres com a política não a defenderam de forma militante nem a assumiram como uma reivindicação

⁸⁴ No original: «No pretendemos que la mujer *haga* política: seria, á mas de inútil, ridículo, porque nada puede por si mismas; pero abrigamos la convicción de que debe comprendela, para influir en el ánimo de los hombres que la rodean, é inclinarlos é lo que segun su corazon y su razon crea mejor.»

feminista, outros desenvolveram verdadeiras campanhas exigindo a efectiva participação das mulheres nos assuntos públicos e o seu direito a elegerem e a serem eleitas. Se inicialmente esta missão esteve a cargo de algumas vozes isoladas, à medida que as ideias feministas foram conquistando espaço, foi a imprensa dinamizada pelas organizações feministas que passaram a liderar o debate público.

Um dos primeiros títulos que em Portugal assumiu abertamente que trataria de assuntos políticos dedicados às mulheres foi a *Gazeta das Damas*, publicado em 1822. Segundo Ana Maria Costa Lopes, o periódico foi bem recebido, o que «revela tanto o interesse das mulheres por estas matérias como os seus hábitos de pensar as coisas públicas e de agir empenhadamente na transformação das mentalidades e da situação social da época, pelo menos ao nível a que era possível a acção política de então» (Lopes, 2005: 180).

No mesmo ano, é publicado em Espanha o *Periódico das Damas*, mas a sua existencia foi bastante efémera (entre Janeiro e Junho), devido à pouca receptividade. Dirigia-se sobretudo às mulheres das classes altas. Nas suas páginas incluía textos explicativos sobre a Constituição, o sistema político e relatos das sessões das Cortes, pois defendia que as mulheres deveriam estar informadas sobre os assuntos políticos. De não esquecer que nesta altura as mulheres estavam proibidas de assistir aos debates do Parlamento.

Na década de 60 do século XIX, é dado à estampa um dos periódicos que mais promoveu a discussão sobre o voto feminino, embora tenha tido uma existência também curta. Trata-se de *A Voz Feminina*, publicado entre Janeiro 1868 e Janeiro 1869 (em 1 de Julho de 1868 passa a chamar-se *O Progresso*) e propriedade do casal Francisca e William Wood, e que anuncia no seu cabeçalho ser um «Jornal Semanal, Literário e Noticioso exclusivamente colaborado por senhoras». Logo no número 2, publicado em 12 de Janeiro de 1868, alguém que se identifica apenas com a inicial «W.» pede que o jornal apresente, em cada edição, «um resumo ou narração dos factos políticos, da semana decorrida, sem todavia se lhe associar o menor comentario» (*A Voz Feminina* 12 de Janeiro de 1868: 3).

Até ao final, travar-se-ão nas suas páginas verdadeiras batalhas pró e contra o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres. Na edição de 23 de Janeiro de

1869, Mariana A. D'Andrade manifesta-se contra o direito de as mulheres poderem eleger e serem eleitas, embora não duvidasse que se «algumas senhoras» fossem eleitas deputadas «seriam mais dignas representantes da nação e mais eloquentes advogadas do povo, do que certos deputados mudos que só servem de despesa ao estado; mas que importavam o amor da pátria e os dotes oratórios, se a voz da oradora não seria talvez escutada nas vastas abóbadas de S. Bento?!...» (*O Progresso*, 23 de Janeiro de 1869: 2). A sua objecção à entrada das mulheres na vida política prendia-se com o facto de ela deixar de ter tempo para se ocupar do lar e da família.

Ainda antes do virar do século, há que não esquecer a revista semanal *Ave Azul*, publicada em 1899 e 1900 por um outro casal, Beatriz Pinheiro (1878-1922) e Carlos de Lemos (1867-1954), a partir de Viseu, então uma cidade bastante conservadora. Embora se apresente como uma revista de arte e crítica, nas suas páginas promoveu-se o debate sobre a emancipação das mulheres, inclusive no campo político.

Em Espanha, surge em 1880 *La Mujer*, dirigido por Therèse Coudrai. Com o subtítulo *Defensor de los derechos de la mujer*, este foi um dos primeiros periódicos dirigidos ao público feminino a reivindicar explicitamente o direito de voto para as mulheres, recusando a ideia de que estas deveriam ficar confinadas ao espaço doméstico. O nome do jornal alterou-se duas vezes, primeiro para *El Álbum del Bello Sexo*, depois para *El Sacerdocio de la Mujer*, mas manteve sempre o mesmo discurso em prol dos direitos das mulheres, incluindo os políticos, até à sua extinção, em 1886 (Sanfeliu, 2008: 61).

Três anos antes, tinha sido fundado em Barcelona *La Ilustración de la Mujer*, que promoveria uma campanha em prol do sufrágio feminino numa altura em que um grupo de mulheres de Maiorca tentava organizar o Congresso Nacional Feminino (Garrido González, 1997: 486). O encontro acabou por não se realizar, mas estavam dados os primeiros passos para que as sementes do feminismo comesçassem a brotar em Espanha.

III.2.2. – Século XX: a época da imprensa militante

Quanto às associações feministas, todas tiveram o seu órgão oficial, através do qual divulgavam não só as actividades que promoviam, como incentivavam o debate de ideias e tentavam conquistar mais homens e mulheres para a sua causa. Em Portugal, o primeiro periódico ligado a uma agremiação feminista foi *A Mulher e a Criança*, da LRMP, publicado entre 1909 e 1911. Em Agosto de 1911, passa a chamar-se *A Madrugada* e é dirigido por Maria Veleda. Apresenta-se, desde o primeiro número, apologista do sufrágio feminino, animando-se a cada proposta apresentada no Parlamento para conceder o voto às mulheres e aproveitando cada derrota para lançar críticas aos homens políticos. Em Junho de 1912, depois de recusada a proposta do deputado Artur Costa, do Partido Democrático, lia-se naquele jornal: «A vergonha não é para nós - mulheres; mas para os políticos portugueses, que deveriam ir tomar lições de democracia à livre China, cuja república se implantou muito depois da nossa, e já concedeu às suas mulheres o direito do sufrágio⁸⁵.» (*A Madrugada*, 30 de Junho de 1912: 3).

Em Maio de 1911, com a fundação da Associação de Propaganda Feminista (APF), surgem dois outros jornais: *A Mulher Portuguesa* (1912-1913) e *A Semeadora* (1915-1918). Ambos assumem-se como defensores, através da palavra escrita, dos «ideais de progresso social, económico e político da mulher», explicando: «Não se trata de trocar o poderio social do homem pelo poderio da mulher; trata-se unicamente de instituir o poderio humano, isto é, a participação tanto do homem como da mulher em todos os campos de actividade, conforme as aptidões intelectuais de cada indivíduo» (*A Mulher Portuguesa*, Junho de 1912: 1).

Caberia, no entanto, ao órgão oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) manter por mais tempo na agenda pública e política a questão do sufrágio feminino. Editado entre 1914 e 1947, assume primeiro o nome de *Boletim Oficial do CNMP*. Em 1917, o nome é alterado para *Alma Feminina* e, em 1946, passa a

⁸⁵ Desconhecemos em que fonte se baseou o/a autor/a do artigo. A República da China foi instaurada em 1911. O voto foi atribuído às mulheres ao nível provincial na década de 20 (Hunan, Zhejiang e Guangdong em 1921 e Sichuan em 1923) e a nível nacional em 1936. Cf. Louise Edwards, «Opposition to Women's Suffrage in China: Confronting Modernity in Governance», in Mechthild Leutner, Nicola Spakowski (eds), *Women in China: The Republican Period on Historical Perspective*, Muenster: LIT, 2005, pp. 107-182.

ter como título *A Mulher*. A partir dos anos 20 do século XX, com o enfraquecimento das actividades da LRMP e da APF, é o CNMP que assume a luta pela atribuição do voto às mulheres, multiplicando-se os artigos, da autoria de várias militantes, esgrimindo argumentos a favor e chamando a atenção para as conquistas que iam sendo obtidas no estrangeiro por parte das sufragistas.

Em Espanha, como refere Concha Fagoaga, a inexistência de associações sufragistas até aos anos 20 do século XX coloca em relevo a posição individual de várias mulheres defensoras da causa, nomeadamente, através da escrita de artigos na imprensa (1985: 115). O mesmo se passando em Portugal até ao início da década de 10 do século XX, acrescentamos nós. Em Espanha, uma das figuras que mais se destacou nesta época foi Carmen de Burgos (1867-1932), que nas páginas do diário *El Heraldo de Madrid* se ocupou diversas vezes das problemáticas ligadas à questão feminina e do desenvolvimento do movimento feminista a nível internacional. Se inicialmente teve algumas reticências quanto à utilidade do voto feminino, na década seguinte, acabaria por ser uma das suas maiores defensoras, talvez influenciada pelas sufragistas portuguesas, com as quais mantinha contactos regulares e estreitos (ver III.3.3. desta segunda parte).

Em 19 de Outubro de 1907, lançou naquele jornal um inquérito sobre o assunto, colocando três perguntas aos/às leitores/as: 1.^a - Deveria o voto feminino ser aprovado? 2.^a - Se sim, de forma universal ou restrita? 3.^a - A mulher eleitora deveria também poder ser elegível? Dos milhares de respostas recebidas, 30 640 foram contra o sufrágio feminino e 20 025 a favor. Destes, 9 500 rejeitavam que as mulheres pudessem ser eleitas. Os resultados desiludiram a escritora, que vaticinou a derrota moral do sufrágio feminino (Aguilera Sastre e Lizarraga Vizcarra, 2010: 99-100). Em 1920, nas páginas do mesmo jornal, promoveu um outro inquérito, cujos resultados foram substancialmente diferentes, prova de que «a causa feminina ganhava terreno, e que muitos tinham mudado de opinião⁸⁶» (Burgos, 2007: 276).

Relativamente à imprensa militante, ou seja, promovida pelas associações feministas, esta tornou-se na forma mais fácil e rápida de espalhar as suas ideias e de chegar a mais potenciais associadas. Todas as agremiações tiveram no seu projecto

⁸⁶ No original: «la causa femenina ganaba terreno, y muchos habían cambiado de opinión.».

inicial o lançamento de uma publicação, embora a sua periodicidade e o número de páginas dependesse muito das verbas que as associações conseguissem angariar. Nem sempre os grupos feministas tinham dinheiro suficiente para publicar um boletim ou uma revista com a regularidade e o tamanho desejados e alguns projectos acabaram por ser bastante efémeros. Foi o caso da revista *Feminal*, relançada⁸⁷ em 1925 pela Acção Feminina e dirigida por Carmen Karr. Nas suas páginas, defenderam-se reformas legislativas que acabassem com a discriminação das mulheres e promoviam-se as mulheres que desempenhavam cargos públicos, no entanto, são conhecidos apenas dois números.

La Voz de la Mujer, da Associação Nacional de Mulheres Espanholas (ANME), dirigido por Celsia Regis (pseudónimo de Carmen Gonzalez Bravo), teve uma existência mais longa: 1917-1931. Entre 1921-1936, é publicado *Mundo Femenino*, órgão oficial do Conselho Superior Feminista de Espanha. Tratam-se de dois periódicos que atravessam o período da Ditadura de Primo de Rivera e a instauração da II República, dois momentos históricos na luta pelo voto feminino, pelo que o assunto foi amplamente abordado nas suas páginas.

III.3. – As associações sufragistas

As primeiras associações marcadamente sufragistas surgem na Península Ibérica apenas no século XX, numa altura em que no resto da Europa, nos Estados Unidos da América e em vários países latino-americanos há muito que as mulheres já tinham fundado organizações para a defesa dos seus direitos políticos. Enquanto em Portugal, o feminismo sufragista surge associado ao Partido Republicano Português (e até, inicialmente, incentivado por este), em Espanha, não encontramos esta ligação entre o movimento de defesa do sufrágio feminino e um partido ou uma corrente política, embora as primeiras associações estejam ligadas ao liberalismo político e laico.

Essa relação quase umbilical entre feminismo e republicanismo em Portugal -

⁸⁷ A revista *Feminal* foi primeiro publicada por Carmen Karr entre 1907 e 1917, ano em que encerra, devido a dificuldades financeiras.

que nasceu no período áureo do combate à Monarquia Constitucional e se deveu em muito aos laços familiares que uniam várias das militantes feministas à elite política republicana -, foi alvo de crítica por parte de algumas feministas estrangeiras que não compreendiam «que interesse tinham as mulheres portuguesas em formar uma liga política se era certo, se em toda a parte se sabia bem, que os direitos das mulheres nada têm com as formas de governo e que na monarquia como na república elas se podiam reivindicar...» (cit. em Esteves, 2001: 37). Em Espanha, não existe uma ligação familiar tão estreita entre feministas e os homens do(s) regime(s), embora várias associações de mulheres tenham surgido também ligadas a partidos políticos, como veremos.

Como já referimos, as associações sufragistas portuguesas e espanholas adoptaram estratégias de reivindicação muito mais moderadas quando comparadas com as suas congéneres inglesas e americanas. A exigência de direitos políticos foi feita principalmente através da escrita de artigos na imprensa e da entrega de representações (o que actualmente designamos de petições) aos órgãos do poder político.

Em Portugal, o direito de petição foi amplamente debatido durante a Monarquia Constitucional. No caso particular das mulheres, discutiu-se se deveriam poder subscrever representações uma vez que não eram detentoras de direitos eleitorais e temia-se que esse acto não resultasse de uma vontade própria, mas da influência exercida por terceiros. A assinatura de uma petição era, por si só, um acto político e, por esse motivo, vários foram aqueles que se opuseram a que as mulheres pudessem subscrevê-las. Para eles, isso significava o reconhecimento de que elas eram cidadãs de pleno direito e o abrir de portas à legalização do sufrágio feminino.

As representações endereçadas aos órgãos do poder político visando assuntos exclusivamente relacionados com a condição feminina datam, em Portugal, do período republicano. Este foi um dos instrumentos aos quais recorreram as associações feministas para exigirem dos novos dirigentes políticos o cumprimento das suas promessas, entre as quais se encontrava a aprovação do direito de sufrágio. No entanto, em vez de promoverem uma recolha em massa de assinaturas de homens e de mulheres, o que daria força às suas reclamações, estas organizações limitavam-se a incluir a assinatura das suas dirigentes (Palacios Cerezales, 2010: 760).

Apesar das diversas acções promovidas pelas associações feministas em prol do

fim das desigualdades entre os dois sexos, havia a consciência de que para o movimento feminista crescer e fortalecer-se, era necessária uma maior união entre aqueles/as que nele militavam, bem como ter uma postura mais aguerrida.

III.3.1. – Década de 10: os anos de ouro do sufragismo português

Ainda no século XIX, não podemos deixar de relevar o papel que o movimento pacifista teve na difusão do feminismo em Portugal e, em particular, na defesa do voto das mulheres. É a Liga Portuguesa da Paz, fundada em 1899 por Alice Pestana (1860-1929), que se assume como a primeira dessas agremiações. Foi uma das raras agremiações nas quais convergiram mulheres de diversas facções políticas. Uma vez instaurada a República, monárquicas e republicanas jamais voltarão a unir-se. Nem mesmo durante a participação de Portugal na Grande Guerra, período durante o qual tanto umas como outras fundaram associações para confortar moral e materialmente os militares e as suas famílias e lançaram iniciativas semelhantes, como a Festa da Flor e as Madrinhas/Afilhados de Guerra.

Entre as associadas da Liga Portuguesa da Paz encontramos nomes como os de Adelaide Cabete, Albertina Paraíso (1864-1954), Carolina Beatriz Ângelo e Beatriz Pinheiro, que após o Regicídio, em 1908, vão surgir cada vez mais ligadas ao emergente movimento feminista português. Na Liga começam a debater-se as primeiras ideias emancipadoras das mulheres. Em 1906, com a criação de uma «secção feminista» (e não «feminina»), tenta associar-se o ideal pacifista ao feminismo. Defendia-se que as mulheres deveriam poder eleger e ser eleitas para assim também poderem decidir sobre a paz e a guerra e contribuírem para o desarmamento internacional. Não sendo uma associação sufragista, a Liga acabaria por deitar na terra as sementes da defesa do sufrágio feminino.

No ano seguinte, surge pelas mãos de Ana de Castro Osório o Grupo Português de Estudos Feministas, que apesar de ter tido uma duração curta, apresentou-se com um projecto bastante ambicioso. Surge no período áurea da campanha republicana contra a Monarquia e propõe-se explicar às mulheres portuguesas o significado da palavra

«feminista» e defender os seus direitos cívicos e políticos.

Seria, porém, a LRMP a primeira a assumir a luta pelo sufrágio feminino – embora restrito – como uma das suas principais bandeiras, sobretudo após a instauração da República. Fundada em 1908 e apadrinhada pelo deputado republicano António José de Almeida (1866-1929), por Bernardino Machado, membro do Directório do PRP, e por Magalhães Lima (1850-1928), grão-mestre do G.O.L.U., a LRMP apresentou-se como uma sociedade que tinha como fim «orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora, tornando-a um indivíduo autónomo e consciente» (Estatutos da LRMP em *A Mulher e a Criança*, Abril de 1911: 11). Nos seus Estatutos, não há qualquer referência à luta pelo direito de voto das mulheres, embora tenha sido criada uma comissão de propaganda sufragista. A questão do voto acabaria por ser uma das principais fontes de tensão interna nos seus primeiros anos de existência.

Cerca de três semanas depois da implantação do novo regime político, em 27 de Outubro de 1910, numa representação entregue ao governo provisório, a Liga pede o voto apenas para a mulher «comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário, escritora» (Idem, Dezembro de 1910: 8) e o direito de estas poderem também candidatar-se a cargos municipais. Apesar de considerarem «de toda a justiça» a aprovação do sufrágio universal o «mais depressa possível» e que era «injusto» negar-se o voto à mulher «a pretexto de que é ignorante», as subscritoras da petição diziam não querer «entravar o governo da República» (*Ibidem*), pelo que, nesta fase inicial, contentar-se-iam com o sufrágio feminino restrito.

Em Fevereiro do ano seguinte, quando se debatia na Câmara dos Deputados o primeiro código eleitoral da República, a LRMP entrega uma segunda representação⁸⁸ ao governo provisório, chefiado por Teófilo Braga (1843-1924), solicitando o voto para as mulheres que contribuíssem para a colectividade com o dinheiro dos seus impostos directos, que exercessem uma profissão científica ou literária ou que fossem moral ou economicamente independentes e o direito de poderem ser eleitas para as comissões

⁸⁸ A petição, entregue no dia 3 de Fevereiro, foi subscrita por Adelaide da Cunha Barradas, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Constança Dias, Joana de Almeida Nogueira, Maria Laura Monteiro Torres, Rita Dantas Machado e Virgínia da Fonseca. Cf. Esteves, 2014: 477.

pedagógicas de higiene e assistência e para as juntas paroquiais e municipais. As sufragistas acreditavam que o PRP iria honrar os compromissos com elas assumidos, nomeadamente no seu manifesto-programa, aprovado em 1891, que previa a aprovação do sufrágio universal.

Embora a Lei Eleitoral entretanto aprovada não contemplasse expressamente o voto feminino, não incluía as mulheres na categoria de não eleitores. Esse vazio legal foi aproveitado por Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo (duas das maiores defensoras do voto feminino restrito) para requererem a inscrição dos seus nomes no recenseamento para a eleição da Assembleia Constituinte, que se realizaria em 28 de Maio desse ano (ver capítulo I da terceira parte).

Apesar de ter sido uma das principais bandeiras da LRMP, a questão do sufrágio (a par com a do livre-pensamento) gerou fortes tensões no seio da agremiação. Algumas sócias, com Maria Veleda à cabeça, defendiam que fosse exigido o direito de voto para todas as mulheres. «O voto concedido apenas a certas e determinadas mulheres não poderá ser favorável ao progresso da República. Muitas dessas mulheres que pretendem distinguir, são exactamente as que, ainda possuídas do espírito reaccionário, se converterão nas mãos dos inimigos da República em armas poderosas para a sua arma de retrocesso» (*A Mulher e a Criança*, Dezembro de 1910: 1), vaticinava Maria Veleda. Para ela, pedir o voto apenas para as mulheres das classes média e alta era sancionar a discriminação de todas as outras mulheres só por pertencerem a um grupo sócio-económico mais baixo, o que era incompatível com os princípios feministas.

A comissão de propaganda sufragista da Liga tinha outra opinião. Considerava que «o voto concedido desta forma não é um princípio desigual e aristocrático, como se quer fazer acreditar, mas sim um incentivo para que a mulher trabalhe por se tornar um ser autónomo e liberto, tendo então direito a usar dessa prerrogativa com toda a consciência.» (*A Mulher e a Criança*, Janeiro de 1911: 12).

Estes dois pontos de discórdia acabariam por provocar a cisão da Liga. Em Abril de 1911, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Rita Dantas Machado, Maria Laura Monteiro Torres e Maria Irene Zuzarte saem para fundarem, no mês seguinte, a Associação de Propaganda Feminista (APF)⁸⁹, a primeira a assumir-se claramente como

⁸⁹ Também mencionada na imprensa como Liga Feminista ou Liga Sufragista das Mulheres Portuguesas.

sufragista. Entre os fins plasmados nos seus Estatutos estão a «propaganda sufragista», considerada a «base do feminismo ou humanismo, porque desde que a mulher esteja afastada da questão social e política os seus direitos serão sempre esquecidos» (Mariano, op. cit.: 203)

A nova associação feminista, no entanto, terá uma postura mais elitista do que a Liga, só aceitando como sócias mulheres, portuguesas ou estrangeiras, que soubessem ler e escrever (Idem: 203). Além de afastar do seu projecto a maioria da população feminina, também excluía os homens, passando a mensagem de que as questões sobre as quais se iria debruçar não lhe diziam respeito, apesar de os seus Estatutos falarem em «humanismo».

Quanto ao sufrágio feminino, a APF defendia que este fosse autorizado apenas às mulheres que soubessem ler e escrever. Na petição⁹⁰ entregue em Julho à Assembleia Nacional Constituinte, é explicado que essa condição incentivaria mais mulheres a frequentarem a escola. Quatro anos depois, em 10 de Agosto de 1915, a AFP entrega uma nova representação ao Parlamento e também ao Governo reclamando direitos políticos para as mulheres. Propunha que primeiro lhes fosse concedida a oportunidade de serem eleitas para cargos públicos e só mais tarde, o direito de voto para todas as mulheres, uma vez que seria «mais fácil encontrar uma mulher que se distinga, do que criar o grande eleitorado» (Esteves, 2014: 503).

As actividades das duas associações (com excepção para o voto de Carolina Beatriz Ângelo) pareciam, contudo, ter pouca expressão na sociedade portuguesa. Em 1912, na sessão de 2 de Julho, o senador João de Freitas referia que em Portugal não havia um verdadeiro movimento sufragista: «[...] a mulher portuguesa não reclama de modo algum a concessão do direito de voto, como significando uma corrente considerável da opinião. Qualquer petição da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, por muito respeito e consideração que me mereça essa instituição ou colectividade, relevantes que hajam sido os serviços prestados no tempo da propaganda, no sentido de difundir entre a população feminina a ideia republicana, devo consignar

Cf. João Esteves, 1998: 21.

⁹⁰ Petição subscrita por Carolina Beatriz Ângelo, Ana de Castro Osório, Joana de Almeida Nogueira Maria Irene Zuzarte, Maria Laura Monteiro Torres e Rita Dantas Machado.

que essa instituição reúne apenas alguns centos de mulheres portuguesas; mas a enorme, a extraordinária massa da população feminina de Portugal é indiferente às reivindicações, que essa colectividade tem dirigido aos poderes públicos» (DS, 2 de Julho de 1912: 8).

Em Março de 1914, por proposta de Adelaide Cabete, é fundado, durante a quinta assembleia quinquenal do Conselho Internacional de Mulheres, o CNMP, a associação feminina com mais tempo de existência até aos dias de hoje. Esteve em actividade até 1947, ano que foi encerrado pelo Estado Novo. Nos seus Estatutos, aprovados em 27 de Abril do mesmo ano, explica-se que os seus fins visam «defender tudo o que diga respeito o melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente a proletária» (Mariano, op. cit.: 217). Não há qualquer referência aos direitos políticos das mulheres, mas a partir de 1918, com o enfraquecimento do activismo da LRMP e da APF, a luta pela pelo voto feminino é assumida pelo Conselho.

Em 1922, foi criada a Comissão do Sufrágio, o que demonstra o quão importantes eram os direitos políticos das mulheres para a associação. Inicialmente presidida por Fábila Ochôa Arez, era composta por Adelaide de Carvalho, Persiana da Silva e Angélica Porto. A sua actividade terminou em 1934, por finalmente terem sido atribuídos direitos políticos às mulheres, embora apenas a um grupo muito restrito.

Foi também da responsabilidade do CNMP a organização dos dois únicos congressos feministas realizados em Portugal no século XX, em 1924 e 1928 (este último, já na Ditadura Militar), ambos com uma grande participação de homens e de mulheres. A questão do sufrágio feminino esteve em cima da mesa, mas no I Congresso Feminista e da Educação o debate ficou marcado pela recusa de duas comunicações que abordavam o assunto com o argumento de que estas se referiam às mulheres em termos injuriosos. Os autores, Calado Rodrigues e Boavida Portugal, consideravam que «o ambiente de paz, de serenidade, de ordem e de disciplina» (Mariano, op. cit.: 165) dos lares ficaria ameaçado se as mulheres se dedicassem à política.

Ao longo da sua existência, o CNMP tentou congregar o maior número de associações femininas, mas não obrigatoriamente feministas. Porém, sendo o seu foco principal a luta pela melhoria das condições de vida das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação foi, claramente, uma associação feminista e

sufragista. Entre as suas militantes encontrava-se uma nova geração de mulheres com um grau de ensino muito superior ao das primeiras feministas e melhor preparadas para as lutas que as esperavam, aproveitando o caminho já aberto. Contudo, a mudança de regime – Ditadura Militar (1926) e Estado Novo (1933) – acabou por entrar-lhes nessa viagem rumo à sua total emancipação, ao introduzir alterações profundas ao ordenamento jurídico português e ao defender o regresso das mulheres ao lar.



Imagem 20 - O presidente do Senado, Sánchez de Toca, recebe uma petição da Cruzada das Mulheres Espanholas a reclamar o direito de voto

Em Portugal, ao contrário do que sucedeu em Espanha, não terão existido associações católicas femininas defensoras dos direitos políticos das mulheres, ocupando-se aquelas essencialmente da melhoria das condições económicas e sociais da população feminina mais desprotegida. Faltam-nos fontes e estudos sobre a posição da Igreja Católica portuguesa e das mulheres católicas acerca do direito de voto feminino e da participação das mulheres na vida política do país.

III.3.2. – Anos 20: o despertar do sufragismo em Espanha

Será apenas no pós-Grande Guerra que as associações feministas espanholas se começam a mobilizar em força em defesa do direito de voto para as mulheres, muito impulsionadas pelo facto de diversos países começarem a aprovar o sufrágio feminino.

A primeira terá sido a Liga Espanhola para o Progresso da Mulher, fundada em

Abril de 1918 em Valência. Em 5 de Novembro do mesmo ano, a associação exigiu ao Congresso e ao Senado que fossem eliminados todos os artigos do Código Civil que colocassem as mulheres numa situação de inferioridade. Cinco meses depois, em Abril de 1919, a Liga lançou um «Chamamento das mulheres aos democratas espanhóis» para que estes respondessem positivamente às suas aspirações, nomeadamente no campo político. A Liga defendia que as mulheres deveriam ter direito ao voto sem qualquer restrição. Não só por «solidariedade» para com as mulheres de outros países, mas também pelo «seu próprio interesse», pois só assim conseguiriam obter a plenitude dos seus direitos (Aguilera Sastre e Lizarraga Vizcarra, op. cit.: 120). Nesse sentido, em Fevereiro de 1920⁹¹, entregou no Congresso uma petição exigindo o voto incondicional para as mulheres.

A Cruzada das Mulheres Espanholas (CME), fundada em 20 de Junho de 1920 por Carmen de Burgos, foi a primeira associação feminista espanhola assumidamente sufragista. Inspirada pelo projecto da Cruzada das Mulheres Portuguesas, teve na sua fundação, entre outras, Concepción Aleixandre (1821-1952), presidente da União de Mulheres de Espanha; a marquesa de Ter (1864-1936), presidente do Conselho Nacional de Mulheres; Magdalena Santiago Fuentes (1873-1922), Josefa Barrera e Carmen Blanco (Núñez Rey, op. cit.: 488).

Embora inicialmente Carmen de Burgos tenha tido algumas dúvidas quanto à importância do direito de voto para as mulheres, em 1927, no seu livro *A Mulher Moderna e os seus Direitos* (*La Mujer Moderna y sus Derechos*, no original), escreveria: «O sufrágio feminino ainda não faz parte de todos os programas feministas. Há sociedades que se abstêm de o pedir porque equivocadamente o crêem de um interesse secundário, seja porque têm medo de estar em oposição aos que aplaudem o *feminismo sensato* [itálico no original], que só pede protecção para a mulher. [...] Mas as mulheres cultas de todos os países compreenderam que o boletim de voto é uma arma e que se não têm o direito de sufrágio não obterão facilmente dos Parlamentos as reformas que exigem! As mulheres que se interessam por questões de moralidade, de higiene, de educação e de pacifismo, sabem bem que precisam de reclamar o sufrágio, não por puro

⁹¹ Uma das primeiras petições da autoria de uma mulher reivindicando direitos políticos terá sido dirigida ao Parlamento por Ángeles Lopes de Ayala em 1913. Cf. Sanfeliu, 2008: 72.

orgulho, mas para terem meios de trabalho para melhorar o futuro⁹².» (Burgos, 2007: 271-272).

No dia 31 de Maio de 1921, a CME e a Liga Internacional das Mulheres Ibéricas e Hispano-americanas entregaram no Congresso e no Senado um programa, com milhares de assinaturas, que reivindicava para as mulheres os mesmos direitos cívicos e políticos detidos pelos homens, em consonância com as conclusões do VIII Congresso da Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres, realizado entre 6 e 12 de Junho do ano anterior em Genebra. Uma versão reduzida (Anexo V) foi distribuída por grupos de mulheres na rua junto às Cortes, naquele que Carmen de Burgos considera ser o primeiro acto público das sufragistas espanholas (Burgos, 2011: 286). No dia seguinte, um grupo de sócias da CME foi recebida pelo presidente do Senado, Sánchez de Toca (1852-1942), tendo saído «satisfeitas» da reunião pelo boa acolhimento das suas pretensões (*El Heraldo de Madrid*, 1 de Junho de 1921: 4).

A luta pelo sufrágio feminino será, porém, encabeçada pela Associação Nacional de Mulheres Espanholas (ANME), principalmente depois de a presidência ser assumida por Benita Asas Manterola (1873-1968) em 1924. Fundada em 20 de Outubro de 1918 por María Espinosa de los Monteros (1875-1946), a ANME foi a mais importante organização feminista de Espanha e congregou tanto mulheres provenientes do liberalismo progressivo como do reformismo católico, uma união que nunca aconteceu nas organizações feministas portuguesas. O seu programa feminista reivindicava aos poderes políticos, entre outras medidas, a reforma dos códigos civil e penal, o acesso das mulheres a todos os níveis de ensino e às profissões liberais e cargos públicos e a aprovação do sufrágio feminino.

Aquando do debate do voto das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, em 1931, a ANME lançou um repto público aos deputados:

⁹² No original: «El sufragio femenino no forma parte aún de todos los programas feministas. Hay sociedades que se abstienen de pedirlo porque equivocadamente lo creen de un interés secundario, ya porque tienen miedo de estar en oposición con los que aplauden el *feminismo sensato*, que sólo pide protección para la mujer. [...] Pero las mujeres cultas de los países han comprendido que la papeleta de voto es una arma y que si no tiene el derecho de sufragio no obtendrán fácilmente de los Parlamentos las reformas que solicitan! Las mujeres que se interesan por cuestiones de moralidad, de higiene, de educación y de pacifismo, saben bien que necesitan reclamar el sufragio no por vano orgullo, sino para tener medios de trabajar en mejorar el porvenir.»

«As mulheres espanholas esperam receber dos deputados da República a sua primeira lição de ética política, ao vê-los manter as leis que votaram no Parlamento, concedendo o direito de sufrágio em igualdade de condições que ao varão.

Deputados! Sede consequentes! Não malogreis a esperança das mulheres republicanas que esperam ansiosas servir a República com pleno sentido de responsabilidade. Não desprezeis o seu concurso leal!» (Campoamor, 2006: 150-151).

Nesse mesmo ano, é fundada em Barcelona a Acção Feminina (AF), liderada por Carmen Karr para defender os interesses morais, sociais e políticos das mulheres. À semelhança da ANME, tentou congregar mulheres de diversas famílias político-filosóficas.

Em Março de 1919, ou seja, apenas cinco meses depois da criação da ANME, é fundada pelo cardeal Primado Guisasola (1852-1920) a Acção Católica das Mulheres (ACM), aquela que assumirá com maior destaque o combate ao feminismo laico e a-confessional. Apresentava-se como uma associação religiosa, patriótica e social, cuja missão era a defesa dos interesses morais, jurídicos, económicos e religiosos das mulheres espanholas e teve como sua primeira presidente Carmen Fernández de Córdoba, condessa de Gavia. Desde o início do século XX, a Igreja Católica procurou reforçar a sua influência junto da população feminina. Primeiro, para evitar a propagação das ideias socialistas entre as mulheres trabalhadoras, fundando sindicatos católicos femininos; mais tarde, para travar o avanço do feminismo progressista, criando associações como a ACM.

O surgimento de cada vez mais grupos femininos ligados aos sectores liberais da sociedade começa a ser visto como uma ameaça por parte da Igreja Católica. A tomada de consciência de que o movimento feminista estava a crescer em Espanha fará com que a hierarquia católica se preocupe também com os direitos das mulheres, incluindo os políticos. A esta mudança não será igualmente alheia a decisão do Papa Bento XV, que em 1919 levanta a proibição de os católicos participarem de forma activa na política, dando o seu aval, de forma velada, ao voto feminino.

Quando Primo de Rivera concedeu às mulheres o direito de voto (restrito) em eleições municipais e a possibilidade de ocuparem cargos na administração local, com a promulgação do

Estatuto Municipal em 1924, a ACM prontamente se preocupou em preparar as mulheres para as suas novas responsabilidades. Foi criada uma secção municipalista, coordenada por Teresa Luzzatti, com o fim de organizar conferências e sessões de estudo que permitiriam às mulheres familiarizarem-se com o novo mundo que acabava de lhes abrir as portas (Blasco, op. cit.: 149). Nos anos finais da ditadura de Primo de Rivera, a ACM contava com mais de 100 mil associadas (Durán y Lalaguna, 2007: 18).

Uma das vozes do feminismo católico que mais defendeu o voto das mulheres, embora condicionado, foi Juana Salas de Jiménez. No seu livro *Feminismo de ontem, de hoje... e de amanhã* (*Feminismo de ayer, el de hoy... el de mañana*, no original), publicado em 1925, explica que seria «perigosíssimo» conceder o voto a todas as mulheres pois o voto universal estava «desprestigiado em todo o lado». O mais sensato, defende, é dá-lo apenas às mulheres cabeça de casal ou, quanto muito, às que tivessem 25 ou mais anos de idade e um curso universitário, pois logo as mulheres aprenderiam «o manejo dessa arma tão poderosa e tão desamparada por aqueles que a têm»⁹³ (Salas de Jiménez, 1925: 43).

Com a instauração da II República, o associativismo feminino espanhol ganha um novo alento, sobretudo entre as mulheres conotadas com a ala mais liberal. No curto período de tempo, surgem diversas agremiações – Ateneu Feminino Magerit, Agrupamento Feminino Republicano, Conselho Supremo Feminista de Espanha, União Republicana Feminina, Associação Feminina de Educação Cívica, União do Feminismo Espanhol, Associação Feminina de Renovação Espanhola, Junta de Damas da União Ibero-americana, Acção Feminina Tradicionalista, Associação Feminina de Acção Nacional, as Margaridas ou a Secção Feminina da FET e JONS -, algumas das quais terão um papel importante na promoção da cidadania política entre as mulheres.

Tal como em Portugal, este novo dinamismo deveu-se não só às alterações introduzidas no ordenamento jurídico espanhol, mas também à adesão de jovens com um maior grau de instrução e de autonomia financeira e que beneficiaram do caminho trilhado pela primeira geração de feministas.

Com o anúncio da data das eleições gerais, as organizações femininas multiplicaram-se em sessões de esclarecimento e de propaganda no sentido de mobilizar

⁹³ No original: «el manejo de esa arma tan poderosa y tan desamparada por los buenos que la tienen».

as mulheres a participarem em massa no plebiscito. Mesmo as associações que até então não tinham considerado o reconhecimento do direito de voto às mulheres uma prioridade, como a ACM, convocaram os/as seus/suas associados/as para que através de palestras e da escrita de artigos na imprensa católica apelassem ao voto nos partidos católicos. Segundo Concha Fagoaga, nesta fase inicial da II República, os grupos confessionais eram aqueles que contavam com o maior número de militantes femininas (1985: 179), o que também terá tido influência nos resultados eleitorais em 1933.

No caso da ACM, invocava-se que o voto das mulheres católicas era importante para a defesa da religião cristã e do modelo tradicional de família – que o Estado republicano e laico estava a colocar em perigo – e solicitava-se a sua participação nas secções femininas dos partidos políticos de Direita. A própria hierarquia da Igreja Católica em Espanha reforçou o apoio à ACM numa tentativa de evitar a difusão das novas ideias sobre a condição feminina e o papel que as mulheres deveriam ocupar na família e na sociedade nesta nova Espanha.

III.3.3. – Contactos entre os dois lados da fronteira

Devido à proximidade geográfica e à partilha da mesma herança cultural, os contactos entre as feministas dos dois lados da fronteira foram regulares ao longo do período abrangido por este estudo. Desde finais do século XIX que as feministas portuguesas e espanholas trocavam correspondência entre si, visitavam-se e participavam em conferências organizadas em ambos os países.

Ana de Castro Osório manteve estreitos contactos com Carmen de Burgos e Seguí (mais conhecida pelo pseudónimo de Colombine), que em 1920 foi iniciada na Maçonaria portuguesa, tendo integrado a Loja Carolina Ângelo do G.O.L.U.. O historiador João Esteves considera que talvez por influência da jornalista e escritora espanhola, Ana de Castro Osório e Elzira Dantas Machado tenham pertencido à Liga Internacional de Mulheres Ibéricas e Hispano-americanas (Esteves, 2011: 165), uma associação fundada pela mexicana Elena Arizmendi (1884-1949) com o fim de reunir as organizações e as personalidades que nos países ibero-americanos promoviam o

feminismo. A sede da associação era em Madrid, mas existiam comités em diversos países, incluindo Portugal.

Carmen de Burgos terá sido a feminista espanhola que mais contactos manteve com personalidades portuguesas, especialmente associadas ao republicanismo, à Maçonaria e ao feminismo. No Verão de 1915, passou uma temporada em Portugal com a filha, aproveitando para visitar um pouco de Portugal e falar com algumas das figuras mais destacadas do republicanismo e do feminismo português. As entrevistas foram depois publicadas no jornal *El Heraldo de Madrid*, do qual Colombine era colaboradora há vários anos. O mesmo sucedeu quatro anos depois, quando regressou a Portugal, desta vez acompanhada pelo marido. Através das suas crónicas, a escritora dava a conhecer a Espanha as mudanças políticas, económicas e sociais operadas em Portugal após a instauração da República e os avanços que as ideias feministas iam registando, destacando sobretudo o trabalho de Ana de Castro Osório, de quem era grande amiga.

Em 1919, foi convidada pelo jornal *O Mundo* para escrever uma crónica semanal - «Coisas de Espanha. Crónicas de Colombine» - sobre a vida política e cultural em Espanha, uma colaboração que se prolongou por dois anos. Como refere Concepción Núñez Rey, «completava-se assim o significado de Carmen como ponte entre os dois países, entre as suas culturas, ou como uma janela através da qual se podiam ver com respeito e cordialidade espanhóis e portugueses. Na realidade, ela funcionou como ponto de encontro de um universo de ideias partilhadas⁹⁴.» (Idem: 478).

Carmen de Burgos fez parte da Academia das Ciências de Lisboa, foi agraciada com a Comenda da Ordem de Santiago de Espada por decreto de 12 de Agosto de 1919 (Idem: 473) e, em 1920, foi responsável por um curso sobre Literatura Espanhola Antiga e Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Olga de Morais Sarmiento conviveu também com Carmen de Burgos e Seguí e com Concepción Gimeno Flanquer (1850-1919), dando disso conta numa conferência proferida em 18 de Maio de 1906 e editada com o título «Problema Feminista».

Não podemos também esquecer a escritora e pedagoga Alice Pestana, que passa

⁹⁴ No original: «Se completaba así el significado de Carme como puente entre los dos países, entre las dos culturas, o como una ventana por la que podían mirarse con respecto e cordialidad españoles y portugueses. En realidad, ella actuó como punto de encuentro de un universo de ideas compartidas.»

a viver em Madrid a partir de 1901, após o casamento com o professor espanhol Pedro Blanco Suárez, e que acompanhou sempre de perto os movimentos feministas de ambos os países. Nem a dramaturga feminista e maçona espanhola Rosário de Acuña, que se exilou em Portugal entre 1911 e 1915, devido às perseguições de que foi vítima em Espanha por parte dos sectores católicos.

III.4. – Os partidos políticos

A questão do voto feminino coloca-se em tempos diferentes aos partidos políticos portugueses e espanhóis. Em Espanha, durante o século XIX, nenhum partido político - nem os mais progressistas - se preocupou em inserir a defesa do voto das mulheres no seu programa. A partir do momento em que o direito de eleger é concedido a todos os homens maiores de idade, em 1890, e até à primeira década do século XX, os direitos políticos das mulheres estão ausentes dos documentos programáticos dos partidos espanhóis, ao contrário do que aconteceu em Portugal

Desde 1891, o directório do PRP sempre defendeu o voto universal nos seus documentos programáticos. Mesmo depois de aprovada a primeira Constituição da República, em Agosto de 1911, que consagrava o sufrágio directo não universal, os republicanos continuaram a propor a universalidade do voto. Devemos, no entanto, ter em conta que à luz do pensamento da época, o conceito «universal» utilizado neste contexto se referia ao conjunto da população masculina maior de idade. Isto apesar de no período mais intenso das campanhas anti-monárquicas, o PRP ter assegurado às mulheres conceder-lhes o direito de voto quando o novo regime político fosse instaurado.

Mas uma vez instalados no poder, os republicanos esqueceram não só as promessas feitas às mulheres no que respeitava aos seus direitos políticos como nem sequer aprovaram o sufrágio universal masculino (Pereira, 2014: 510), que era uma realidade em Espanha desde 1890. A cisão do PRP, ocorrida entre Setembro de 1911 e Fevereiro de 1912, e o surgimento de três novos partidos do espectro republicano – o Democrático, resultante do PRP, refundado e liderado por Afonso Costa; o Partido

Republicano Evolucionista de António José de Almeida e a União Republicana, de Brito Camacho – em nada contribuiu para o debate dessa questão. A Lei Eleitoral de 1913, que define especificamente que só os cidadãos do sexo masculino eram eleitores, foi o último sinal de que os republicanos não estavam dispostos a aprovarem o voto feminino.

A questão, no entanto, não fora esquecida nos documentos programáticos. O programa do Partido Republicano Evolucionista, aprovado em 8 de Agosto de 1913, previa a concessão do direito de voto às mulheres, mas apenas nas eleições administrativas (Leal, 2008: 54). Em 1919, é fundado o Partido Republicano Liberal, que entre os seus objectivos contempla a luta pelo voto feminino e o direito de elegibilidade das mulheres para determinados cargos (Idem: 82). Três anos depois, surge o Partido Republicano Radical Português, que no seu programa contempla a «igualdade civil e política» e a «supressão de todos os artigos do código estabelecendo a inferioridade da mulher em face do homem» (Idem: 167).

Em 1925, o Partido Republicano Radical (PRR) aprovou, no congresso realizado em Coimbra, uma proposta apresentada por Maria Madalena Cândido em nome do CNMP, que visava a inscrição do sufrágio feminino no programa do partido. As militantes do Conselho depositavam a esperança de que o PRR, «ao alcançar as cadeiras do poder [soubesse] cumprir, num gesto cavalheiresco, aquilo que prometeu» (*Alma Feminina*, n.º 1, 1925: 16). A Ditadura Militar, instaurada na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926, não permitiu saber se o PRR iria lutar pelo voto feminino, uma vez que o Parlamento só voltou a funcionar em 1935, já em pleno Estado Novo.

Também o Partido Socialista Português defendeu o voto universal, masculino e feminino, no programa aprovado em 1911.

Como vimos, a leitura das propostas programáticas dos partidos democráticos permite-nos verificar que vários admitiam o sufrágio feminino, embora nunca em igualdade de circunstâncias do que os homens. O receio de que a decisão das mulheres, na hora de escolherem que partido eleger, fosse influenciada pela Igreja Católica em vez de resultar de uma escolha pessoal e consciente traduziu-se em propostas de concessão do direito de voto apenas àquelas que fossem maiores de idade, estivessem em pleno gozo dos seus direitos civis e tivessem frequentado um determinado grau de ensino.

Consideravam os democratas que as mulheres instruídas não se deixariam manipular tão facilmente e poderia reforçar, nas urnas, a força dos partidos de Esquerda.

Contudo, apesar de algumas propostas apresentadas no Parlamento e no Senado no sentido do reconhecimento da cidadania política das mulheres, estas ou não foram sequer debatidas ou nunca recolheram o número de votos suficientes para serem aprovadas. Como escrevia Arnaldo Brazão (1890-1968) em 1925: «Os republicanos, que nos seus programas partidários reconheceram o direito de sufrágio à mulher recusam pô-lo em prática não vá a mulher dar os seus votos aos monárquicos. Estes, por sua vez, não consentem no sufrágio por recearem que os votos femininos vão engrossar as votações daqueles» (Brazão, 1925: 10).

No seu programa, o PSOE defendia a igualdade de direitos entre ambos os sexos, incluindo os direitos políticos, seguindo os princípios da Internacional Socialista. Num artigo publicado no jornal *El Socialista* em 20 de Setembro de 1907 pode ler-se a seguinte resolução tomada no congresso de Estugarda: «Os Partidos Socialistas lutam pelo [...] sufrágio universal geral, concedido a todas as mulheres maiores de idade e não limitado por condições de propriedade, de censo, de capacidade e outras que possam privar desse direito membros do povo trabalhador. Nesta luta pela igualdade devem aliar-se as mulheres da burguesia que reclamam o direito de sufrágio, batalhando ao lado dos Partidos Socialistas [...]»⁹⁵.» (citado em Moral Vargas, 2012: 78).

Algumas das suas militantes, porém, eram contra a aprovação do voto feminino naquele momento por considerarem que as mulheres espanholas não estavam preparadas para o exercer de forma responsável. No seu livro *Feminismo Socialista*, María Cambrils (1878-1939), embora partidária da igualdade de direitos entre homens e mulheres, mostra-se algo reticente quanto à defesa do voto feminino.

Também Margarita Nelken (1894-1968) partilhava dessa posição. Considerava que o «feminismo integral» seria uma «calamidade» (s.d.: 156) e que conceder direitos políticos às mulheres naquele momento não traria qualquer «benefício» ao país. Não por

⁹⁵ No original: «Los Partidos Socialistas luchan por (...) el sufragio universal general, acordado a todas las mujeres mayores de edad y no limitado por condiciones de propiedad, de censo, de capacidad y otras que pudieron privar de ese derecho miembros del pueblo trabajador. En esta lucha por la igualdad completa deben aliarse a las mujeres de la burguesía que reclaman el derecho de sufragio, sino batallar al lado de los Partidos Socialistas (...)».

sua culpa, mas porque não tinham sido preparadas para assumirem essas responsabilidades. Não negando existirem em Espanha mulheres cultas e inteligentes capazes de entenderem os assuntos políticos, como Emilia Pardo Bázan, a maioria estava longe de consegui-lo. Atribui a culpa aos padres: «a mulher, na sua imensa maioria é, antes de ser cristã e até antes de ser religiosa, discípula submissa do seu confessor⁹⁶» (Idem.: 202).

No Congresso Nacional do PSOE que teve lugar em 1931, antes da abertura das Cortes Constituintes, foi apresentada uma proposta defendendo que o partido deveria manifestar-se contra a aprovação do voto feminino: «Devem conceder-se às mulheres todos os direitos que têm os homens, menos, “por agora”, o direito de sufrágio, pois, considerando que a mulher está, hoje por hoje, submetida à rigidez do clericalismo, consideramos contraproducente tal concessão. Não obstante isto, o Partido Socialista procurará, por todos os meios que tenha ao seu alcance, livrar a mulher do jugo clerical o mais depressa possível. Chegado o momento, seria a oportunidade de conceder-lhe também o direito de voto, que é um dos desejos do nosso ideário⁹⁷.» (Nelken, 1931: 16).

A proposta, subscrita pelo Agrupamento Socialista de Bilbao, foi chumbada tendo em conta que o programa do partido exigia direitos iguais para ambos os sexos. Os deputados socialistas (com algumas exceções) acabariam por sancionar a aprovação do sufrágio feminino aquando da votação do artigo da futura Constituição que se referia aos eleitores.

Do lado dos partidos conservadores, embora a questão do voto feminino não estivesse inscrita nos seus programas, houve militantes que o defenderam publicamente e apresentaram mesmo propostas de alteração legislativa nesse sentido (ler II.1.). Percebendo que a aprovação dos direitos políticos das mulheres era um movimento já imparável a nível mundial e que, mais cedo ou mais tarde, o mesmo sucederia em

⁹⁶ No original: «la mujer, en su inmensa mayoría, es, antes que cristiana, y hasta antes que religiosa, discípula sumisa de su confesor».

⁹⁷ No original: «Deben concederse a las mujeres todos los derechos que tienen los hombres, menos, “por ahora”, el derecho de sufragio, pues, considerando que la mujer está, hoy por hoy, sometida a la férula del clericalismo, consideramos contraproducente tal concesión. Esto no obstante, el Partido Socialista procurará, por todos los medios que tenga a su alcance, librar a la mujer del yugo clerical lo más pronto posible. Llegado el momento, sería la oportunidad de concederle también el derecho al voto, que es uno de los anhelos de nuestro ideario.».

Espanha, no pós-Grande Guerra, a maioria dos teóricos e dos periódicos católicos expressa-se a favor do voto feminino, embora com algumas restrições. Publicações como a *Revista Católica de Cuestiones Sociales*, *Razon y Fé* ou *El Universo*, apesar de não esconderem um certo receio, acreditavam que a participação das mulheres nos assuntos políticos poderia beneficiar a Igreja Católica. Em 1918, o diário confessional *El Debate* promove mesmo uma campanha a favor do direito de as mulheres poderem eleger, embora não serem elegíveis, pois isso afastá-las-ia «do seu sagrado ministério no lar», embora «tal inovação política fosse muito benéfica à causa das direitas em Espanha⁹⁸» (Fagoaga, 1985: 174). Esta mudança no discurso inseria-se também na estratégia de combate ao disseminar das ideias socialistas na sequência da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia.

Em 1921, o padre Graciano Martínez (a quem já nos referimos no capítulo I.4) apresenta-se como defensor do direito de voto das mulheres por considerar que este não exigia «muita ciência política». «Creio que é bastante mais difícil eleger um bom marido do que um bom deputado ou um bom edil, e já que à mulher se a julga capaz, e de facto o é, para eleger um bom marido, não vejo nenhuma razão para que se a considere incapaz de eleger um bom edil ou um bom deputado.⁹⁹» (op. cit.: 273). Defendia igualmente que as mulheres pudessem ser eleitas para o Congresso, o Senado ou as Câmaras Municipais, referindo que conceder-lhes o direito de eleger, mas não o de serem eleitas seria «algo manifestamente absurdo» (Idem: 306).

Porém, no que se referia às mulheres espanholas, a opinião do padre Graciano Martínez era diferente: «A absoluta equiparação da mulher e do homem na política, não deve ser aspiração da mulher espanhola, a não ser mais ou menos como ideal. Com essa equiparação, sairia perdendo.¹⁰⁰» (Idem: 318). Congratulava-se, por isso, com o facto de as mulheres espanholas não darem «mostras de desmedidas ambições políticas» (Idem: 315).

⁹⁸ No original: «tal innovación política sería muy beneficiosa a la causa de las derechas en España».

⁹⁹ No original: «Yo creo que es bastante más difícil elegir un buen marido que un buen diputado o un buen edil, y ya que a la mujer se la julga capaz, y de echo lo es, para elegir un buen marido, no veo razón ninguna para que se la juzga incapaz de elegir un buen edil o un bueno diputado.».

¹⁰⁰ No original: «La absoluta equiparación de la mujer y del hombre en lo político, no debe ser aspiración de la mujer española, a no ser como más o menos temprano ideal. Con esta equiparación, hoy por hoy, saldría perdendo.».

Em todos os partidos políticos, os argumentos contra a aprovação do sufrágio feminino eram múltiplos e de diversa ordem. Havia a crença de que a intervenção da mulher na política, mesmo que apenas para eleger os representantes dos órgãos de poder de quatro em quatro anos, iria criar instabilidade no seio do casal e colocar em causa o modelo tradicional de família. Outros/as argumentavam que o sentido de voto das mulheres seria o mesmo que o dos maridos o que, na prática, significava que estes, em vez de um voto, teriam direito a dois. Um receio «infundado», segundo Miguel Romera-Navarro, porque da mesma forma que um filho que esteja na plena posse dos seus direitos, que conviva com o pai, decide «conforme as suas próprias convicções políticas», também as mulheres decidiriam o seu voto «livremente». Além de que, acrescenta o historiador e advogado espanhol, este argumento não se aplicar às mulheres solteiras e viúvas (Romera-Navarro, 1910: 172).

Como escreveu José Martínez Ruiz (1873-1967) no jornal *ABC* em 18 de Fevereiro de 1925: «Não darão o voto às mulheres nem os liberais nem os conservadores. Os liberais porque temem o tradicionalismo das mulheres; os conservadores, porque suspeitam que na luta política, ao sair a mulher do lar, perde os seus sentimentos tradicionais. Uns temem o presente: outros o futuro. Esta é a verdadeira realidade inconfessável»¹⁰¹ (citado em Sala de Jiménez, op. cit.: 42).

¹⁰¹ No original: «No darán el voto a la mujer ni los liberales ni los conservadores. Los liberales, porque temen el tradicionalismo de las mujeres: los conservadores, porque sospechan que en la lucha política, al salir la mujer del hogar, pierda sus sentimientos tradicionales. Unos temen el próximo: otros el futuro. Esta es la verdadera realidad, la realidad inconfesable.».

PARTE III

MULHERES COM VOZ E COM VOTO



Imagem 21 – Bilhete postal da Associação de Propaganda Feminista em homenagem a Carolina Beatriz Ângelo



Imagem 22 – Clara Campoamor é considerada a «mãe» do sufrágio feminino em Espanha, devido à luta quase solitária travada no Parlamento em 1931

Neste último capítulo, abordaremos os diversos momentos em que as mulheres portuguesas e espanholas viram aprovados os seus direitos políticos e foram, finalmente, às urnas. Começaremos com o voto da médica portuguesa Carolina Beatriz Ângelo, em 1911, por ter sido a primeira mulher de um país da Europa do Sul a votar numa altura em que, embora o sufrágio feminino não fosse proibido, não havia o hábito de as mulheres irem às urnas. Em seguida, falaremos da ditadura de Miguel Primo de Rivera, período durante o qual o voto feminino foi aprovado, pela primeira vez, em Espanha, embora não se tenham realizado eleições durante a sua vigência. Por fim, analisaremos a aprovação do voto universal em Espanha, com a II República, e a concessão do direito de voto (restrito) às mulheres pela Ditadura Militar portuguesa e os momentos em que as mulheres de ambos os países participaram pela primeira vez numas eleições como votantes.

Conhecido o percurso que as sufragistas de ambos os países fizeram até lhes terem sido reconhecidos os direitos políticos, os obstáculos que ultrapassaram e os adversários que enfrentaram, os avanços e os recuos vividos ao longo de todo o caminho que se iniciou no século XIX, este capítulo apresenta-se como uma espécie de clímax do processo de reivindicação protagonizado por milhares de mulheres portuguesas e espanholas. Como explicámos na *Introdução*, a década de 30 do século XX, com a instauração de regimes ditatoriais em ambos os países, representa uma alteração profunda da relação do Estado e das suas instituições com os cidadãos (homens e mulheres). A participação política das mulheres tem contornos muito diferentes, que merecem ser estudados também de forma mais pormenorizada, mas de difícil execução num trabalho desta natureza e com as limitações de espaço que tem.

CAPÍTULO I – CAROLINA BEATRIZ ÂNGELO: A PRIMEIRA ELEITORA DE UM PAÍS DA EUROPA DO SUL

Como vimos na Parte I, entre a década de 70 do século XIX e os anos 20 do século XX, várias mulheres em diferentes países exigiram votar numa altura em que as leis e as normas sociais lhes interditavam esse direito. Recorrendo a argumentos de ordem jurídico-filosófica e semântica, a maioria conseguiu os seus intentos, embora em



alguns casos a sua ousadia tenha conduzido a uma proibição explícita do sufrágio feminino. A médica portuguesa Carolina Beatriz Ângelo inclui-se neste grupo de mulheres, conseguindo ser a primeira eleitora de um país da Europa do Sul.

Embora já muito se tenha escrito sobre o voto de Carolina Beatriz Ângelo, consideramos que há aspectos deste processo e fontes primárias que não têm sido devidamente exploradas pela historiografia portuguesa. Apresentaremos, pois, uma releitura do que se passou entre a publicação do Decreto-Lei de 14 de Março de 1911 e o dia da votação para a Assembleia Constituinte, 28 de Maio do mesmo ano, embora algumas interrogações fiquem sem resposta, devido à inexistência de fontes.

Como referimos anteriormente, o primeiro código eleitoral da República considerava eleitores os cidadãos portugueses maiores de 21 anos, residentes em território nacional e que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família¹⁰². Para este efeito, eram chefes de família «aqueles que, há mais de um ano, à data do primeiro dia do recenseamento, vive[ss]em em comum com qualquer ascendente, descendente,

tio, irmão, ou sobrinho, ou com sua mulher e prove[ss]em aos encargos de família» (Almeida, 1998: 525).

Não podiam votar: «1.º As praças de pret em efectivo serviço, os indigentes e todos os que não possuí[ss]em meios próprios para a sua subsistência; 2.º Os

¹⁰² Em alguma literatura, tem sido erradamente referido que os eleitores tinham que cumulativamente saber ler e escrever e serem chefes de família.

pronunciados com trânsito em julgado; 3.º Os interditos, por sentença, da administração de sua pessoa ou bens, os falidos não reabilitados e os incapazes de eleger por efeito de sentença penal; 4.º Os portugueses por naturalização.» (Idem: 526). Cerca de duas semanas mais tarde, devido «às informações e reclamações» que chegavam de todo o país, o Governo Provisório publica o Decreto-Lei de 5 de Abril, que altera alguns artigos do diploma anterior. O capítulo relativo aos eleitores mantém-se inalterável, mas no referente aos não votantes, é eliminado o primeiro ponto.

Não estando as mulheres incluídas na categoria de não eleitores, Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo – duas proeminentes figuras da LRMP - requereram ao Conselho de Ministros a inclusão dos seus nomes no recenseamento eleitoral. Ambas eram maiores de idade, viviam em território nacional e sabiam ler e escrever. A médica era também chefe de família, por ser viúva e ter uma filha menor a seu cargo (Maria Emília Ângelo Barreto, com 8 anos de idade), sendo, por isso, a responsável pelos encargos familiares¹⁰³. As duas acreditavam preencher os requisitos legais para participarem na eleição da Assembleia Constituinte.

Aqui, surge-nos a primeira interrogação: sendo a questão do voto feminino uma das principais bandeiras da LRMP, por que motivo apenas estas duas sócias exigiram a sua inscrição como eleitoras? A resposta é dada por Carolina Beatriz Ângelo em entrevistas concedidas aos jornais *O Século* e *A Capital*: «[...] porque assim foi combinado entre todas. Somos como que as suas delegadas. Para que as comissões e o governo não opusessem dificuldades, mais uma vez invocando o atraso intelectual das mulheres portuguesas, apresentámo-nos com diplomas oficiais e com documentos comprovativos da nossa competência»¹⁰⁴.

Só a consulta das actas da LRMP eventualmente nos poderia esclarecer quem eram essas «todas» a que se refere a médica e quantas eram. De qualquer forma, o argumento de que a escolha de apenas duas representantes tinha como objectivo não dar ao Governo Provisório a oportunidade de invocar «o atraso intelectual das mulheres

¹⁰³ Apesar de ser chefe de família, por ser viúva e ter uma filha menor sob a sua responsabilidade, para efeitos do código eleitoral, Carolina Beatriz Ângelo não poderia invocar esta condição, uma vez que o marido morreu no dia 23 de Junho de 1910 (cf. Borges, 2010: 10). Ou seja, à data do recenseamento, a médica ainda não era chefe de família há um ano, como determinava a lei.

¹⁰⁴ Cf. «As sufragistas excluídas e os naturalizados incluídos». In *A Capital*, n.º 282, 17 de Abril de 1911, p. 1.

portuguesas» parece-nos frágil. Entre as sócias da Liga encontramos nomes como o da médica Adelaide Cabete, da professora e jornalista Alice Moderno (1867-1946) (que além do mais era chefe de família por ser emancipada e solteira) e da professora e escritora Ana Augusta de Castilho (1866-1916), entre outros, que poderiam apresentar «documentos comprovativos» da sua competência.

Um editorial publicado em 1922 na revista *Alma Feminina*, órgão oficial do CNMP, a propósito do voto de Carolina Beatriz Ângelo vai ao encontro da nossa interrogação: «Não foi uma vitória feminista, é facto, mas foi um acto de rebeldia contra o preconceito da superioridade do sexo. Pena foi que outras mulheres, as viúvas, como ela *chefes de*

família [itálico no original], não tivessem o mesmo gesto altivo, cheio de energia, reclamando contra uma injustiça, fazendo valer os seus direitos» (citado em Silva, 2013: 96).

Além de ter solicitado directamente ao ministro do Interior, António José de Almeida, que sancionasse a sua inscrição como eleitora, Carolina Beatriz Ângelo apresentou um requerimento com o mesmo fim junto da Comissão de Recenseamento do 2.º Bairro de Lisboa (Arroios) no dia 1 de Abril (Ana de Castro Osório não terá feito o mesmo junto da comissão recenseadora da sua área de residência). Não sabendo que decisão tomar, o presidente da Comissão encaminhou o pedido para o ministro da tutela.

Na resposta enviada em 5 de Abril, é dito que «Em sessão ordinária do conselho de ministros realizada ontem, participou o Ministro do Interior que recebera os requerimentos de duas senhoras para lhes ser concedido o voto; não estando ainda definida essa garantia na Constituição, dependente da Assembleia Constituinte,



Imagem 24 - Carolina Beatriz Ângelo (dir.) com Ana de Castro Osório pouco depois de ter votado

entendeu indeferir esses requerimentos»¹⁰⁵. As sufragistas sentiram-se traídas por António José de Almeida (um dos membros do PRP que desafiou algumas mulheres republicanas a fundarem a LRMP em 1908), mas não desistiram. Anunciaram que iriam recorrer aos tribunais, embora Ana de Castro Osório acabasse por não o fazer, por razões que desconhecemos.

No dia 24 de Abril, Carolina Beatriz Ângelo deu entrada com um recurso no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa (Anexo VII). O sorteio ditou que o processo seria analisado por João Baptista de Castro, juiz da 1.^a vara cível, pai de Ana de Castro Osório e um conhecido defensor da causa sufragista. Na sentença (Anexo VIII), proferida quatro dias mais tarde, o magistrado argumenta que se o legislador «quisesse excluir as mulheres do recenseamento eleitoral expressamente o podia e devia dizer, tapando a porta que havia aberto com tanta fraqueza e justiça» (*A Capital*, 29 de Abril de 1911: 1). Escreveu ainda que era «simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias de democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano» (*Ibidem*) que a reclamante fosse excluída do recenseamento eleitoral apenas por ser mulher. Por isso, ordenou que o nome de Carolina Beatriz Ângelo fosse inscrito nos cadernos eleitorais.

Inconformado com a decisão judicial, e numa última tentativa de evitar que uma mulher pudesse votar nas eleições para a Constituinte, o Conselho de Ministros, reunido em 3 de Maio, «deliberou que fosse ouvida a Procuradoria-Geral da República» (*O Mundo*, 4 de Maio de 1911: 2). Na biblioteca da PGR não existe qualquer documento referente a este pedido ou ao parecer elaborado, mas uma notícia do jornal *O Tempo*, de 29 de Maio de 1911 (citado em Silva, op. cit.: 62), refere que o mesmo foi igualmente favorável a Carolina Beatriz Ângelo.

A médica acabaria por exercer o seu direito de voto em 28 de Maio na Assembleia Eleitoral de Arroios, onde estava recenseada com o número 2513. Na altura,

¹⁰⁵ A resposta de António José de Almeida aparece transcrita no artigo intitulado «Eduquemos», escrito por Maria Veleda em *A Mulher e a Criança*, n.º 23, abril de 1911, p. 5. Infelizmente, não nos foi possível localizar as actas do Conselho de Ministros apesar das diligências promovidas junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), da Presidência do Conselho de Ministros e da biblioteca da Assembleia da República. No «Livro de registo de correspondência recebida» do Ministério do Interior relativo ao ano de 1911, à guarda do ANTT, não há qualquer referência aos requerimentos de Ana de Castro Osório e de Carolina Beatriz Ângelo.

era já presidente da Associação de Propaganda Feminista, fundada no dia 12 desse mês com outras mulheres dissidentes da LRMP. O seu feito foi celebrado pelas organizações sufragistas internacionais, mas contrariamente ao que era desejado, esta pequena vitória acabou por ter um sabor amargo. A Lei Eleitoral de 1913 passou a explicitar que só os «cidadãos portugueses do sexo masculino» poderiam ser eleitores.

CAPÍTULO II – PRIMO DE RIVERA, O VOTO FEMININO E AS PRIMEIRAS MULHERES DEPUTADAS

Com a instauração da ditadura militar do general Miguel Primo de Rivera, em 1923, é pela primeira vez reconhecido o direito de as mulheres votarem nas eleições municipais e de elas próprias ocuparem o cargo de alcaidessas, mas com grandes restrições. Segundo o Estatuto Municipal de 8 de Março de 1924 (aprovado no Dia da Mulher Trabalhadora), apenas poderiam votar as mulheres cabeças de casal, com 23 ou mais anos de idade, que não estivessem sujeitas a pátria potestade, autoridade marital ou tutela (artigo 51), excluindo-se desta forma a esmagadora maioria da população feminina. Poderiam ainda ser eleitas as mulheres que fossem cabeças de casal desde que tivessem 25 ou mais anos de idade, soubessem ler e escrever (excepto se se candidatassem por um município com menos de mil habitantes) e estivessem recenseadas no respectivo município (artigo 84). Embora o Estatuto Municipal previsse a eleição directa dos alcaides e alcaidessas, estes/as acabaram por ser escolhidos/as pelo próprio Governo (Garrido González, 1997: 484). As prostitutas e as proprietárias dos prostíbulos não podiam votar.

A exclusão das mulheres casadas prendeu-se com o receio de que estas pudessem votar de forma diferente dos maridos, o que poderia originar conflitos no seio do casal. Estas estavam apenas autorizadas a irem às urnas em quatro situações: 1) quando a sentença de divórcio responsabilizasse o marido pelo fim do casamento; 2) nos casos em que a ausência do marido fosse declarada judicialmente; 3) sempre que o marido fosse alvo de interdição civil; ou 4) quando a mulher assumia o papel de tutora do marido louco ou surdo-mudo (Quintero Hernández, 2011: 26).

Contrariamente ao que seria esperado, a Acção Católica das Mulheres pediu ao Directório que fosse concedido o direito de voto às mulheres casadas nas mesmas condições que as solteiras e as viúvas. Solicitou também que mulheres e homens votassem em dias ou horas diferentes para que não fosse posto em causa o princípio da separação de sexos (Blasco, op. cit.: 148).

Independentemente do seu estado civil, as mulheres só poderiam eleger quando fossem cabeças de casal. Ou seja, o Estatuto Municipal não reconhecia o voto como um direito individual das mulheres, mas como um direito do/a líder da família; não se tratava, de facto, do reconhecimento do sufrágio feminino, mas do



Imagem 25 – Teresa Luzzatti Quiñones, uma das primeiras deputadas

voto familiar. Apesar deste avanço, na prática, nada mudou, uma vez que nunca se realizaram eleições municipais até 1930, ano em Primo de Rivera pede a demissão ao rei Alfonso XIII (1886-1941). Apesar de ter sido elaborado um novo recenseamento eleitoral (no qual foram inscritos 5 053 836 homens e 1 729 793 mulheres) e de terem sido marcadas eleições municipais para o ano seguinte, estas acabaram por não se concretizar.

Foi também durante a ditadura que se abriram as portas do Parlamento às primeiras mulheres deputadas. O artigo 15 do Real Decreto-Lei de 12 de Setembro de 1927, que criou a Assembleia Nacional, determinava que podiam pertencer a este órgão «homens e mulheres solteiras, viúvas ou casadas, estas devidamente autorizadas pelos seus maridos e sempre que os mesmos não pertençam à Assembleia¹⁰⁶» (Idem: 27).

A nova Assembleia Nacional, constituída por 385 deputados, integrou 15 mulheres escolhidas pelo próprio Primo de Rivera e que se destacavam nas suas

¹⁰⁶ No original: «varones y hembras solteras, viudas o casadas éstas debidamente autorizadas por sus maridos y siempre que los mismos no pertenescan a la Asamblea».

profissões ou que tinham já experiência política nas câmaras municipais¹⁰⁷:

- Blanca de los Rios, viúva de Lampérez (1865-1956), escritora e crítica literária;
- Carmen Cuesta del Muro (1890- 1968), advogada;
- Concepción Loring y Heredia, marquesa viúva de la Rambla (1868-1935)
- Dolores Cebrián y Fernández de Villegas¹⁰⁸ (1881-1973), professora;
- Esperanza Garcia de la Torre¹⁰⁹;
- Isidra Quesada y Gutierrez de los Ríos, condessa de Aguilar de Inestrillas (1851-1941);
- Josefina Oloriz e Araluz (1894-?), professora auxiliar de Letras da Escola Normal de Guipúzcoa;
- Maria de Echarri Martínez (1878-1955), inspectora do Trabalho;
- María de Maeztu y Whitney (1881-1948), directora da Residência de Estudantes Femininas;
- María Lopez de Sagredo (1881-1953), articulista;
- María Lopez Monleón;
- Micaela Diaz Rabaneda, catedrática da Escola Normal e chefe superior da Administração Civil;
- Natividad Domínguez de Roger (1888-1932), professora da Escola de Comércio;
- Teresa Luzzatti Quiñones de López Rúa (1888-1942), feminista católica;

¹⁰⁷ Cf. Asamblea Nacional, Diario de las Sesiones, n.º1, 10 de Octubre de 1927, pp. 5-8.

¹⁰⁸ Renunciou ao cargo na sessão plenária realizada em 29 de Outubro de 1927.

¹⁰⁹ Renunciou ao cargo na sessão plenária realizada em 29 de Outubro de 1927.

- Trinidad Von Scholtz-Hermensdroff, duquesa de Parcent (1867-1937), mecenas.

Na primeira sessão plenária, realizada em 11 de Outubro de 1927, foi anunciada a constituição das diversas secções da Assembleia Nacional. Nove deputadas integraram cinco comissões¹¹⁰:

- Secção 6.^a – Leis de carácter político: Natividad Domínguez de Roger;
- Secção 10.^a – Educação e instrução: Carmen Cuesta del Muro (eleita secretária da secção), Maria Maetzu y Whitney e Josefina Oloriz e Araluz;
- Secção 14.^a – Acção Social, Saúde e Beneficência: María Echarri Martínez, Concepción Loring y Heredia e Teresa Luzzatti Quiñones de López Rúa;

Secção 15.^a – Reorganização administrativa e legislação de contabilidade do Estado: Micaela Díaz de Rabaneda (eleita secretária da secção);

Secção 17.^a – Mercedes extraordinárias: Isidra Quesada.

A primeira deputada a discursar na Assembleia Nacional foi a Marquesa de la Rambla, Concepción Loring, na sessão de 23 de Novembro, para se pronunciar sobre o ensino da Religião nos institutos. Fortemente ovacionada por todos/as os/as presentes, a deputada começou por pedir desculpa pela «ousadia» de ser a primeira mulher a fazer uso da palavra no Parlamento tendo em conta a notória «superior competência» das suas companheiras¹¹¹. Em seguida, defendeu a obrigatoriedade do ensino da Religião nos cursos de bacharelato, com exame, pedindo que não se confundisse «a obrigação de estudar com a imposição da crença»: «O homem deve saber porque acredita ou porque deixa de acreditar¹¹²». Sendo o catolicismo a religião oficial do Estado espanhol, este tinha a obrigação de iniciar os seus «filhos» nas leis divinas e não deixar essa decisão nas mãos dos pais, como estabelecia o Real Decreto de 26 de Agosto de 1926.

À interpelação de Concepción Loring respondeu o ministro da Instrução Pública

¹¹⁰ Cf. Asamblea Nacional, Diario de las Sesiones, n.º 1, 10 de Octubre de 1927, pp. 12-15.

¹¹¹ Cf. Asamblea Nacional, Diario de las Sesiones, n.º 3, 23 de Noviembre de 1927, pp. 52-54.

¹¹² No original: «El hombre debe saber por qué cree o por qué deja de creer.».

e Belas Artes, Eduardo Callejo de la Cuesta (1875-1950). Assinalando o «momento histórico» que estava a ser vivido na Assembleia Nacional, por pela primeira vez uma deputada tomar a palavra, o ministro sublinhou que o assunto escolhido era «muito simpático, muito espanhol e genuinamente feminino¹¹³»: «é bonito ver como estas senhoras, que o Governo quis trazer para a Assembleia para que a mulher participasse politicamente na governação do Estado, vêm para defender ideais que lhes são tão caros, algo que representa como que um fundo racial: a defesa da educação religiosa para a população¹¹⁴». Quanto às propostas apresentadas pela deputada, o ministro referiu que sendo a reforma do ensino obra de todo o Governo, não lhe cabia a ele, individualmente, pronunciar-se sobre aquelas, prometendo que iria transmitir as preocupações da marquesa aos seus colegas.

Embora de carácter meramente consultivo, a Assembleia Nacional elaborou alguns projectos de lei e o anteprojecto da futura Constituição, este último, a pedido de Primo de Rivera. O seu artigo 55 definia quem podia ser deputado: «Para ser eleito deputado às Cortes se requererá, sem distinção de sexos, ser espanhol, ter atingido a maioridade e gozar plenamente dos direitos civis correspondentes ao estado de cada um¹¹⁵.» (Fagoaga e Saavedra, 2007: 48). O agravamento da situação económica, social e política que conduziu à saída de Primo de Rivera do poder impedirá que o anteprojecto seja discutido e o texto constitucional entre em vigor.

Como assinala Álvarez-Piñer, a atribuição de direitos políticos às mulheres (embora apenas a uma parte delas) por parte da ditadura de Primo de Rivera não resultou de uma cedência às reivindicações dos grupos feministas ou do reconhecimento da justiça das mesmas, mas tão somente da necessidade que o regime tinha de se afirmar interna e externamente. «Primeiro, pela necessidade de conseguir uma forte base social de apoio ao sistema [...], e segundo, pela necessidade de transmitir uma

¹¹³ Idem, p. 54. No original: «muy simpático, muy español y genuinamente femenino.».

¹¹⁴ *Ibidem*. No original: «es hermoso ver cómo estas damas, que el Gobierno quiso traer a la Asamblea para que la mujer participase politicamente en la gobernación del Estado, vienen a propugnar por ideales que les son tan queridos, por algo que representa como un fondo racial: el defender la educación religiosa para los pueblos.».

¹¹⁵ No original: «Para ser elegido diputado a Cortes se requerirá, sin distinción de sexos, ser español, haber cumplido la edad legal y gozar de plenitud de los derechos civiles correspondientes al estado de cada cual.».

imagem de “modernismo” social em paralelo com as correntes regeneracionistas que triunfavam em toda a Europa¹¹⁶» (Álvarez-Piñer, 1995: 65).

Com a demissão de Primo de Rivera, em 28 de Janeiro de 1930, tem início um período de transição e de instabilidade que afectará também os direitos das mulheres, nomeadamente os políticos. A Assembleia Nacional é dissolvida no dia 15 de Fevereiro, o que implica o regresso das deputadas às suas actividades anteriores, longe dos palcos da política nacional. O novo Governo, liderado por Dámaso Berenguer (1873-1953), decide excluir as mulheres do recenseamento elaborado em 1930 com o argumento de que iriam realizar-se eleições legislativas (nas quais elas não podiam votar), mas com a promessa de que nas futuras eleições municipais elas poderiam participar (Díaz Fernández, 2005: 189). O verdadeiro motivo, porém, foi o facto de o número de mulheres eleitoras ter aumentado substancialmente desde o censo de 1924 - o primeiro no qual foram inscritas -, principalmente em algumas capitais de província com um peso substancial no resultado eleitoral.

Desiludida com a decisão do Governo, Benita Asas Manterola, presidente da ANME, escreve no jornal *Mundo Femenino*, em Dezembro de 1930: «Na consciência de todos os políticos espanhóis tem raiz a consciência de que chegou o momento de nos reconhecerem os direitos de cidadania. Agora bem, não nos é fácil precisar a que Governo caberá a glória histórica de nos ter incorporado no formidável contingente de oitenta milhões de mulheres que hoje gozam no mundo culto de idêntica personalidade que o homem... não acreditamos que a mulher espanhola, uma vez na posse do voto integral, se deixe levar às cegas por nenhum caminho político. E não será esta consideração que terá feito pressão no ânimo do Gabinete de Berenguer para excluir do seu programa o relativo às reivindicações das espanholas?»¹¹⁷ (citado em Fagoaga e Saavedra, 2007: 51).

¹¹⁶ No original: «primero por la necesidad de conseguir una fuerte base social que respalde el sistema [...], y segundo, por la necesidad de dar una imagen de “modernismo” social en paralelo con las corrientes que triunfaban en toda Europa».

¹¹⁷ No original: «En la conciencia de todos los políticos españoles tiene arraigo la conciencia de que ha llegado el momento de reconocérsenos los derechos de ciudadanía. Ahora bien, no nos es fácil precisar a qué Gobierno le cabrá la gloria histórica de habernos incorporado al formidable contingente de los ochenta millones de mujeres que hoy gozan en el mundo culto de idéntica personalidad que el hombre... la mujer española, una vez en posesión del voto integral, no creemos se deje llevar a ciegas por ningún camino político. Y no será esta consideración de que haya hecho presión en el ánimo del Gabinete de Berenguer para excluir de su programa lo relativo a las reivindicaciones de las españolas?».

Contudo, ao contrário do que o Governo de Berenguer havia anunciado, o executivo que lhe sucedeu, encabeçado por Juan Bautista Aznar-Cabañas (1860-1933), agendou para 12 de Abril de 1931 eleições municipais e não legislativas. Embora o Estatuto Municipal de 1924 estivesse ainda em vigor, as mulheres não puderam votar por não constarem do recenseamento eleitoral. Não foi, por isso, possível perceber qual o seu sentido de voto e se este alteraria, ou não, os resultados finais e, consequentemente, o rumo da História (*Ibidem*).

CAPÍTULO III – ANOS 30: FINALMENTE, AS MULHERES FORAM ÀS URNAS

No início da década de 30 do século XX, assistimos à mudança de regime político em ambos os países da Península Ibérica, que por motivos diferentes irão conceder o voto às mulheres – restrito, no caso português; universal, no caso espanhol – e permitir que estas tenham assento nos respectivos Parlamentos. Espanha concedeu primeiro o direito de as mulheres serem eleitas como deputadas e só depois aprovaram o sufrágio feminino, uma situação inédita no conjunto de países que naquela época tinham já outorgado direitos políticos às mulheres. Dos 43 estados em que o voto feminino era já uma realidade em 1933, nenhum legalizou primeiro o direito de se apresentarem como candidatas a um lugar no Parlamento (ver Anexo III). Cinco (Bélgica, Canadá, Mongólia, Países Baixos e Turquia) apenas o autorizaram alguns meses ou mesmo anos depois de aprovado o direito de sufrágio.

O caso espanhol é uma excepção difícil de compreender à luz da mentalidade da época. Se as mulheres não estavam intelectualmente preparadas para exercerem o seu direito de voto de forma consciente e autónoma, como poderiam ser consideradas aptas a desempenharem cargos públicos? Além do mais, a função de deputada exigia das mulheres muito mais tempo e dedicação do que o depositar de um boletim de voto nas urnas de tempos a tempos.

Uma das explicações pode ser o maior controlo que os homens conseguiriam exercer sobre as mulheres deputadas do que sobre as mulheres eleitoras. Sendo difícil

determinar com exactidão qual o sentido de voto das segundas (mesmo que o corpo eleitoral feminino fosse reduzido), era relativamente fácil saber de que forma se iriam comportar as primeiras. Isto porque a escolha das candidatas a integrarem as listas eleitorais e o seu número era determinado pelo partido, nos quais os homens detinham o poder final de decisão. Como denuncia Clara Campoamor (1888-1972), «encontrando-se as mulheres em ridícula minoria nos partidos [...], passam nas ante-votações as que eles [os homens] permitem, e é humano que permitam poucas e procurem aquelas que são menos perturbadoras¹¹⁸» (Campoamor, 2006: 36).

Rosa María Capel considera que esta foi também uma forma de o novo regime político integrar todas as categorias de cidadãos para alcançar o máximo de consenso possível e evitar ataques externos. Por outro lado, ao tornarem-se elegíveis, as mulheres veriam essa decisão como um sinal de que a República estava disponível para reconhecer os seus direitos aos poucos e, por isso, não teria dúvidas em «conceder o seu apoio apesar do seu conservadorismo» (Capel Martínez, 1975: 155).

III.1. – O pecado mortal de Clara Campoamor: a aprovação do voto feminino na II República

À semelhança do que tinha sucedido aquando da implantação da I República espanhola, também em Abril de 1931, um conjunto significativo de mulheres celebrou nas ruas a instauração do novo regime político. Para Rosa María Capel Martínez, esta presença das mulheres no espaço público apoiando a República forçou o governo provisório (resultante de uma coligação entre republicanos e socialistas) a considerar a sua participação política, mesmo temendo que a maioria pudesse ter um voto conservador (2007: 36).

Uma das primeiras medidas do governo provisório de Miguel Maura (1887-1971) foi a de regular a eleição de deputados para a Assembleia Nacional Constituinte,

¹¹⁸ No original: «hallándose las mujeres en ridícula minoría en los partidos [...], pasan en las antevotaciones las que ellos permiten, y es humano que permitan pocas y busquen de ellas las menos inquietantes».

marcada para os dias 28 de Junho (1.^a volta) e 5 de Julho (2.^a volta). Em 8 de Maio de 1931 (apenas três semanas após a instauração do novo regime político), foi publicada uma nova Lei Eleitoral que, entre outras medidas, alterou de 25 para 23 anos a idade mínima para exercer o direito de voto e tornou elegíveis as mulheres e os sacerdotes. Era o primeiro sinal de que a República estava disponível para conceder novos direitos às mulheres e que contava com elas para se construir e fortalecer.

Nessas primeiras eleições do novo regime republicano concorreram 10 mulheres em 13 circunscrições, das quais duas foram eleitas, num total de 470 deputados: Clara Campoamor, do Partido Radical, e Victoria Kent (1891-1987), pelo Partido Radical Socialista, ambas pela província de Madrid. Nas eleições parciais de 4 de Outubro do mesmo ano, seria também eleita Margarita Nelken, do PSOE, por Badajoz. A eleição de Victoria Kent e principalmente de Clara Campoamor foi saudada pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: «É [...] para nós motivo de grande regozijo ser eleita uma mulher espanhola para exercer um alto cargo que pode ter grande influência no destino de um povo» (*Alma Feminina*, Julho e Agosto de 1931: 1).

No início dos trabalhos parlamentares, em 14 de Julho, Clara Campoamor pediu ao partido que a deixasse candidatar-se à Comissão Constitucional, na qual iriam ser discutidas diversas matérias referentes às mulheres e às crianças, nomeadamente, a nacionalidade da mulher casada e o sufrágio feminino. O pedido foi aceite e Campoamor conseguiu ser eleita para a Comissão com 185 votos (era a única mulher no meio de 20 homens). Em apenas 20 dias, a Comissão Constitucional elaborou o anteprojecto da Constituição republicana, que foi apresentado no plenário no dia 18 de Agosto e debatido a 27 do mesmo mês. O artigo 34, relativo ao direito de voto, considerava eleitores todos os cidadãos de um e de outro sexo maiores de 21 anos de idade. Surpreendentemente, foi aprovado com muito pouca oposição, o que não aconteceu aquando da votação final no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.



Imagem 26 – Comissão Constitucional encarregada de elaborar o projecto da futura constituição republicana. Clara Campoamor é a única mulher

O anteprojecto de Constituição começa a ser debatido em 1 de Setembro. Nesses primeiros dias, vários deputados pronunciavam-se sobre o papel das mulheres na política, mas é nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro – com a discussão do artigo 34 - que as posições verdadeiramente se extremam. O debate foi longo e intenso, com a maioria dos deputados de Esquerda e de Direita a esgrimirem argumentos contra o voto feminino invocando razões de ordem biológica, cultural, filosófica e religiosa. Em termos gerais, a Esquerda receava que as mulheres elessem os partidos conservadores, manipuladas pela Igreja Católica; a Direita temia que reforçassem a posição dos liberais, colocando em causa o modelo tradicional da família e do Estado.

Logo no primeiro dia, foram apresentadas duas emendas. A primeira, da autoria de Manuel Ayuso Iglesias (1880-1944), do Partido Republicano Federal, propunha que o direito de voto fosse concedido aos homens maiores de 23 anos de idade e às mulheres com 45 ou mais anos de idade. Em defesa da sua proposta, o deputado perguntou se «alguém acreditava que antes dessa idade estava intelectualmente

capacitada a meia metade do género humano¹¹⁹» (Idem: 20). A segunda, apresentada por Rafael Guerra del Río¹²⁰ (1885-1955), do Partido Radical, defendia os 23 anos como a idade mínima para se ser eleitor/a. Esclarecendo que o partido não se opunha ao sufrágio feminino, o deputado referiu que a constitucionalização do voto das mulheres representava um grande perigo para a República, pelo que seria preferível remeter a sua aprovação para uma lei eleitoral futura. Nenhuma das emendas foi aprovada.

Embora vários deputados tenham manifestado a sua posição quanto ao voto das mulheres, o debate ficou sobretudo marcado pela troca de argumentos entre Clara Campoamor e Victoria Kent, no dia 1 de Outubro: a primeira, pró-sufrágio feminino (contrariando a posição do seu partido); a segunda, contra, por considerar que as mulheres espanholas não estavam ainda «preparadas» para assumirem tamanha responsabilidade e, por isso, conceder-lhes o voto seria o mesmo que ditar a sentença de morte da jovem República.

No discurso, Kent considerou que a mulher espanhola, «para se familiarizar com um ideal, necessita de algum tempo de convivência com a República¹²¹» (AA.VV., 2011: 6). Um tempo que lhe permitisse sentir os «benefícios da República» e torná-la «o defensor mais entusiasta da República». Se todas as mulheres trabalhassem, tivessem frequentado um curso universitário e «tivessem a sua consciência libertada» (Idem: 7), não hesitaria em pedir o sufrágio feminino. Não sendo o caso, seria menos perigoso para a República e mais justo para as mulheres adiar a sua aprovação.

Na resposta, Clara Campoamor criticou Victoria Kent por esta apenas se referir às mulheres operárias e universitárias. «Vamos ignorar todas as que não pertencem nem a uma classe nem a outra? Não sofrem estas as consequências da legislação? Não pagam os impostos para sustentar o Estado da mesma forma que as outras e que os homens?¹²²» (Idem: 10). Pede aos deputados que não cometam um «erro histórico» ao

¹¹⁹ No original: «acaso alguien pensaba que antes de esa edad estaba capacitada intelectualmente la media mitad del género humano.».

¹²⁰ Esta emenda foi também subscrita por José Álvarez Buylla, Luis Cordero Bell, José Templado, Vicente Cantos, Javier Elola e Miguel Rivera.

¹²¹ No original: «para encariñarse con un ideal, necesita algún tiempo de convivencia con la República.».

¹²² No original: «se va a ignorar a todas las que no pertenecen a una clase ni a otra? No sufren éstas las consecuencias de la legislación? No pagan los impuestos para sustener al Estado en la misma forma que las otras y que los varones?».

negarem às mulheres o direito de voto, lembrando que estas representam uma «força nova, uma força jovem».

A diferença de opiniões entre Campoamor e Kent foi amplamente publicitada pela imprensa e aproveitada politicamente por quem se opunha à participação das mulheres na vida política. Victoria Kent desvalorizou a polémica, afirmando que o facto de ela e Clara Campoamor terem posições distintas sobre o voto feminino «não significa absolutamente nada, porque, dentro dos mesmos partidos e das mesmas ideologias, há opiniões diferentes¹²³» (Idem: 5).



Imagem 26 – Número da revista «Estampa» sobre a participação das mulheres nas eleições de 1933

Foi precisamente o que se verificou aquando da votação do artigo 34, que decorreu num ambiente de grande tensão, dentro e fora do Parlamento. Até ao último momento, o resultado manteve-se uma incógnita, visto haver várias posições extremadas pró e contra a aprovação do voto das mulheres dentro de todos os partidos. O artigo 34 acabaria por ser aprovado no dia 1 de Outubro com 161 votos a favor (Partido Socialista, Partido Agrário e conservadores), 121 contra (radicais¹²⁴, radicais socialistas e Acção Republicana) e 188 abstenções ou ausências. A votação foi nominal e pública e muitos deputados socialistas saíram do hemiciclo por não concordarem com o sentido de voto do seu partido. Os conservadores votaram favoravelmente por uma questão de oportunidade política: estavam convencidos que as mulheres lhes dariam a vitória nas eleições seguintes. O que acabou por acontecer, como veremos.

¹²³ No original: «no significa absolutamente nada, porque, dentro de los mismos partidos y de las mismas ideologias, hay opiniones diferentes».

¹²⁴ O sentido de voto dos radicais levou Clara Campoamor deixar o partido. Quatro meses depois, pediu para se filiar na Esquerda Republicana (que nasceu da fusão da Acção Republicana com a maior parte dos membros do Partido Radical-Socialista), mas não foi aceite, segundo ela, por ter defendido o direito de voto para as mulheres.

Numa última tentativa de travar o voto das mulheres, no período aberto para apresentar Disposições Adicionais Transitórias ao texto constitucional, a Acção Republicana entregou, em 25 de Novembro, uma emenda em que propunha que o voto feminino só fosse permitido nas eleições municipais. A emenda foi chumbada por uma diferença mínima de quatro votos: 127 votos a favor e 131 contra. Victoria Kent votou a favor da emenda, Clara Campoamor contra e Margarita Nelken ausentou-se do hemiciclo no momento da votação.

No seu livro *A Mulher perante as Cortes Constituintes (La Mujer ante las Cortes Constituyentes*, no original), Margarita Nelken esclarecia a sua posição relativamente ao voto feminino: «Não há uma só mulher espanhola católica, praticante, ou seja, uma só mulher que se confesse, que não tenha sido interrogada pelo seu confessor sobre as suas ideias políticas e sobre a inclinação que tem de se lhes dar e que há que tentar dar a quantos a rodeiam. Dissimular-se a verdade com o exemplo daquelas mulheres que, nestes últimos tempos, participaram, em Espanha, na actividade republicana, ou que tenham simpatizado ostentosa, visivelmente com ela, é uma puerilidade. Uma votação, não é uma questão de qualidade, mas sim de quantidade¹²⁵» (Nelken, [1931]: 21).

Transposto para a Constituição (aprovada em 9 de Dezembro) com o número 36, o artigo decretava que «os cidadãos de um e outro sexo, maiores de vinte e três anos, têm os mesmos direitos eleitorais conforme determinam as leis¹²⁶» (Caballero Domínguez, 2009: 55). Por outro lado, o artigo 51 reconhecia o direito de as mulheres serem também elegíveis. Espanha tornava-se, assim, o primeiro país latino a conceder iguais direitos políticos a homens e a mulheres.

As primeiras eleições realizadas à luz da nova Constituição tiveram lugar em 19 de Novembro de 1933. Finalmente, as mulheres espanholas iriam às urnas. No entanto,

¹²⁵ No original: «No hay una sola mujer española católica, practicante, es decir, una sola mujer que se confiese, que no haya sido interrogada por su confesor acerca de sus ideas políticas y acerca de la inclinación que ha de darles y que ha de procurar dar a las de cuentos la rodean. Disimularse la verdad con el ejemplo de aquellas mujeres que, en estos últimos tempos, han participado, en España, en la actividad republicana, o han simpatizado ostentosa, visiblemente con ella, es una puerilidad. Una votación, no es cuestión de calidad, sino de cantidad.».

¹²⁶ No original: «los ciudadanos de uno y de otro sexo, mayores de veintitrés años, tendrán los mismos derechos electorales conforme determinem las leyes.».

apesar de todas as críticas sobre a sua impreparação para assumirem tamanha responsabilidade, os partidos republicanos não se preocuparam em orientar o seu sentido de voto, ao contrário do Partido Socialista e dos partidos conservadores. As eleições acabaram por ser ganhas pela CEDA, uma coligação dos partidos católicos fundada poucos meses antes.

Das 42 mulheres que integraram as listas candidatas, apenas cinco foram eleitas: Francisca Bohigas (pela CEDA) e Veneranda Garcia-Blanco, María Lejárraga, Margarita Nelken (que renovou o mandato) e Matilde de la Torre, estas últimas, militantes socialistas. Victoria Kent e Clara Campoamor não conseguiram ser reeleitas.

No seu livro *O voto feminino e eu. O meu pecado mortal* [*El voto femenino y yo. Mi pecado mortal*, no original], Clara Campoamor confessa a desilusão que sentiu quando os resultados eleitorais foram divulgados: «[...] senti penosamente o meu palpar. Razão aparente: que o voto tinha ferido de morte a República: que a mulher, entregue ao confessional, votaria a favor das direitas jesuíticas e monárquicas¹²⁷» (Campoamor, 2010: 18).

Afastada do poder, a Esquerda prontamente responsabilizou o voto feminino pela derrota. Javier Tusell, contudo, considera que este não teve um impacto substancial no comportamento eleitoral que então se verificou, pelo que desvaloriza o argumento de que a Esquerda perdeu as eleições por causa do voto das mulheres (1991: 49). Rosa Capel Martínez defende que esta tomada de posição no calor dos acontecimentos resultou mais da «resistência dos partidos perdedores à autocrítica» do que a uma análise profunda aos resultados eleitorais (2007: 39-40), pois não consideraram outros factores, como o apelo dos anarquistas a que os/as seus/suas apoiantes não fossem às urnas ou o facto de as esquerdas não se terem apresentado coligadas às eleições (Fagoaga e Saavedra, 2007: 254).

Tendo sido esta a primeira vez que as mulheres espanholas foram chamadas a votar, acabaram por se tornar no bode expiatório da derrota dos republicanos. Como escreveria Clara Campoamor num tom crítico: «o voto feminino era o bode expiatório

¹²⁷ No original: «[...] he sentido penosamente e torno mío palpar el rencor. Razón aparente: que el voto había heido de muerte a la República; que la mujer, entregada al confesonario, votaría a favor de las derechas jesuíticas y monárquicas.».

hebreu carregado com todos os pecados dos homens, e eles respiravam tranquilos e satisfeitos consigo próprios quando encontraram essa vítima inocente, criatura à conta da qual salvaram as suas culpas. O voto feminino foi, a partir de 1933, a lixívia da melhor marca para lavar os tropeções das políticas varonis. Se fossem passados por ela os políticos de esquerda não ficariam mais resplandcentes e impolutos, a culpa será do tecido¹²⁸» (Campoamor, op. cit.: 189).

No entanto, como recorda Feliciano Paéz-Camino, «o voto feminino não seria obstáculo, pouco mais de dois anos depois, à vitória eleitoral das esquerdas¹²⁹» (2007: 14). De facto, nas eleições de Fevereiro de 1936, venceu a Frente Popular, uma coligação de partidos de esquerda. Também desta vez foram eleitas cinco mulheres deputadas: Julia Álvarez, Dolores Ibárruri, Matilde de la Torre, Margarita Nelken (pela terceira vez consecutiva) e Victoria Kent (que regressa ao Parlamento).

Em 18 de Julho de 1936, ocorreu o levantamento militar oposicionista ao regime republicano que daria início à Guerra Civil espanhola e conduziria Francisco Franco (1892-1975) ao poder. Os avanços e direitos democráticos conquistados até então foram derogados e instalada a ditadura no país. À excepção de Francisca Bohigas, todas as mulheres que até então tinham ocupado o cargo de deputadas foram perseguidas e obrigadas a exilarem-se. Algumas, nunca mais regressariam ao país, como foi o caso de Clara Campoamor. Logo em 1936, procurou refúgio em Paris, onde publicou o livro *A revolução espanhola vista por uma republicana*. Viveu em Buenos Aires (Argentina) durante cerca de uma década, sobrevivendo financeiramente fazendo traduções, dando conferências e escrevendo biografias. Tentou regressar a Espanha no final dos anos 40, mas ao saber que era procurada pela justiça por pertencer à Maçonaria, voltou a exilar-se na América Latina. Em 1955, mudou-se para Lausane, na Suíça, onde viveu até morrer vítima de cancro em Abril de 1972.

Quanto a Victoria Kent, durante a Guerra Civil, o governo da República enviou-

¹²⁸ No original: «el voto femenino era el chivo hebreo cargado con todos los pecados de los hombres, y ellos respiraban tranquilos y satisfechos de sí mismos cuando encontraron esa inocente víctima, criatura a cuenta de la cual salvar sus culpas. El voto femenino fue, a partir de 1933, la lejía de mejor marca para lavar torpezas políticas varoniles. Si pasados por ella los políticos de izquierda no han quedado más resplandecientes e impolutos, culpa será del tejido.».

¹²⁹ No original: «el voto femenino no sería obstáculo, poco más de dos años después, para la victoria electoral de las izquierdas».

a para Paris como primeira secretária da embaixada espanhola para apoiar as crianças refugiadas. Após o fim da guerra, tentou regressar ao país, mas a França já tinha sido ocupada pelas forças nazis. Refugiou-se na embaixada mexicana, onde viveu durante um ano. Em 1948, partiu para o México e nesse ano lança o livro *Quatro anos em Paris*. Dois anos depois, partiu para Nova Iorque, onde publica a revista *Ibéria* (1954-1974) dedicada aos expatriados políticos e colabora com a Organização das Nações Unidas. Regressou a Espanha em 1977, dois anos depois da morte de Franco. Acabaria por regressar a Nova Iorque, morrendo no dia 26 de Setembro de 1987.

III.2. – «Assim o entendeu o Chefe - assim o decretou!»: Salazar e a entrada das mulheres na política

É também nos anos 30 do século XX que as mulheres portuguesas conquistam finalmente o direito de voto – embora restrito – e assento na Assembleia Nacional. As promessas que os homens da I República nunca cumpriram, apesar da insistência das associações sufragistas, seriam satisfeitas por um regime de cariz católico e anti-liberal. A ideologia do Estado Novo promove o retorno ao modelo tradicional de família, que impõe o regresso das mulheres ao lar e a glorificação do seu papel enquanto esposas e mães. É neste contexto que se dá a entrada das mulheres na vida política formal. A aprovação do sufrágio feminino e a eleição das primeiras deputadas não surgem como resposta às pressões das sufragistas, mas como forma de travar o feminismo laico e maçónico, de reorientar as mulheres para os valores cristãos dos quais se tinham afastado e de as controlar, remetendo-as de novo para o espaço privado e ocupando-as com actividades de natureza caritativa.

Data de 5 de Maio de 1931 a primeira legislação que reconhece expressamente o voto feminino em Portugal, ainda em plena Ditadura Militar. O decreto com força de lei n.º 19 694, que organiza o recenseamento eleitoral, determina que «os vogais das juntas de freguesia são eleitos pelos cidadãos portugueses de um e de outro sexo, com responsabilidade de chefes de família, domiciliados na freguesia há mais de seis meses» (artigo 1.º). Tinham responsabilidade como chefes de família os cidadãos do sexo masculino com família constituída, se não tivessem comunhão de mesa e habitação com

a família dos seus parentes até ao terceiro grau da linha recta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade; e as mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casadas cujos maridos estivessem ausentes nas colónias e no estrangeiro, tanto num caso como no outro, desde que não estivessem abrangidas pelas mesmas restrições que os homens quanto à comunhão de mesa e habitação (n.º 1 do artigo 1.º).

Ainda de acordo com o mesmo diploma, os membros do poder legislativo e os vogais das câmaras municipais eram eleitos pelos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de vinte e um anos, que, por diploma de qualquer exame público provassem saber ler, escrever e contar, estivessem domiciliados no concelho há mais de seis meses, colectados em quantia não inferior a 100\$, por todos, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional, imposto sobre a aplicação de capitais; e pelos cidadãos portugueses do sexo feminino maiores de vinte e um anos, com curso secundário ou superior comprovados pelo diploma respectivo, domiciliados no concelho há mais de seis meses» (artigos 2.º e 4.º). Em 15 de Julho, é publicado o Decreto n.º 20 073, que alarga a capacidade eleitoral às mulheres emancipadas, embora mantenha inalteradas as exigências quanto às habilitações literárias.

Ao contrário do que acontecia com os homens, a capacidade eleitoral das mulheres para a escolha dos membros do poder legislativo e os vogais das câmaras municipais era determinada pelo seu grau de escolaridade. Não era suficiente o saberem ler e escrever. Tinham que ter um «curso secundário ou superior comprovados pelo diploma respectivo», o que restringia enormemente o eleitorado feminino. Apesar do investimento que vinha sendo feito na instrução das mulheres, a taxa de analfabetismo feminina continuava muito superior à masculina. Além do mais, o acesso ao ensino secundário ou superior continuava a ser um privilégio das classes mais altas.

A posição quanto ao estatuto das mulheres fica bem patente na Constituição que entrou em vigor em 11 de Abril de 1933 (e que marca o início do Estado Novo), cujo artigo 5.º elimina qualquer «privilégio de nascimento, de nobreza de título nobiliárquico, de sexo ou de condição social, salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e o bem da família.». Ainda segundo o texto constitucional, à mulher competia «sobretudo os cuidados domésticos, manter o asseio, a ordem e a alegria do

lar, cuidar da educação dos filhos, sobretudo nas primeiras idades, tornar a casa atraente e acolhedora, prestar ao marido a deferência e a submissão que lhe são devidas como chefe de família».

Em entrevista a António Ferro (1895-1956) em 1932, Salazar concorda que à mulher solteira e sem família deveriam «ser dadas todas as facilidades legais para prover o seu sustento e ao sustento dos seus», mas a mulher casada deveria ocupar-se do lar, deixando «o homem a lutar com a vida no exterior, na rua...» (Ferro, 2007: 90). E conclui: «De resto, as mulheres portuguesas não têm que se queixar de nós. O estatuto constitucional marca-lhes uma conquista: reconhece-lhes, com as possíveis restrições, igualdade de direitos e até, em certas condições, o direito ao voto...» (Idem: 92).

A Constituição de 1933 foi aprovada através de um plesbício realizado em 19 de Março desse ano e no qual participaram os chefes de família (mulheres incluídas) e os representantes de centenas de associações de classe, num total de cerca de meio milhão e meio de eleitores/as (Canotilho, 2007: 13). Este foi o primeiro acto eleitoral em que as mulheres portuguesas participaram por direito próprio.

A legislação eleitoral posterior continuará a discriminar as mulheres. No mesmo ano, é publicado o Decreto-Lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro, que concede o direito de voto, para as juntas de freguesia, às «mulheres solteiras maiores ou emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral» e para a Assembleia Nacional, o Presidente da República e as câmaras municipais aos «cidadãos portugueses do sexo feminino maiores ou emancipados, com curso especial, secundário ou superior comprovado pelo diploma respectivo» (Souza, 2006: 17), desde que estivessem domiciliados no concelho há mais de seis meses ou nele exercessem funções públicas desde o dia 2 de Janeiro anterior à eleição (estas duas últimas condições eram iguais para os homens). Aos cidadãos do sexo masculino maiores ou emancipados bastava saberem ler e escrever. Caso não soubessem, podiam votar desde que «pagassem ao Estado e /ou aos corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00 por todos ou algum dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre aplicação de capitais» (Rosas, 1985: 38).

Este diploma mantém não só a discriminação quanto ao grau de instrução, como introduz um novo factor - o da moralidade -, sem especificar de que forma se

reconheceria a «idoneidade moral» da mulher.

No dia 6 de Novembro de 1934, é publicado o Decreto-lei n.º 24 631, que regula as primeiras eleições do Estado Novo. Segundo o seu artigo 2.º, podiam ser candidatos à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa os cidadãos portugueses que tivessem capacidade eleitoral e não incorressem nas inelegibilidades previstas no artigo 3.º. Estavam finalmente franqueadas as portas do Parlamento às mulheres.

As aspirações das feministas republicanas tinham sido concretizadas sem que estas as tivessem reivindicado junto dos novos poderes políticos. O Estado Novo foi ainda mais longe, ao autorizar que as mulheres pudessem ser candidatas a deputadas, o que nunca foi exigido pelas feministas. Numa entrevista publicada no jornal *O Século* de 19 de Novembro de 1934, Oliveira Salazar deixa claro que o facto de «algumas senhoras» irem fazer parte da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa não significava «ter-se o Estado ou elas próprias convertido, agora, ao feminismo» (Souza, op.cit.: 17). Cerca de um mês depois, em 15 de Dezembro, no *Diário de Notícias*, António Carneiro Pacheco (1887-1957) insistia na mesma ideia, ao afirmar que o Estado Novo realizava «sem feminismos ridículos e dissolventes, antes com a exaltação da família e da dignidade da mulher enquanto mulher, a verdadeira igualdade ao serviço da pátria» (citado em Rosas, op. ci.: 75).

A lista dos candidatos da União Nacional, único partido a concorrer às eleições de 16 de Dezembro de 1934, conta com o nome de três mulheres: Domitila Hormizinda de Carvalho (1871-1966), médica e professora no Liceu Maria Amália; Maria Cândida Parreira (1877-1942), advogada; e Maria Guardiola (1895-1985), licenciada em Matemática e reitora do Liceu Maria Amália. As três foram escolhidas pelo próprio Oliveira Salazar e partilhavam duas importantes características com o líder: eram católicas praticantes e solteiras, ou seja, sacrificaram o seu projecto pessoal de constituição de família em nome de um valor mais alto, o da dedicação exclusiva ao projecto estado-novista.



Imagem 27 – As três primeiras deputadas portuguesas: Domitila Hormizinda de Carvalho, Maria Cândida Parreira e Maria Guardiola

Na sessão de abertura da Assembleia Nacional, que se realizou em 10 de Janeiro de 1935, António de Almeida Pinto de Mota (presidente em exercício), endereçou «cumprimentos muito particulares» às senhoras deputadas, «agradecendo-lhes de antemão a nota de distinção da sua presença [...] e o cunho de elegância» que iriam conferir às sessões (DSAN, 11 de Janeiro de 1935: 3). Foi a única referência à existência, pela primeira vez, de mulheres deputadas no parlamento português. Nem mesmo o presidente da República, Óscar Carmona, na mensagem que dirigiu à Assembleia Nacional fez qualquer menção ao assunto.

A primeira deputada a intervir foi Maria Guardiola, na sessão de 22 de Janeiro, para enviar à Mesa uma proposta de emenda ao § 3.º do artigo 43.º do título 9.º do projecto da Constituição da República. Com o objectivo «de aclarar a sua doutrina e expressão», Guardiola propõe a seguinte redacção: «O ensino ministrado pelo Estado visa, além do avigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais, não

podendo contrariar os princípios da moral cristã» (DSAN, 23 de Janeiro de 1935: 96).

Ao contrário do que aconteceu em Espanha, quando a primeira deputada tomou a palavra, em 1927, nem Guardiola nem os demais parlamentares fizeram qualquer referência ao facto de a presença de três mulheres na Assembleia Nacional constituir um marco na história do país.

Numa conferência proferida em 9 de Dezembro de 1934 no Teatro Nacional, em Lisboa, intitulada *A mulher na política e a política da mulher*, Maria Cândida Parreira congratulou-se com a entrada de deputadas no Parlamento, dizendo que com esta decisão, o Estado Novo «eleva[va] a Mulher ao lugar que lhe compet[ia]»; ou seja, «ao nível intelectual do homem», mas conservando-a mulher (Parreira, 1935: 10). Sublinhou ainda que «só dentro de uma reforma política completa, de uma organização inteiramente remodelada, e de uma disciplina perfeita, poderia surgir tão grande inovação para» os costumes portugueses (Idem: 15) e que só esta permitiria combater o «ciclone de desmoralização, que varrerá a Europa» (Idem: 13), incluindo Portugal. «Só pela acção moralizadora da Mulher Cristã, pela doçura das suas palavras, pela correcção das suas maneiras, pela persuasão das suas lágrimas, pela convicção das suas crenças, se poderia pôr um dique a semelhante cataclismo!» (Idem: 14).

Quanto à escolha dos nomes para primeiras deputadas, Maria Cândida Parreira explicou que Salazar não escolheu as mulheres que supunha serem «de maior valor», mas sim aquelas que «pelas suas profissões» podiam, «com vantagem, colaborar na solução dos problemas que à Mulher interessa[va]m: a Família, a Assistência e a Educação» (Idem: 15). Aproveitou a ocasião para pedir a todas as «Mulheres Cristãs» que, em nome da «honra» que lhes fora concedida, não ligassem «aos nomes que as representa[va]m», mas que se unissem todas, para que nem «uma nuvem sequer» ensombrasse «o vasto e lindo horizonte» que se abria diante delas (Idem: 15).

E continuou: «Assim o entendeu o Chefe – assim o decretou! Cabe-nos agora corresponder com consciência a tão alta distinção.» (*Ibidem*). Concluiu a conferência afirmando: «As mulheres portuguesas do século vinte vão encher-se de Fé, de Brio, de Dignidade e de Amor, para que, pelo seu exemplo, Portugal, já moralmente restaurado, possa dar nova lição do Mundo» (Idem: 17).

Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* em 19 de Março de 1986, Elina

Guimarães daria voz ao pensamento de muitas das mulheres que durante a 1.^a República lutaram pela aprovação do voto feminino sem sucesso: «Quando em 1931 foi concedido, subitamente, sob condições restritas, o direito de voto às mulheres, não foi obviamente para lhes prestar justiça, mas para obter um corpo eleitoral numeroso e potencialmente dócil e mandar à Assembleia senhoras bem falantes e, sobretudo bem pensantes... no sentido do governo» (Guimarães, 2004: 22).



Imagem 28 – Maria José Novais e Clemência Dupin Seabra com Dario Canas na Câmara Corporativa

Apesar de se tratar de um órgão de natureza consultiva, é também de relevar a designação de duas mulheres como procuradoras da Câmara Corporativa: Clemência Dupin de Seabra¹³⁰ (1874-1936) e Maria José Novais (1896-1982). Ambas foram designadas pelo Conselho Corporativo: a primeira como representante do sector da exportação (cortiça, madeiras resinas); a segunda, em representação das outras instituições privadas de assistência.

¹³⁰ Terá sido a primeira mulher divorciada em Portugal. Cf. <http://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2015/08/clemencia-dupin-seabra.pdf>

Só em 26 de Dezembro de 1968, com a Lei n.º 2137, o sufrágio feminino é equiparado ao masculino. No âmbito do novo quadro legal, passam a ser «eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que s[oubessem] ler e escrever português». O voto apenas se tornaria universal após a revolução de 25 de Abril de 1974, que reinstaurou um regime democrático no país. Logo na Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, é definido que a Assembleia Constituinte seria «eleita por sufrágio universal, directo e secreto» de acordo com as normas estipuladas na lei eleitoral que viesse a ser aprovada pelo Conselho de Estado (Artigo 4.º).

O novo código eleitoral (Decreto-Lei n.º 621-A/74) foi publicado meio ano depois, no dia 15 de Novembro. Considerando que «um sufrágio que de “universal” tem apenas o nome é, por si só, a negação do princípio democrático», o Governo Provisório reconhece o direito de voto aos cidadãos «maiores de 18 anos e aos analfabetos bem como aos emigrantes que preenchessem determinadas condições». Poderiam votar nas eleições para a Assembleia Constituinte «os cidadãos portugueses de ambos os sexos maiores de 18 anos» (Artigo 1.º), excepto os que preenchessem alguma das incapacidades eleitorais (Artigo 3.º). Quanto aos candidatos, poderiam ser «todos os cidadãos eleitores maiores de 21 anos» (Artigo 5.º), excluindo os que não soubessem ler e escrever Português ou os magistrados judiciais e do Ministério Público e os militares enquanto estivessem no activo, entre outros (Artigo 6.º). Quer no caso dos eleitores como dos elegíveis, desaparecem as discriminações em função do sexo. No caso dos elegíveis, porém, mantém-se a obrigatoriedade de saber ler e escrever Português.

CONCLUSÕES

Apesar de nunca ter ganhado a dimensão verificadas noutros países – nomeadamente em Inglaterra e nos Estados Unidos da América –, nem o mesmo grau de conflitualidade, não podemos negar a existência de um movimento sufragista na Península Ibérica no início do século XX. De carácter moderado, pautado pela ausência de acções violentas, o sufragismo português e espanhol é fruto do contexto sócio-económico e político-cultural nos quais nasceu e se desenvolveu. O facto de a historiografia ter concentrado, desde sempre, a atenção primordialmente nos movimentos inglês e americano, tornando-os no eixo central do sufragismo internacional, remeteu durante muito tempo para um segundo plano a luta travada em tantos outros países para que o voto feminino se tornasse uma realidade.

Como sublinha Mary Nash, «a medida do desenvolvimento ou fracasso do feminismo espanhol a partir do contraste com os países da órbita anglo-americana parece menos sugestivo que a comparação com outros países da órbita mediterrânea como Itália, França ou Portugal¹³¹» (1994: 159). A mesma ideia se pode aplicar ao feminismo português. Embora, à época, fosse inevitável essa comparação com os países onde os movimentos sufragistas iam somando vitórias – o que era utilizado como um argumento mais a apresentar aos poderes políticos em Portugal e em Espanha -, os/as historiadores/as não deverão colocar a questão em termos de sucesso ou de fracasso, mas sim analisar os motivos que estiveram na origem da precocidade ou do atraso de determinado movimento social em comparação com outros congéneres, que factores influenciaram o seu crescimento e o que determinou que os seus objectivos demorassem mais ou menos tempo a serem alcançados.

O número de militantes da causa sufragista, de associações feministas e o grau de conflitualidade que estas possam gerar nas sociedades em que se inseriram não justificam, por si só, o sucesso ou o fracasso de determinado movimento. O que se passou em França e em Espanha é, claramente, uma prova disso. No primeiro caso, as mulheres começaram a mobilizar-se pelo direito de poderem eleger em meados do século XIX e só obtiveram o voto no fim da II Guerra Mundial; em Espanha, a questão

¹³¹ No original: «la medida del desarrollo o fracaso del feminismo español a partir del contraste con los países de órbita anglo-americana parece menos sugerente que la comparación con otros países de la órbita mediterránea em Italia, Francia o Portugal».

dos direitos políticos das mulheres só começa a ser verdadeiramente debatida pelas associações feministas anos 20 do século XX e o voto universal foi aprovado cerca de uma década depois, em 1931, mais pela persistência de uma única mulher – Clara Campoamor – e a abstenção e ausência de quase duas centenas de deputados no momento da votação do que pela pressão dos grupos feministas.

Uma das marcas distintivas do sufragismo espanhol em relação ao português é o facto de no primeiro caso a reivindicação do voto feminino ter sido feita durante muito tempo por vozes isoladas, com algumas feministas, como Concepción Arenal e Clara Campoamor, a pronunciarem-se inicialmente contra a importância de se reconhecer o voto às mulheres e a mudarem de opinião alguns anos depois ao verem que a sua situação jurídica e económica não melhorava. Só com o final da Grande Guerra surgem os primeiros agrupamentos feministas a reivindicarem o voto para as mulheres. Em Portugal, embora no século XIX a defesa ao sufrágio feminino tenha sido feita também por diversas personalidades em nome individual, logo na década de 10 do século XX, surgem as primeiras associações a tomarem uma posição pública em relação ao assunto e a interpelaram os poderes políticos. A este facto não é estranha a participação das mulheres republicanas e maçonas nas campanhas de propaganda anti-monárquica, nem a instauração da I República em 5 de Outubro de 1910.

Em Espanha, houve um feminismo mais social do que político, o que poderá justificar que só depois da I Guerra Mundial a questão do voto das mulheres entre com mais força no discurso público e político. As notícias que chegavam do exterior, de um número cada vez maior de países a concederem o voto activo e passivo às mulheres, deu uma nova esperança a todos/as aqueles/as que defendiam a igualdade de direitos políticos entre ambos os sexos. Foi também uma das razões pelas quais Primo de Rivera aprovou o voto feminino restrito em 1924 e escolheu as 15 primeiras mulheres deputadas do país em 1927. Portugal, a braços com uma grave crise política, económica e social acentuada pela participação nas frentes africana e europeia do conflito mundial, outras questões mais urgentes se sobrepuseram e o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres foram consecutivamente adiados até à Ditadura Militar. Como refere Miriam Halpern Pereira, a «Primeira República ficou para a história como um caso de persistente distância entre a legitimação teórica e prática política» (Pereira, 2014: 524).

À semelhança do que sucedeu em outros países, também em Portugal e em Espanha foram fundadas diversas associações feministas num curto período de tempo (década de 10 e 20, respectivamente). No primeiro caso, exclusivamente republicanas e sedeadas em Lisboa (apesar da existência de núcleos noutras regiões do país); no segundo, republicanas, católico-monárquicas e socialistas, com sede em diversas cidades espanholas (muito fruto do movimento nacionalista e da própria divisão administrativa do país). Se esta multiplicação de agremiações contribuiu para a difusão dos ideais feministas e possibilitou a participação de muitas mulheres em diversas regiões geográficas, por outro lado, não permitiu o fortalecimento do movimento.

Como nota João Esteves, em Portugal, «a base social do feminismo restringia-se a uma pequena elite burguesa que nunca conseguiu mobilizar mais do que umas centenas de mulheres, acabando por ser infrutíferas as divisões entre os principais nomes.» (1998: 33). Na origem desta fragmentação do movimento feminista não estavam razões de natureza ideológica, mas de princípios (a discussão sobre se o voto das mulheres deveria ser restrito ou universal é apenas um exemplo) e «de liderança e de personalidade das principais dirigentes» (*Ibidem*).

Quanto a Espanha, Juan Aguilera Sastre e Isabel Lizarraga Vizcarra consideram que «as diferentes associações não conseguiram fazer prevalecer os interesses comuns nem alcançaram a união necessária para estabelecer a mesma frente de luta. Desde o seu nascimento, as diferentes associações mostraram-se irreconciliáveis entre si e trabalharam para fins similares, mas mais pelo confronto do que pelo acordo¹³².» (op. cit.: 124-125).

À excepção de algumas poucas vozes (como a de Maria Veleda), o sufrágio universal nunca fez parte da agenda do movimento feminista português. Ao longo dos 16 anos que durou a I República, apenas se reclamou o direito de voto para um grupo minoritário de mulheres com o argumento de que a maioria da população feminina não estava preparada para assumir essa responsabilidade. Concedendo o voto apenas às mulheres ilustradas, a sobrevivência do regime não seria colocada em causa, segundo as

¹³² No original: «las distintas organizaciones no logran hacer prevalecer los intereses comunes ni alcanzaron la unión necesaria para establecer un mismo frente de lucha. Desde su nacimiento, las diferentes asociaciones se mostraron irreconciliables entre sí y trabajaron para fines similares, pero más desde el enfrentamiento que desde el acuerdo.».

feministas. Um argumento falacioso uma vez que o nível de escolarização – mesmo obtido em estabelecimentos públicos e laicos – não era obrigatoriamente sinónimo de adesão à causa republicana e de afastamento dos valores conservadores e católicos.

Em Espanha, o discurso das sufragistas foi quase unânime na defesa de direitos políticos iguais para todas as mulheres, o mesmo é dizer, o pleno reconhecimento do sufrágio universal uma vez que a lei de 1890 reconhecia apenas esse direito à totalidade dos homens maiores de idade. A própria Victória Kent, no discurso que proferiu na Assembleia Nacional Constituinte em 1931, defendeu que era preferível não conceder o direito de voto a qualquer mulher do que reconhecê-lo a apenas uma minoria, pois isso seria pactuar com uma desigualdade que desfavorecia o sexo feminino.

O despontar e fortalecimento destes movimentos colectivos de mulheres beneficiaram não só de um maior investimento na educação feminina (que foi feito principalmente a partir do último quartel do século XIX), da entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, mas também da sua incorporação nos espaços de debate político. A presença das mulheres nas galerias dos parlamentos destinadas ao público revela que elas se interessavam pelos assuntos de natureza política e sempre desejaram participar na sua discussão. Em Espanha, durante os anos em que a sua entrada era proibida, elas contornaram as regras disfarçando-se de homens, demonstrando-se dispostas a ultrapassar os obstáculos.

A incorporação das mulheres nos partidos políticos, nos sindicatos e na maçonaria foi também importante para a tomada de consciência de que eram um grupo discriminado e para adquirirem as ferramentas necessárias a uma maior autonomia. Mesmo sendo aceites em condições diferentes e, em alguns casos, não tendo acesso a cargos de direcção ou direito de voto, a participação nas actividades daquelas instituições permitia-lhes ganhar confiança quando se moviam em espaços aos quais não estavam habituadas, a desenvolver os dotes de oratória e a aprender as lógicas de organização e de funcionamento das associações.

Embora em Portugal faltem estudos sobre a presença das mulheres nos partidos e nos sindicatos no período cronológico abrangido pela nossa investigação, os dados disponíveis mostram que a sua incorporação ocorre mais tarde e mais lentamente do que em Espanha. Os estudos não permitem concluir se isso se deveu a um desinteresse por

parte das mulheres ou ao facto de os homens não quererem integrá-las nas estruturas que dominaram desde sempre. Em Espanha, vários partidos (incluindo católicos) investiram, inclusive, na criação de núcleos femininos como forma de atrair mais mulheres para as suas fileiras, uma questão importante sobretudo em períodos eleitorais.

Em Espanha, várias associações feministas nasceram debaixo do chapéu de partidos políticos, embora funcionassem de forma autónoma. Contudo, ao contrário do que acontecia em Portugal, a teia de relações familiares entre as suas militantes e os homens do regime (fosse monárquico ou republicano) não era tão alargada. Em Portugal, a Liga Portuguesa das Mulheres Republicanas nasce debaixo da alçada do Partido Republicano Português e a Associação de Propaganda Feminina situa-se próxima do Partido Democrático. Esta ligação estreita chegou a se criticada por associações feministas internacionais, defensoras do apartidarismo. Contudo, mesmo que a relação entre partidos políticos e grupos feministas não fosse oficial, ela existia por força dos vínculos familiares existentes entre diversos dirigentes republicanos e muitas das feministas.

Por outro lado, a iniciação das mulheres na Maçonaria deu-se mais cedo em Portugal do que em Espanha, tendo existido mesmo Lojas femininas independentes, com os mesmos direitos e deveres que as masculinas. Em Espanha, apesar de várias vozes reivindicarem essa equiparação e da existência de Lojas Mistas (onde algumas mulheres desempenharam cargos importantes), nenhuma das Obediências maçónicas alguma vez permitiu a existência de Lojas femininas independentes.

À medida que o movimento de reivindicação do voto feminino se foi organizando e crescendo na Península Ibérica, as sufragistas perceberam que os seus maiores adversários não eram a Igreja Católica ou os partidos conservadores, mas sim os de raiz liberal, que se apresentavam como progressistas e herdeiros dos valores da Revolução Francesa - «Liberdade, Igualdade e Fraternidade» -, mas que resistiam em reconhecer os direitos políticos das mulheres, mesmo que com restrições.

No caso português, tal verificou-se pouco depois da implantação da República, pela reacção das novas autoridades políticas ao processo que permitiu o voto de Carolina Beatriz Ângelo em Maio de 1911 e pela mudança introduzida na Lei Eleitoral em 1913. Ao longo dos 16 anos que resistiu a República, e apesar de algumas propostas

apresentadas nesse sentido no Parlamento e no Senado, o sufrágio feminino nunca foi aprovado e as sufragistas sentiram-se traídas pelo regime que também ajudaram a construir. No livro *A Mulher Moderna e os seus Direitos*, Carmen de Burgos critica precisamente o facto de «uma República moderna e progressiva», como se apresentava a República portuguesa, não ter dado às mulheres o posto que mereciam: «De espírito liberal e culto, a maior parte das mulheres da classe média eram republicanas. [...] As mulheres foram as mais activas propagandistas das ideias republicanas e as que mais eficazmente ajudaram à proclamação dessa República que se implantou sem derramar sangue, no meio do júbilo de todo o povo¹³³.» (Burgos, op. cit.: 300).

Em Espanha, foi sobretudo aquando do debate e votação da Constituição republicana de 1931 que esse sentimento se tornou mais forte, quando vários deputados das esquerdas votaram contra a aprovação do sufrágio feminino. Pelo contrário, os partidos de Direita e a própria Igreja Católica mobilizaram-se não só em prol da aprovação do sufrágio feminino, mas também incentivando as mulheres a votarem nas eleições de 1933.

As discussões que conduziram à aprovação da Constituição republicana de 1931, que consagrou o sufrágio universal em Espanha, foram o ponto alto de um movimento sufragista tímido nas suas acções de reivindicação quando comparado com outros países europeus e os Estados Unidos da América. Enquanto em Portugal, de uma forma mais ou menos persistente, as organizações feministas mantiveram a questão do voto das mulheres sempre na agenda pública e política aos longo dos 16 anos em que vigorou a I República, em Espanha, foram os intensos dias de discussão na Assembleia Nacional Constituinte que despertaram verdadeiramente a sociedade para o tema do sufrágio feminino. Como afirma Aurora Morcill Gómez, «a luta pelo voto não foi o resultado da pressão desde um movimento feminista amplo, foi mais o resultado do confronto entre duas mulheres no parlamento: Clara Campoamor e Victoria Kent¹³⁴» (em Folguera, 2007: 106-107).

¹³³ No original: «De espíritu liberal e culto, ma mayor parte de las mujeres de la clase media eran republicanas. [...] las mujeres fueron las más activas propagandistas de las ideas republicanas y las que más eficazmente ayudaron a la proclamación de esa República que se implantó sin derramar sangre, en médio del júbilo de todo el Pueblo.».

¹³⁴ No original: «[...] la lucha por el voto no fue el resultado de la presión desde un movimiento femenino amplio, sino que más bien fue el resultado del enfrentamiento entre dos mujere en el parlamento: Clara

Ao contrário do que Clara Campoamor proclamou na Assembleia Nacional Constituinte em 1931 (Campoamor, 2010: 66) e do que alguma historiografia espanhola tem defendido, Espanha não foi o primeiro país latino a reconhecer o direito de voto às mulheres em eleições legislativas, mas sim Portugal com o Decreto n.º 19 694, de 5 de Maio de 1931. Espanha foi o primeiro país latino a equiparar os direitos políticos entre homens e mulheres através do reconhecimento do sufrágio universal em 1931.

Também contrariamente ao que a historiografia espanhola tem feito referência, e por uma questão de rigor factual, consideramos que foram 15 e não 13 as mulheres que integraram a Assembleia Nacional em 1927. Embora duas delas tenham renunciado ao mandato 10 dias depois de se terem iniciado os trabalhos parlamentares, os seus nomes constavam da lista dos membros do Parlamento lida na sessão do dia 9 de Outubro.

Apesar de terem sido regimes ditatoriais aqueles que em ambos os países primeiro franquearam as portas do Parlamento às mulheres e que lhes concederam o direito de voto (apenas em eleições municipais, no caso espanhol), os propósitos subjacentes a estas concessões diferiram um pouco. Primo de Rivera pretendia «governar numa Espanha moderna e europeia», pelo que as medidas aprovadas se destinavam «a colocar o país ao mesmo nível de outros países ocidentais» (Garrido González, 1997: 484). Ou seja, o ditador tentou fazer um equilíbrio entre a concepção tradicional do papel reservado às mulheres e da ideia de família como eixo central da sociedade (à semelhança de António de Oliveira Salazar) e a necessidade de modernização imposta pelos ventos de mudança que sopravam dos países mais desenvolvidos, também no que se referia à questão feminina.

Quanto à Ditadura Militar e ao Estado Novo, o reconhecimento do direito de voto a um grupo restrito de mulheres em 1931 e a escolha das três primeiras deputadas em 1934 foi uma forma de os dois regimes políticos mostrarem que, ao contrário da República – que nunca cumpriu a sua promessa neste ponto – estavam disponíveis para envolverem as mulheres na condução dos destinos do país. Embora anti-feministas, foram os regimes ditatoriais aqueles que primeiro responderam de forma positiva às reivindicações sufragistas.

Por outro lado, com esta medida, ambos os dirigentes políticos pretenderam aumentar a sua base eleitoral de apoio e passar a imagem, para o interior e para o exterior, de que uma ampla maioria da sociedade sancionava os novos regimes. Como constata Helena Neves, Maria Calado e João Mário Mascarenhas, «O nacional-socialismo, o fascismo italiano, o franquismo e o salazarismo procuraram enquadrar a população feminina visando, não somente, o seu apoio, mas também, utilizando-se na estratégia de consolidação do sistema e na coesão do tecido social.» (2001: 7).

Com a instauração do franquismo em Espanha e do Estado Novo em Portugal na década de 30 do século XX, as lutas feministas foram diluídas numa outra: a do combate às ditaduras. Muitas vezes, esqueceram as injustiças de que eram alvo, mesmo dentro dos movimentos de oposição, simplesmente por serem mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

I - Arquivos e Bibliotecas

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

Biblioteca Digital da Comunidade de Madrid

Biblioteca Digital Hispánica

Biblioteca Digital Memoria de Madrid

Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Biblioteca do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Biblioteca Nacional de Espanha

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Casa Comum – Fundação Mário Soares

Centro de Informação e Documentação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Centro Português de Fotografia

Gallica – Biblioteca digital da Biblioteca Nacional de França

Hemeroteca Digital de Lisboa

Hemeroteca Digital de Espanha

Hemeroteca Municipal de Madrid

Memoria Chilena – Biblioteca Nacional Digital do Chile

II - Periódicos¹³⁵

Portugueses

Alma Feminina, Lisboa (1907-1908).

Alma Feminina, Lisboa (1917-1946).

¹³⁵ As datas apresentadas entre parêntesis correspondem ao período por nós consultado, que nem sempre coincide com o da duração do periódico.

Boletim Mensal da Liga Portuguesa da Paz

Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa (1914-1916).

Capital (A) – Diário Republicano da Noite, Lisboa (1910-1928).

Diário de Notícias, Lisboa (1911).

Ilustração Feminina (A), Lisboa (1868).

Madrugada (A) – Folha mensal, propriedade da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Lisboa (1911-1915).

Mulher e a Criança (A) – Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Lisboa (1909-1911).

Mulher Portuguesa (A) - Órgão da Associação de Propaganda Feminista, Lisboa (1912-1913).

Mundo (O), Lisboa (1911).

(O) Século, Lisboa (1911).

Semeadora (A) - Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos das Mulheres, Lisboa (1915-1918).

Sociedade Futura (1902-1904).

Voz Feminina (A), Lisboa (1868-1869).

Espanhóis

Gaceta de Madrid, Madrid, n.º 69, de 9 de Março de 1927 e n.º 257, de 14 de Setembro de 197.

Gaceta de las Mugerres, Madrid, 1845.

Margarita (La) – Album de las señoras católicas-monárquicas, Madrid, 1871.

Mundo Gráfico, Madrid, 8 de Junho de 1921.

III – Legislação

Portuguesa

Código Eleitoral. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1913.

Decreto n.º 19 694, de 5 de Maio de 1931 (Organiza o recenseamento eleitoral).

Decreto n.º 20 073, de 15 de Julho de 1931 (Organiza o recenseamento eleitoral).

Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 de Novembro (Aprova a Lei Eleitoral relativamente ao recenseamento).

Lei Eleitoral para servir na Eleição de Deputados à Assembleia Constituinte. Decretos, com força de lei, de 5 e 20 de Abril de 1911. Edição oficial. Lisboa. Imprensa Nacional, 1911.

Lei n.º 2137, de 26 de Dezembro de 1968 (Decreta a igualdade de direitos eleitorais entre homens e mulheres).

Lei n.º 3/74, de 14 de Maio (Define a estrutura constitucional transitória que regerá a organização política do país até à entrada em vigor da nova Constituição Política da República Portuguesa).

Espanhola

Ley para el ejercicio del sufragio universal. Madrid: Imprenta y Litografía Municipal, 1896.

Ley electoral para Diputados a Cortes y Concejales de 8 de agosto de 1907. Madrid: Imprenta Municipal, 1909.

IV – Impressas

IV.a - Primárias

ACTAS da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1835-1836 – disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cpl>

ARENAL, Concepción – **La mujer del porvenir; La mujer de su casa.** Barcelona: e-litterae, S.L., 2000. ISBN 978-84-936893-8-4.

ARENAL, Concepción - **La emancipación de la mujer en España.** Madrid: Júcar, 1974.

ASSEMBLEIA Nacional Constituinte, 1910 - disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/c1911>

BAPTISTA, Henrique - **Eleições e Parlamentos na Europa.** Porto: Imprensa Comercial, 1903.

BURGOS, Carmen de - **La Mujer Moderna y sus Derechos.** Madrid: Editorial Biblioteca Nova, 2007. ISBN 978-84-9742-669-5.

CAMPOAMOR, Clara - **El voto femenino y yo. Mi pecado mortal.** Madrid: Horas y Horas, la Editorial, 2010. ISBN 9788496004146.

CONGRESSO Maçónico das duas potências da Península Ibérica. Relatório. Lisboa: A Liberal – Officina Typografica, 1905.

COSTA, Emílio - **As Mulheres e o Feminismo**. Lisboa: separata da «Seara Nova», 1928.

DIÁRIO da Câmara dos Pares do Reino, 1842-1910 – disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2>

DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados, 1822-1910 – disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd>

DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados, 1910-1926 – disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd>

DIÁRIO das Cortes Geraes e Extraordinárias na Nação Portuguesa, 1821-1822 – disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>

DIÁRIO das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, 1837-1838 – disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1837>

DIÁRIO do Senado, 1911-1926 – Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs>

DIÁRIO das Sessões, 1935-1974 – Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/01/01/001/1935-01-10/1>

DIÁRIO de Sesiones del Congreso de los Diputados (1808-1977) - Disponível em: http://www.congreso.es/est_sesiones/

FRANCOS RODRÍGUEZ, José - **La mujer y la política españolas**. Madrid: Editorial Pueyo, 1920.

GOUVEIA, Aurora de Castro e - **Reivindicações políticas da mulher portuguesa – situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do casal**. Lisboa: Tipografia Casa Garret, s/d.

GUIMARÃES, Elina; JOKL, Marcelle - **La condition de la femme au Portugal**. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1938.

JIMÉNEZ, Esteban – **La Mujer y el Derecho. Indicaciones históricas sobre la condición jurídica de la mujer**. Salamanca: Imprenta y librería de Oliva, 1892.

JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA, Justino E. - **El voto de la Mujer: su inconstitucionalidad**. Montevideo: Imp. Peña Hermanos, 1915.

M. DE LABRA, Rafael – **El Congreso Pedagógico Hispano-Português-americano de 1892**. Madrid: Librería de la Viuda de Hernando Y C^a, 1893.

MACHADO, Fernão Botto - **Direitos políticos e civis: liberdade, sufrágio universal e descentralização**. Lisboa: A Liberal – Oficina Tipográfica, 1908.

MARTÍNEZ, P. Graciano - **El libro de la mujer española. Hacia un feminismo cuasi dogmático.** Madrid: Imp. del Asilo de Huérfanos, 1921.

MARTÍNEZ SIERRA, Gregorio - **Feminismo, feminidade, españolismo.** Madrid: [Juan Pueyo], 1918.

NELKEN, Margarita - **La condición social de la mujer en España. Su estado actual: su posible desarrollo.** Barcelona: Editorial Minerva, s/d.

NELKEN, Margarita - **La mujer ante las Cortes Constituyentes: el socialismo y la negación del voto; la Iglesia y la Ley; la legislación obrera femenina; la República y el abolicionismo.** Madrid: Castro, [1931].

OSÓRIO, Ana de Castro - **Às mulheres portuguesas.** Lisboa: Livraria Editora, 1905.

OSÓRIO, Ana de Castro - **Resposta a uma consulta.** Lisboa: Papelaria e Tipografia Assis, 1914.

PALACIO VALDÉS, Armando - **El gobierno de las mujeres. Ensayo histórico de política femenina.** Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1931.

PARREIRA, Maria Cândida - **A mulher na política e a política da mulher.** Lisboa: Império, 1935.

PIDAL Y MON, Alejandro - **El “Feminismo” y la Cultura de la Mujer.** Madrid: Establecimiento tipográfico Hijos de J. A. García, 1902.

PORTUGAL, Boavida; RODRIGUES, Calado - **Duas teses queimadas – Notas e comentários a um caso escandaloso.** Lisboa: Livraria Central, 1924.

PORTUGAL, Boavida; CALADO, Rodrigues - **Duas Teses Queimadas – Notas e comentários a um caso escandaloso.** Lisboa: Livraria Central, 1924.

POSADA, Adolfo - **Feminismo.** Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1994. ISBN 9788437613048.

PROJECTO do Programa Político do Partido Republicano Português. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

REGLAMENTO para el Gobierno Interno de las Cortes. Cadiz: Imprenta Real, 1810.

REGLAMENTO para el Gobierno Interno de las Cortes. Cadiz: Imprenta Real, 1813.

REGLAMENTO del Gobierno Interior de Córtes y su edificio. Madrid: Imprenta Nacional, 1836.

ROMERA-NAVARRO, M. - **Feminismo Juridico: Derechos Civiles de la Mujer, Delicuencia Femenina, sus Derechos Politicos.** Madrid: Libreria de Fernando Fé, 1910.

SALAS DE JIMÉNEZ, Juana - **Nuestro feminismo**. Zaragoza: Junta Provincial de Zaragoza, 1919.

SALAS DE JIMÉNEZ, Juana - **El feminismo de ayer, el de hoy... el de mañana**. Zaragoza: Tipografía E. Berdejo Casañal, 1925.

SILVEIRA, Olga Morais Sarmento da - **Problema Feminista**. Lisboa: Typografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1906.

VASCONCELOS, Carolina Michäelis de - **O Movimento Feminista em Portugal**. Paio Pires: Editorial Seis-Filetes, Lda. (Fradique), Setembro de 2002.

IV.b – Secundárias

AUCLERT, Hubertine – **Les Votes des Femmes**. Paris: V. Giard & E. Brière Librairies-Éditeurs, 1908.

BRAZÃO, Arnaldo – **O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)**. Lisboa: Edições Spartacus, 1925.

BUISSON, Ferdinand – **Le Vote des Femmes**. Paris: H. Dunond & E. Pinat, Éditeurs, 1911.

CONDORCET – **Sur l'admission des femmes au droit de cité. 1790**. Paris: Firmin Didot Frères, 1847.

DUGUIT, M. León – **Le Suffrage des Femmes**. Coimbra: F. Franca Amado Editor, 1910.

FERRO, António – **Entrevistas a Salazar**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007. ISBN 978-972-8645-40-3.

MILL, John Stuart – **The Subjection of Women**. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1869.

NAZÁRIO, Diva Nolf – Voto Feminino e Feminismo. Um anno de feminismo entre nós. S. Paulo: [s.n.], 1923. NOVICOW, J. - **A emancipação da mulher**. Lisboa: Edição da Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.

PANKHURST, Emmeline – **My own story**. London: Eveleigh Nash, 1914.

SCHIRMACHER, Käethe – **Le féminisme aux États-Unis, en France, dans la Grande-Bretagne, en Suède et en Russie**. Paris: Armand Colin & Cie, Éditeurs, 1898.

WOLLSTONECRAFT, Mary – **A vindications of the rights of woman**. London: The Scott Library, 1792.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. – **El Voto de las Mujeres (1877-1978)**. Madrid: Editorial Complutense, 2005. ISBN 84-7491-739-5.

AA.VV. - **Commemoración de los 80 años del derecho al voto de las mujeres. 1931-2011**. Associació de Dones d'Illes Balears per a la Slaut, 2011.

ABREU, Zina - Luta das mulheres pelo direito de voto – movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago História – Revista da Universidade dos Açores**. ISSN 0871-7664. 2.^a Série. VI (2002), pp. 443-469.

ACKELSBERG, Martha - **Free Women of Spain – Anarchism and the struggle for the emancipation of women**. USA: Indiana University Press, 1991. ISBN 0253206340.

ADÃO, Áurea; REMÉDIOS, Maria José – A narrativa educativa na 1.^a fase da governação de Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945). **Revista Lusófona de Educação**. ISSN 1646-401X. Nº 5 (2005), pp. 85-109.

ADAMS, Jad – **Women and the Vote. A world history**. Oxford: Oxford University Press, 2014. ISBN 978-0-19-870684-7. Cf: <https://books.google.pt/books?id=v-38AwAAQBAJ&pg=PA356&lpg=PA356&dq=women%2Bdare%2Bvote&source=bl&ots=wxHwoHuTTI&sig=Tp6Z0kew5rQy5Hfk6fTzK7KQ1PI&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjA4JiW0L3TAhUK2hoKHTCZBpU4ChDoAQg0MAM#v=onepage&q=women%2Bdare%2Bvote&f=false>

AGUADO, Ana M., coord. – **Textos para la historia de las mujeres en España**. Madrid: Cátedra, 1994. ISBN 84-376-1243-8.

AGUADO, Ana – Cidadania, mulheres y democracia. **Historia Constitucional**. ISSN 1576-4729. Nº 6 (2005), pp. 12-28.

AGUILERA SASTRE, Juan; LIZARRAGA VIZCARRA, Isabel - **De Madrid a Ginebra – El feminismo español y el VIII Congreso de la Alianza Internacional para el Sufragio de la Mujer**. Barcelona: Icaria – Género y Sociedad, 2010. ISBN 9788498881516.

ALBISTUR, Maïté; ARMOGATHE, Daniel – **Histoire du féminisme français du moyen âge à nos jour**. Tome 1. France: Éditios des Femmes, 1977a.

ALBISTUR, Maïté; ARMOGATHE, Daniel - **Histoire du féminisme français de l'empire napoléonien à nos jours**. Tome 2. France: Éditions des Femmes, 1977b.

ALEJANDRE, Juan Antonio – Consideraciones históricas sobre el derecho de sufragio en España. **Anuario de la Facultad de Derecho**. ISSN 0213-988X. Vol. 8 (1990), pp. 287-300.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, org. e intr. - **Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. ISBN 972-27-0896-1.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; MORENO LUZÓN, Javier, coord. - **Das urnas ao hemisfério – eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)**. Lisboa: Edição Parlamento, 2012. ISBN 978-972-5556-5759.

ÁLVAREZ-URÍA, Fernando – Mujeres y política. Las políticas de las mujeres en la España de la Segunda República y la Guerra Civil. **Papers**. ISSN 2013-9004. N° 98/4 (2013), pp. 629-646.

ÁLVAREZ-PIÑER, Maite, [et al.] - **El voto femenino en España**. 3.ª edición. Madrid: Instituto de la Mujer, 1995. ISBN 84-7799-112-X.

ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda – A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**. ISSN 2182-6560. Número 2, pp. 183-195. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>

ANTUNES, Renata Águas; SERRANO, Maria Augusta; CARREIRAS, Luís - **A Emancipação da Mulher e a República em 1910 [policopiado]**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1987.

ARCE PINEDO, Rebeca - **Dios, patria y hogar: la construcción social de la mujer española por el catolicismo y las derechas**. Santander: PubliCan – Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2008. ISBN 978-84-8102-460-9.

ARESTI, Nerea – Los argumentos de la exclusión. Mujeres y liberalismo en la España contemporánea. **Historia Constitucional**. ISSN 1576-4729. N° 13 (2012), pp. 407-431.

AUBET, María José [et al]- **Mujer y ciudadanía: del derecho al voto – al pleno derecho**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001. ISBN 84-7290-158-0.

ÁVILA FRANCÊS, Mercedes - **Teoria e História del Movimento Feminista**. Master en Igualdad de Género: Formación de agentes para la igualdad, curso 2009/2010. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad de Castilla-La Mancha, 2010.

- BALLESTEROS GARCÍA, Rosa María - **El Movimiento Feminista Portugués – del despertar republicano a la exclusión salazarista (1909-1947)**. Málaga: Atenea, Estudios sobre la mujer, Universidad de Málaga, 2001. ISBN 8474968674.
- BALLESTEROS GARCIA, Rosa María – Las distracciones misteriosas de Colombine y la Masonería portuguesa. **Aposta – Revista de Ciencias Sociales**. ISSN 1696-7348. N.º 15 (2005), pp. 1-21.
- BANASZAK, Lee Ann – **Why movements succeed or fail. Opportunity, Culture, and the Struggle for Women Suffrage**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996. ISBN 9780691026398.
- BARD, Christine, dir. - **Un Siècle d'Antiféminisme**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999.
- BARRADAS, Ana, selecção – **Direitos da Mulher e da Cidadã. Textos fundadores do feminismo moderno**. Lisboa: Ela por Ela, 2002. ISBN 972-98819-3-6.
- BASAURI, Mercedes G. - Una aproximación al primer movimiento feminista español. La mujer en el reinado de Alfonso XIII. **Tiempo de Historia**. ISSN 1185-6691. N.º 57, 1978, pp. 26-39.
- BELEZA, Teresa Pizarro – **Direito das Mulheres e da Igualdade Social. A Construção Jurídica das Relações de Género**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4237-4.
- BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, dir. - **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. ISBN 978-0-19-829793-2.
- BLASCO HERRANZ, Inmaculada - **Paradojas de la ortodoxia: política de masas y militancia católica femenina en España (1919-1939)**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003. ISBN 84-95901-61-7.
- BÖCK, Gisela; COVA, Anne, dir. - **Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud - XIX-XX siècle**. Oeiras: Celta Editora, 2003. ISBN 972-774-149-5.
- BORGES, Dulce Helena, coord. - **Carolina Beatriz Ângelo – Intersecções dos sentidos/palavras, actos, imagens**. Guarda: IMC/Museu da Guarda, 2010. ISBN 978-972-776-407-5.
- BUSH, Julia - **Women Against the Vote – Female Anti-Suffragism in Britain**. Oxford: Oxford University Press, 2007. ISBN 9780199248773.
- CABALLÉ, Anna - **El feminismo en España. La lenta conquista de un derecho**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2013. ISBN 978-84-376-3130-1.

- CABALLERO DOMÍNGUEZ, Margarita - El derecho de representación: sufragio e leys electorales. **Ayer**. ISSN 1134-2277. N° 34 (2009), pp. 41-63.
- CAMPMANY, María Aurèlia - **El feminismo ibérico**. Barcelona: Oikos Tau Ediciones, 1970.
- CAMPMANY, María Aurèlia - **De profesión: mujer**. Barcelona: Colección Libros Tau, 1970.
- CAMPO ALANGE, Condessa de - **La mujer en España. Cien años de su historia (1868-1960)**. Madrid: Aguilar, 1963.
- CANOTILHO, Mariana – A Constituição Portuguesa de 1933. In António Simões do Paço (coord.) - **Os anos de Salazar. 2 – 1933. A Constituição do Estado Novo**. s/l: Centro Editor PDA, 2007, pp. 7-29. ISBN 978-989-609-794-3.
- CANTIZANO MÁRQUEZ, Blasina - La mujer en la prensa femenina del XIX. **Âmbitos**. ISSN 1139-1979. N° 11-12 – 1.º e 2.º semestres de 2004, pp. 281-298.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa, coord. - **Mujer y Sociedad en España (1700-1975)**. Madrid: Estudios sobre la Mujer, Ministério de Cultura, 1986. ISBN 84-505-4268-5.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa M^a - **El sufragio femenino en la Segunda República española**. Granada: Horas y Horas, D.L., 1992. ISBN 84-87715-17-6.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María – **Mujeres para la historia: figuras destacadas del primer feminismo**. Madrid: Abada, 2004. ISBN 84-96258-32-7.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María – De protagonistas a represaliadas: la experiencia de las mujeres republicanas. **Cuadernos de Historia Contemporanea**. ISSN 0214-400X. Volume Extraordinario (2007), pp. 35-46.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa M^a – Mujer y socialismo (1848-1939). **Pasado e Memoria. Revista de Historia Contemporánea**. ISSN 1579-3311. 7 (2008), pp. 101-122.
- CARVALHO, Maria Margarida Mota da Cunha Rego de - **Domitila de Carvalho. Biografia de um percurso singular**. Lisboa: dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2004.
- CARVALHO, Rómulo de – **História do Ensino em Portugal – desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. ISBN 978-972-310-17-37.
- CASTRO, Helena - **A Educação da Mulher em Portugal: das Origens do Pensamento Liberal ao Movimento Republicano [policopiado]**. Lisboa: 1994.

CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade (coord.) - **As Mulheres na Primeira República – Percursos, Conquistas e Derrotas**. Lisboa: Edições Colibri, 2011. ISBN 978-989-689-088-9.

CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de (coord.) - **Respublica – Cidadania e Representação Política em Portugal**. Lisboa: Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, 2010. ISBN 978-972-565-464-4.

CLARK, Kim – Feminismos estéticos y antiestéticos en el Ecuador de principios del siglo XX: un análisis de género y generaciones. **ProcesoS. Revista Ecuatoriana de Historia**. ISSN 1390-0099. No. 22 (2005), pp. 85-105.

COSTA, Célia Rosa Batista - **O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Uma organização feminista**. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

COSTA, Fernando Marques da – **A Maçonaria Feminina**. Lisboa: Editorial Vega, Lda., s/d.

COSTA, Fernando Marques da - **Mulheres, elites e igualitarismo na 1.^a República**. Separata de A Mulher na Sociedade Portuguesa, actas do colóquio, Coimbra, 20 a 25 de Março de 1985. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1986.

COUTO-POTACHE, Dejanirah - **Les origines du féminisme au Portugal**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982.

COVA, Anne - Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939). In CABRAL, Manuel Villaverde [et al.], Eds. - **Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. ISBN 978-972-671-224-4. pp. 583-602.

COVA, Anne - O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In José Vicente Serrão; Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (org.) - **Desenvolvimento Económico e Mudança Social – Portugal nos últimos dois Séculos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. ISBN 978-972-671-237-4. pp. 333-347.

CRAVINHO, Anabela Pontes Gomes – **Influência da Maçonaria nos Feminismos da 1.^a República [texto policopiado]**. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Sociedade e na Cultura. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

CRESPO, Ana Isabel [et al.], org. – **Variações sobre Sexo e Género**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. ISBN 978-972-24-1619-1.

- CRUZ SEOANE, Maria – **Oratoria y periodismo en la España del siglo XIX**. Fundación Juan March y Editorial Castilla, 1977. ISBN 84-7039-262-X.
- DEL MORAL VARGAS, Marta – Acción colectiva femenina republicana: Las *Damas Rojas* de Madrid (1909-1911), una breve experiencia política. **HISPANIA. Revista Española de Historia**. ISSN 0018-2141. Vol. LXVII, n.º 226 (2007), pp. 541-566.
- DEL MORAL VARGAS, Marta – Discursos acerca de la presencia de las mujeres en el poder municipal: España, 1906-1924. In Aldunate León, Oscar; Heredia Urzáiz, Iván, coord. – **Comunicaciones del Primer Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Contemporánea de la AHC**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2008. ISBN 978-84-7733-930-4. pp. 1-11.
- DEL MORAL VARGAS, Marta – Perseguendo el reconocimiento de la igualdad. La petición de la *Cruzada de las Mujeres Españolas* a las Cortes (31-V-1921). **Arenal**. ISSN 1134-6396.16:2 (Julio-diciembre 2009), pp. 379-397.
- DEL MORAL VARGAS, Marta del - **Acción colectiva femenina en Madrid, 1909-1931**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2012. ISBN 978-84-9887-817-2.
- DIAS, Maria Olívia – O papel da mulher na família, na sociedade e na Igreja nos documentos pontifícios de Leão XIII a João Paulo II. **Didaskalia**. ISSN 0253-1674. 29:1-2 (1999), pp. 353-373.
- DÍAZ FERNÁNDEZ, Paloma – La dictadura de Primo de Rivera. Una oportunidad para la mujer. **Historia Contemporánea**. ISSN 1576-4729. T. 7 (2005), pp. 175-190.
- DOLORES RAMOS, Maria – **Victoria Kent (1892-1987)**. 1.^a edición. Madrid: Ediciones del Orto, 1999. ISBN 9788479232115.
- DOLORES RAMOS, María – Identidad de género, feminismo y movimientos sociales en España. *Historia Contemporánea*. e-ISSN 2340-0277. N.º 21 (2000), pp. 523-552.
- DOLORES RAMOS, M.^a – La República de las librepensadoras (1890-1914): laicismo, emancipismo, anticlericalismo. **Ayer**. N.º 60 (2005), pp. 45-74.
- DOMINGO, Carmen - **Con voz y voto. Las mujeres y la política en España (1931-1945)**. Barcelona: Lumen, 2004. ISBN 9788426414168.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle, org. - **História das Mulheres. O Século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994. ISBN 972-36-0352-7. vol. 4.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle, org. - **História das Mulheres. O Século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1995. ISBN 972-36-0393-4. vol. 5.

- DÚRAN HERAS, María Angeles; CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María - **Mujer e sociedade en España (1700-1975)**. Madrid: Ministerio de la Cultura, Estudios sobre la Mujer, 1986. ISBN 84-505-4268-5.
- DURÁN Y LALAGUNA, Paloma - **El voto feminino en España**. Madrid: Asamblea de Madrid, 2007. ISBN 978-84-87373-12-1.
- EDUARDO, Joaquim Mário Cortes - **Adelaide Cabete (1867-1935). Biografia de uma professora feminista [texto policopiado]**. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.
- EDWARDS, Louise - Opposition to Women's Suffrage in China: Confronting Modernity in Governance. In Mechthild Leutner, Nicola Spakowski (eds), **Women in China: The Republican Period on Historical Perspective**. Muenster: LIT (2005), pp. 107-182.
- ÉGIDO, Angeles; ASPERILLA, Ana Fdez - **Ciudadanas, militantes, feministas – mujer y compromiso político en el siglo XX**. Madrid: Editorial Eneida, 2011. ISBN 978-84-92491-84-1.
- EMONTS, Anne Martina - «Onde há galo não canta galinha». **Discursos Femininos, Feministas e Transgressivos nos Anos Vinte em Portugal. O Caso do Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (1923-1925)**. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001.
- ERRÁZURIZ TAGLE, Javier – Discourses on women's suffrage in Chile 1865-1949. **Historia**. Vol 1, no.se. Sntiago (2006), pp. 1-26.
- ESTEBAN, Jorge de – **Constituciones españolas y extranjeras. Vol. I**. Madrid: Taurus Ediciones, S.A., 1979. ISBN 84-306-3996-9.
- ESTEVES, João - **A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – uma organização política e feminista (1909-1919)**. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- ESTEVES, João - **As Origens do Sufragismo Português**. 1.^a edição. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998. ISBN 972-53-0042-4.
- ESTEVES, João – O movimento feminista em Portugal. A pesquisa em periódicos (1899-1928). **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**. ISSN 0874-6885. Nº 1-2 (1999), pp. 185-196.

- ESTEVEES, João – O movimento sufragista em Portugal na 1.^a metade do século XX (1896-1947). **A Mulher na História**. Actas dos Colóquios sobre a Temática da Mulher – 1999/2000. Moita: Câmara Municipal da Moita: 2001, pp. 239-254.
- ESTEVEES, João – Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.^a década do século XX. **Penélope**. ISSN 0871-7486. N.º 25 (2001), pp. 87-112.
- ESTEVEES, João - **Mulheres e Republicanismo (1908-1928)**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008.
- ESTEVEES, João – Da esperança à decepção: a ilusão do sufrágio femenino na revolução republicana portuguesa de 1910. **Historia Constitucional**. ISSN 1576-4729. N.º 15 (2014). pp. 471-507.
- ESTEVEES, João – **Ana de Castro Osório (1872-1935)**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2014.
- FAGOAGA, Concha; SAAVEDRA, Paloma - **Las españolas ante las urnas**. Madrid: Pecos Editorial, 1977. ISBN 84-400-2767-2.
- FAGOAGA, Concha - **La voz y el voto de las mujeres. El sufragismo en España 1877-1931**. Barcelona: Editorial ICARIA, S.A, 1985. ISBN 9788474261073.
- FAGOAGA BARTOLOMÉ, Concha – **El sufragismo en España: analisis de las fuentes hemerográficas**. Tesis doctoral. Madrid: Departamento de Redacción Periodística, Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, 1986.
- FAGOAGA, Concha; SAAVEDRA, Paloma - **Clara Campoamor, la sufragista española**. Madrid: Instituto de la Mujer, 2007. ISBN 978-84-690-5008-8.
- FAURÉ, Christine, dir. – **Enciclopedia histórica y política de las mujeres. Europa y América**. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2010.
- FIGUERUELO BURRIEZA, Ángela - Setenta y cinco años de sufragio femenino en España: perspectiva constitucional. **Criterio Jurídico**. ISSN 1657-3978. N.º 7 (2007), pp. 141-162.
- FOLGUERA, Pilar, ed. - **El Feminismo en España. Dos siglos de historia**. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2007. ISBN 84-85691-47-4.
- FORNER, Salvador, coord. - **Democracia, elecciones y modernización en Europa, siglos XIX y XX**. Madrid: Cátedra, 1998. ISBN 9788437615714.
- FRANCO RUBIO, Gloria Ángeles - Los orígenes del sufragismo en España. **Espacio, Tiempo Y Forma**. ISSN 1130-2402. Serie V, Historia Contemporânea, tomo 6, UNED (2004), pp. 455-482.

FRANCO, Francisco J. - **Mujeres de la España Republicana**. Cartagena: Editorial Áglaya, 2007. ISBN 8495669692.

FREIRE, André, coord. científica - **Eleições e sistemas eleitorais no século XX português – Uma perspectiva histórica e comparada**. X Curso Livre de História Contemporânea: Lisboa, Fundação Mário Soares/Edições Colibri, 2011. ISBN 978-989-689-094-0.

FREIRE, João – **Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários**. 2012. Disponível em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto>"

GARCÍA LASTRA, Marta – La voz de las mujeres en la universidad. **RASE – Revista de la Asociación de Sociología de la Educación**. ISSN 1988-7302. Vol. 3, N.º 3 (2008), pp. 357-368.

GARCIA MÉNDEZ, Esperanza - **La actuación de la Mujer en las Cortes de la II República**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1979. ISBN 8470140396.

GARCÍA-MERCADAL, Fernando - **La presencia de la mujer en la vida política y parlamentaria española: de la conquista del voto femenino a la democracia paritaria**. Almería: Serviço Provincial de Mujeres, 2005. ISBN 84-8108-322-4.

GARRIDO GONZÁLEZ, Elisa [et al.], ed. - **Historia de las mujeres en España**. Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 1997. ISBN 84-7738-525-4.

GAVIOLA ARTIGAS, Edda *et al.* - **«Queremos votar en las próximas elecciones». Historia del movimiento femenino chileno 1913-1952**. Centro de análisis y difusión de la condición de la mujer/«La Morada». Fempress/Ilet Isis Librería Lila Penci/Centro de Estudios de la Mujer, 1986.

GORDON, Ann D. – **The Trial of Susan B. Anthony**. Federal Judicial Center-Federal Judicial History Office, 2005.

GORJÃO, Vanda - **A reivindicação do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, Junho de 1994.

GRANA GIL, Isabel - La historia de la educación de las mujeres en España: líneas actuales de investigación. **Revista Educación**. ISSN 0034-8082. N° 334 (2004), pp. 131-141.

GUINOTE, Paulo - **Quotidianos femininos (1900-1933)**. Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997.

HANNAM, June; AUCHTERLONIE, Mitzi; HOLDEN, Katherine - **International Encyclopedia of Women's Suffrage**. California: ABC-CLIO, Inc., 2000. ISBN 978-1576070642.

HENRIQUES, Fernanda – Rousseau e a exclusão das mulheres de uma cidadania efectiva. In Maria Luísa Ribeiro Ferreira, org. – **O que os Filósofos pensam sobre as mulheres**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1998. ISBN 972-853-00-1. pp. 171-190.

HESPANHA, António Manuel - **Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português**. Lisboa: Almedina, 2004. ISBN 9789724023212.

HOLLIS, Patricia - **Women in Public: The Women's Movement. 1850-1900**. London: George Allen & Unwin (Publishers), 1979. ISBN 0-04-900033-0.

HOLTON, Sandra – **Feminism and democracy: The women's suffrage movement in Britain, with particular reference to the National Union of Women's Suffrage Societies 1897-1918**. Thesis submitted for the degree of doctor of Philosophy. University of Stirling, 1980.

HULL, N. E. H. - **The Woman who dared to vote: the trial of Susan B. Anthony**. Kansas: Landmark Law Cases and American Society/University of Kansas, 2012. ISBN 978-0700618491.

ILDEFONSO, Maria Isabel Moutinho Duarte - **As Mulheres na Imprensa Periódica do Séc. XIX. O jornal A Voz Feminina (1868-1869) (texto policopiado)**. Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

LACALZADA DE MATEO, M^a José – La Mitad Feminina “Para” la Masonería y “En” la Masonería (1868-1936). Balance y Perspectivas. **Investigaciones Históricas**. ISSN 0210-9425. N.º 23 (2003), pp. 117-139.

LACALZADA DE MATEO, María José – **Mujeres en Masonería: antecedentes históricos entre las luces y las sombras (1838-1938)**. Premià de Mar: Clavell Cultura, 2006. ISBN 84-89841-38-1.

LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco – **Mulheres para além do seu tempo**. Venda Nova: Bertrand, 1995. ISBN 972-25-0902-0.

LEAL, Ernesto Castro – **Partidos e Programas. O campo partidário republicano português 1910-1926**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-48-5.

LEAL, Maria Ivone – **Um século de periódicos femininos: arrolamento de**

periódicos entre 1870 e 1926. Lisboa: CIDM, 1992. ISBN 972-597-011-X.

LENDOIRO SALVADOR, José – **La Mujer Contemporánea hasta 1918: Realidad Sociolaboral y su Acceso al Voto.** Valencia: Editorial Obrapropria, 2013. ISBN 978-84-943047-1-2.

LIND, JoEllen – Dominance and democracy: the legacy of woman suffrage for the voting right. **UCLA Women's Law Journal.** ISSN-e 1943-1708. Vol. 5 (1994), pp. 103-216.

LOPES, Ana Maria Costa – Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade. s/l: Quimera Editores, 2005. ISBN 972-589-141-4.

LOPES, Fernando Farelo - **Poder político e caciquismo na primeira República.** Lisboa: Editorial Estampa, 1994. ISBN 972-33-0946-7.

LOUSADA, Isabel – Vozes e ecos de sufragistas britânicas em Portugal. **Gaudium Sciendi.** ISSN 2182-7605. N.º 8 (Julho de 2015), pp. 122-143.

KARAWCZYK, Mônica – “*O voto de saias*”: breve análise ds imagens veiculadas na Revista do Globo (1930-1934). **História, imagens e narrativas.** ISSN 1808-9895. N.º 3, ano 2 (setembro/2006), pp. 26-56.

KARAWCZYK, Mônica – Uma paulista na luta pela cidadania política: Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo.** ISSN 1808-6284. N.º 45 (dez. 2010), pp. 1-9.

MAIA, Fernanda Paula Sousa – De súbdito a cidadão – O Papel do Parlamento Parlamento Português na Construção da Cidadania na 1.ª Metade do Século XIX (1826-1952). In Jorge Martins Ribeiro, Francisco Ribeiro da Silva e Helena Osswald - **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 661-668. ISBN 972-9350-74-4.

MARÍAS, Julián - **La Mujer en el Siglo XX.** 6.ª edición. Madrid: Alianza Editorial, 1995. ISBN 8788420617541.

MARIANO, Fátima - **As Mulheres e a Primeira República.** Casal de Cambra: Edições Caleidoscópio, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2011. ISBN 978-989-658-131-2.

MARIANO, Fátima – Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1ª guerra mundial. In Maria Manuela Tavares Ribeiro, Maria Fernanda Rollo, Isabel Maria Freitas Valente e Alice Cunha, ed. – **Pela Paz! For Peace! Pour la Paix! (1849-1939).** Bruxelas: P.I.E. Peter Lang S.A., pp. 277-288. ISBN 978-2-87574-204-9.

- MARCOS DEL OLMO, M^a Concepción e SERRANO GARCÍA, Rafael, ed. – **Mujer y política en la España Contemporánea (1868-1936)**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2012. ISBN 978-84-8448-668-8.
- MARILLEY, Suzanne M. - **Woman suffrage and the origin of liberal feminism in the United States, 1829-1920**. Cambridge: Harvard University Press, 1996. ISBN 0-674-95465-3.
- MARQUES, A.H. de Oliveira - **História de Portugal – Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias**. Lisboa: Editorial Presença, Setembro de 1998. ISBN 978-972-232-334-5.
- MARQUES, Gabriela Mota - **Demónios Aperfeiçoados: O antifeminismo na imprensa portuguesa: 1885-1914 (texto policopiado)**. Dissertação de Doutoramento em Letras, na especialidade de História Contemporânea. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.
- MARRADES PUIG, Ana – Los derechos políticos de las mujeres: evolución y retos pendientes. **Cuadernos Constitucionales de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol**. Valencia. ISSN 1133-7087. N° 36/37 (2001), pp. 195-215.
- MARRADES, Maria Isabel – Feminismo, Prensa y Sociedad en España. **Papers: Revista de Sociologia**. ISSN 0210-2862. N° 9 (1978), pp. 89-134.
- MARTÍN I BERBOIS, Josep Lluís – **Ignoradas pero deseadas. La mujer política durante las elecciones de la Segunda República en Cataluña**. Barcelona: Icaria Editorial, s.a., 2015. ISBN 978-84-9888-675-7.
- MARTÍNEZ, Cândida; PASTOR, Reyna; DE LA PASCUA, M^a José; TALAVERA, Susanna, dir. - **Mujeres en la Historia de España. Enciclopedia biográfica**. Barcelona: Editorial Planeta, S.A, 2000. ISBN 9788408035411.
- MARTÍNEZ NORIEGA, Violeta – **Mujer y República 1931-1933**. Trabajo de Fin de Máster. Valladolid: Instituto Universitario de Historia, Universidad de Valladolid, 2016.
- MAZA VALENZUELA, Erika – **Catholicism, anticlericalism, and the quest for women's suffrage in Chile**. Kellog Institute. Working Paper #214 (December 1995).
- MENDES, José M. Amado – **A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização**. 3.^a edição. Coimbra: Coimbra Editores, 1993. ISBN 972-32-0627-7.
- MIRANDA, Jorge - **A igualdade de sufrágio político da mulher**. Separata Scientia Iuridica, 19. Braga: Livraria Cruz, 1970.
- MIRANDA, Jorge - **As constituições portuguesas – de 1822 ao texto da actual constituição**. Lisboa: Livraria Petrony, 1992. ISBN 972-685-050-9.

MOACHO, Maria Baptista - **Ana de Castro Osório e as Origens do Feminismo em Portugal (texto policopiado)**. Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, 2003.

MÓNICA, Maria Filomena – **A Formação da Classe Operária Portuguesa – Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. ISBN 0066000106333.

MONTEIRO, Natividade – **Maria Veleda (1871-1955). Uma professora feminista, republicana e livre-pensadora**. Olhão: Gente Singular Editora, 2012. ISBN978-989-8314-10-9.

MOURA, Vasco Graça - **Acordo Ortográfico: A perspectiva do Desastre**. Lisboa: Aletheia Editores, 2008. ISBN 978-989-622-137-9.

NAMORADO, Maria; PINHEIRO, Alexandre Sousa - **Legislação Eleitoral Portuguesa. Textos Históricos (1820-1974)**. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 1998. ISBN 972-8438-00-1.

NASH, Mary - Experiencia y aprendizaje: la formación histórica de los feminismos en España. **Historia Social**. ISSN 0214-2570. N.º 20 (1994), pp. 151-172.

NASH, Mary; ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel – **Seneca Falls – Un siglo y medio del Movimiento Internacional de Mujeres y la lucha por el sufragio femenino en España**. Astúrias: Consejería de Educación y Cultura, 2002.

NEVES, Isabel Cristina Marques - **A vindication of the rights of woman: da cidadania feminina à revolução**. Dissertação de Mestrado em Cultura Inglesa, Universidade de Lisboa, 1996.

NEVES, Helena; CALADO, Maria; MASCARENHAS, João Mário, coord. – **O Estado Novo e as mulheres: o género como investimento ideológico e de mobilização**. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, 2001.

NUNES, Ana Bela – A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal – um indicador do crescimento económico (1890-1981). **Análise Social**. ISSN 2182-2999. Vol. XXVI (112-113) (1991) (3.º-4.º), pp. 707-722.

NÚÑEZ, María-Gloria – Políticas de igualdad entre varones y mujeres en la segunda república española. **Historia Contemporánea**, ISSN 1130-2402. T. 11 (1998), pp. 393-445.

NÚÑEZ REY, Concepción – **Carmen de Burgos – Colombina – en la edad de Plata de la Literatura española**. Sevilla: Fundación José Maria Lara, 2005. ISBN 9788496152953.

- OFFEN, Karen - **European Feminism – 1700-1950 – A political history**. California: Standford University Press, 2000. ISBN 0804734203.
- OFFEN, Karen [et al.] - **Historia de una conquista: Clara Campoamor y el voto femenino**. Madrid: Área de Gobierno de Empleo y Servicios a la Ciudadanía, Dirección General de Igualdad de Oportunidades, Ayuntamiento de Madrid, 2007. ISBN 978-84-690-3348-7.
- ORTIZ ALBEAR, Natividad – **Las mujeres en la Masonería**. Málaga: Servicio de Publicaciones de çla Universidad de Malaga, 2005. ISBN 849747094X.
- ORTIZ ALBEAR, Natividad – La integración de las mujeres en la masonería española a través del rito de adopción (1868-1939). **Historia contemporânea**. ISSN 1130-2402. N.º 23 (2005), pp. 131-152.
- ORTIZ ALBEAR, Natividad – Las Mujeres en la Masonería Española (1868-1939). **Revista de Estudos Históricos de la Masoneria**. ISSN 1659-4223. Vol. 4, N.º 2 (Diciembre 2012 – Abril 2013), pp. 78-88.
- PÁEZ-CAMINO, Feliciano – **La Constitución republicana de 1931 y el sufragio femenino**. Madrid: Universidad de Mayores de Experiencia Reciproca, 2007.
- PALACIOS CEREZALES, Diego – *Assinem assinem, que a alma não tem sexo!* Petição colectiva e cidadania feminina no Portugal Constitucional (1820-1910). **Análise Social**. ISSN-e 2182-2999. 205, XLVII, 4.º (2012), pp. 740-765.
- PAXTON, Pamela, HUGHES, M. e GREEN, Jennifer L. – The Internacional Women’s Movement and Women’s Political Representation, 1893-2003. **American Sociological Review**. ISSN 1939-8271. Vol. 71 (December 2006), pp. 898-920.
- PEDERSON, Susan - Comparative History and Women’s History: Explaining Convergence and Divergence. In COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura, eds. - **Comparison and History. Europe in cross-national perspective**. Nova Iorque: Routledge, 2004. ISBN 9780415944434. pp. 85-102.
- PEÑA GONZÁLEZ, José – **Historia política del constitucionalismo español**. Madrid: Dykinson, S.L., 2006. ISBN 9788497729062.
- PEREIRA, Miriam Halpern – A 1.ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica. **Historia Constitucional**. ISSN 1576-4729. N.º 15 (2014), pp. 509-527.
- PEREIRA MARTÍNEZ, Carlos – Mulleres y República. Aproximación ás asociacións de mulleres progresistas na Coruña republicana. **Anuario Brigantino**. ISSN 1130-7625. N.º 21 (1998), pp. 255-290.

- PÉREZ GARZÓN, Juan Sisinio – **Historia del Feminismo**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011. ISBN 978-84-8319-658-8.
- PERINAT, Adolfo; MARRADES, María Isabel - **Mujeres, prensa y sociedade en España. 1800-1939**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1980. ISBN 84-7476034-8.
- PIMENTEL, Irene – Cem anos de vida das mulheres em Portugal. **História**. N.º 34 (Março de 2001), pp. 12-23.
- PIMENTEL, Irene Flunser - **A cada um o seu lugar – A política feminina do Estado Novo**. 1.^a edição. Lisboa: Temas de Debates/Círculo de Leitores, 2011. ISBN 9789896441432.
- PIMENTEL, Irene Flunser – **História das Organizações Femininas do Estado Novo**. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Temas e Debates, Maio de 2000. ISBN 972-759-449-2.
- POSTIGO ASENJO, Marta – **Género e igualdad de oportunidades: la teoria feminista y sus implicaciones ético-políticas**. Tesis doctoral. Málaga: Universidad de Málaga, 2006.
- PRIETO, Mercedes e GOETSCHER, Ana Maria – El sufragio femenino en Ecuador, 1884-1940. In Mercedes Prieto, ed. – **Mujeres y escenarios ciudadanos**. Quito: FLACSO e Ministerio de Cultural del Ecuador, 2008, pp. 229-330. ISBN 978-9978-67-180-1.
- PRZEWORSKI, Adam - Conquered or Granted? A History of Suffrage Extensions. **British Journal of Political Science**. ISSN 1469-2112 (Online). N° 39 (2008), p. 292-321.
- QUINTERO HERNÁNDEZ, Begoña – **1931: El discurso de Clara Campoamor**. Trabajo de fin de Máster en Estudios Interdisciplinarios de Género. Salamanca: Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca, 2011.
- RAGIN, Charles C. - **The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Los Angeles/London: University of California Press, 1989. ISBN 978-0-520-006618-2.
- RAMOS COBANO, Cristina – El voto femenino y los límites de la democratización en la primera posguerra mundial. **Ayer**. ISSN 1134-2277. N° 96/2014 (4), pp. 17-38.
- RAMOS, María Dolores - Luces y sombras en torno a una polémica. La concesión del voto femenino en España (1931-1933). **Baetica**. N° 11 (1988), pp. 563-573.

- RAMOS, María Dolores; VERA, M.^a Teresa, coords. – **Discursos, realidades, utopias: la construcción del sujeto femenino en los siglos XIX-XX**. 1.^a edición. Barcelona: Rubí, Antrophos, 2002. ISBN 84-7658-638-8.
- RAMOS, Rui - Para uma história política da cidadania em Portugal. **Análise Social**. ISSN 0003-2573. Vol. XXXIX (172) (2004), pp. 547-569.
- RAPOSO, Vera Lúcia Carapeto – **O Poder de Eva. O princípio da Igualdade no Âmbito dos Direitos Políticos. Problemas Suscitados pela Discriminação Positiva**. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-1985-3.
- RAVARA, António Pinto - Acerca das eleições de 1911. **CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa**. Lisboa. ISSN 0870-4140. iii volume, 1981, pp. 127-151.
- RIBEIRO, Olga – **Elina Guimarães – “Pequenina mas constante” – Uma Feminista Portuguesa – Vida e Obra (1904/1991)**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros, 2004. ISBN 972-597-261-9.
- ROMANELLI, Raffaele - **How did they became voters? The History of Franchise in Modern European Representation**. Hague: Kluwer Law International, 1998. ISBN 90-411-1012-7.
- ROSANVALLON, Pierre – A História do voto das mulheres. Reflexão sobre a especificidade francesa. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle – **As Mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. pp.
- ROSAS, Fernando - **As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo – as eleições de 16 de Dezembro de 1934**. Lisboa: Cadernos *O Jornal*, 1985.
- RUBIO-MARÍN, Ruth – The achievement of female suffrage in Europe: on women’s citizenship. **International Journal of Constitutional Law**. ISSN 1474-2659. Volume 12 (2014), Issue 1, pp. 4-34.
- SALAS LARRAZÁBAL, María – **Las mujeres en la Acción Católica Española**. Madrid: Federación de Movimientos de la Acción Católica Española, 2003. ISBN 84-7001-074-3.
- SALOMÓN CHÉLIZ, Maria Pilar – Beatas sojuzgadas por el clero: la imagen de las mujeres en el discurso anticlerical en la España del primer tercio del siglo XX. **Feminismo/s – Revista del Centro de Estudios sobre la Mujer de la Universidad de Alicante**. ISSN 1696-8162. N° 2 (2003), pp. 41-58.

SÁNCHEZ COLLANTES, Sérgio – Antecedentes del voto femenino en España: el republicanismo federal pactista y los derechos políticos de las mujeres (1868-1914). **Historia constitucional**. ISSN 1576-4729. Nº 15 (2014), pp. 445-469.

SANFELIU, Luz – Del laicismo al sufragismo. Marcos conceptuales y estratégias de actuación del feminismo republicano entre los siglos XIX y XX. **Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea**. Nº 7 (2008), pp. 59-78.

SANTA BÁRBARA, Maria Leonor [et al.], org. - **Identidade e Cidadania - da Antiguidade aos Nossos Dias**. Actas de Congresso. Vol. I. Porto: Papiro Editora, Abril de 2010. ISBN 978-989-636-493-9.

SANTALLA LÓPEZ, Manuela – **Concepción Arenal y el feminismo católico español**. A. Coruña: Ediciós do Castro, 1995. ISBN 84-7492-981-4.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos - **A imagem do poder no constitucionalismo português**. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais do Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990.

SCANLON, Geraldine M. - **La Polémica feminista en la España contemporánea 1868-1974**. Madrid: AKAL, 1986. ISBN 84-7600-026-X.

SEWELL JR., William H. - Marc Bloch and the Logic of Comparative History. **History and Theory**. ISSN 1468-2303. Vol. 6, Nº 2 (1967), pp. 208-218.

SILVA, Cristina Nogueira da – Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. **Análise Social**. ISSN 0003-2573. Vol. XLIV (192) (2009), pp. 53-563.

SILVA, Lenina Vernucci da – **Gênero e poder: Diva Nolf Nazário na luta pelo voto feminino**. Dissertação de Mestrado. Araraquara, S.P.: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2014.

SILVA, Maria Regina Tavares da; Vicente, Ana - **Mulheres Portuguesas – Vidas e obras celebradas, vidas e obras ignoradas**. Lisboa: Ditos & Escritos nº 1, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, s/d. ISBN 972-597-079-9.

SILVA, Maria Regina Tavares da - **Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras do início do século XX**. Lisboa: Cadernos Condição Feminina, presidência do Conselho de Ministros, Comissão da Condição Feminina, 1982.

SILVA, Maria Regina Tavares da – **Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911)**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013.

SOUZA, Maria Reynolds de - **A concessão do voto às portuguesas**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.

- STEINBACH, Susie - **Women in England – 1760-1914 – A Social History**. London: Palgrave MacMillan, 2004. ISBN 1403967547.
- SULKUNEN, Irma - Suffrage, gender and citizenship in Finland. A comparative perspective. **NORDEUROPAforum**. ISSN 1863-639X. 1 (2007), pp. 27-44.
- TIMIÑO VELÁSQUEZ, Celina de Jesús – **Aportaciones del feminismo liberal al desarrollo de los derechos políticos de las mujeres**. Madrid: Instituto de Derechos Humanos “Bartolomé de las Casas”, Universidad Carlos III de Madrid, abril de 2010. ISBN 9788479434618.
- THÉBAUD, Françoise – Mulheres, cidadania e Estado na França do século XX. **Tempo**. ISSN 1980-542X. N.º 10 (2000), pp. 119-135.
- TOMÉ, Irene; STONE, Maria Emília; SANTOS, Maria Teresa, coord. - **Olhares sobre as mulheres – Homenagem a Zília Osório de Castro**. Lisboa: CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Nova, 2011. ISBN 978-989-97344-0-1.
- TUSELL, Javier – El sufragio universal en España (1891-1936): un balance historiográfico. **Ayer**. ISSN electrónico 22555838. N.º 3 (1991), pp. 13-62.
- TUSELL, Javier - **Historia de España en el siglo XX – Del 98 a la proclamación de la República**. Madrid: Taurus, 2006. ISBN 978-84-306-0629-0.
- VALCÁRCEL, Amelia - **El debate sobre el voto femenino en la Constitución de 1931**. Madrid: Congreso de los Diputados, Departamento de Publicaciones, 2006. ISBN 84-7943-182-2.
- VARGUES, Isabel Nobre - **A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)**. Coimbra: Minerva, 1997. ISBN 972-8318-13-8.
- VAQUINHAS, Irene – Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço. **História – Revista da Faculdade de Letras**. Porto. ISSN 0871-164X. Vol. 3, III Série (2002), pp. 201-221.
- VERA GIMENO, Elena – **Voces de la masonería femenina decimonónica en defensa de los derechos de las mujeres españolas. Del discurso regenerador al activismo anarquista**. Màster Interuniversitari d’Etudis de Dones, Gènere i Ciutadania. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.
- VIDIGAL, Luís - **Cidadania, Caciquismo e Poder – Portugal, 1890-1916**. Estudos. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- VILHENA, Maria da Conceição - **Uma mulher pioneira – Ideias, intervenção e acção de Alice Moderno**. Lisboa: Edições Salamandra, 2001. ISBN 972-689-199-X.

VILLALAÍN GARCIA, Pablo - **Mujer y política. La participación de la mujer en las elecciones generales celebradas en Madrid durante la II República (1931-1936).** Madrid: Instituto de la Mujer, 1995. ISBN 84-7799-959-7.

VILLARS, Rina – Exclusión e inclusión de la mujer en el concepto de ciudadanía política en las Constituciones hispanoamericanas. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.** ISSN 0718-6851. XXVII (2.º semestre de 2006), pp. 291-337.

WALDINGER, Renée; DAWSON, Philip; WOLOCH, Isser - **The French Revolution and the Meaning of Citizenship.** Connecticut: Greenwood Press, 1993. ISBN 0313288291.

Sites

Assembleia da República – www.parlamento.pt

Congreso de los Diputados – www.congreso.es

Feminism and Women Studies - <http://feminism.eserver.org/>

Femiteca - <http://www.femiteca.com/spip.php?auteur49>

Google Books – <http://books.google.com>

Historia Siglo XX – el sitio web de la historia del siglo XX – <http://www.historiasiglo20.org/sufragismo/triunsufrag.htm>

LegisHca – Base de Datos de Legislación Histórica - <https://legishca.edu.umh.es/>

Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa, 1820-1926 - <http://purl.pt/5854/1/regimentos.html>

Mujeres en Red - <http://www.nodo50.org/mujeresred/historia-MeryNash1.html>

Pares – Portal de Archivos Españoles - <http://pares.mcu.es/>

Proyecto Clío – Hacer historia en la era digital – <http://clio.rediris.es/udidactica/sufragismo2/>

Women Suffrage and Beyond. Confronting the democratic deficit - http://womensuffrage.org/?page_id=69

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Manifestação sufragista em Londres em Abril de 1906 (Fonte: *The Daily Mirror*).

Imagem 2 - Mulheres francesas exigindo o direito de voto em Paris em 1937 (Fonte: Gallica – Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de França).

Imagem 3 – Manifestação sufragista em Paris em 1913 (Fonte: Gallica – Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de França).

Imagem 4 – Emily Davison atirou-se para a frente do cavalo do rei Jorge V durante a corrida de Derby, em Junho de 1913. Morreu poucos dias depois, devido aos graves ferimentos (Fonte: *BBC*).

Imagem 5 – Em 1917, as sufragetes americanas realizaram vários piquetes em frente à Casa Branca (Fonte: Getty Images).

Imagem 6 - Victoria C. Woodhull (Fonte: www.woodhull.org).

Imagem 7 – Susan B. Anthony (Fonte: Library of Congress).

Imagem 8 – Hubertine Auclert (Fonte: Gallica – Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de França).

Imagem 9 – Diva Nolf Nazário (Fonte: Museu Bertha Luz).

Imagem 10 – Matilde Hidalgo de Procel (Fonte: Wikipedia).

Imagem 11 - Mulheres de Saragoça votam nas eleições gerais de Novembro de 1933, as primeiras que se realizaram em Espanha depois de aprovado o voto universal. (Fonte: jornal *ABC*).

Imagem 12 –As mulheres portuguesas votaram pela primeira vez no dia 19 de Março de 1933, dia em que se realizou o plebiscito sobre a primeira Constituição do Estado Novo (Fonte: Centro Português de Fotografia).

Imagem 13 – Turma de raparigas (esq.) e de rapazes (dir.) nas Escuelas Aguirre em Madrid, em 1910 (Fonte: Biblioteca Digital Memoria de Madrid).

Imagem 14 – Sátira às mudanças que a entrada das mulheres no mercado de trabalho poderia provocar na gestão das tarefas domésticas (Fonte: *A Sátira*, n.º 3, 1 de Maio de 1911).

Imagem 15 – Convite endereçado pelo Congresso da República português às senhoras para assistirem à homenagem aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922 (Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, CR/CX44, n.º 14).

Imagem 16 – Convite do Congresso da República português para a homenagem aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, sem menção do sexo (Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, CR/CX44, n.º 14).

Imagem 17 – Capa do programa do Congresso Maçónico Interpeninsular realizado em Junho de 1905 em Lisboa (Fonte: (1905), "Programa Geral do Congresso Maçónico Interpeninsular a realizar nos dias 21, 22 e 23.JUN.1905.", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_146976 (2017-9-26)).

Imagem 18 – Do jornal «A Sátira» de 1911:

- Ó Lulu, vê lá se pões o almoço na mesa, que já são horas de ir p'ra Junta...

- Ó menina, não vês que ainda agora puz o feijão ao lume...

(Fonte: *A Sátira*, n.º 1, 1 de Fevereiro de 1911).

Imagem 19 – Sátira do jornal «Alegria» à proposta do deputado Odón de Buen sobre o voto feminino (Fonte: *Alegria*, 24 de Julho de 1907).

Imagem 20 – O presidente do Senado, Sánchez de Toca, recebe uma petição da Cruzada das Mulheres Espanholas a reclamar o voto (Fonte: *Mundo Gráfico*, 8 de Junho de 1921).

Imagem 21 – Bilhete postal da Associação de Propaganda Feminista em homenagem a Carolina Beatriz Ângelo (Fonte: (1911), "Carolina Beatriz Ângelo", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_149636 (2017-9-25)).

Imagem 22 – Clara Campoamor é considerada a «mãe» do sufrágio feminino em Espanha, devido à luta quase solitária travada no Parlamento em 1931 (Fonte:

<http://www.mujiresenlahistoria.com/2013/12/la-defensora-del-voto-femenino-clara.html> - consultado em 25 de Setembro de 2017).

Imagem 23 – Sátira do jornal «O Zé» ao pedido de Carolina Beatriz Ângelo para ser aceite como eleitora (Fonte: *O Zé*, n.º 26, 1911).

Imagem 24 – Carolina Beatriz Ângelo (dir.) com Ana de Castro Osório pouco depois de ter votado (Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n. 276, 5 de Junho de 1911).

Imagem 25 – Teresa Luzzatti Quiñones, uma das primeiras deputadas espanholas (Fonte: *Diario de León*, 3 de Setembro de 2012).

Imagem 26 – Comissão Constitucional encarregada de elaborar o projecto da futura Constituição republicana. Clara Campoamor era a única mulher (Fonte: Durán y Lalaguna, 2007).

Imagem 27 – Número da revista «Estampa» sobre a participação das mulheres nas eleições de 1933 (Fonte: *Estampa*, 18 de Novembro de 1933).

Imagem 28 – As três primeiras deputadas portuguesas: Domitila de Carvalho, Pinto da Mota, Maria Cândida Parreira e Maria Guardiola (Fonte: ANTT - PT/TT/EPJS/SF/001-001/0033/0050J).

Imagem 29 – Maria José Novais e Clemência Dupin Seabra com Dario Canas na Câmara Corporativa (Fonte: ANTT - PT/TT/EPJS/SF/001-001/0033/0048J).

ANEXOS

Anexo I

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO¹³⁶

Os representantes do povo francês, constituídos em Assembleia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, decidiram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente para todos os membros do corpo social, recorde permanentemente os seus direitos e deveres; com o fim de que todos os actos do poder legislativo e dos poder executivo, possam ser comparados a cada instante com o objectivo de toda a instituição política, sejam mais respeitados; com o fim de que todas as reclamações dos cidadãos, fundadas desde agora em princípios simples e incontestáveis se dirijam sempre à manutenção da constituição e da felicidade de todos.

Por consequência, a Assembleia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão.

Artigo 1.º - Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As diferenças sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Artigo 2.º - O objectivo de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 3.º - A origem de toda a soberania reside essencialmente na Nação. Nenhum órgão, nem nenhum indivíduo podem exercer autoridade que não emane expressamente dela.

Artigo 4.º - A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não cause prejuízo aos outros. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem mais

¹³⁶ Aprovada pela Assembleia Nacional Francesa em 26 de Agosto de 1789.

limites do que aqueles que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Estes limites só podem ser determinados pela lei.

Artigo 5.º - A lei não pode proibir mais que as acções prejudiciais para a sociedade, tudo o que não é proibido pela lei não pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que esta não ordena.

Artigo 6.º - A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de participar pessoalmente ou por meio dos seus representantes na sua formação. Deve ser igual para todos, tanto protege como castiga. Todos os cidadãos, ao serem iguais perante esta, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não as suas virtudes e os seus talentos.

Artigo 7.º - Ninguém pode ser acusado, detido ou encarcerado se não nos casos determinados pela lei segundo as formas prescritas nesta. Os que solicitam, facilitam, executam ou fazem executar ordens arbitrárias devem ser castigados; mas todo o cidadão chamado ou requerido em virtude do estabelecido na lei deve obedecer imediatamente: será culpado pela resistência.

Artigo 8.º - A lei não deve estabelecer mais do que penas estritas e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser castigado senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada.

Artigo 9.º - Toda a pessoa, sendo presumivelmente inocente até que seja declarada culpada, se se julga indispensável a sua detenção, a lei deve reprimir severamente todo o rigor que não seja necessário para assegurar a sua pessoa.

Artigo 10.º - Ninguém deve ser importunado pelas suas opiniões, incluindo religiosas, desde que a sua manifestação não altere a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11.º - A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais valiosos do homem; todo o cidadão pode, por isso, falar, escrever e imprimir livremente, excepto a responsabilidade que o abuso desta liberdade produza nos casos determinados pela lei.

Artigo 12.º - A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força institui-se, portanto, para benefício de todos e não para a utilidade particular daqueles que a têm a seu cargo.

Artigo 13.º - Para a manutenção da força pública e para os gastos de administração é indispensável uma contribuição comum: deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos em razão das suas possibilidades.

Artigo 14.º - Todos os cidadãos têm o direito de verificar por si mesmos ou pelos seus representantes a necessidade da contribuição pública, de aceitá-la livremente, de vigiar o seu emprego e de determinar a quota, a base e a cobrança e a duração.

Artigo 15.º - A sociedade tem o direito de pedir contas a todo o agente público sobre a sua administração.

Artigo 16.º - Toda a sociedade na qual a garantia dos direitos não está assegurada nem a separação de poderes estabelecida, não tem Constituição.

Artigo 17.º - Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém pode ser privado dela se não quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exige claramente e com a condição de uma indemnização justa e prévia.

Anexo II

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS EUA¹³⁷

(Aprovada pelo Congresso em 4 de Julho de 1776)

Quando no curso dos acontecimentos humanos se torna necessário para um povo dissolver os vínculos políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre as nações da terra, a posição separada e igual a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, um digno respeito pelas opiniões da humanidade exige que declare as causas que o levam à separação.

Nós consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, que foram dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes se encontram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que com o fim de assegurar estes direitos, instituem-se os governos entre os homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados. Que sempre que qualquer forma de governo se torna destrutiva destes fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, baseando-se em tais princípios, e organizando os seus poderes na forma que lhe pareça mais adequada para garantir a sua segurança e felicidade. A prudência, certamente aconselha que não se mudem os governos estabelecidos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, de facto, a experiência tem demonstrado que a humanidade está mais disposta a sofrer enquanto os males são suportáveis, do que a fazer justiça abolindo as formas a que se acostumou. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objectivo, evidencia um desígnio de submeter o povo ao despotismo absoluto, é do seu direito e do seu dever libertar-se de tal governo e instituir novas salvaguardas para a sua segurança futura. Tal tem sido o paciente sofrimento destas colónias; e tal é agora a necessidade que as obriga a alterar os seus sistemas de governo anteriores. A história do actual Rei da Grã-Bretanha é uma história de ofensas e usurpações reiteradas, tendo todas elas por objectivo directo o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre estes estados. Para provar isto, permitam-nos submeter os factos ao juízo de um mundo imparcial.

¹³⁷ Fonte: AGAL – Associação Galega da Língua - http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=gze-ditora:declaracao_da_independencia_eua.pdf consultada em 26 de Julho de 2017.

Recusou a aprovação de leis das mais convenientes e necessárias ao bem público.

Proibiu os seus governadores de aprovar leis de importância imediata e urgente, a menos que se suspendesse a aplicação das mesmas até se obter o seu consentimento; e, quando foram assim suspensas, deixou totalmente de lhes prestar atenção.

Recurrou a aprovação de outras leis destinadas a acolher grandes áreas populacionais, a menos que renunciassem ao direito de representação no Legislativo, um direito inestimável para eles e temível apenas para os tiranos.

Convocou os corpos legislativos a lugares não habituais, incómodos, e afastados dos arquivos e registos públicos, com o único propósito de fatigá-los até conseguir que assentissem às suas disposições.

Dissolveu repetidas vezes Assembleias de Representantes por se oporem, com valorosa firmeza, à sua usurpação dos direitos do povo.

Recusou durante muito tempo depois de tais dissoluções que outros fossem eleitos, pelo que os poderes legislativos, ao não poderem ser aniquilados, regressaram ao povo em geral para que os exercesse, ficando o Estado, entretanto, exposto a todos os perigos de invasões externas e convulsões internas.

Fez o possível para impedir o povoamento destes estados, obstruindo com esse propósito as leis de naturalização de estrangeiros, recusando a aprovação de outras que estimulassem a emigração para eles, e endurecendo as condições para novas aquisições de terras.

Obstruiu a administração da justiça, recusando a aprovação de leis encaminhadas para a criação de poderes judiciários.

Fez os juízes dependerem apenas da sua vontade para o exercício dos cargos, assim como para a quantia e pagamento dos salários.

Criou uma multidão de novos cargos públicos, e enviou-nos um enxame de funcionários para incomodar o nosso povo e devorar os seus recursos.

Conservou entre nós, em tempo de paz, exércitos permanentes, sem o consentimento dos nossos poderes legislativos.

Tentou tornar o poder militar independente do poder civil e superior a ele.

Associou-se a outros para nos submeter a uma jurisdição à nossa constituição e não reconhecida pelas nossas leis, dando assentimento aos supostos actos legislativos daí resultantes, com o objecto de:

- aquartelar grandes corpos de tropas armadas entre nós;
- protegê-las, por meio de simulacros de julgamentos, do castigo por quaisquer assassinatos que venham a cometer contra os habitantes destes Estados;
- impedir o nosso comércio com todas as partes do mundo;
- impor-nos tributos sem o nosso consentimento;
- privar-nos, em muitos casos, dos benefícios do julgamento com júri;
- transportar-nos para além-mar, onde somos julgados por supostos delitos;
- abolir o sistema liberal de leis inglesas numa província vizinha, estabelecendo nela um governo arbitrário, e alargando-lhe as fronteiras, de sorte a apresentá-la, de imediato, como exemplo e instrumento apropriado para a introdução das mesmas leis despóticas nestas colónias;
- suprimir os nossos forais, abolindo as nossas leis mais prezadas e alterando profundamente as formas dos nossos governos;
- suspender nos nossos corpos legislativos, arrogando-se a faculdade de legislar para nós em todos e quaisquer casos.

Abdicou do direito de governar este país, ao declarar-nos fora da sua protecção e desfraldar a bandeira de guerra contra nós.

Saqueou os nossos mares, assolou as nossas costas, incendiou as nossas cidades e destruiu as vidas dos nossos concidadãos.

Agora mesmo está a transportar grandes exércitos de mercenários estrangeiros para completar a obra de destruição, desolação e tirania já iniciada, com uma crueldade e perfídia raramente iguais mesmo nas épocas mais bárbaras, totalmente indignas do chefe de uma nação civilizada.

Obrigou os nossos concidadãos capturados no alto mar a empunharem as armas contra o próprio país, tornando-se verdugos dos amigos e irmãos ou fazendo-os sucumbir às mãos deles.

Instigou insurreições intestinas e procurou acirrar contra nós os habitantes das fronteiras, os desapiedados e selvagens índios, cuja conhecida maneira de praticar a guerra consiste a destruição sem qualquer distinção de idade, sexo ou condição.

Em cada fase desses actos de opressão pedimos justiça nos termos mais humildes; os nossos sucessivos apelos apenas receberam como resposta repetidos agravos. Um soberano cujo carácter fica assim marcado por todos os actos capazes de definir um tirano, não é digno de ser o governante de um povo livre.

Tão-pouco faltámos à consideração devida aos nossos irmãos britânicos: avisamo-los, de tempos em tempos, sobre as tentativas dos seus corpos legislativos de estenderem uma jurisdição injustificável sobre nós; lembramos-lhe as circunstâncias da nossa emigração e estabelecimento nestes países; apelámos à sua justiça e magnanimidade inatas e instámos-los, em nome dos laços do nosso parentesco comum, a se insurgirem contra essas usurpações, que conduziriam inevitavelmente à interrupção das nossas ligações e relações. Também eles permaneceram surdos à voz da justiça e da consanguinidade. Devemos, pois, aceitar a necessidade, que delata a nossa separação, e considera-los, tal como o resto da humanidade, inimigos na guerra, amigos na paz.

Assim sendo, Nós, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Assembleia Geral, apelando para o juiz supremo do mundo pela rectidão das nossas intenções, em nome e com a autoridade do nobre povo destas colónias, fazemos público e declaramos solenemente: que estas colónias unidas são e devem ser por direito, Estados livres e independentes; que ficam exonerados de toda a fidelidade para com a coroa britânica, e que qualquer vínculo político entre elas e o Estado da Grã-Bretanha é e deve ser totalmente dissolvido; e que como Estados livres e independentes, dispõem de plenos poderes para declarar a guerra, assinar a paz, contrair alianças, estabelecer

comércio, e praticar quaisquer actos e acções a que têm direito os Estados independentes. E em apoio desta declaração, plenos de uma firme confiança na protecção da divina providência, empenhamos mutuamente as nossas vidas, os nossos bens e a nossa sagrada honra.

Os assinantes da declaração representavam os seguintes estados:

Nova Hampshire:

Josiah Bartlett, William Whipple, Matthew Thornton.

Massachusetts:

John Hancock, Samuel Adams, John Adams, Robert Treat Paine, Elbridge Gerry.

Rhode Island:

Stephen Hopkins, William Ellery.

Connecticut:

Roger Sherman, Samuel Huntington, William Williams, Oliver Wolcott.

Nova Iorque:

Richard Stockton, John Witherspoon, Francis Hopkinson, John Hart, Abraham Clark.

Pensilvânia:

Robert Morris, Benjamin Rush Benjamin Franklin, John Morton, George Clymer, James Smith, George Taylor, James Wilson, George Ross.

Delaware:

Caesar Rodney,, George Read, Thomas McKean.

Marilândia:

Samuel Chase, William Paca, Thomas Stone, Charles Carroll of Carrollton.

Virgínia:

George Wythe, Richard Henry Lee, Thomas Jefferson, Benjamin Harrison, Thomas Nelson Jr., Francis Lightfoot Lee, Carter Braxton.

Carolina do Norte:

William Hooper, Joseph Hewes, John Penn.

Carolina do Sul:

Edward Rutledge, Thomas Heyward Jr., Thomas Lynch Jr, Arthur Middleton.

Geórgia:

Button Gwinnett, Lyman Hall, George Walton.

Anexo III

CRONOLOGIA DOS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES NO MUNDO¹³⁸

	<u>Direito de voto</u>	<u>Direito a ser eleita</u>
Afeganistão	1965 ¹³⁹	1965 ¹⁴⁰
África do Sul	1930 ¹⁴¹ /1984 ¹⁴² /1994 ¹⁴³	1930/1984/1994
Albânia	1920	1920
Alemanha	1918	1918
Argéria	1962	1962
Andorra	1970	1973
Angola	1975	1975
Antígua & Barbuda	1951	1951
Arábia Saudita ¹⁴⁴	2015	2015
Argentina	1947	1947
Arménia	1921	1921

¹³⁸ Fonte: Women Suffrage and Beyond - http://womensuffrage.org/?page_id=69 Consultada em 21 de Julho de 2017.

¹³⁹ Revogado entre 1996 e 2001 durante o regime talibã.

¹⁴⁰ Revogado entre 1996 e 2001 durante o regime talibã.

¹⁴¹ Apenas as mulheres brancas.

¹⁴² Direito de voto alargado às mulheres «colored» e índias.

¹⁴³ Alargado às mulheres negras.

¹⁴⁴ Excepto em eleições municipais.

Austrália	1902	1902
Austrália (Aborígenes)	1962	1962
Áustria	1918	1918
Azerbaijão	1921	1921
Bahamas	1961	1961
Bahrain	2002	2002
Bangladesh	1972	1972
Barbados	1950	1950
Belarus	1919	1919
Bélgica	1919 ¹⁴⁵ /1948 ¹⁴⁶	1921 ¹⁴⁷ /1948 ¹⁴⁸
Belize	1954	1954
Benim	1956	1956
Butão	1953	1953
Bolívia	1938 ¹⁴⁹ /1952 ¹⁵⁰	1952
Bósnia Herzegovina	1949	1949

¹⁴⁵ Direito de voto em eleições nacionais para as viúvas e as mulheres de militares mortos durante a Grande Guerra, para as viúvas e mães de cidadãos mortos pelo inimigo e para as mulheres de prisioneiros políticos que foram detidos pelo inimigo.

¹⁴⁶ Direito de voto alargado a todas as mulheres nas mesmas condições que os homens.

¹⁴⁷ Direito a candidatar-se em eleições nacionais para as viúvas e as mulheres de militares mortos durante a Grande Guerra, para as viúvas e mães de cidadãos mortos pelo inimigo e para as mulheres de prisioneiros políticos que foram detidos pelo inimigo

¹⁴⁸ O direito a ser eleita foi alargado a todas as mulheres nas mesmas condições que os homens.

¹⁴⁹ Direito de voto para as mulheres letradas e que fossem detentores de determinada riqueza.

¹⁵⁰ Direito de voto alargado a todas as mulheres.

Botswana	1965	1965
Brasil	1934	1934
Brunei	1962	1962
Bulgária	1944	1944
Burkina Faso	1958	1958
Burundi	1961	1961
Camboja	1955	1955
Camarões	1946	1946
Canadá	1917 ¹⁵¹ /1918 ¹⁵²	1920
Cabo Verde	1975	1975
Cazaquistão	1924	1924
Centro República Africana	1986	1986
Chade	1958	-----
Chile ¹⁵³	1931/1949	1931/1949
Colômbia	1954	1954
Comores	1956	1956
Costa Rica	1949	1949
Costa d'Ivori	1952	1952

¹⁵¹ As mulheres que tivessem familiares próximos no exército podiam votar nas eleições federais.

¹⁵² A maioria das mulheres foi autorizada a votar nas eleições federais, mas as mulheres aborígenes estavam excluídas. Estas últimas só começaram a ter direito de voto em 1950, tendo o Quebec, em 1969, sido a última província a reconhecer-lhes o direito de sufrágio.

¹⁵³ Em 1931, apenas em eleições municipais; em 1949, direito alargado às eleições provinciais e legislativas.

Croácia	1945	1945
Cuba	1934	1934
Chipre	1960	1960
Dinamarca ¹⁵⁴	1908/1915	1908/191
Djibouti	1946	1986
Equador	1929	1929 ¹⁵⁵
Egipto	1956	1956
El Salvador	1939	1961
Emirados Árabes Unidos	2006	2006
Eritreia	1955	1955
Eslováquia	1920	1920
Eslovénia	1945	1945
Espanha	1931 (9 de Dezembro)	1931 (8 de Maio)
Estados Federados da Micronésia	1979	1979
Estados Unidos da América	1920	1920
Estónia	1918	1918
Etiópia	1955	1955
Filipinas	1937	1937
Finlândia	1906	1906

¹⁵⁴ Em 1908, apenas em eleições locais; a partir de 1915, em todas as eleições.

¹⁵⁵ Entre 1929 e 1967, o voto era obrigatório para os homens e opcional para as mulheres; em 1967, tornou-se obrigatório para ambos os sexos.

França	1944	1944
Gabão	1956	1956
Gana	1954	1954
Geórgia	1918	1918
Grécia	1952	1952
Grenada	1951	1951
Guatemala	1946	1946
Guiné	1958	1958
Guiné Bissau	1977	1977
Guiné Equatorial	1963	1963
Guiana	1953	1945
Haiti	1950	1950
Honduras	1955	1955
Hungria	1918	1918
Iémen ¹⁵⁶	1967/1970	1967/1970
Ilhas Fiji	1963 (17 de Abril)	1963 (5 de Maio)
Ilhas Marshall	1979	1979
Ilhas Salomão	1978	1978
Índia	1950	1950
Indonésia	1945	1945

¹⁵⁶ Em 1967, o país chamava-se República Popular Democrática do Iémen; a parti de 1970, República Árábica do Iémen.

Irão	1963	1963
Iraque	1958 ¹⁵⁷ /1980	1950/1980
Irlanda ¹⁵⁸	1918/1928	1918/1928
Islândia	1915	1915
Israel	1948	1948
Itália	1945	1945
Jamaica	1944	1944
Japão ¹⁵⁹	1945/1947	1945/1947
Jordânia	1974	1974
Jugoslávia	1946	1946
Kiribari	1967	1967
Laos	1958	1958
Latvia	1918	1918
Líbano	1952	1952
Lesoto	1965	1965
Libéria	1946	1946
Líbia	1963	1963
Liechtenstein	1984	1984

¹⁵⁷ O governo foi derrubado durante o Verão de 1958 sem que se tenham realizado eleições com a participação das mulheres.

¹⁵⁸ Em 1918, apenas para mulheres com 30 ou mais anos de idade.

¹⁵⁹ Em 1945, só para a Câmara dos Representantes; a partir de 1947, também para a Câmara dos Conselheiros.

Luxemburgo	1919	1919
Macedónia	1946	1946
Madagáscar	1959	1959
Malauí	1961	1961
Malásia	1957	1957
Maldivas	1932	1932
Mali	1956	1956
Malta	1947	1947
Marrocos	1963	1963
Mauritânia	1961	1961
Maurícias	1956	1956
México	1947	1953
Mianmar	1935	1935
Moçambique	1975	1975
Moldávia	1978	1978
Mónaco	1962	1962
Mongólia	1924	1925
Namíbia	1989	1989
Nauru	1968	1968
Nepal	1951	1951
Nova Zelândia	1893	1919

Nicarágua	1955	1955
Níger	1948	1948
Nigéria	1958	1958
Noruega	1907	1907/1913
Países Baixos	1919	1917
Palau	1979	1979
Panamá ¹⁶⁰	1941/1946	1941/1946
Papua Nova Guiné	1964	1963
Paquistão	1947	1947
Paraguai	1961	1961
Peru	1955	1955
Polónia	1918	1918
Portugal ¹⁶¹	1931/1976	1931/1976
Omã	1997	1997
Qatar	1999	1999
Quénia	1963	1963
Quirguistão	1918	1918
Reino Unido ¹⁶²	1918/1928	1918/1928

¹⁶⁰ Em 1941, podiam eleger e ser eleitas apenas para órgãos provinciais as mulheres que possuísem um curso universitário, treino vocacional completo ou fossem professoras um colégio ou no ensino secundário. Em 1946, as limitações foram revogadas.

¹⁶¹ Em 1931, as mulheres podiam votar e ser eleitas em condições muito restritas; o voto universal só foi aprovado em Portugal em 1976. O projecto Women's Suffrage Timeline and Beyond indica erradamente, à semelhança de vários estudos portuguesas, que o voto feminino foi aprovado pela primeira vez em 1933.

República Checa	1920	1920
República da Coreia	1948	1948
República Democrática da Coreia	1946	1946
República Democrática do Congo	1967	1970
República do Congo	1963	1963
República Dominicana	1942	1942
República Popular da China	1949	1949
Roménia ¹⁶³	1929/1946	1929/1947
Ruanda	1961	1961
Rússia	1918	1918
São Kitts e Nevis	1951	1951
Samoa	1990	1990
San Marino	1959	1983
Santa Lúcia	1924	1924
São Tomé e Príncipe	1975	1975
São Vicente e the Grenadines	1951	1951
Senegal	1945	1945
Serra Leoa	1961	1961
Seychelles	1948	1948

¹⁶² Em 1918, apenas para as mulheres a partir dos 30 anos de idade; em 1949, foi alargado a todas as mulheres maiores de idade

¹⁶³ Em 1929, voto feminino restrito; em 1946, voto feminino nas mesmas condições que os homens.

Singapura	1947	1947
Síria ¹⁶⁴	1949	1953
Somália	1956	1956
Sri Lanka	1931	1931
Sudão	1964	1964
Suazilândia	1968	1968
Suécia ¹⁶⁵	1918/1919	1918/1919
Suriname	1948	1948
Suíça	1968	1968
Tailândia	1932	1932
Taiwan	1947	-----
Tajasquitão	1924	1924
Tanzânia	1959	1959
Togo	1945	1945
Tonga	1960	1960
Trinidad e Tobago	1946	1946
Tunísia	1957 ¹⁶⁶ /1959	1959
Turquemequistão	1927	1927

¹⁶⁴ Em 1949, podiam votar apenas as mulheres que tivessem completado o sexto ano de escolaridade; a partir de 1953, o direito de eleger e de ser eleito foi consagrado a todas as mulheres.

¹⁶⁵ Em 1918, as mulheres podiam votar e ser eleitas apenas em eleições locais; no ano seguinte, essas restrições foram levantadas e as mulheres passaram a participar em todos os actos eleitorais.

¹⁶⁶ Apenas em eleições locais.

Turquia	1930 (3 de Abril)	1930(5 de Dezembro)
Tuvalu	1967	1967
Ucrânia	1919	1919
Uganda	1962	1962
Uruguai	1932	1932
Uzbequistão	1938	1938
Vanuatu	1975	1975
Venezuela	1946	1946
Vietname	1946	1946
Zâmbia	1962	1962
Zimbabué	1957 ¹⁶⁷	1978

¹⁶⁷ Antes de 1957, apenas os homens e as mulheres europeias podiam votar.

Anexo IV

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ¹⁶⁸

Mães, filhas, irmãs [e] representantes reivindicarão da nação a constituir-se em assembleia nacional:

Certas de que a ignorância, a omissão, ou o escárnio pelos direitos da mulher são as únicas causas dos infortúnios públicos e da corrupção dos governos, [as mulheres] resolveram enunciar numa declaração solene os direitos naturais, inalienáveis, e sagrados da mulher a fim de esta declaração, constantemente exposta perante todos os membros da sociedade, lhes lembrar sem cessar os seus direitos e deveres; a fim de os actos abalizados das mulheres e os actos abalizados dos homens podem a qualquer momento comparar-se entre si e respeitar o objectivo de todas as instituições políticas; e a fim de as exigências dos cidadãos, a partir de agora, baseados em princípios simples e incontestáveis, servirem sempre de suporte à constituição, boa moral, e à felicidade de todos.

Consequentemente, o sexo que é tão superior na beleza como o é na coragem durante o sofrimento da maternidade reconheceu e declara na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes Direitos da Mulher e da Cidadã:

Artigo 1

A mulher nasceu livre e é igual ao homem nos seus direitos. As distinções sociais só podem ter por base o bem comum.

Artigo 2

O objectivo de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem; esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e especialmente a resistência à opressão.

Artigo 3

¹⁶⁸ Fonte: Ana Barradas (sel., com. e trad.) – Direitos da Mulher e da Cidadã. Textos fundadores do feminismo moderno. Lisboa: Ela por Ela, 2002, pp. 14-19.

O princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação, que nada mais é que a união da mulher e do homem; nada nem ninguém pode exercer qualquer autoridade que não emane expressamente na nação.

Artigo 4

A liberdade e a justiça consistem em restaurar tudo quanto pertence aos outros; assim, os únicos limites ao exercício dos direitos naturais da mulher são a perpétua tirania masculina; esses limites devem ser reformados pelas leis da natureza e da razão.

Artigo 5

As leis da natureza e da razão proscrevem todos os actos prejudiciais à sociedade; tudo o que não for proibido por essas leis sábias e divinas não pode ser evitado, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que elas não ordenam.

Artigo 6

As leis devem ser a expressão da vontade geral; todos os cidadãos e cidadãs devem contribuir pessoalmente ou através dos seus representantes para a sua formação; elas devem ser idênticas para todos: os cidadãos e cidadãs, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser admitidos igualmente a todas as honras, posições e cargos públicos de acordo com a sua capacidade e sem outras distinções além das suas virtudes e talentos.

Artigo 7

Nenhuma mulher é excepção: é acusada, presa e detida nos casos determinados pela lei. As mulheres, como os homens, obedecem a esta lei rigorosa.

Artigo 8

A lei só deve estabelecer as penalidades estritamente e obviamente necessárias e ninguém pode ser punido excepto em virtude de uma lei aprovada e promulgada antes do crime e legalmente aplicável às mulheres.

Artigo 9

Se uma mulher for declarada culpada, a lei deve ser exercida com completo rigor.

Artigo 10

Ninguém deve ser incomodado pelas suas opiniões elementares; a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve também ter o direito de subir à tribuna, desde que as suas demonstrações não perturbem a ordem pública legalmente estabelecida.

Artigo 11

A livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, visto que a liberdade garante o reconhecimento dos filhos pelos pais. Assim, qualquer cidadã pode dizer livremente: sou mãe de uma criança que pertence a este homem, sem ser forçada por um preconceito bárbaro a esconder a verdade; pode abrir-se excepção para responder ao abuso desta liberdade em casos determinados pela lei.

Artigo 12

A garantia dos direitos da mulher e da cidadã implica uma enorme vantagem; esta garantia deve ser instituída para benefício de todos, e não para benefício daqueles a quem se aplica.

Artigo 13

Para a manutenção da força pública e as despesas da administração, as contribuições da mulher e do homem são iguais; ela partilha todas as servidões e todas as tarefas penosas; portanto, deve ter a mesma participação na distribuição de posições, empregos, cargos, honras e indústria.

Artigo 14

Os cidadãos e as cidadãs têm o direito de verificar, por si próprios ou através dos seus representantes, a necessidade da contribuição pública. Isto só se pode aplicar às mulheres se lhes for concedida uma participação igual, não só da riqueza, mas também da administração pública, e na determinação da proporção, da base, da colecta e da duração do imposto.

Artigo 15

A colectividade das mulheres unida pelos objectivos do fisco ao conjunto dos homens, tem o direito de reivindicar o controlo da sua administração por qualquer agente público.

Artigo 16

Nenhuma sociedade terá uma constituição sem a garantia dos direitos e a separação de poderes; a constituição é nula se a maioria dos indivíduos englobados na nação não tiver cooperado na sua elaboração.

Artigo 17

A propriedade pertence a ambos os sexos, unidos ou separados; é um direito inviolável e sagrado de todos; ninguém pode ser privado dela, visto que o verdadeiro património da natureza, a menos que a necessidade pública legalmente determinada disponha obviamente em contrário, e mesmo assim só com uma indemnização justa e antecipada.

Anexo V

Texto do panfleto distribuído pela Cruzada das Mulheres Espanholas à porta das Cortes no dia 31 de Maio de 1921¹⁶⁹

CRUZADA DAS MULHERES ESPANHOLAS

A CRUZADA DAS MULHERES ESPANHOLAS, associação criada para defender os direitos das mulheres, vai apresentar aos Poderes públicos umas petições que envolvem tudo quanto a mulher espanhola aspira obter da protecção das leis, para poder realizar, como ser consciente e livre, a digna missão que lhe corresponde na vida.

Tais petições estão em conformidade com os acordos formulados num Congresso internacional feminino, que se celebrou recentemente em Genebra, os quais foram aprovados com o nome de *Carta da Mulher*, e que são as seguintes:

Primeira: Igualdade completa com os homens nos direitos políticos, e portanto, nas mesmas condições que os varões, sejam as mulheres eleitoras e elegíveis.

Segunda: Igualdade de direitos civis. Reforma do Código, de maneira que:

- a) A mulher não perca a sua nacionalidade ao casar-se com um estrangeiro.
- b) A mulher comprometida, cujo matrimónio não se realize por culpa do noivo, tenha direito a exigir uma reparação correspondente ao prejuízo, e a donzela que perca a sua honra terá que ser compensada monetariamente e a exigir reparação, ou o castigo do culpado.
- c) Que tenha a mulher, dentro do matrimónio, iguais direitos que o marido; no que diz respeito aos filhos, que possa ser tutora, etc.; no que se refere às coisas que tenha livre administração do produto do seu trabalho, e possa comprar, vender, contratar, etc.

¹⁶⁹ Tradução para Português feita a partir de: Marta del Moral Vargas – Perseguendo el reconocimiento de la igualdad. *Arenal*, 16:2, julio-diciembre 2009, pp. 395-397.

- d) Que em igualdade de trabalho com o homem, o salário da mulher seja igual ao do homem.
- e) Qua a mulher tenha acesso, sem mais limitações do que as impostas pela sua capacidade, em cada caso, a todas as carreiras, empregos e cargos, em igualdade com os homens.

Terceira. Igualdade da mulher com o homem perante o Código penal: que deixe de considerar o adultério como delito na mulher, e só como falta no homem; que desapareça o artigo 438 que atenua o delito do marido que mata a esposa surpreendida em flagrante adultério.

Quarta. Que a lei, em vez de proibir a investigação da paternidade, obrigue a persegui-lo, para amparo da mulher e do filho.

Quinta. Que desapareça a divisão de filhos legítimos e ilegítimos, e que se estabeleça perante a lei, em todo o caso, a igualdade de direitos de uns e outros.

Sexta. Que desapareça também, em virtude de uma lei, a prostituição regulamentada, e se persiga, até à sua extinção completa, esta infecção social. Queremos que a lei moral tenha o mesmo valor para os dois sexos.

Sétima. Que a mulher faça parte do júri.

Mulheres, se quereis ser respeitadas e ocupar dignamente o lugar que vos corresponde na sociedade e na família, assinem a petição da CRUZADA DAS MULHERES ESPANHOLAS.

Mulheres, se não quereis ser vexadas, menosprezadas, e que as leis inju9tas vos tirem os filhos dos braços, assinem estas petições.

Mulheres, se quereis intervir na elaboração das leis, eleger as pessoas que dirigem os destinos do país e melhorar a vossa situação moral e económica, assinem estas petições justíssimas que formula a CRUZADA DAS MULHERES ESPANHOLAS.

Aceitam-se adesões dirigidas à secretaria da CRUZADA DAS MULHERES ESPANHOLAS, rua de Luchana, número 2, rés-do-chão.

Anexo VI

Cronologia comparada

Ano	Data	Portugal	Espanha
1821	27 de Fevereiro	Durante o debate sobre o Projecto das Bases da Constituição nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, a questão do sufrágio feminino é colocada pela primeira vez. Manuel Borges Carneiro, embora aceitasse que as mulheres fossem consideradas cidadãs, recusava conceder-lhes o direito de voto.	
1822	22 de Abril	O deputado Domingos Borges de Barros, eleito pela Baía (Brasil), apresenta nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa uma proposta com vista à concessão do voto para as mulheres mãe de seis filhos legítimos. A proposta não chegou a ser discutida.	
1873	11 de Fevereiro		Instaurada a I República espanhola.
1874	29 de Dezembro		Tem início o período da Restauração borbónica.

1877

Alejandro Pidal y Mon, da União Católica, apresenta às Cortes espanholas uma proposta de concessão do direito de voto às mães de família, viúvas ou maiores de idade, a quem estava atribuído o exercício da pátria potestade. A proposta não foi aprovada.

1884 3 de Março O deputado do Partido Regenerador Augusto Fuschini pronuncia-se a favor do voto feminino, embora advogue que primeiro deveria ser concedido o direito de sufrágio a todos os homens maiores de idade.

1890

Aprovado o voto universal masculino.

1907

Durante o projecto de lei da reforma da Lei Eleitoral, Odón de Buen defende a extensão do direito de voto às mulheres nas eleições municipais, mas apenas àquelas que tivessem pelo menos 23 anos de idade, estivessem em pleno gozo dos seus direitos civis e vivessem há pelo menos dois anos no município; o democrata Luís Palomo reivindica o voto apenas para as viúvas que tivessem rendimentos anuais

mínimos de 100 pesetas. Ambas as propostas foram rejeitadas por serem incompatíveis com o papel de esposas e mães que as mulheres deveriam desempenhar.

1908 7 de Março

O conde de Casas-Valencia entrega ao goveno de Maura um projecto legislativo que consagrava o sufrágio feminino. Não obteve qualquer resposta.

17 de Março

Um grupo de deputados republicacos encabeçado por Pi yArsuaga propõe que as mulheres emancipadas possam votar em eleições municipais, mas não eleita. A proposta foi chumbada com 64 votos contra e 35 a favor.

1909 3 de Setembro João de Menezes apresenta na Câmara dos Deputados uma proposta para a eleição de uma comissão com vista à elaboração de uma lei eleitoral que aprove o sufrágio universal.

1910 5 de Outubro É instaurada a República em Portugal.

- 27 de Outubro** A LRMP entrega ao Governo provisório uma petição pedindo o voto para a mulher comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico, literário ou escritora.
- 1911 3 de Fevereiro** A comissão de propaganda da LRMP entrega ao Presidente da República, Teófilo Braga, uma representação pedindo o voto para as mulheres que exercessem uma profissão científica ou literária, que pagassem impostos ou que fossem «independentes moral e economicamente». O chefe de Estado compromete-se a apresentar a petição ao Governo.
- 14 de Março** O Governo provisório promulga os decretos de 4 de Março e 5 de Abril que determinam serem eleitores os portugueses maiores de 21 anos, residentes em território nacional, que saibam ler e escrever e forem chefes de família.
- 24 de Abril** Dá entrada no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, a reclamação de Carolina Beatriz Ângelo contra a recusa do Conselho de

Ministros em incluir o seu nome no recenseamento eleitoral.

28 de Abril O juiz João Baptista de Castro, da 1.^a vara cível do Tribunal da Boa-Hora, ordena que o nome de Carolina Beatriz Ângelo seja incluído no recenseamento eleitoral.

28 de Maio A médica ginecologista Carolina Beatriz Ângelo, que era viúva e tinha uma filha menor a seu cargo, vota nas eleições constituintes. É a primeira mulher a exercer o direito de voto na Península Ibérica.

10 de Julho A APF entrega uma representação ao Governo pedindo a aprovação do sufrágio feminino restrito.

14 de Julho O deputado Djalme de Azevedo defende a concessão do direito de voto às mulheres que fossem chefes de família e às que tivessem o exame de instrução primária.

26 de Julho Faustino da Fonseca apresenta no Parlamento uma emenda ao projecto de Constituição que contempla o reconhecimento da capacidade política e civil das

mulheres com emprego ou profissão liberal, mas a mesma não foi admitida para discussão.

1912 2 de Junho O Senado aprova uma proposta de Abílio Barreto de reconhecimento do direito de voto às mulheres com idade igual ou superior a 25 anos, diplomadas com cursos superiores, secundários ou especiais. A alteração, contudo, não seria aprovada na Câmara dos Deputados.

17 de Junho O senador Artur Costa propõe a concessão do direito de voto às mulheres que tivessem um curso superior, às professoras da instrução primária, secundária e superior e as que estivessem à frente de estabelecimentos fabris ou industriais que não tivessem mais ninguém na família que fosse eleitor.

3 de Julho A União das Mulheres Socialistas entrega no Parlamento uma representação pedindo o para as mulheres.

8 de Julho A LRMP entrega uma Representação ao presidente da Câmara dos Deputados pedindo

um alargamento do direito de voto a outras mulheres, além daquelas contempladas pela proposta do Senado.

1913 26 de Junho O deputado Jacinto Nunes, aquando da discussão do projecto do Código Eleitoral, propõe a concessão do direito de voto às mulheres e aos analfabetos maiores de 21 anos.

24 de Julho É aprovado o novo Código Eleitoral (Lei n.º 3), que reza o seguinte: «são eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, e residem no território da República Portuguesa». A LRMP exprime o seu descontentamento pela exclusão das mulheres.

1914 Março É fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, filiado no International Council of Women, que tinha entre as suas principais prioridades a

reivindicação do voto feminino.

- 1915 12 de Maio** Depois da queda de Pimenta de Castro, Ana de Castro Osório apresenta ao Governo e ao Parlamento uma representação pedindo a concessão «do voto às mulheres diplomadas com curso superior».
- 1 de Julho** É publicada a nova Lei Eleitoral, que concede o direito de voto a militares no activo, embora mantenha excluídos os analfabetos.
- 10 de Agosto** Ana de Castro Osório, Antónia Bermudes, Ana Castilho e Júlia Santos, da APF, entregam ao Governo, ao Senado e à Câmara dos Deputados uma representação denunciando a situação social e intelectual da mulher portuguesa.
- 14 de Agosto** A direcção da APF entrega ao presidente da República, Teófilo Braga, uma representação a favor dos direitos das mulheres.
- 1918 30 de Março** É aprovado o Decreto-Lei n.º 3997 que determina serem eleitores apenas os cidadãos portugueses do sexo masculino e

com algumas restrições.

19 de Junho	A LRMP entrega do presidente Sidónio Pais uma Representação pedindo a concessão do direito de voto às mulheres.	
1919	1 de Março	Aprovação da nova lei eleitoral restaurando as leis da República Velha, que restringiam a capacidade eleitoral aos chefes de família que soubessem ler e escrever.
1920	13 de Janeiro	O deputado do Partido Socialista Ramada Curto propõe o reconhecimento do sufrágio feminino.
	Fevereiro	A Liga Espanhola para o Progresso da Mulher entrega no Congresso uma petição pedindo o sufrágio feminino sem restrições.
1921		Dá entrada no Congresso uma nova petição, desta vez, da Cruzada das Mulheres Portuguesas, solicitando igualdade de direitos políticos e cívicos entre ambos os sexos.

1923	13 de Setembro	Instauração da Ditadura Militar de Primo de Rivera.
1924	8 de Março	Aprovado o Estatuto Municipal que prevê, pela primeira vez, o direito de as mulheres com 23 ou mais anos de idade e que fossem chefes de família poderem votar e se eleitas para os órgãos de poder local.
	Maio	Aurora de Castro e Gouveia apresenta no I Congresso Feminista e de Educação uma tese refutando os argumentos contra o sufrágio feminino.
1926	16 de Novembro	Início da Ditadura Militar.
1927	12 de Setembro	É publicado o Real Decreto Lei que criou a Assembleia Nacional, à qual podiam pertencer homens e mulheres.
	29 de Dezembro	Aprovado o Decreto nº 14 802, que organiza o recenseamento eleitoral e determina serem eleitores apenas os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos que saibam ler e escrever, sejam chefes de família ou tenham economia e vida própria.

Dezembro O CNMP entrega no Ministério do Interior uma exposição protestando por as mulheres não serem consideradas eleitoras no projecto de Código Administrativo.

1931 14 de Abril

Instaurada a II República espanhola.

5 de Maio O decreto com força de lei n.º 19 694, que organiza o recenseamento eleitoral, determina que os vogais das juntas de freguesia são eleitos pelos cidadãos portugueses de um e de outro sexo com responsabilidade de chefes de família e domiciliados na freguesia há mais de seis meses. Quanto aos membros do poder legislativo e os vogais das câmaras municipais, passavam a ser eleitos também pelas mulheres maiores de 21 anos, com curso secundário ou superior comprovado pelo respectivo diploma, domiciliadas no concelho há mais de seis meses.

	8 de Maio	Publicada a primeira Lei Eleitoral da II República que altera de 25 para 23 a idade mínima para poder votar e tornou elegíveis as mulheres e os sacerdotes.
	15 de Julho	O Decreto n.º 20 073 alarga a capacidade eleitoral às mulheres emancipandas, mantendo as mesmas exigências quanto à habilitação literária.
	1 de Outubro	As cortes republicanas aprovam o voto universal, com uma margem de 40 votos a favor.
	9 de Dezembro	Aprovada a constituição republicana que consagra os direitos eleitorais dos cidadãos de ambos os sexos (art. 36.º).
1933	11 de Abril	Entrada em vigor da Constituição que marca o início do Estado Novo.
	19 de Novembro	Primeiras eleições gerais com a participação de mulheres (mais de seis milhões de eleitoras).

27 de O Decreto-Lei nº 23 406
Dezembro determina que as «mulheres solteiras maiores ou emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral» podem votar nas eleições para as juntas de freguesia. No caso das eleições para a Assembleia Nacional, o presidente da República e as câmaras municipais, são eleitores «os cidadãos portugueses do sexo feminino maiores ou emancipados, com curso especial, secundário ou superior comprovado pelo diploma respectivo [...]», que se encontrassem domiciliados no concelho há mais de seis meses ou nele exercessem funções públicas desde o dia 2 de Janeiro anterior à eleição.

1934 **6 de** O Decreto-Lei n.º 24 631 define
Novembro que podem ser candidatos à Assembleia Nacional os cidadãos portugueses que tenham capacidade eleitoral.

16 de Primeiras eleições em que as mulheres são eleitoras e elegíveis. São eleitas deputadas à Ass
Dezembro Carvalho, a advogada Maria Cândida Parreira e a professora Maria Guardiola.

Anexo VII

Recurso apresentado por Carolina Beatriz Ângelo em Abril de 1911¹⁷⁰

Exmo Sr. Juiz: - D. Carolina Beatriz Ângelo, abaixo-assinada, viúva, médica, residente na rua António Pedro, S. D., 1.º andar, desta cidade de Lisboa, freguesia de Arroios (2.º bairro), pelo presente, nos termos e para os efeitos do art. 23.º do decreto com força de lei de 14 de março de 1911, para v- ex^a reclama contra a sua exclusão do recenseamento eleitoral – manifestamente ofensivo dos seus direitos políticos como cidadão português (Código Civil art. 18.º e 20.º) compreendida em ambas as categorias do art. 5.º do referido decreto, e não incluída em qualquer dos impedimentos taxativamente enumerados no seu art.º 6 ou no decreto posterior de 6 de abril do ano corrente.

A reclamante requereu a sua inscrição no recenseamento eleitoral, cumprindo o disposto no art. 18.º do decreto de 14 de março, pela forma prescrita neste art.

A reclamante requereu a sua inserção no recenseamento em 4 de abril, fundando o seu pedido na lei que evidentemente não exclui as mulheres do direito de eleitoralidade. Nem outra foi até hoje a interpretação dada pelos legisladores à sua obra, não obstante haver sido publicado posteriormente um decreto que regulou de modo diverso as condições de impedimento do direito de votar, o qual é de 6 de abril deste mesmo ano.

A reclamante tem capacidade eleitoral, sabe ler e escrever, é chefe de família, é cidadão português, Código Civil, art. 18.º e 20.º. – Pelo exposto e mais pelo duto suprimento, deve a reclamante ser inscrita no recenseamento eleitoral pela freguesia do seu domicílio – em homenagem à Lei, à Democracia, à Equidade e à Justiça.

Nestes termos: requer a v. ex^a e espera deferimento, seguidas as demais prescrições dos decretos citados.

¹⁷⁰ Cf. «Em volta da urna. As sufragistas recorrem para os tribunais», *A Capital*, 1.º Ano, n.º 289, 24 de Abril de 1911, p. 2.

Anexo VIII

Decisão do juiz João Baptista de Castro sobre o recurso apresentado por Carolina Beatriz Ângelo¹⁷¹

Vistos os presentes autos da reclamação eleitoral, em que é reclamante D. Carolina Beatriz Ângelo, viúva, médica, residente na freguesia de S. Jorge de Arroios, desta cidade de Lisboa, e reclamando o membro recenseado do 2.º bairro, desta mesma cidade de Lisboa.

Mostra-se que os ditos autos de reduzem à petição de folhas 2, em que a referida reclamante requer a este juízo para ser mandada recensear como eleitora e elegível, em harmonia com a lei vigente, pelo não ter feito a comissão de recenseamento como lhe havia requerido.

Mostra-se que à dita petição se juntou apenas a notas de folhas 8, com a informação de folhas 4, em que se insiste na recusa da inscrição da reclamante como eleitora e elegível, com razões manifestamente imperiosas ou verdadeiros sofismas; e por isso, mostra-se do meu despacho de folhas 5, em data de ontem, que avoque todos os documentos apresentados pela reclamante que deviam estar em poder da dita comissão recenseadora; mas mostra-se que, em vez de tais documentos, se remeteu hoje apenas nova informação, como se vê de folhas 6 e 7, insistindo nos supostos fundamentos da inscrição da reclamante; ora todavia. Considerando que os requerentes não podem nem devem ser prejudicados pela ignorância ou má vontade dos encargos de lhes fazer justiça; assim, não obstante a nossa remessa dos referidos documentos [ilegível] de que a reclamante tem todos os requisitos para ser inscrita, como eleitora e elegível e que somente obsta a que seja inscrita por ser mulher.

Considerando que o referido decreto com força de lei, de cinco de abril corrente, publicado no Diário do Governo do dia imediato, diz terminantemente, digo diz terminante o [ilegível] que são eleitores e elegíveis os portugueses maiores de vinte e um anos, residentes em territórios nacionais e que souberem ler e escrever e forem

¹⁷¹ Cf. «O feminismo triunfante! A mulher portuguesa tem direito ao voto», in *A Capital*, 1.º Ano, n.º 294, 29 de Abril de 1911, p. 1.

chefes de família; e assim inclusive não só os homens mas também as mulheres, n significado natural e rigoroso da nossa língua, pois quando se diz Portugal tem seis milhões de habitantes entende-se que são homens e mulheres, aliás ter-se-ia de dizer, por exemplo, que são três milhões e meio de mulheres e dois e meio de homens, o que seria até ridículo ou impróprio; e especialmente: Considerando que o decreto legal que ainda hoje regula o assunto é o Código Civil, art. 18.º e seguintes, em que são cidadãos portugueses tanto homens como mulheres que estiverem compreendidos nos números indicados e nomeadamente do ser cidadão português: 8.º a mulher estrangeira que casar com um cidadão português; assim – considerado que o reclamado está em manifesto erro tanto gramatical como jurídico, quando pretende manter que portugueses e cidadãos portugueses são os homens com exclusão das mulheres; e

Considerando que também está em erro evidente, perante os facto e a lei, querendo que não haja mulheres que sejam chefes de família, como a reclamante que, vivendo com sua filha menor e criados, é realmente chefe de família; e, como tal, não podia ser excluída do recenseamento eleitoral sem disposição terminante que o ordenasse, porquanto a [ilegível] do n.º 2 do artigo do referido de decreto de 5 de abril corrente é manifestamente explicativa e taxativa, por isso:

Considerando que o legislador, se quisesse excluir as mulheres do recenseamento eleitoral expressamente o podia e devia dizer tapando a porta que havia aberto com tanta franqueza e justiça; assim, considerando que o legislador da última república, proclamada no mundo correcta e dignamente se colocou a par dos governos mais civilizados, como alguns da América, Austrália e Escandinávia, verdadeiros precursores na cruzada da civilização; pois

Considerando que a verdadeira cruzada das chamadas sufragistas em França, Inglaterra, Alemanha e Itália para breve se fará justiça, porque a concessão do voto a todas as mulheres civilizadas é questão de tempo, porque tal concessão é manifestamente de justiça e interesse geral, pois:

Considerando que está provado que é da mais profícua influência civilizadora a intervenção das mulheres na vida política das nações, por se terem tornado muito correctas as assembleias eleitorais a que já concorrem e até ter diminuído o vício do alcoolismo; e

Considerando que as mulheres do nosso país sempre tiveram e têm grande influência nas eleições apesar de não terem tido voto, o que geralmente lhes dará incontestável influência, sem responsabilidade, o que é sempre perigoso com sucede com todos os poderes ocultos;

Considerando que excluindo a mulher, apesar de ser uma ilustração, como a reclamante, de ser eleitora e ter intervenção nos assuntos políticos – só por ser mulher, como se diz a folhas n.º 6 verso – é duplamente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano, porquanto desde que a reclamante tem todos os predicados para ser eleitora não pode arbitrariamente ser excluída do recenseamento eleitoral porque onde a lei não distingue não pode o julgador distinguir, por isso, em obediência aos verdadeiros princípios da moderna justiça social: Julgo procedente e provada a presente reclamação e mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral em preparação no lugar e com os requisitos precisos. Intima-se.